

UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

ALEX DE NOVAIS DANCINI

**A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DA VENEZUELA E A FORMAÇÃO
DO IDEÁRIO EDUCATIVO DE SIMÓN BOLÍVAR**

ALEX DE NOVAIS DANCINI

**MARINGÁ
2018**

2018

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DA VENEZUELA E A FORMAÇÃO
DO IDEÁRIO EDUCATIVO DE SIMÓN BOLÍVAR**

ALEX DE NOVAIS DANCINI

**MARINGÁ
2018**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DA VENEZUELA E A FORMAÇÃO DO
IDEÁRIO EDUCATIVO DE SIMÓN BOLÍVAR**

Tese apresentada por ALEX DE NOVAIS DANCINI ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador(a):

Prof^(a). Dr(a).: JOSÉ JOAQUIM PEREIRA MELO

MARINGÁ
2018

ALEX DE NOVAIS DANCINI

**A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DA VENEZUELA E A FORMAÇÃO DO
IDEÁRIO EDUCATIVO DE SIMÓN BOLÍVAR**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo (Orientador) – UEM

Prof. Dr. Sezinando Luis Menezes UEM

Prof^a. Dr^a. Rosângela Célia Faustino – UEM

Prof^a Dr^a. Margarita Victoria Rodrigues UFMS

Prof. Dr. Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto – UFU

Maringá, 29 de março de 2018

Dedico este trabalho à memória de minha mãe, Dalva, que partiu no final, ainda que muito cedo! Ao lado dela, dedico ao meu pai, Adamo. Meus grandes educadores.

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Joaquim Pereira Melo, agradeço pela oportunidade. À atenção e ao carinho com que sempre me tratou. A amizade floresceu dessa sua paciência e compreensão. Obrigado pelo conhecimento comigo compartilhado, pelo exemplo de educador comprometido com o fazer educativo. Tive a honra de ser seu orientando.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM na pessoa do Hugo Alex da Silva pela prontidão em me ajudar nos momentos necessários. Agradeço também a todos os professores do Programa que, de alguma forma, compartilharam conhecimento e amizade ao longo dessa trajetória.

Aos meus pais, Adamo e Dalva. À minha mãe, agradeço em memória. Junto com meu pai, demonstraram o amor e o carinho mais puro, além do apoio e compreensão nos momentos em que esta formação intelectual foi colocada em primeiro lugar.

À minha esposa, Mônica, pelo amor, pela dedicação, compreensão e pelo companheirismo durante todo o período.

Aos meus amigos que sempre me ajudaram em momentos de inquietações, compartilhando conhecimento e companheirismo. Aos meus amigos venezuelanos, que de forma tão humana e solidária me ajudaram durante nove meses.

“En la América del Sur las Repúblicas están Establecidas pero nó Fundadas” (Simón Rodríguez – “Pródromo” a Sociedades Americanas, 1828).

DANCINI, Alex de Novais. **A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DA VENEZUELA E A FORMAÇÃO DO IDEÁRIO EDUCATIVO DE SIMÓN BOLÍVAR**. 232 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: José Joaquim Pereira Melo. Maringá, 2018.

RESUMO

Este trabalho tem como tema a proposta educacional elaborada por Simón Bolívar no processo de emancipação política da Venezuela. Privilegia-se, no entanto, a influência que as lutas sociais travadas durante a guerra de independência na Venezuela tiveram na formulação do seu projeto de educação popular. Foram utilizadas como fontes primárias para realização deste trabalho cartas, manifestos, discursos, decretos e projetos constitucionais escritos pelo Libertador durante a guerra de independência da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia até 1830, ano de sua morte. Embora o recorte temporal que compreende a produção das fontes seja de praticamente 20 anos, considera-se o período de 1811 a 1821 (guerra da Venezuela) como o momento mais importante na elaboração do seu projeto republicano e dos meios sociais e políticos necessários para que seu ideal se concretizasse. No país de Bolívar, a guerra pela liberdade política e comercial assumiu o aspecto predominante de guerra civil e envolveu não só soldados espanhóis e os *criollos* independentistas pertencentes aos quadros militares, mas também amplos setores das classes populares compostos por escravos, negros livres, mulatos, mestiços, zambos e índios. A inserção destes setores na guerra foi, em grande medida, responsável pela caída das duas primeiras repúblicas (1812 e 1814), mas também pela derrota do exército espanhol e a conquista da independência da Venezuela, em 1821. Simón Bolívar, como principal liderança política e militar na guerra, assumiu, durante e depois dela, a responsabilidade de formular um projeto político republicano e torná-lo concreto na vida social venezuelana. A educação popular, pública, estatal, gratuita e obrigatória se apresenta como um dos fatores mais importantes na estruturação desse projeto. Devido a essa importância, ele elabora uma sistematização pedagógica de alcance nacional, a fim de organizar principalmente a educação formal elementar, mas também os níveis secundário e universitário. A educação popular tinha a finalidade de formar o indivíduo virtuoso, entendido por Bolívar como aquele que é capaz de respeitar e obedecer as instituições republicanas antes mesmo de seus interesses particulares. Além disso, os conhecimentos presentes no currículo elementar também representavam a tentativa de se adequar às novas determinações modernas do mundo do trabalho. Por isso, este estudo entende que o ideal bolivariano de república é resultado não só dos objetivos econômicos e políticos do setor *criollo*, mas também do desfecho de uma situação imposta pela atuação das classes populares na guerra. A tese defendida é a de que a Educação Popular proposta por Bolívar responde à necessidade histórica de moralizar os setores nos quais ele não encontrava as virtudes cívicas para serem cidadãos, mas que, ao mesmo tempo, não podiam ser excluídos do novo regime político, pelo fato de representarem uma ameaça à ordem social republicana. Desse modo, esta pesquisa justifica-se por contribuir com a discussão historiográfica educacional, oferecendo uma análise sobre o papel da educação e da instrução no pensamento de um personagem envolvido na construção inicial dos Estados nacionais na América Latina.

Palavras-chave: Venezuela; Guerra de independência; Simón Bolívar; Educação; Educação Popular.

DANCINI, Alex de Novais. **THE WAR OF INDEPENDENCE OF VENEZUELA AND THE FORMATION OF EDUCATION PROJECT OF SIMÓN BOLÍVAR**. 232.f. Thesis (Doctorate Degree in Education) – State University of Maringá. Orientador: José Joaquim Pereira Melo. Maringá, 2018.

ABSTRACT

This work has as its theme the educational proposal elaborated by Simón Bolívar in the process of political emancipation of Venezuela. It is privileged, however, the influence that the social struggles waged during the war of independence in Venezuela had in the formulation of his popular education project. The letters, manifestoes, speeches, decrees and constitutional projects written by the Liberator during the war of independence of Venezuela, Colombia, Ecuador, Peru and Bolivia were used as primary sources for this work until 1830, the year of his death. Although the temporal cut that includes the production of the sources is of practically 20 years, the period from 1811 to 1821 (Venezuelan war) is considered the most important moment in the elaboration of his republican project and of the necessary social and political means so that his ideal could be materialized. In the country of Bolívar, the war for political and commercial freedom took on the predominant aspect of civil war and involved not only Spanish soldiers and independent criollos belonging to the military cadres, but also broad sectors from the popular classes composed by slaves, free blacks, mulattos, mixed races, *zambos* and indians. The insertion of these sectors into the war was to a large extent responsible for the fall of the first two republics (1812 and 1814), as well as for the defeat of the Spanish army and the conquest of independence of Venezuela in 1821. Simón Bolívar, as the main political and military leadership in the war, assumed, during and after it, the responsibility of formulating a republican political project and making it concrete in Venezuelan social life. The popular, public, state, free and compulsory education is one of the most important factors in this project structure. Due to this importance, he elaborates a pedagogical systematization of national scope, in order to organize mainly elementary formal education, but also the secondary and university levels. Popular education had as purpose of forming the virtuous individual, understood by Bolívar as the one who is capable of respecting and obeying republican institutions above private interests. In addition, the knowledge presented in the elementary curriculum also represented the attempt to be adapted to the new modern determinations of the world of work. Therefore, this study understands that the Bolivarian ideal of republic results not only from the economic and political objectives of the criollo sector, but also from the outcome of a situation imposed by the working classes during the war. The thesis defended is that the Popular Education proposed by Bolívar responds to the historical necessity of moralizing sectors in which he did not find the civic virtues to be citizens, but which at the same time could not be excluded from the new political regime, for being considered a threat to the republican social order. Thus, this research is justified by contributing to the educational historiographical discussion, offering an analysis on the role of education and instruction, based on the thought of a person involved in the initial construction of the national states in Latin America.

Keywords: Venezuela; War of Independence; Simón Bolívar; Education; Popular Education.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	13
INTRODUÇÃO	15
1 CRISE DA SOCIEDADE COLONIAL: A REVOLUÇÃO POLÍTICA DOS CRIOLLOS PARA CONSERVAR O PODER SOCIAL INTERNO	23
1.1 O processo de formação da sociedade colonial venezuelana: a presença indígena.....	25
1.2 A África na América: colonização e escravidismo.....	30
1.3 O sangue mesclado: a mestiçagem e os conflitos sociais e raciais.....	38
1.4 Capitalismo colonial e os três grandes grupos sociais venezuelanas no século XVIII...46	
1.5 Crise da sociedade colonial venezuelana e a independência.....	57
2. A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO DE SIMÓN BOLÍVAR	69
2.1 O fim de Primeira República (1812): início do percurso em direção à moral e à virtude.....	70
2.1.1 O Manifesto de Cartagena.....	75
2.2 Guerra civil e rebeliões populares no caminho da república idealizada por Bolívar.....	85
2.3 1814: a virtude como guia interpretativo de Bolívar.....	92
2.4 O fim da Segunda República e a relação com a moral e a virtude.....	95
2.5. As concessões de Bolívar.....	100
3 A FORMAÇÃO DE UMA NOVA MORAL: A BUSCA DE BOLÍVAR PELA HARMONIA SOCIAL E PELA UNIDADE REPUBLICANA	120
3.1 A proposta bolivariana de uma nova moral para sustentar a República e equilibrar as contradições de classe.....	122
3.2 O Bolívar estadista e a busca pela unidade social e política.....	134
3.3 Armas e consciência: a tentativa de destruição do poder espanhol na Venezuela.....	140
3.4 “ <i>Unidad, Unidad, Unidad...</i> ”.....	148
4 ESTADO, ESTADO PATERNAL E EDUCAÇÃO POPULAR: A SOCIEDADE REPUBLICANA IDEALIZADA POR BOLÍVAR	151
4.1 Concepções sobre o Estado e a sociedade civil:.....	151
4.2 A concepção bolivariana do Estado paternal.....	161
4.3 Estado paternal e virtude republicana.....	168
4.3.1 Estado paternal e Educação popular:.....	180
4.3.1.1 O lugar da educação popular no projeto republicano de Bolívar: o projeto constitucional de Angostura.....	184
4.3.1.2 O Poder Moral e a realização prática da Educação popular.....	190

5. EDUCAÇÃO POPULAR NO SÉCULO XIX: BOLÍVAR E OS PRIMEIROS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESTATAL E PÚBLICA NA VENEZUELA	196
5.1 Educação popular, estatal, pública, gratuita e obrigatória	196
5.2 A sistematização pedagógica do ideário educativo de Simón Bolívar: a Câmara de Educação	203
5.2.1 A sistematização pedagógica do ideário educativo de bolivariano: decretos e outros escritos.....	213
5.3 A influência de Simón Rodríguez: encontros e desencontros	220
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	224
7. REFERÊNCIAS	227

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado das pesquisas iniciadas no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. O estudo sobre a função da educação no projeto político de Simón Bolívar vem sendo desenvolvido desde 2011, sob a orientação do professor Dr. José Joaquim Pereira Melo. A Dissertação de Mestrado, intitulada: “O ideário educativo de Simón Bolívar e as necessidades e possibilidades da Venezuela do século XIX”, apresentou uma análise sobre o ideário educacional do Libertador e possibilitou, mais que conclusões, formular várias questões sobre o tema.

A entrada, em 2014, no processo de doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, com orientação do professor doutor José Joaquim Pereira Melo, foi a possibilidade de continuar as investigações. Em 2015, aumentaram as possibilidades de aprofundamento dos estudos com a aprovação no Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE), financiado pela CAPES, com vigência entre os meses de abril e dezembro de 2015. Nesse período, os estudos foram realizados em Caracas, Venezuela, com a co-orientação do professor Doutor Ali Rojas Olaya, da Universidade Pedagógica Experimental Libertador. Também em Caracas, contou-se com a aprovação de um estágio no Centro Nacional de História da Venezuela, órgão vinculado ao Arquivo Geral da Nação.

Uma das principais inquietações após o Mestrado, e que persistiu no estágio na Venezuela, consistiu na definição do conceito de Educação Popular em Simón Bolívar, pelo fato de tentar contribuir para a compreensão em torno da função que a educação deveria cumprir naquele período específico, no qual, ao mesmo tempo, a antiga província inseria-se no conjunto das transformações globais nos campos da política e do trabalho. Ao constatar que a Moral e o Saber (conhecimento) ocupavam um lugar de destaque no pensamento político de Bolívar e que o aspecto nacional, estatal, gratuito e obrigatório mostravam-se como as principais características do seu ideário educacional, buscou-se entender os fundamentos da sua proposta de educação popular para a Venezuela republicana.

Para alcançar este objetivo, muitas questões poderiam ser formuladas para nortear a investigação. Porém, a partir dos estudos realizados no mestrado, duas perguntas se tornaram as mais inquietantes e, por isso, conduziram a organização deste trabalho. A primeira delas

versa sobre a influência que a guerra de independência da Venezuela teve sobre o modo como Bolívar formulou seu ideário educativo para a República. A segunda, diz respeito ao seu entendimento de república, a forma de governo, o regime político, o exercício da cidadania e da soberania. Nestes dois últimos termos residem a relação entre a educação e o trabalho, visto que, em seu modo de pensar, a soberania nacional passava, em grande medida, pela articulação entre conhecimento útil e trabalho, aqui entendido como ação do homem em transformar a natureza e produzir um determinado valor-de-uso. Desse modo, a pesquisa buscou compreender os fundamentos históricos da proposta educacional bolivariana.

Para isso, as contradições sociais surgidas durante a guerra de independência ganharam importância maior do que as influências filosóficas e políticas europeias. É inegável que Bolívar reproduziu as ideias modernas oriundas da Europa. Contudo, a hipótese que orientou sobremaneira essa investigação foi a de que o Libertador, como principal liderança militar e política durante a guerra, teve de pensar estratégias para alcançar seu maior objetivo: fundar uma República com bases na estabilidade política e social de sua época, de modo que essa estabilidade permitisse a formação e constituição das instituições republicanas.

A partir dessas questões, as hipóteses formuladas sintetizaram alguns pontos que, de acordo com as investigações anteriores, eram os mais importantes para se chegar à possível comprovação da tese. A primeira hipótese é a de que as rebeliões populares de 1814 constituíram-se no principal fato que influenciou Bolívar a considerar algumas reformas sociais como necessárias para controlar o amplo setor popular que não se identificou com a República nos primeiros anos da guerra.

Ao se identificar que as explicações oferecidas por Bolívar após as duas derrotas republicanas na primeira etapa da guerra fundavam-se nos princípios da virtude e ignorância, formulou-se a segunda hipótese, segundo a qual, o Libertador, em seu ideal republicano, via na formação moral a única maneira de manter a ordem social depois da guerra de independência. Esta formação compreendia a educação de acordo com sua visão dos valores republicanos requeridos para ser um cidadão virtuoso, aquele que respeita as leis, os magistrados e o governo, isto é, o indivíduo que aceitaria o novo governo e o novo regime político sem causar a desordem social das duas primeiras Repúblicas (1812 e 1814). Significa dizer que a manutenção desta ordem não implicava em alterações econômicas e políticas que afrontassem o poder *criollo* já instituído.

Se as duas hipóteses anteriores estiverem corretas, confirma-se uma terceira: a Educação Popular de que fala Bolívar tinha a finalidade de alcançar o maior número de venezuelanos pertencentes às classes populares, a quem ele buscava educar/formar para não

subverter a nova ordem política e social que se iniciava, ao mesmo tempo que pretendia difundir os novos métodos e conhecimentos úteis para a produção da riqueza nacional por meio do trabalho.

Essas hipóteses levam à construção da tese de que a educação popular proposta por Simón Bolívar, a partir de 1819, foi uma resposta à necessidade de moralizar a maior parte dos setores que compunham as classes populares que, de modo geral, colocaram-se contra os republicanos durante boa parte da guerra de independência. Na medida em que, após 1816, o exército venezuelano passou a ser composto por escravos, mulatos, mestiços, zambos e índios e conquistou a independência, ele sentiu a necessidade de inserir essa massa popular no corpo político republicano com direitos civis, mas sem direitos políticos, como um dos principais modos de garantir a ordem social em tempos de paz. Em seu ideal republicano, o homem que ele considerava ignorante deveria se tornar virtuoso: aceitar e respeitar a República e seu governo. O meio para transformar esse homem chamado de ignorante em homem dotado de virtudes cívicas, que incluía o apreço pelo trabalho, era a educação popular, dividida em educação e instrução.

Do mesmo modo, buscou-se entender a elaboração do ideário político e educacional de Simón Bolívar no interior das contradições sociais, étnicas e políticas que permearam o final da ordem colonial e permaneceram durante a guerra de independência, teatro histórico privilegiado para este estudo. Além disso, não se desconsiderou as alterações no mundo do trabalho pelas quais passava todo o ocidente, tendo a Revolução Industrial como principal manifestação de um período revolucionário, do ponto de vista econômico e político, “que transformou o mundo inteiro” (HOBSBAWM, 2014, p. 22).

A proposta de compreender os fundamentos históricos do ideário educativo de Bolívar também decorreu do entendimento de que nas principais obras produzidas para entender o pensamento educacional bolivariano predomina a descrição desse pensamento ou mesmo a relação/comparação e a influência que Bolívar sofre de vários pensadores europeus: Rousseau (1712-1778), Condorcet (1743-1794), Voltaire (1694-1778), Montesquieu (1689-1775), entre outros. Nessa linha, estão as obras *El magistério americano de Bolívar*, de Luis Beltrán Prieto Figueroa (2006); *Pensamento pedagógico de Bolívar*, de Carlos Tunnermann Bernheim (1983); e *Ideas Educativas de Simón Bolívar*, de Armando Rojas (1990). Nessas obras, verifica-se a predominância de um pensamento que considera o ideário bolivariano como reprodução das mudanças europeias que ocorriam no mundo do trabalho e, por extensão, no mundo da educação. Em linhas gerais, trata-se de algo parecido com a ação mecânica de uma superestrutura da qual Bolívar fazia parte, o Estado republicano da Venezuela, cujo alvo seria

a sociedade venezuelana em todas as dimensões de sua infraestrutura. Ao contrário disso, buscou-se, nesse trabalho, identificar as influências e pressões da luta de classes interna na formulação da proposta educacional de Bolívar. Entende-se, portanto, que seu ideário educativo surge, ao lado de outras reformas sociais que ele propõe, como uma necessidade de controlar socialmente um amplo setor social das classes populares, que havia exercido papel fundamental na derrota dos espanhóis e na conquista da independência.

Para realizar este estudo, pensou-se na organização do texto em cinco capítulos. No primeiro, analisa-se as características da formação social da sociedade colonial venezuelana. Em um período de longa duração, destaca-se os aspectos mais relevantes para se compreender as relações sociais de trabalho e de poder a partir da conquista do território venezuelano pelos espanhóis. No primeiro momento, enfatiza-se o início da colonização e as formas de propriedade e de trabalho que foram se desenvolvendo na relação entre os colonizadores e os moradores nativos daquele território. O trabalho escravo e o trabalho servil indígenas nas encomiendas foi o fundamento a partir do qual se estruturou a sociedade venezuelana no primeiro século de colonização. Na sequência, apresenta-se a entrada de novos fatores na vida social da colônia. A forma de trabalho escrava se tornou predominante com o tráfico de escravos africanos. Os escravos, por sua vez, contribuíram para que a Venezuela, no final do século XVIII, fosse reconhecida nos principais centros comerciais europeus como as terras que geravam o melhor cacau de todo o mundo (LYNCH, 2001). Nesse período, o crescimento econômico da Capitania Geral da Venezuela¹ foi impulsionado pela produção do cacau nas grandes fazendas da Província de Caracas, nas quais se utilizava em grande escala a força de trabalho escrava.

O encontro entre tantos povos promoveu o surgimento de uma sociedade marcada pela pluralidade étnica. No entanto, essa pluralidade se transformou em fator de exclusão social, à medida que a cor da pele e/ou a ascendência étnica determinavam a posição social do indivíduo, tornando-o excluído de participar de diversas esferas da vida social, política, religiosa e militar da colônia. Estas contradições étnicas e raciais são compreendidas como mais um aspecto da luta de classes na Venezuela colonial. Um aspecto importante, mas não determinante das relações sociais. Entende-se que tais contradições se desenvolveram como formas predicativas que contribuíram para validar e intensificar o poder social da classe dominante. Esse poder não tinha seu fundamento no conflito racial e étnico, mas sim nas formas de propriedade existentes, em sua concentração nas mãos de um pequeno grupo de

¹ Em 1777, o governo espanhol eleva a Província de Venezuela a Capitania Geral da Venezuela.

criollos, que não representavam mais que 0,50% da população venezuelana nos últimos anos da colônia (BRITO FIGUEROA, 1979, p. 171, tomo I) e nas formas de trabalho predominantes. Assim, de acordo com John Lynch (2001, p. 99), la raza no era el único fator determinante de la classe social, pero en una sociedade como la de Venezuela era um condicionante importante”. Por isso, ao abordar o tema da crise da sociedade colonial e suas implicações e desdobramentos para e na guerra de independência a categoria analítica utilizada é a de classe social. De acordo com a divisão social do trabalho e com as formas mais ou menos desenvolvidas de organização das lutas sociais e políticas do final do século XVIII e início do XIX, identificou-se ao menos três classes sociais.

O final do capítulo traz a discussão, cujo ponto central é o entendimento de que a proclamação da independência por frações da classe dominante ocorreu como forma de assegurar o controle social interno. Notadamente, haviam frações *criollas* interessadas em romper com a dominação colonial e encontraram na invasão napoleônica da Espanha um acontecimento importante e estratégico para levar a cabo seus ideais libertários. Contudo, considera-se que os conflitos políticos internos também exerceram papel preponderante na ação da classe dominante em garantir o controle político da crise que colocou fim à dominação espanhola na Venezuela.

No segundo capítulo, a análise tem como foco a guerra de independência e as interpretações feitas por Bolívar sobre os principais acontecimentos que levaram à derrota das duas primeiras experiências republicanas (1812 e 1814), bem como a reorganização do exército patriota, entre os anos de 1816 e 1821. Buscou-se evidenciar como o Libertador utilizou os princípios da moral e da virtude para explicar a relação entre os setores populares, e até mesmo de frações *criollas*, e os republicanos. De acordo com a análise, esses dois conceitos mostraram-se como requisitos mínimos para a existência da república, segundo o ideal republicano do Libertador. Assim, para não perder o controle político do processo emancipatório e garantir a ordem social e política após a independência, ele foi alterando sua postura em relação aos setores populares, à medida que a guerra apresentava uma correlação de forças mais ou menos favoráveis aos setores dirigentes. Ainda que não seja o objetivo do capítulo, algumas categorias de análise – moral, virtude, ignorância, cidadania, república, educação, instrução - são trabalhadas nesta parte do texto para situar o leitor sobre suas relações com a formação do ideário educativo e político bolivariano, que teve na guerra de independência a principal base concreta, a partir da qual se constituíram os significados dessas categorias.

O terceiro capítulo contém a discussão sobre como Bolívar procurou organizar a República para conquistar, ao mesmo tempo, o controle das rebeliões e do protagonismo das classes populares durante a guerra. Verifica-se que ele empreende constantemente a busca pela implantação de condições favoráveis à propagação de uma prática moral identificada com a formação de um indivíduo virtuoso. Essa virtude estaria relacionada á capacidade de cada cidadão respeitar as leis e o governo, isto é, as instituições republicanas, a fim de conservar a existência da República. Bolívar acreditava ser fundamental que a República pudesse ser conservada em suas instituições nos primeiros 20 anos após o término da guerra (CARRERA DAMAS, 2010). Este era o período necessário, segundo ele, para formar novas gerações a partir dos princípios morais republicanos, o que garantiria, cada vez mais, o fortalecimento da virtude cívica e, assim, a prática do respeito às leis, ao governo e à pátria.

Para alcançar esse objetivo, o Libertador chamou a atenção para a necessidade de haver uma unidade política em favor da conservação da República. Essa unidade compreendia o envolvimento de amplos setores de todas as classes sociais. Às frações da classe dominante, requeria-se a virtude política expressada pela recusa aos apelos particulares de cada grupo político interessado em obter poderes no aparato estatal republicano. Para ele, esse “espírito de partido (BOLÍVAR, 1980, p. 323, tomo II) era desprovido de virtude, à medida que colocava os interesses particulares acima do bem como, isto é, da existência da República. Já as classes populares deveriam demonstrar seu apoio à nova ordem política se recusando a formar rebeliões e tumultuar a ordem social. Assim, a expressão: “Unidad, Unidad, Unidad...” (BOLÍVAR, 1976, p. 121) se tornou uma máxima política até sua morte.

No quarto capítulo, a análise centra-se compreensão da natureza e função do Estado. Para a discussão, utiliza-se a concepção hegeliana e a concepção materialista dialética sobre o Estado. A partir disso, analisa-se o conceito de Estado paternal, empregado por Bolívar para expressar o papel dessa instituição na formação inicial da República e da nação venezuelana. Ao compreender os fundamentos que o levam a pensar um Estado controlador das práticas e costumes civis, torna-se mais compreensível o porquê a educação popular, sobretudo o nível elementar, deveria ter o caráter público, gratuito e obrigatório, ou seja, atingir o maior número de indivíduos possível para aquele momento. Nesse contexto é apresentado a formulação bolivariana do Poder Moral, um quarto poder republicano no interior do qual existiria uma Câmara destinada a elaborar e a administrar um plano de educação a nível nacional.

O quinto e último capítulo contém a descrição do ideário educacional bolivariano. Contudo, trata-se de uma abordagem mais pedagógica. Nos demais capítulos, a preocupação foi apresentar os fundamentos do ideário educativo de Bolívar. Neste capítulo, o objetivo é

demonstrar como ele pensava a organização sistemática de um plano educacional para todo o país. Desse modo, apresenta-se documentos nos quais é possível encontrar sua preocupação com a unificação metodológica nas escolas de primeiras letras e também no ensino secundário; a delimitação específica dos recursos fiscais do Estado que deveriam ser destinados exclusivamente para a educação; a existência de um currículo que pudesse ser contemplado de modo uniforme em todo o país, principalmente na educação elementar, nível em que a formação moral deveria predominar.

Ao apresentar esse aspecto mais pedagógico do pensamento educacional de Bolívar, o texto também traz uma reflexão sobre a relação entre Simón Bolívar e Simón Rodríguez. Este último foi preceptor do Libertador e certamente uma das principais influências da sua formação política. Rodríguez lutou pela popularização da educação elementar desde os últimos anos do século XVIII. Em suas viagens pela Europa, tornou-se adepto do socialismo utópico e regressou à Venezuela nos primeiros anos após a independência para se transformar na principal figura que colocaria em prática, ao menos por alguns anos, o plano de educação popular bolivariano, na Bolívia.

Fontes primárias

Para realizar estas reflexões, esse estudo parte de um conjunto de fontes primárias, cujo autor é o próprio Bolívar. A liderança que ele assumiu no processo de emancipação política da Venezuela deu-lhe a possibilidade de construir uma memória histórica não somente pela condição de General em Chefe do exército que conquistou a independência, mas, sobretudo, pela produção documental a que se propôs. Desta produção, destacam-se suas cartas. No acervo de 2. 815 missivas (FREDRIGO, 2010), encontram-se os temas mais importantes relacionados ao seu tempo presente, mas também trazem sua preocupação em mostrar-se presente às gerações futuras (FREDRIGO, 2010), e, de modo geral, construir uma memória: “De forma dedicada e delicada, Simón Bolívar lidou com sua correspondência, porque esteve entre seus objetivos oferecer à posteridade um personagem: o homem público irretocável, desprovido de vida privada; [...] e um projeto de memória” (FREDRIGO, 2010, p. 44).

As cartas escritas pelo Libertador são uma das principais fontes utilizadas para este estudo. Para este trabalho, utilizou-se a edição *Obras Completas*, que reúne apenas a suas cartas, e está dividida em três tomos. As fontes documentais que abordam o tema educacional estão compiladas no livro de Salcedo Bastardo: *El primer deber: con acervo documental de*

Bolívar sobre la educación y la cultura. Além disso, outras fontes primárias foram consultadas para a compreensão mais aprofundada dos temas e dos períodos abordados ao longo do texto. Essas fontes fazem parte das *Obras Completas* de Simón Bolívar, mais conhecidas como *Memorias del General O'Leary*. São 35 tomos que reúnem documentos produzidos por Bolívar e documentos que ele recebeu (principalmente cartas) de grande parte dos interlocutores que manteve durante 20 anos de intensa atuação política.

A memória que Bolívar buscou produzir com suas correspondências também se estende para outros tipos de documentos que escreveu, porque não há conflitos entre as palavras das cartas e as de seus mais importantes e conhecidos documentos políticos, como o Manifesto de Cartagena (1812), a Carta da Jamaica (1815), o Discurso de Angostura (1819) e o Discurso ante o Congresso da Bolívia (1826). As ideias se completam nas mais variadas formas de documentos que produziu.

A relação metodológica com as fontes seguiu um padrão cronológico, principalmente no segundo capítulo. Nesta parte do texto, a análise segue uma ordem crescente dos acontecimentos da guerra para mostrar mudanças e permanências na postura política do Libertador. Por isso, a grosso modo, elenca-se as fontes a partir de 1812 até 1830. Nos capítulos três e quatro, privilegia-se os documentos produzidos após o ano de 1819. Este recorte ocorre pelo fato de que este período é marcado por uma intensa atividade política de Bolívar para organizar a terceira República da Venezuela, que acaba por tornar-se parte da República Colombia. Desse momento até sua morte, em 1830, alternou-se entre a dedicação militar à frente do exército que libertou o Peru e a elaboração de projetos constitucionais para os países que então conquistavam a independência.

1 CRISE DA SOCIEDADE COLONIAL: A REVOLUÇÃO POLÍTICA DOS CRIOLLOS PARA CONSERVAR O PODER SOCIAL INTERNO

Neste capítulo, a análise percorre os dois extremos da história colonial venezuelana. Trata-se, portanto, de um período de longa duração que começa com a conquista do território, passando pelo processo de colonização até chegar à crise mais aguda da sociedade colonial, cujo resultado foi a perda do controle político e econômico espanhol e a conquista da autonomia política pela classe dominante da Venezuela. Embora compreenda um longo período, a reflexão busca entender como ocorreu a formação social a partir dos fatores econômicos, culturais e políticos que se encontraram nesta simbiose entre o interno e externo, que deu origem a um modo de vida diferente daquele praticado pelos povos nativos, mas também distinto do modelo de vida do próprio conquistador e dominador europeu. Somam-se a essas diferenças as materialidades da cultura e das tradições africanas que também compuseram a essência do modo de organização econômica, cultural e política colonial da Venezuela.

Os povos nativos do território venezuelano viviam em níveis desiguais de desenvolvimento. No momento da conquista, alguns já dominavam técnicas agrícolas que lhes permitiam acumular uma produção para além de seu próprio consumo, utilizando-a para trocas com outras tribos. No entanto, havia povos em que a coleta, a caça e a pesca eram sua principal forma de subsistência. Essa desigualdade influenciou o modo como os espanhóis começaram a organizar a conquista dos territórios, a extração de produtos e, posteriormente, a organização da produção agrícola.

O trabalho escravo como forma predominante dessa formação social também é parte fundamental da sociedade colonial, já que se converteu na principal forma de trabalho da ordem social colonial e sustentou a constituição da classe dominante como proprietária das terras das quais retiravam os produtos para a comercialização interna ou com a Metrópole. Tal condição garantiu a essa classe o poder social interno (CARRERA DAMAS, 2010) sobre o qual engendrou um mecanismo de privilégios constituídos a partir da diferenciação étnica e racial que se tornaram uma das principais características da particular luta de classes da ordem colonial venezuelana.

Os privilégios ancorados na discriminação étnica e racial emergiram fortemente devido à mestiçagem provocada pelo encontro entre o índio, o europeu e o africano. Desse modo, nessa reflexão, entende-se que a luta de classes na Venezuela colonial sustentava-se

sobre dois aspectos fundamentais: a exploração do trabalho e a segregação racial promovida pelos brancos ricos americanos (*criollos*) e espanhóis. Ainda que não deva ser colocada em segundo plano nas contradições sociais da época, a segregação racial não é entendida como princípio explicativo da luta de classes. Metodologicamente, é entendida como um resultado das formas de exploração que surgiram na colonização e que contribuiu sistematicamente para as relações classistas de dominação.

Por isso, ao tratar das classes sociais na Venezuela do século XVIII, adota-se o procedimento metodológico de articular esses dois importantes fatores sociais, indicando que, no momento da proclamação da independência, era possível identificar três classes sociais na Capitania Geral. Exceto a classe dominante, composta somente por brancos americanos (*criollos*) e espanhóis proprietários de terras e escravos, as outras duas eram perpassadas pelo fator da mestiçagem. Assim, optou-se pela definição de classe social, segundo os principais critérios usados por Marx e Engels (2007)² n' *A ideologia alemã*, cujo procedimento afasta a possibilidade de colocar na mesma classe um mestiço comerciante, pequeno proprietário ou artesão e um negro, mulato ou zambo livre submetido a relações de trabalho que em muitos aspectos o assemelhavam ao escravo, embora fosse juridicamente livre.

O foco analítico nas relações de trabalho e nas relações sociais como um todo permite demonstrar como as contradições de interesses no interior da luta de classes colonial foram determinantes para que a classe dominante desse o primeiro passo, em 19 de abril de 1810, na direção de proclamar a independência da Capitania Geral da Venezuela, em 1811. Distante de não considerar as influências externas nesse episódio, essa reflexão conduz a um entendimento segundo o qual os *criollos*, como classe dominante, proclamaram a independência para não correrem o risco de perderem seu poder social interno diante das ameaças políticas e sociais que se aprofundavam desde as últimas décadas do século XVIII. É dessa historicidade e dessas relações de interesses sociais contraditórios que emerge Simón Bolívar, como liderança desse processo de ruptura política com a Espanha, e, ao mesmo tempo, de reorganização das da luta de classes com suas forças sociais internas na consolidação do Estado nacional.

² O referencial teórico usado para fundamentar a análise das classes sociais são apresentadas por Marx e Engels entre as páginas 51 e 67.

1.1 O processo de formação da sociedade colonial venezuelana: a presença indígena

A formação da sociedade colonial na Venezuela teve início com o processo de conquista realizado pela dominação espanhola. A dominação de uma civilização sobre outra se deu sob diversas formas de exploração e de destruição de um amplo conjunto de costumes, modos de vida, de organização política e econômica. Esse processo foi caracterizado, em todos os seus momentos, pela relação sempre conflitante entre de duas civilizações com modos de organização da sociedade completamente distintos (RIBEIRO, 1978). De um lado, povos nativos que se diferenciavam entre si quanto ao nível de desenvolvimento das forças produtivas que utilizavam para viver, de modo que aqueles mais desenvolvidos dominavam técnicas mais avançadas no cultivo agrícola, mas ainda estavam distantes das transformações no campo da produção realizada pelos que então os dominariam. Assim, os nativos pré-colombianos em suas profundas diversidades no modo como trabalhavam para garantir sua sobrevivência, no modo como se organizavam cultural e politicamente foram a base desse encontro civilizacional que deu origem às formações societárias coloniais na América.

Na Venezuela, essa diversidade também estava presente. Verifica-se a existência de povos e etnias em momentos de desenvolvimento que iam desde a prática do nomadismo (caça e pesca) até o cultivo de excedentes agrícolas para a troca com comunidades vizinhas (BRITO FIGUEROA, 1979, tomo I). No território que, depois da conquista, chamar-se-ia Província de Venezuela, a região dos Andes venezuelanos era a que abrigava a mais elevada densidade demográfica de povos nativos no período pré-colombiano. Por isso, as duas principais etnias dessa região, os Timotes e os Cuicas, alcançaram os maiores avanços em técnicas agricultáveis na produção de batata, milho, mandioca doce, aipo, algodão e variedades de abóboras (BRITO FIGUEROA, 1979, tomo I).



Figura 1: Mapa de Venezuela com destaque para as regiões: dos Andes, dos Llanos e de Guyana.

Essas técnicas contavam com canais de irrigação e com a elaboração de instrumentos para revolver a terra. No momento da conquista, a população nativa estimada para toda a Venezuela estava em torno de “500.000 habitantes” (BRITO FIGUEROA, 1979, p. 35).

Do outro lado, chegavam a essas terras, as experiências econômica, cultural e política acumulada pelo povo europeu, que alcançara um significativo desenvolvimento de suas forças produtivas entre os séculos XI e XIII (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983), possibilitando-o chegar ao período da conquista da América com instrumentos totalmente novos e diferenciados daqueles usados por parte das comunidades nativas americanas.

A forma como ocorreu o processo de dominação dos europeus sobre os nativos americanos foi responsável pelo modo peculiar a partir do qual se delinearam as relações sociais no interior da luta de classes no período colonial (CARRERA DAMAS, 1991). Desde já, é possível afirmar que o aspecto fundamental da formação e da estruturação das sociedades americanas não foi a preservação do homem nativo e de sua cultura. Pelo contrário, o que se viu foi “a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativoiro, muitíssimos índios [...] morriam de tristeza, certos de que todo o futuro possível seria a negação mais horrível do passado, uma vida indigna de ser vivida por gente verdadeira” (RIBEIRO, 2006, p. 39). Em

1502, os índios da etnia Lucayos e Guayqueríes eram escravizados na coleta de pérolas que os espanhóis realizavam na ilha de Margarita, costa leste da Venezuela. Até esse mesmo ano, não havia notícia da chegada de negros africanos para serem usados como escravos. Esse trabalho era feito pelos nativos (BRITO FIGUEROA, 2002).

A captura dos índios ocorria mediante a destruição das comunidades e a morte de muitos deles. Os que sobreviviam eram levados como escravos e vendidos para os controladores do mercado de pérolas³:

El trabajo de los indígenas capturados por los conquistadores y vendidos a los explotadores de los placeres de perlas tenía un carácter francamente coercitivo; se les obligaba a trabajar mediante la más brutal violencia física, sobre la base del látigo y las más severas penas corporales (BRITO FIGUEROA, 2002, IV, p. 1051).

A despeito da diversidade étnica e das diferenças de desenvolvimento civilizacional presente nos povos nativos da América pré-colombiana, existiu uma unidade na forma como os espanhóis realizaram a tomada do território continental para sua colonização, cujo ponto central foi a “dizimação através de guerras de extermínio e da escravização” (RIBEIRO, 2006, p.42; ARCILA FARIAS, 1966, p. 54) contra os povos nativos. Tem-se, portanto, na gênese do processo de colonização da América, esse fator essencial para se compreender a posterior formação das sociedades americanas.

A destruição da cultura e dos valores pré-colombianos existentes não garantiu, no entanto, que os modelos civilizacionais do conquistador predominassem por completo (CARRERA DAMAS, 1991). As sociedades Inca e Asteca são um exemplo desse encontro civilizacional. Nesta última, por exemplo, na qual era possível encontrar uma complexa divisão do trabalho, além da existência de um Estado e da circulação de mercadorias que, na capital Tenochtlán, comparava-se “a qualquer praça e mercado do mundo” (PEREIRA MELO, 2017, p. 201), a forma de dominação desenvolvida pelos colonizadores teve que levar em conta, dentre outras coisas, a engenharia e a arquitetura consolidadas naquela sociedade (PEREIRA MELO, 2017). Por serem povos já estruturados sob sólidas formas econômica, jurídico-política e estética, a dominação gerada pela conquista se aproveitou dessa estrutura e lhe deu nova configuração de existência, de acordo com os padrões e valores do conquistador (WACHTE, 1990). De qualquer modo, houve a negação da cultura e dos valores dos povos

³ Na Venezuela, os primeiros conquistadores não encontraram metais preciosos de modo fácil e abundante como em outras regiões da América. No entanto, a facilidade com que encontraram pérolas em todo o vasto litoral do que é hoje o território venezuelano, converteu o mercado de pérolas na principal atividade comercial dos conquistadores durante todo o século XVI (BRITO FIGUEROA, 1979).

nativos, mas a densidade organizacional que conquistaram não permitiu a completa destruição do seu passado como povo.

Nas regiões em que a maior parte da população nativa não estava densamente concentrada e cujas relações econômico-sociais não haviam se desenvolvido a tal ponto de permitir a formação de um Estado, os espanhóis não se valeram de estruturas já existentes, de modo que o passado pré-colombiano era destruído à medida que o extermínio dos povos nativos avançava.

A diversidade existente nas formações sociais dos povos nativos em toda a América influenciou no modo como ocorreu o processo de conquista. No entanto, a essência desse processo e da colonização, como já afirmado, encontra-se na negação dos costumes e valores pré-colombianos pelo branco europeu e por parte dos seus descendentes americanos, os *criollos*, que foram conformando a classe dominante colonial. O *criollo* americano, agraciado com grandes propriedades de terras, viu na força de trabalho indígena o principal meio para manter seu poder social de classe no início do período colonial, ao mesmo tempo em que contribuía com o envio de riquezas para a Metrópole, através do imposto obrigatório cobrado dos índios.

De acordo com essa caracterização é possível inferir que, após o período da conquista ou também chamada de a “primeira etapa da dominação colonial (1492-1570)” (WACHTE, 1990, p. 170), os conflitos entre índios e europeus continuaram, mas não mais na forma de confrontos armados, e sim a partir da relação entre *encomenderos* e *encomendados* e das ordens religiosas e os nativos. Em outras palavras, o período posterior à conquista introduzia uma nova forma de controle social sobre os povos dominados: o controle por meio do trabalho. Começava uma nova relação social entre nativos e colonizadores, cujo eixo norteador seria a propriedade privada da terra, que até então era propriedade comunal (BRITO FIGUEROA, 1979, tomo I)⁴, e a transformação dos nativos em trabalhadores com obrigações de pagar tributos como forma de excedente a ser acumulado pelos *encomenderos*, pelas missões religiosas e pela Coroa. Organizados no regime da *encomienda*⁵, os índios de uma

⁴ “Las comunidades indígenas venezolanas, tanto las de economía de recolección como las agrícolas, se encontraban em estádios de desarrollo social, en los cuales la dirección del grupo es ejercida por la representación supervisada de la colectividad, que elige a los jefes de paz o guerra y señala a los individuos especializados para dirigir las operaciones de orden económico. Las fuentes mencionan rituales y actividades mágico-religiosas que constituyen una base efectiva para la representación colectiva de la comunidad, pero los hombres y mujeres dedicados a esas actividades especializadas no formaban una categoría política, hecho que se induciría a pensar em el desarrollo de los elementos típicos del Estado, como complejo de instituciones destinadas a reafirmar jurídicamente en dominio económico y social de una clase sobre otras clases sociales” (BRITO FIGUEROA, 1979, p. 47).

⁵ A *encomienda* representou a primeira tentativa racional espanhola de preservar as comunidades indígenas e utilizá-las como base produtiva capaz de sustentar o povoamento das regiões conquistadas. Em muitos casos, ela

determinada região eram colocados sob a responsabilidade de um espanhol, o *encomendero*, que controlava a produção e a arrecadação de tributos das comunidades circunscritas a seu poder (ARCILA FARIAS, 1966).

Nas sociedades mais desenvolvidas, o trabalho nas *encomiendas* se valeu de grande parte das técnicas produtivas existentes antes da conquista, além de contar com regiões abundantes em ouro e prata. Esses dois fatores permitiram uma grande circulação imediata de produtos enviados à Metrópole.

Nas sociedades menos desenvolvidas, esse aproveitamento se deu com menor destaque, porque, de modo geral, tratava-se de povos que haviam conquistado menor desenvolvimento de técnicas produtivas e não chegaram a formar impérios como no caso Asteca e Inca. Os Timoto-Cuicas, dos Andes venezuelanos, são um exemplo de povo nativo que chegava a trocar produtos com outros grupos (BRITO FIGUEROA, 1979, tomo I)⁶ devido à produção de excedentes garantida pelo uso de técnicas exclusivas de povos com considerável período dedicado à agricultura. No entanto, suas técnicas estavam reduzidas a uma pequena região sob seu domínio. Por isso, o *encomienda* venezuelana se desenvolveu sem a capacidade de garantir grandes volumes de matéria-prima à Metrópole, porque sua atividade permitia a produção, em grande medida, apenas para circulação interna:

El encomendero venezolano se dedica a la producción de bienes de consumo para un mercado interno muy estrecho, y sólo muy pocos productos saldrán para otros mercados que en retorno le proporcionarán la escasa moneda que circula en el país y, sobre todo productos europeos industriales y agrícolas (ARCILA FARIAS, 1966, p. 224).

O importante a ser considerado é que a *encomienda* representou o início da relação de exploração do trabalho indígena na Venezuela e em toda a colônia. O volume da produção fica aqui em segundo plano, porque, para esta análise, não importa a quantidade do que era produzido, mas sim a qualidade específica do trabalho que está na base das relações sociais

significou o fim do extermínio indígena e de sua utilização como escravo. O colonizador e funcionário da Coroa, Pérez de Tolosa escreveu cartas ao rei, indicando a necessidade de manter os índios em suas comunidades e colocá-los sob o domínio de um espanhol. Do contrário, o extermínio iria tornar impossível a colonização das novas terras. “Poblar y no destruir es la voluntad del Rey”, tornou-se o princípio norteador dessa nova fase da dominação colonial (ARCILA FARIAS, 1966, p. 61).

⁶ La información suministrada por Jorge Spira da una idea del desarrollo de la agricultura em los Andes venezolanos y zonas sometidas a su influencia; señala aquel expedicionario que cuando ascendia de los llanos de Barinas localizó poblados indígenas com depósitos de más de mil quinientas fanegas de maíz, volumén que representa el produto de una cooperación colectiva notable, y denota um processo significativo em la acumulación de excedentes agrícolas, que, satisfechas las necesidades de la comunidad, favorecían el intercambio de productos de consumo com otros grupos pobladores. Los indígenas andinos mantenían intenso comercio con las poblaciones del Lago de Maracaibo” (BRITO FIGUEROA, 1979, p. 23).

entre os novos proprietários e aqueles que seriam obrigados a dispor do seu trabalho, cultura e até de suas terras - considerada pelos nativos como extensão do seu próprio ser - como meio para outra classe garantir a ascensão como classe dominante colonial na Venezuela.

1.2 A África na América: colonização e escravismo

O sistema escravista venezuelano foi predominante na economia do período colonial e nas primeiras décadas da República. Os negros africanos substituíram a força de trabalho indígena escravizada nos primeiros anos da conquista. Assim que os espanhóis foram dizimando as populações indígenas da região costeira na extração de pérolas e, logo depois, nas *encomiendas*⁷, tiveram a necessidade de incrementar a força de trabalho por meio do comércio de negros africanos, capturados, comprados como mercadoria pelos impérios europeus e vendidos às colônias. Além de significar a continuidade da exploração territorial e, por extensão, a arrecadação de tributos por parte do Estado espanhol, a compra e venda de africanos representavam, em si mesmas, um negócio lucrativo⁸.

A chegada dos primeiros negros africanos na Venezuela ocorreu em 1502 (BRITO FIGUEROA, 2002, p. 1055, tomo IV). Entre 1525 e 1528, período em que a Coroa começou a autorizar a entrada de grandes contingentes de africanos, chegaram 800 negros. Nesse último ano, houve a autorização para o tráfico de uma grande quantidade, o que torna possível inferir que a conquista violenta já havia dizimado grande parte dos índios. A autorização foi dada a um grupo de alemães que havia conquistado o direito de explorar as riquezas da região. Carlos V (1500-1558) permitiu a entrada de 4.000 negros para incrementar a mão de obra indígena que, depois de 29 anos de conquista, já mostrava sinais de escassez (MORON, 1967, p. 131). As precárias condições de trabalho a que os índios eram submetidos serviram também aos negros africanos. Ao contrário de outras regiões da América espanhola, nas quais os conquistadores encontraram ricas minas de ouro e prata, a Costa venezuelana e sua região

⁷ A *Encomienda* foi a primeira instituição espanhola que organizou a exploração do trabalho indígena na Venezuela. Tratava-se de uma instituição, cujas características principais eram: a) a dominação, por parte de conquistadores, de um determinado território com densa população indígena; b) exclusividade do conquistador em se apropriar da produção da *Encomienda* que lhe foi atribuída; c) Os *Encomenderos* tinham que garantir aos índios encomendados a doutrinação católica, alimentos e vestimentas. De acordo com Eduardo Arcila Farias, em sua obra *El regimen de la encomienda em Venezuela, 1966, p. 136*, as cinco principais funções da *Encomienda* eram: 1) distanciar os índios de seus antigos vícios; 2) Instruí-los nos bons costumes; 3) Ensinar-lhes a doutrina católica; 4) Ensinar-lhes a viver de modo ordenado, segundo os princípios espanhóis; 5) Obrigar-lhes a trabalhar para os espanhóis. A *Encomienda* existiu, na Venezuela, até o final do século XVII.

⁸ Cf. Karl Marx (2009), no capítulo XXIV: a chamada acumulação primitiva.

central não apresentou o mesmo tipo de riqueza. A primeira riqueza natural que os espanhóis encontraram, e que impulsionou o tráfico e o trabalho escravo de índios e negros, foram as pérolas retiradas das ostras capturadas no mar oriental, sobretudo nas ilhas de *Margarita*, *Cubagua*, *Maracapaná*, *Curiana* e *Puerto Flechado* (MORON, 1967).

Ao final do período da conquista⁹, o tráfico organizado por espanhóis, portugueses e holandeses havia introduzido 5.000 negros africanos, submetidos ao trabalho escravo e que, ao lado dos 50.000 (BRITO FIGUEROA, 2002, p. 1058, tomo IV) índios que trabalhavam sob as ordens de conquistadores ou seus descendentes, produziram a riqueza capaz de sustentar a dinâmica interna de consumo, além de garantir, ao longo do tempo, a produção do excedente para a exportação.

A presença do negro na sociedade colonial se configurava por meio da completa exclusão do convívio social, porque desde o início sua função era exercer, nas cidades, os ofícios considerados degradantes pelos brancos, além do precarizado trabalho nas fazendas produtoras de cacau, cana-de-açúcar e tabaco. Eram tarefas normalmente exercidas sob inúmeras formas de castigo, desenvolvidas para mantê-los passivos às desumanas condições de vida na principal unidade produtiva¹⁰ da economia venezuelana, as fazendas de plantação de cacau.

Essa unidade produtiva da Venezuela colonial diz respeito às grandes propriedades de terras que produziam fundamentalmente o cacau. Ela surgiu depois do fim da *Encomienda*, na segunda metade do século XVII, e se tornou o produto que deu destaque à classe dominante venezuelana no cenário comercial internacional. Internamente, proporcionou um aumento

⁹ De acordo com Brito Figueroa *op. cit.* (2002, p. 1060) é o período que vai de 1500 até 1550, caracterizado pelas constantes lutas entre espanhóis e indígenas, carente de uma definição territorial e a demarcação das cidades. Conforme os conquistadores vão derrotando o poder indígena de cada região, começa a organização das cidades que, de modo geral, encontravam-se próximas à Costa. É um período marcado também pela indefinição das relações de produção. Na Venezuela, a exploração de riquezas nesse período inicia-se com o trabalho escravo indígena, logo depois somam-se os negros africanos e, somente cinquenta anos após a chegada dos espanhóis, é que se definem os primeiros traços da exploração do trabalho indígena por meio das *Encomiendas*. Depois de 1550, pode-se dizer que os espanhóis haviam organizado a produção, estabelecido os povoados e até mesmo algumas cidades.

¹⁰ O aprofundamento da divisão social do trabalho e das diferenças étnicas e raciais venezuelanas fazem parte de um mesmo processo, cujo ponto central é a estruturação da produção colonial agrícola e, como um resultado dessa estruturação, a marginalidade social em que foram colocadas as classes que realizavam as atividades laborais. A organização dessa produção contou com a formação de *três unidades produtivas*, que podem ser consideradas como os principais meios de produção venezuelanos sob a ordem colonial: a *fazenda tributária*, a *fazenda de pecuária* e a *fazenda de plantação* (BRITO FIGUEROA, 2002, pp. 1146-1185, grifo nosso). As formas de trabalho que predominaram em cada uma delas caracterizaram-se pela coerção extra econômica, ora como trabalho indígena servil e semi-servil, ora como trabalho escravo, e, com uma incidência muito baixa, como trabalho assalariado livre, mas que, em síntese, tornava-se uma prática de coerção extra econômica da força de trabalho, à medida que o indivíduo e sua família eram impedidos de deixar a propriedade devido à contratação de dívidas com o proprietário. Nessas condições, o trabalhador juridicamente livre, perdia sua liberdade (BRITO FIGUEROA, 2002).

expressivo nas exportações, elevando, conseqüentemente, a entrada de divisas monetárias. Esse fenômeno aumentou a concentração de riqueza e de terras por parte da classe dominante composta pelos grandes proprietários *criollos*. Diante da possibilidade de incrementar a riqueza e o seu poder social, os grandes proprietários se dedicaram a conquistar novas terras para expandir a produção da mercadoria que havia lhes garantido um salto econômico como nenhuma outra até então: “Después de los cueros y del tabaco, el cultivo de mayor significación económica a que se dedicaron los venezolanos fue el del cacao que dio ocupación a miles de colonos, prestigio a la agricultura, regularidade al tráfico y poder a una classe social que lo acaparó en gran parte (MORENO, 1982, p. 159).

Uma comparação entre a exportação do anil, do tabaco e do couro, produtos imprescindíveis na economia colonial da época, permite constatar a importância do cacau na balança comercial exportadora venezuelana no século. O cacau, em 1775, representava 75,1% do valor total de exportações do principal porto venezuelano, *La Guayra*, enquanto que o couro representava 17,1%, o tabaco 6,7% e o anil 0,87% (BRITO FIGUEROA, 1979, p. 105).

O quadro abaixo demonstra a evolução da exportação de cacau para o México e Espanha durante o século XVIII, segundo Brito Figueroa (1979, p. 103):

Décadas	México	Espanha
1691-1700	109.801	15.470
1701-1710	136.892	9.436
1711-1720	143.744	4.736
1721-1730	181.464	40.243
1731-1740	188.945	225.795
1741-1750	173.862	158.558
1751-1760	177.956	317.931
1761—1770	159.881	343.242
1771-1780	91.228	335.437

Tabela 1. Os números equivalem a sacas de mais ou menos 55,5 litros. Essa era a medida espanhola das *fanegas* (unidade de medida) de cacau para o período estudado.

Em um período de 40 anos, entre 1730 e 1770, o volume de exportação saltou de 221.707 para 503.123 sacas de cacau, representando um aumento de quase 130%. Esse resultado foi motivado principalmente pelo contrato realizado entre Felipe V e a Companhia

Guipuzcoana¹¹, em 25 de setembro de 1728, que se tornou responsável por todas as transações comerciais realizadas entre a Venezuela e a Espanha, inclusive, determinando os preços das mercadorias que entravam ou saíam da Província (MORENO, 1982).

No principal momento histórico de todo o período colonial em que a classe dominante venezuelana conquistou mais riqueza e poder (BRITO FIGUEROA, 1979, tomo I), a Coroa cedeu o monopólio comercial da Província para uma companhia que funcionava nos limites da racionalidade capitalista (DONGHI, 1975). Essa racionalidade era marcada pela busca do maior lucro possível em uma determinada atividade econômica ou comercial. Assim, a Coroa queria aumentar seus lucros com o monopólio colonial, mas o fazia por meio de uma companhia que também requeria sua parte nas riquezas venezuelanas.

Por outro lado, essa classe dominante interna também já havia conquistado a mesma postura diante do capital produzido em suas fazendas e exercia cada vez mais o controle do capital investido em meios de produção (a terra), força de trabalho e os instrumentos de trabalho utilizados, bem como no processo final desse ciclo, isto é, colocar a mercadoria em circulação. A imposição de preços pela Companhia e o monitoramento ao contrabando de mercadorias representaram um duro golpe aos interesses econômicos e políticos dos proprietários e comerciante *criollos*, que cada vez mais vislumbravam a liberdade comercial como um fator positivo para seus negócios. Por isso, o século XVIII foi um período em que a classe dominante venezuelana mais desenvolveu a consciência de classe contra o monopólio colonial. A prática do contrabando comercial, realizada principalmente com comerciantes holandeses (FIGUEROA, 1979, tomo I), representava o outro lado de uma economia de livre mercado, na qual não eram determinados, pelo Estado, nem os preços, nem o que deveria ser produzido. Ademais, o atraso econômico da Espanha com relação a outras Metrôpoles europeias era um problema identificado pelos *criollos* e tratado como um dos pontos centrais na insurreição de Juan Francisco de León contra a Companhia *Guipuzcoana*, em 1749 (AGÜERO, 2011).

O conflito de interesses entre a classe dominante da Província da Venezuela e a Metrôpole avançou durante todo o século XVIII. Ao mesmo tempo que os *criollos* observavam parte dos seus lucros serem confiscados pela Coroa por meio do monopólio, eles seguiam sua trajetória de classe dominante sem autonomia interna para gerir os assuntos econômicos e políticos que lhes diziam respeito. No entanto, ainda que subordinados aos

¹¹ Companhia comercial liderada por capitalistas vascos, da província espanhola de Guipúzcoa. Segundo Arellano Moreno (1982, p. 213), “Los vascos, inteligentes, dinámicos y ricos, y los Borbones, enciclopedistas y audaces, ponían en práctica sistemas comerciales que existían en otros países como Inglaterra, Francia y Holanda”.

interesses externos, mantinham e ampliavam seu poder social interno com a expansão territorial que lhes garantiam novas terras para o plantio do cacau e com a compra de escravos (BRITO FIGUEROA, 1979, tomo I).

Mas as fazendas de plantação não se desenvolveram em todo o território venezuelano, porque o cacau se adaptava apenas ao clima de algumas regiões. O litoral, em sua parte central, e os vales da Província de Caracas (destacados em vermelho no mapa abaixo) foram as regiões em que mais se estruturaram as fazendas de cacau (DEPONS, 1960, p. 25, Tomo II). Não foi por acaso que essas regiões concentraram cerca de 90% da população escrava da Venezuela.



Figura 2: Mapa do litoral venezuelano. Em destaque, a Província de Caracas. Fonte: Google Maps.

Embora o cacau fosse cultivado pelos indígenas pré-colombianos, no período colonial, isso praticamente não ocorreu (OBEDIENTE, 2011). Nesse momento, o cacau deixou de ser produzido como valor de uso, ou seja, para a subsistência de uma determinada comunidade, para se tornar uma mercadoria. No final do século do século XVII, o florescimento do cacau como principal mercadoria exportável, isto é, algo produzido exclusivamente com o objetivo de ser trocado no mercado (valor de troca) provocou, ao mesmo tempo, o aumento do tráfico de escravos na costa venezuelana e a organização de um novo tipo de meio de produção: a fazenda de plantação (BRITO FIGUEROA, 1979, tomo I).

Com a entrada de divisas monetárias, a classe dominante *criolla* foi ao mercado comprar a força de trabalho necessária para o cultivo do cacau, uma vez que os índios não se adaptavam a esse trabalho. Antonio Arellano Moreno (1982), ao tratar do advento do café como terceiro produto mais exportado na primeira década do século XIX, apresenta um

panorama que explica o fato de as fazendas de plantação recusarem os índios e utilizarem os escravos no trabalho com o cacau:

“[...] finalmente, el clima más humano que el requerido para el cacao, invitó a todos los hombres de trabajo a dedicarse a él (ao cultivo do café). Las siembras de cacao, realizadas en temperaturas entre 25 y 27 grados, solo eran propicias para el negro africano, en tanto que las temperaturas requeridas por el café, entre los 18 y 26 grados, permitían una humanización del trabajo o constituían una invitación para la mano de obra indígena, la blanca, la mestiza, etc.” (MORENO, 1982, p. 164).

As altas temperaturas e o clima úmido levaram a Coroa a emitir Cédulas Reais proibindo o trabalho indígena no manejo do cacau, já que muitos índios morriam nas plantações (ARCILA FARIAS, 1966). Desse modo, essas fazendas se constituíram como um local predominantemente habitado por negros, reunindo um grande número de escravos em uma região que compreendia basicamente a Província de Caracas. Alexander Von Humboldt (1956) chamou a atenção para o fato de que, na Venezuela, os negros não eram consideráveis pelo seu número, mas pela concentração em um território de pequena extensão. Ao comparar sua população negra, submetida à escravidão, com a de Cuba, constatou que, de fato, o número de escravos na Capitania Geral era muito pequeno: “las siete provincias reunidas de Venezuela contienen 60.000 esclavos; Cuba, cuya extensión es ocho veces menor, tiene 212.000” (HUMBOLDT, 1956, p. 238, Tomo II).

No entanto, o próprio cientista alemão, ao analisar o que chamava de “*la casta de los negros*”, ressaltou as duas características que mais marcavam sua observação dos escravos: a primeira era a condição de pobreza, e a segunda, a eminente possibilidade de uma insurreição violenta (HUMBOLDT, 1956, p. 239, Tomo II). De acordo com seus cálculos, dos 60 mil escravos existentes na Venezuela, 40.000 viviam na Província de Caracas (HUMBOLDT, 1956, p. 240, Tomo II).

Essa presença maciça da força de trabalho escrava não ocorreu nas fazendas de pecuária¹² e de tributo¹³, nas quais predominaram o trabalho de indígenas e de mestiços,

¹² Outra importante unidade produtiva do período colonial venezuelano foram as propriedades nas quais a criação de gado e de equinos predominou. Os *llanos* venezuelanos são uma região com as mesmas características dos pampas brasileiro e argentino. No período colonial, devido às condições geográficas favoráveis à criação e reprodução de gado, a agricultura de exportação não se desenvolveu ali da mesma forma que na região costeira e nos vales da província de Caracas. No entanto, sua importância para a economia venezuelana nos dois primeiros séculos de colonização foi imensa. Como nas demais unidades produtivas, a exploração da força de trabalho ocorreu com todos os grupos étnicos que se encontravam na mesma condição de classe social oprimida pelas relações de trabalho semi-servil, escravista e assalariado livre. No entanto, predominou o trabalho com índios, mestiços, zambos e mulatos, porque o meio geográfico não favorecia o uso do trabalho escravo: “[...] la naturaliza de la ganadería como actividad económica que utilizaba escassa mano de obra, el nomadismo de la

mulatos, zambos e negros livres. Nas fazendas de plantação¹⁴, o trabalho escravo foi o mais utilizado (MORENO, 1982). Seguindo a classificação que Ciro Flamarion Cardoso (1983; 1985) faz das grandes propriedades rurais denominadas *plantations*, é possível afirmar que as fazendas produtoras de cacau situadas na costa venezuelana e nos vales da Província de Caracas se enquadram nesse conceito. Eram unidades organizadas exclusivamente para a produção externa e necessitavam de maior investimento de capital para seu funcionamento, principalmente para a compra de escravos. Além disso, predominava, em uma escala bem maior do que nos outros tipos de fazenda, a força de trabalho escravista, e, por isso, as relações de produção se caracterizavam pelo excessivo controle da vida desses trabalhadores, pela violência dos senhores de escravos e pela maior repressão do Estado nessas regiões, uma vez que a densidade populacional de escravos era muito grande.

As condições às quais os escravos estavam submetidos na América Latina e Caribe podem ser generalizadas, a despeito de algumas particularidades encontradas em uma ou outra região, mas que não predominam como regra da vida do escravo negro, e sim como exceção (FLAMARION, 1983). A regra se definia pelas condições geralmente insalubres de trabalho, principalmente nos engenhos, nas minas e nas plantações de cacau e tabaco.

Além de estar exposto às condições mais desfavoráveis de trabalho, o escravo estava plenamente excluído da sociedade, porque tal condição o colocava como o ser social mais desprezado e com o qual a menor proximidade sanguínea podia representar, para a maioria da sociedade, uma completa desgraça. Na Venezuela, mesmo boa parte dos mestiços e mulatos

población indígena llanera y las propias condiciones del médio geográfico, obstaculizaron que la esclavitud dominara en las relaciones de esclavitud (BRITO FIGUEROA, 1979, p. 139).

¹³ Fazenda de tributo é a unidade produtiva que surgiu no final do século XVII, a partir da desintegração social e jurídica da *Encomienda*. Os antigos *encomenderos*, a fim de não terem prejuízos com o fim da exploração juridicamente consentida do trabalho dos índios, encontraram formas variadas de se apropriarem de novas propriedades. Uma dessas formas foi denominada de *composição*. Nesse período, a Coroa concedia títulos de mercedes de terras, geralmente com limites imprecisos. Os antigos *encomenderos* se aproveitavam para estender os limites territoriais das novas propriedades e avançavam sobre comunidades indígenas e sobre terrenos sem donos ou sob jurisdição da Coroa. Na sequência, com a ajuda de funcionários da administração colonial, regularizavam esses terrenos, tornando-se proprietários privados mediante o pagamento do *direito de composição* (BRITO FIGUEROA, 1979). Essa mudança qualitativa na forma da propriedade da terra liberou a força de trabalho indígena que, juridicamente livre, encontrou-se sem meios de lutar contra as novas formas de exploração. Muitos dos índios que viviam encomendados, tornaram-se parte da força de trabalho utilizada na fazenda que, em muitos casos, era a antiga terra de seu povo. Ao lado de mestiços, mulatos, zambos e negros livres, compuseram um grupo de trabalhadores, cuja relação de trabalho pode ser definida como *peonagem* (BRITO FIGUEROA, 2002). Juridicamente, todos eram livres, mas, por motivos extra econômicos, estavam impedidos de escolher onde trabalhar. Essa forma de trabalho foi uma das mais importantes da formação econômico social venezuelana. A substituição da *encomienda* de trabalho servil pela *encomienda* de tributos e, na sequência, pela fazenda tributária não representou a liberdade econômica do índio venezuelano.

¹⁴ Essa é a terceira unidade produtiva colonial na Venezuela. Trata-se das fazendas destinadas ao cultivo do cacau.

se esforçavam para provar a maior distância possível do parentesco com o negro, escravo ou não (PELLICER, 2005)¹⁵.

Dessa maneira, é indiscutível que o negro estivesse no nível mais baixo da estratificação social da Venezuela colonial. No entanto, pensando a questão a partir do conceito de classe social, é possível colocar o escravo nas mesmas condições de classe vividas pela grande maioria dos índios, dos mulatos, mestiços, zambos e negros livres. Assim, as diferenças jurídicas e culturais existentes entre as diferentes colorações da pele daquela sociedade culturalmente heterogênea podem compor uma unidade de classe social (WOOD, 2011). Essa unidade é possível se concebida como unidade de condições de trabalho e de vida similares, mas não uma unidade do ponto de vista da consciência de classe madura, como só foi possível observar no capitalismo também maduro.

Essa mesma condição de classe é fundamental para explicar o modo como atuaram a maior parte dos escravos, *llaneros*, índios, mulatos e mestiços na primeira etapa da guerra de independência. No caso dos escravos das fazendas de plantação, ao mesmo tempo em que serviram para a reprodução e aumento da riqueza que empoderou ainda mais um setor de *criollos*, denominados “*los grandes cacao*”, criaram as condições para uma atuação devastadora contra a classe dominante durante a guerra. A densidade populacional de escravos no litoral e na Província de Caracas, aliada ao apoio que os *llaneros* deram a José Tomás Boves, levou terror, destruição e morte às fazendas e às casas urbanas das famílias mais ricas da Venezuela (BRITO FIGUEROA, 2011).

Pouco antes do início da guerra de independência, o cultivo do cacau já tomava rumos em direção ao interior da Venezuela, e a região costeira e dos vales não apresentavam mais, na visão de Humboldt, condições físicas para o cultivo:

Las causas de este movimiento progresivo del cacaotero del Oeste al Este son fáciles de concebir. La Provincia de Caracas es la que más antiguamente se ha cultivado, pero a medida que por mayor tempo es desmontado un país se vuelve en la zona tórrida más desnudo de árboles, más seco, más expuesto a los vientos. Estas mudanzas físicas son adversas a la producción de cacao, y desmullendo por tanto las plantaciones en la provincia de Caracas, se

¹⁵ O fato de mestiços e mulatos terem ligação biológica com negros deixava-os à margem de qualquer direito civil ou político. No entanto, cultivavam o sentimento de honra tal qual ocorria com os *criollos* e sentiam-se socialmente acima, ou seja, em melhor “qualidade”, que outros pardos sem poder econômico ou que tivessem descendência negra muito próxima: “En los expedientes de calidad se expresa en términos jerárquicos: ‘baja’ o ‘superior’; y también, en términos cualitativos: ‘distinguida’ o ‘obscura’. Pero en la mayoría de los casos la calidad está definida por los calificativos: ‘mestizo’, ‘zambo’, ‘pardo’, ‘blanco’ o ‘índio’. Por tanto, podemos afirmar que está referida, exclusivamente, el principal valor del régimen de jerarquización de la sociedad, asociado a lo que, en términos de la época, se concibe como ‘limpieza de sangre’” (PELLICER, 2005, pp. 21-22).

acumulan por decirlo así hacia el Este en un suelo virgen y nuevamente desmontado (HUMBOLDT, 1956, p. 113).

Junto com a redefinição da produção de cacau, o regime escravista de trabalho também sofreu mudanças no início do século XIX. O movimento político da independência, liderado pelos *criollos*, proclamou o fim do tráfico de escravos na Venezuela, em 1810. Essa importante medida, ainda que tímida do ponto de vista das transformações sociais esperadas pelas classes oprimidas, foi incrementada com a ação incontrolável da massa de escravos contra a classe dominante venezuelana durante os primeiros anos da guerra.

1.3 O sangue mesclado: a mestiçagem e os conflitos sociais e raciais

A formação da sociedade venezuelana se manifestou segundo certa hierarquização que conformou contradições sociais de aspecto classista e racial. As contradições e a hierarquização estavam fundamentadas em formas de propriedades diversas, que se alternaram por todo território venezuelano, adequando-se, quase sempre, à geografia regional¹⁶ e ao nível de desenvolvimento das sociedades nativas (OBEDIENTE, 2011). Destacaram-se, no período da colonização, a *encomienda* e as missões. A partir da segunda metade do século XVII, a *encomienda* serviu de base para a formação da fazenda tributária, ao passo que as fazendas de plantação surgiram para reunir o trabalho escravo na produção de cacau, tabaco, anil e, posteriormente, café (FIGUEROA, 2002, Tomo IV).

Dessa forma, os interesses de poder econômico e político organizaram, nessas unidades produtivas, a divisão social do trabalho que articulou em um só fenômeno a exclusão social pela relação que o indivíduo estabelecia com a propriedade privada – com ou sem propriedade - e, como um desdobramento dessa primeira relação, pela cor de sua pele e/ou o nível de parentesco com o negro africano. A divisão social do trabalho nas cidades não fugiu à regra do que ocorreu nas propriedades rurais. O trabalho doméstico destinava-se aos escravos, negros livres e mulatos. Os demais trabalhos manuais realizados por marceneiros, ferreiros, carpinteiros, barbeiros, pequenos comerciantes – donos de pequenos armazéns – e o

¹⁶ Mario Sanoja Obediente (2011) diferencia três grandes regiões nas quais ele observou a predominância de diferentes tipos de exploração de riquezas. A primeira é a Costa centro-oriental (costa do leste venezuelano), onde estão as ilhas de Cubagua, Margarita e Coche, fontes inesgotáveis de pérolas, utilizadas para o intercâmbio de moedas e outros produtos metropolitanos. Terminar....

artesanato em geral, eram ofícios típicos dos brancos (“*blancos de orilla*”, sobretudo canários, mas também bascos), mestiços e mulatos (OBEDIENTE, 2011).

A formação de unidades produtivas - pecuária, plantação, tributária – nas quais predominaram diferentes modos de extração de sobre trabalho, além dos trabalhos manuais realizados nas cidades, reuniram a maior parte da população em uma mesma posição social em relação à posse do local em que podiam utilizar para trabalhar e retirar dele os produtos de seu sustento e/ou o excedente para comercializar. O grande contingente social formado por escravos, negros livres, mulatos, zambos e índios estava excluído da condição de proprietários de terras, o principal espaço utilizado para gerar os produtos que serviam para o consumo interno e para a troca com as mercadorias manufaturadas que chegavam da Europa. Outro contingente, menor que o primeiro, mas com grande participação na vida comercial e cultural da Província, era formado por mestiços e brancos, chamados de *blancos de orilla*.

Muitos autores considerados os principais nomes da sociologia e historiografia venezuelana (GARCÍA PELAYO, 1988; MIJARES, 1987; VELLENILLA LANZ, 2000; CARRERA DAMAS, 2010; BRITO FIGUEROA, 2002; ACOSTA SAIGNES, 1997) têm dado ênfase no caráter estamentário e de castas das relações sociais do período colonial venezuelano. A frequente utilização dos conceitos “estamentos” e “castas” contribui para se entender como era complexa e conflituosa a sociedade colonial da época. No entanto, pode levar a uma compreensão centralizada na ideia de que o preconceito e a exclusão de matriz étnica é que influenciavam em última instância aquelas relações sociais. Pelo contrário, elas foram um produto da maneira como se conformaram as relações de produção no interior da dinâmica da conquista e do modelo colonizador espanhol (BRITO FIGUEROA, 2002, tomo IV). A formação de grupos sociais delimitados e classificados socialmente pela etnia, a cor da pele ou pelo grau de parentesco com o negro foi um resultado do modo como se deu a divisão social do trabalho nos séculos de colonização.

Não se trata de uma visão economicista das conflituosas relações étnicas do período colonial, tampouco de forçar uma compreensão classista dessas relações em um momento cuja definição ou classificação das classes sociais se torna bem mais difícil do que em períodos de capitalismo desenvolvido. Porém, ainda que a definição das classes sociais seja difícil para o período em questão, é possível afirmar que as formas de consciência existentes na sociedade colonial, dentre elas, a segregação étnica, têm sua origem na divisão do trabalho, porque é a partir dela que a sociedade civil é organizada para reproduzir os interesses políticos, morais, religiosos que se formam como consciência dominante para justificar e sustentar a divisão entre trabalho manual e intelectual, como também a existência da

propriedade privada sobre o resultado da produção e sobre os meios e instrumentos nela utilizados (MARX; ENGELS, 2007).

Na Venezuela, como em toda a América Latina, a contradição entre produtores e apropriadores colocou brancos europeus (peninsulares, isto é, espanhóis) e brancos americanos (*criollos*) em confronto, primeiramente com índios, depois com os negros africanos e, posteriormente, com todos aqueles que descendiam das relações entre brancos e escravos, índios e escravos, brancos e índios. As formas de consciência que resultaram desses encontros étnicos, fundados sob uma específica divisão do trabalho, cristalizou-se política e culturalmente nas leis do Estado colonial e nos costumes da sociedade civil.

Por isso, torna-se complicado defender a existência de relações estamentais e de castas (STAVENHAGEN, 1969) e utilizar tais conceitos como princípio explicativo sem antes defini-las como produto de relações oriunda da luta da classe que produz e da classe que se apropria do que é produzido, segurando-se nas formas de trabalho e na propriedade privada de meios de produção e de trabalho (NETTO; BRAZ, 2007) como mecanismo de exploração direta e contando com o Estado como expressão ilusória de um interesse social geral (MARX; ENGELS, 2007)¹⁷. O europeu e depois seus descendentes americanos (*criollos*), ao se constituírem economicamente como classe dominante, apoiando-se na exploração do índio, do negro africano e na diversidade étnica surgida com a mestiçagem, fortaleceu-se ainda mais como classe com a ideologia, respaldada pelo Estado colonial, de sua suposta superioridade racial (BRITO FIGUEROA, 2002, tomo IV)¹⁸. Assim, uma reflexão mais completa das relações sociais desse período requer a consideração da existência de costumes e leis que davam àquelas relações sociais da Venezuela colonial um caráter de grupos que se separavam uns dos outros a partir de concepções herméticas (GARCÍA PELAYO, 1988). Ao mesmo tempo, essa reflexão deve ancorar-se na metodologia que permite explicar essas formas de consciência como resultado de determinações *a priori*, isto é, das formas como se

¹⁷ “É precisamente dessa contradição do interesse particular com o interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real [realen] dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como os laços de sangue, a linguagem, a divisão do trabalho em escala ampliada e demais interesses – e em especial, como desenvolveremos mais adiante, fundadas sobre a divisão do trabalho, que se isolam em cada um desses conglomerados humanos e em meio aos quais há uma classe que domina todas as outras” (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

¹⁸ A separação entre essa classe dominante do restante da sociedade não se dava apenas em relação ao negro, ao índio e ao mestiço, mas também a todos os setores pobres e intermediário, oriundos da imigração europeia: “Con la compra de títulos y prerrogativas, con el uso de prendas y trajes que no estaban al alcance de los hombres, se distanció también de los aventureros españoles y de los inmigrantes canarios que veían en busca de fortuna [...] cuando la sociedad llegó al máximo de su organización, los descendientes de los conquistadores y colonizadores constituían una verdadera aristocracia” (BRITO FIGUEROA, 2002, p. 1113).

desenvolveram as relações de produção específicas à sociedade venezuelana, dada às escolhas feitas pelos conquistadores, de modo que seus interesses de dominação fossem preservados.

O processo de conquista e colonização do território venezuelano, como já visto, uniu a exploração do trabalho a determinados grupos humanos: o índio, o negro e todos aqueles que com estes tivessem alguma relação de sangue. A posição social do indivíduo na divisão do trabalho manteve plena relação com a cor de sua pele ou com sua condição de nativo. No entanto, não era a cor de sua pele ou sua etnia que determinava sua posição na divisão do trabalho, mas sim o contrário, já que o conquistador não respeitou as formas de trabalho dos povos conquistados e promoveu sua exploração mediante a inserção do trabalho escravo e do trabalho servil, cuja finalidade era sempre a extração de excedente como forma de acumular riquezas¹⁹.

No caso do negro africano, sua inserção na sociedade colonial respondeu ao único objetivo de substituir a força de trabalho indígena (MORENO, 1982)²⁰. Desse modo, tem-se o fato de que uma necessidade produtiva, colocada pelos conquistadores e colonizadores, utilizou-se de uma força de trabalho cujos corpos, enquanto membros de um povo ou comunidade, não faziam parte da mesma cultura da classe que se constituíam como dominante. Pelo contrário, eram povos depreciados pela cultura europeia. A imposição da reprodução material da vida, determinada historicamente pelas condições da expansão comercial e do crescimento da manufatura, encontraram, como energia humana a ser usada nos limites desses interesses históricos do dominador europeu, o índio e o negro africano. O que fez do negro e do índio um escravo não foi sua etnia ou a cor de sua pele, mas sim o modo como a dominação colonial organizou a produção material destinada a produzir valor

¹⁹ Do ponto de vista metodológico, o exemplo que Marx e Engels (2007) utilizam para expor a diferença entre a concepção materialista da história e as concepções idealistas, serve para fundamentar a exposição realizada aqui. Dizem os autores: “Quando a forma rudimentar em que a divisão do trabalho se apresenta entre os hindus entre os egípcios provoca nesses povos o surgimento de um sistema de castas próprio de seu Estado e de sua religião, então o historiador crê que o sistema de castas é a força que criou essa forma social rudimentar. [...] Os alemães se movem no âmbito do ‘espírito puro’ e fazem da ilusão religiosa a força motriz da história” (MARX; ENGELS, 2007, p. 44).

²⁰ De acordo com Antonio Arellano Moreno (1982), nem o índio e nem o espanhol seriam capazes de sustentar a formação de uma nova organização social. Os primeiros, por estarem constantemente em espírito de resistência contra os invasores e por se confrontarem com uma cultura do trabalho completamente diferente da sua. No caso do espanhol, a pretensa superioridade em relação aos povos encontrados, o desprezo pelo trabalho manual, a dificuldade de se trabalhar no clima tropical, além de se sentirem representantes diretos do rei (“reyes sin corona) os impediam de realizar a obra criadora de transformar as colônias em fontes de riqueza. Assim, “se agudizó la necesidad de establecer corrientes migratórias para substituir las deficiências de índios y españoles. [...] La esclavitud, como organización jurídica del trabalho, no era tampoco nueva para el império español y se prestaba mejor que cualquier outra institución para obtener el mayor rendimiento económico con el menor esfuerzo, esto es, para aplicar la ley que tende a regir la producción económica” (MORENO, 1982, p. 119).

de troca, abastecer de matéria-prima as metrópoles e garantir o seu desenvolvimento²¹, ao mesmo tempo que condenava as colônias a um subdesenvolvimento (FRANK, 1971; BAGÚ, 1949).

Em seu desenvolvimento posterior, a sociedade venezuelana conviveu com essa estreita relação entre a definição das classes sociais a partir do fator divisão do trabalho ou do fator raça. É possível definir classe social com aquele conceito, mas não com esse, embora as segregações raciais influenciassem as disputas entre setores que compartilhavam as mesmas condições de classe social.

Segundo Brito Figueroa (2002, tomo IV), somente na segunda metade do século XVII e principalmente em sua última década é possível verificar as distinções que possibilitam definir as formações de classes sociais na Venezuela. O século XVIII tornou essas diferenças ainda mais nítidas e provocou também o surgimento de novas frações de classes, como foi o caso do incremento da classe dominante com o surgimento dos comerciantes controladores das transações comerciais com o exterior. Até o início do século XVIII, os proprietários de terras intermediavam as negociações comerciais dos seus produtos, de modo que um comerciante era quase sempre também um senhor de terras e escravos. Com a expansão comercial venezuelana ocorrida nesse século, houve a separação entre donos de terras e comerciantes (FIGUEROA, 2002, tomo IV)²². Ambos compunham a classe dominante na Venezuela, mas, em alguns momentos, os interesses particulares de cada fração se chocavam. No período em que a independência política se tornou um fato possível para os venezuelanos, os grandes comerciantes tendiam a apoiar o grupo político *criollo* mais radical, o qual propunha a ruptura completa com a Espanha, enquanto que, para os proprietários de terras e escravos, a prudência política era maior, já que um conflito político e social poderia ser mais prejudicial a um proprietário de bens imóveis – terra e escravos – do que a um comerciante, proprietários de bens móveis (.

A definição de classe dominante na sociedade venezuelana colonial corresponde a um pequeno grupo de senhores de terras e escravos. Sua formação se deu como resultado da

²¹ (BAGÚ, 1949, p.119): “En términos muy semejantes podemos hablar de las condiciones de producción en la América española. La esclavitud disimulada del indio y las pésimas condiciones de vida y de trabajo que pesaron sobre él se basaron, en gran parte, en la necesidad de que su trabajo —y su trabajo casi exclusivamente— sostuviera una enorme arquitectura social. El indio que busca plata en Potosí no sólo debe asegurar un gran provecho al propietario de la mina —que es también en los hechos, aunque no en la letra de la ley, propietario de su cuerpo y de su alma— sino procurar el sustento y las comodidades a una numerosa población inactiva radicada en la colonia y a otra población tan inactiva y numerosa como ésta, que vive en la metrópole”.

²² Essa separação parece ser uma tendência do desenvolvimento produtivo. Marx, quando descreve a expansão da divisão do trabalho, indica que uma das etapas que se seguiu ao processo de crescimento da manufatura foi a separação entre a produção e o comércio, e a formação de “classe particular de comerciantes” (MARX; ENGELS, 2007, p. 54).

manutenção dos privilégios e direitos que os conquistadores espanhóis e os primeiros colonizadores *criollos* adquiriam da Coroa (MORENO, 1982). Os privilégios mais importantes para a formação de uma classe dominante colonial foram o direito de “*encomendar*” índios, isto é, controlá-los e utilizá-los como força de trabalho a fim de comercializar a produção excedente de uma *encomienda* ou receber tributos (pagos em dias trabalhados nas terras do *encomendero*) dos índios pela suposta proteção que, segundo as leis do Estado espanhol, o *encomendero* deveria realizar (ARCILA FARIAS, 1966)²³. Além da *encomienda*, o direito de escravizar o negro africano também está na base da formação da classe dominante venezuelana.

Porém, a constituição e o fortalecimento como classe levou praticamente dois séculos para acontecer. Arellano Moreno (1982) ressalta que somente no final do século XVII é que a economia venezuelana adquiriu uma estrutura produtiva capaz de promover e assegurar cada vez mais a acumulação e a lucratividade daqueles que conseguiram chegar a esse período mantendo sua propriedade e/ou aumentando suas posses. Até meados do século XVII, o mesmo autor (1982) afirma que a colonização convivia mais com a pobreza e a pequena capacidade produtiva do que com um cenário de riqueza, grande produção e uma comercialização interna e/ou externa dinâmica. O fim da *encomienda*, o aumento do comércio de escravos e o surgimento de novos instrumentos que facilitavam o comércio – marinha mercante privada, por exemplo - foram as principais causas da expansão produtiva e comercial na Venezuela, no final do século XVII (MORENO, 1982)²⁴.

Para esse período, Brito Figueroa (2002) oferece números que revelam a concretude de uma classe então já definida e consolidada quanto a seus objetivos para se manter e se reproduzir como classe social dominante. Na última década do século XVII, havia, em todo o território venezuelano, segundo esse autor, 40.000 brancos, dos quais apenas 3.000 formavam o que se pode denominar de classe dominante (BRITO FIGUEROA, 2002, p. 1116, tomo IV), ou seja, os proprietários de terras, escravos, e dominadores do comércio de importação e

²³ “Considerada la pobreza de los indios, o la necesidad de los encomenderos, aunque se alegó la primera razón como fundamento, em la encomienda venezolana se estableció el tributo em servicios personales que habría de perdurar con la institución casi hasta su definitiva abolición (1687). Em las ordenanzas de Villegas quedó que los indios sirvieran a sus encomendados durante un mes; luego trabajarían en sus propias labranzas durante dos meses y, transcurridos éstos, volverían a darle prestaciones a aquéllos. De esta manera, los indios debían darle ao encomendero cuatro meses de trabajo al año, pero este ordenamento no sobrevivió, pues la norma que se generalizó y la que finalmente quedó establecida, fue la tasación de tres días de trabajo cada semana, anteriormente fijada por Spira, que daba al año una suma de días de trabajo para el encomendero mucho mayor que la señalada por Villegas en sus ordenanzas” (ARCILA FARIAS, 1966, p. 119).

²⁴ “Así como la producción estimuló el comercio, este fue pródigo en consecuencias. La marina mercante, en manos de los más poderosos productores y comerciantes criollos, le imprimió nervio a las actividades económicas y dio cierta independencia a la vida colonial de Venezuela” (MORENO, 1982, p. 147).

exportação, donos de um significativo capital que quase sempre era invertido na compra de escravos e na compra e anexação de novas propriedades territoriais:

Los 48.312 esclavos de origen africano importados hasta 1699, representan una inversión de \$ 6.251.800 (seis millones doscientos cincuenta e un mil ochocientos pesos), capital, significativo en este momento, propiedad de una casta de blancos, grupo poseyente que equivalía a menos de 10% de los pobladores blancos y al 1% de la población total, considerando los diferentes grupos étnico-sociales de las regiones conquistadas (BRITO FIGUEROA, 2002, p.1133, tomo IV).

Para fins metodológicos, históricos e sociológicos, a classe dominante venezuelana colonial deve, então, ser definida em seus aspectos qualitativo e quantitativo. Em relação ao primeiro aspecto, a condição de proprietários de terras e escravos permitia aos indivíduos dessa classe viverem também segundo uma organização estamental e de castas que lhes atribuía um nível de diferenciação do restante da sociedade. Quanto ao segundo, assim como em outros modos de produção, seu número era extremamente reduzido e representava em torno de 1% da população venezuelana. Graciela Soriano de García Pelayo (1988) afirma que a estruturação da sociedade venezuelana colonial não pode ser definida como uma “sociedade de classes”, à medida que estava estruturada segundo uma organização de estamentos e castas:

En consecuencia, el dinero permitía, dentro de las formas establecidas y vigentes – que sin duda alteraba – actualizar posibilidades de movilidad social que beneficiaban a sus poseedores, pero la riqueza no se había instalado como criterio predominante para la estructuración de una sociedad en la que el color, el rango y el privilegio tenían una fuerza determinante (GARCÍA PELAYO, 1988, p. 50).

Ao contrário do que afirma a autora, compreende-se que a riqueza – e, gradativamente ao longo da colonização, o dinheiro –, desde o período da conquista, foi o critério predominante para a conformação da sociedade venezuelana em classes sociais. Uma análise mais detalhada dos conflitos sociais venezuelanos possibilita inferir que as principais contradições que os motivavam não se davam em decorrência de um litígio para se comprovar a pureza de sangue, no caso do *criollo*; ou para se comprovar o maior distanciamento sanguíneo em relação ao negro, no caso de um mestiço. Evidentemente, a existência da exclusão social fundada no fator étnico e racial aumentava o nível das contradições sociais,

mas não era, em si, o critério essencial a partir do qual as lutas entre grupos, setores, em síntese, entre classes ocorreram²⁵:

Ubicación del factor racial. En importancia, los factores raciales son los últimos en la escala histórica. Jamás determinan un proceso; jamás constituyen la fuerza principal de propulsión. Sólo en circunstancias excepcionales agregan ciertas tonalidades de carácter secundario (BAGÚ, 1949, p. 119).

Brito Figueroa (2002) utiliza uma distinção categorial para explicar a relação entre o âmbito econômico e o âmbito social. Ele une os conceitos de classe social e estratificação social. O primeiro, segundo o autor, serve apenas para explicar a relação dos indivíduos com os meios de produção, enquanto que o segundo é utilizado para explicar as relações sociais. Assim, os negros escravos e livres, os mulatos e zambos eram uma classe social, porque compartilhavam, de modo geral, as mesmas relações no âmbito produtivo; no entanto, nas relações civis e políticas em que estavam inseridos, eram uma casta, à medida que seus direitos eram limitados por critérios raciais e não econômicos:

Los esclavos negros (bozales, o criollos y por extensión mulatos, y zambos que no eran libres) formaban el grupo más explotado en la estructura social y de casta anteriormente descrita; clases y casta; en el cuadro de relaciones económicas y de producción integraban una clase, y en la estratificación característica del orden colonial constituían una casta, baja, servil, marcada por su bastardo origen, prejuicio que expresaba el carácter de la moral pública de la época, funcionaba en la mentalidad colectiva y contribuía a afianzar en la realidad económica, la explotación de la mano de obra esclava (BRITO FIGUEROA, 2002, p. 1231, tomo IV grifos do autor).

A operação metodológica realizada para se chegar a essa explicação implica na separação entre relações de produção e relações sociais, considerando-as dois momentos distintos e separados na totalidade social. Para se evitar esse procedimento, é necessário entender que o capitalismo colonial (BAGÚ, 1949), sobretudo em relação às especificidades históricas venezuelanas a partir do século XVII, é um modo de produção que se desenvolve com características distintas do percurso de desenvolvimento ocorrido nos países centrais. Seus aspectos resultam de uma dinâmica que encerra a condição que se estabelece entre o tipo de

²⁵ Em Sergio Bagú é possível encontrar uma passagem que problematiza esse tema com um exemplo brasileiro: “Algunos autores brasileños han sostenido, por ejemplo, que la hostilidad entre los productores agrícolas en tiempos coloniales y los comerciantes de las ciudades de la zona noreste del Brasil se debió a los tenues hilillos de sangre judaica que, de acuerdo con las más sutiles inferencias histórico-literarias, deben haber corrido por el sistema circulatorio de los comerciantes. Encontrar argumentos que apoyen esa hipótesis no es fácil; pero tampoco lo es destruirla con otros argumentos que queden localizados a la reducida parte del mundo a que nos referimos (BAGÚ, 1949, p. 114).

capitalismo que vai se formar na colônia, a despeito de sua posição na divisão internacional do trabalho, e os meios que as classes dominantes encontrarão para acumular riquezas – e não há outros meios senão a extração de trabalho excedente - e se fortalecer como classe dominante sem autonomia política e econômica, pois era dominada pelos interesses metropolitanos. Por isso, o capitalismo colonial conviveu com formas de trabalho predominantemente pertencentes a modos de produção anteriores ao capitalista, nos quais a extração de trabalho excedente ocorria graças a formas de coerção extra econômicas, vinculadas, de modo geral, à política, à religião:

En los modos de producción pré-capitalistas la extorsión de plus trabajo (explotación) es sólo posible, según sea la ocasión histórica, por la acción política, patriarcal, religiosa. En el modo de producción capitalista, esta extorsión se realiza en el proceso de producción mismo, sin necesidad de otras intervenciones (SILVA, 1976, p. 128).

A adoção dessas formas de trabalho pelos primeiros responsáveis de promover o processo colonizador da América, sob o espírito do expansionismo comercial, que foi uma das expressões do desenvolvimento do capitalismo, não significa a existência de modos de produção diferentes, convivendo separadamente e ao mesmo tempo. Ao contrário, elas foram as formas de exploração do trabalho encontradas para aquele momento, e que respondiam às necessidades e às finalidades da conquista e da colonização.

1.4 Capitalismo colonial e os três grandes grupos sociais venezuelanos no século XVIII

A organização da vida social na colônia transitou entre o contexto histórico geral e o específico, de tal maneira que essa relação não se formou a partir de uma linearidade, mas, acima de tudo, foi resultando, nos territórios conquistados, em formas sociais muito diferentes do que se desenvolvia na Europa. O geral estava marcado pela rápida ascensão do capitalismo, que ia destruindo as velhas estruturas que impediam a emergência de fatores essenciais a sua existência como modo de produção, como por exemplo, a liberalização do trabalho livre e a transformação de dinheiro em capital²⁶. O específico se encontrava na

²⁶ Esse processo foi detalhado por Marx no capítulo da acumulação primitiva. Já no primeiro parágrafo, o autor o sintetiza: “Vimos como o dinheiro se transforma em capital, como se produz mais-valia com capital, e mais capital com mais-valia. Mas a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, a mais valia, a produção capitalista, e esta, a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de

colônia com suas próprias formas de ordenamento da vida social que, ao mesmo tempo, serviam como a fonte que alimentava a ascensão do capitalismo e sua caminhada para a consolidação do capitalismo industrial, mas trazia consigo formas de estruturar o trabalho e as relações sociais que estavam em contradição com o advento do trabalho livre, fundamento da produção capitalista. Uma categoria que serve de abstração desse movimento entre o geral e o específico na economia e nas relações sociais colonial é a de capitalismo colonial, desenvolvida por Sergio Bagú:

El régimen económico luso-hispano del período colonial no es feudalismo. Es capitalismo colonial. Cuando los historiadores y economistas dicen que el feudalismo, agonizante en Europa, revivió en América, se refieren, a hechos ciertos: el traslado de algunas instituciones ya decadentes en el viejo mundo; el florecimiento de una aristocracia constituida por elementos desplazados de allá; ciertas características de las grandes explotaciones agrarias, ganaderas y mineras, que hemos analizado y que evocan las condiciones de dependencia de siervo a amo y la beligerancia señorial de la época feudal. Pero todos esos hechos no son suficientes para configurar un sistema económico feudal. [...] Lejos de revivir el ciclo feudal, América ingresó con sorprendente celeridad dentro del ciclo del capitalismo comercial, ya inaugurado en Europa. Más aún: América contribuyó a dar a ese ciclo un vigor colosal, haciendo posible la iniciación del período del capitalismo industrial, siglos más tarde (BAGÚ, 1949, p. 87).

A conceituação a respeito das características das relações de produção do período colonial coloca outra questão com relação à categoria de classes sociais como princípio explicativo para as relações da ordem social venezuelana. Como utilizar essa categoria como abstração de uma realidade na qual conviviam formas de trabalho de modos de produção anteriores ao capitalismo e leis que se contrapunham à liberdade individual exigida pela dinâmica capitalista de livre busca pela acumulação de capital?

O século XVIII foi um período em que as condições comerciais favoreceram o aumento da produção e também promoveram o amadurecimento, como classe social, dos grandes proprietários de terras e grandes comerciantes, devido ao aprofundamento do conflito de interesses entre eles e a Coroa, que intensificou o controle administrativo na colônia, por meio da implantação da Companhia Guipuzcoana. Em relação à economia, as reformas borbônicas²⁷ buscaram aumentar o controle fiscal e aperfeiçoou o combate ao mercado

mercadorias. Todo esse movimento tem, assim, a aparência de um círculo vicioso, do qual só poderemos escapar admitindo uma acumulação primitiva, anterior à acumulação capitalista [...], uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida. [...] Embora os prenúncios da produção capitalista já apareçam, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades mediterrâneas, a era capitalista data do século XVI” (MARX, 2009, pp. 827-829).

²⁷ As reformas ocorreram durante o reinado de Carlos III (1759-1788).

contrabandista na Venezuela, uma prática comum vivida tanto pelos proprietários do setor produtivo, quanto pelos responsáveis pela circulação das mercadorias ali produzidas.

De modo geral, os proprietários de terras e comerciantes viram que a Coroa fechava o cerco para ficar com a maior parte possível dos lucros da riqueza produzida na colônia. Essa nova política metropolitana tinha três possíveis resultados nas relações sociais venezuelanas: em primeiro lugar, mais descontentamento da classe dominante com a Coroa; em segundo, um aumento na exploração do trabalho das classes responsáveis pela produção de mercadorias; em terceiro, a intensificação das contradições na luta de classes interna.

Na posição que cabia à Venezuela na divisão internacional do trabalho, o século XVIII representou um avanço na racionalização no setor produtivo e no setor de circulação de mercadorias, cada vez mais interligados às relações sociais fundadas na produção e reprodução do capital. Isso não significou a superação das formas de trabalho típicas de modos de produção pré-capitalistas, mas promoveu o aumento e a aglomeração da população escrava na região mais produtiva na Capitania Geral, a união dos proprietários de terras em torno da defesa de seus lucros frente a novas formas de tributação e de impedimento do contrabando, e, por fim, o surgimento de um setor especializado com o comércio externo e interno, que também era ligado aos ofícios artesanais urbanos e possuía pequenas propriedades agrícolas (OBEDIENTE, 2011).

Na segunda metade do século XVIII, a sociedade venezuelana colonial continha três grandes grupos sociais, os quais podem ser denominados como classes sociais, não só pelos critérios de sua posição nas relações de produção, mas também no que diz respeito às “formas de consciência” (WOOD, 2011) peculiares a cada uma delas, que influenciavam nas contradições políticas e sociais da época²⁸. Desse modo, mesmo convivendo com formas de

²⁸ O conceito de classes sociais guarda até hoje uma polêmica no interior do campo marxista. Na América Latina, essa polêmica é ainda maior visto que, até o século passado, os países do continente conviviam com a maciça presença de uma população rural, em detrimento de uma população trabalhadora da indústria em menor número. Apenas na segunda metade do século XX é que essa correlação se inverte, e a população rural migrou para as zonas urbanas e assumiu o papel do trabalhador industrial assalariado. A polêmica aumenta, quando o período em discussão se volta para a colônia. A presença de formas de produção pré-capitalistas dificulta a mínima coesão nas análises em torno de conferir o caráter de classe aos grupos sociais existentes. Em outros países da América Latina, como a Bolívia, por exemplo, a definição de proletariado como a classe predominante no interior da classe trabalhadora não é assunto resolvido. Diante disso, autores como Álvaro García Linera têm se debruçado sobre o conceito de classe social, a fim de contribuir para a readequação do conceito, a partir dos determinantes reais da formação social boliviana, e não a partir de formações sociais europeias, nas quais predominam a força de trabalho industrial. Um dos resultados obtidos é o seu trabalho “*La potencia plebeya Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*”. Para discutir o período colonial e o período pós-independência, autores como Sergio Bagú, em *Economía de la sociedad colonial*, utilizam o termo, ainda que sem caracterizá-lo sistematicamente. Para o pós-independência, Rodolfo Stavenhagen, com *Las clases sociales en las sociedades agrarias*, contribui para abordar a categoria em uma realidade distinta daquela geralmente utilizada: uma sociedade de traço predominantemente industrial. Sob um aspecto mais filosófico, Ellen Wood tem debatido criticamente com Edward Thompson acerca das formulações sobre classes sociais do

trabalho pré-capitalistas, que existiam no interior de uma racionalidade de produção, circulação e de consumo capitalistas, a categoria de classes sociais pode ser utilizada para analisar as dimensões sociais da política, da cultura, da arte, do direito, da educação. Além disso, é o comportamento social e político dessas classes que permite explicar o processo de independência como uma forma de a classe dominante defender seus interesses como classe em um momento de instabilidade política na Metrópole, com a invasão da Espanha (1808) por Napoleão Bonaparte (CARRERA DAMAS, 1991). Ao mesmo tempo, como resposta, as classes que com ela mantinham uma relação de contraste de interesses se apresentaram, em sua maioria, na oposição aos *criollos* anticolonialistas.

Na ideologia alemã, Marx e Engels (2007) explicam o processo de formação da classe burguesa, expondo o momento em que “indivíduos singulares” deixam de manifestar seus interesses de modo singular e passam a constituir-se como um “indivíduo de classe”: “Das muitas burguesias locais das diversas cidades nasceu pouco a pouco a *classe* burguesa” (MARX; ENGELS, 2007, p. 63, grifo original). Sem mencionar os conceitos de relação com os meios de produção e consciência de classe, os autores formulam o argumento que explica os dois fatores a partir dos quais é possível definir uma classe social: o fator objetivo e o subjetivo. O primeiro trata da condição do indivíduo no interior da divisão social do trabalho, isto é, de como ele se insere nas relações de produção (é proprietário ou não de meios de produção, de instrumentos de produção e/ou daquilo que ele produz). O segundo diz respeito às formas de consciência que emergem dessas relações que colocam indivíduos de uma mesma sociedade em posições sociais contraditórias, as quais produzem contradições entre essas posições, levando esses indivíduos a produzirem também interesses diferentes (WOOD, 2011).

Esses interesses que se enfrentam na objetividade das relações sociais de uma determinada sociedade são decorrentes das “formações de classes” que correspondem ao modo como estão organizadas as formas de trabalho e como está distribuída a propriedade das unidades produtivas essenciais²⁹ para garantir os produtos necessários para a manutenção e reprodução social dessa sociedade (habitar, vestir, plantar, colher, fazer política, promover a

historiador inglês. Em seu livro “*Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*”, a autora polemiza com os críticos de Thompson e, de modo geral, assume suas formulações conceituais como algo positivo na direção de romper com as limitações temporais e históricas da categoria. É no interior desse polêmico debate que se optou por utilizar essa categoria marxista para a análise de um período histórico no qual as formações sociais coloniais na Venezuela não se adequavam ao modelo europeu de uma sociedade em pleno desenvolvimento das forças produtivas e com a formação de uma classe social para si.

²⁹ Na Venezuela colonial, as fazendas de plantação, de pecuária e as fazendas tributárias.

arte, a religião, a intelectualidade), que também correspondem aos interesses de manutenção do poder econômico e político relacionado à propriedade privada dos meios de produção.

Desse modo, a relação entre as classes não é apenas estrutural, mas afirma-se também nas formas de lutas e conflitos (WOOD, 2011) que vão se desenvolvendo a partir das relações diretas que os indivíduos singulares estabelecem com as condições de produção de suas vidas, as quais são compartilhadas com outros indivíduos singulares, dando origem a um grupo que vive “as mesmas condições de vida”, que tem “as mesmas oposições” a outros grupos de indivíduos e que desenvolvem “os mesmos interesses” (MARX; ENGELS, 2007, p. 63). Esses fatores permitem a existência de “formações de classes”, mesmo quando não há uma direta correspondência entre a sua existência objetiva e a “consciência” de que ela existe como classe. Essa é a forma de pensar as classes sociais como “relação” e “processo” (WOOD, 2011, p. 78). A relação que elas mantêm com os meios de produção e o processo por meio do qual elas interagem como “formações de classe”, tem como função dar a cada tempo histórico um caráter diferenciado à luta de classes. Utilizar o conceito de “formações de classes” para compreender a luta de classes permite aceitar e entender os dois polos essenciais que caracterizam uma classe social: sua posição nas relações de produção (caráter objetivo) e as formas de atuação (caráter subjetivo) que ela encontra para se opor ou para reafirmar essa posição. As formas de atuação como classe é que marcam as formas encontradas para resistir à exploração, para lutar contra ela e, por outro lado, para manter a exploração existente e conter as insubordinações à ordem que ocorrem na luta de classes:

O conceito de classe como *relação* e *processo* enfatiza que as relações objetivas com os meios de produção são significativas porque estabelecem antagonismos e geram conflitos e lutas; que esses conflitos e lutas formam a experiência social em “formas de classe”, mesmo quando não se expressam como consciência de classe ou em formações claramente visíveis; e que ao longo do tempo discernimos como essas relações impõem sua lógica e seu padrão sobre os processos sociais. Concepções de classe puramente “estruturais” não exigem que procuremos as formas em que a classe realmente impõe sua lógica, pois as classes, por definição, simplesmente, *existem* (WOOD, 2011, p. 78, grifos originais).

A propriedade privada, as formas de trabalho e a “experiência social” das últimas décadas do século XVIII venezuelano, permitem analisar os fenômenos sociais dessa época à luz do conceito de classe social como “relação” e “processo”. Existiam três classes sociais, que podem ser definidas por sua relação com os meios de produção (condição de vida), pela oposição social e política que mantinham com outras classes (oposição idêntica) e pelos interesses sociais e políticos que tinham em comum (interesses comuns).

A classe dominante, composta pelos *criollos* e peninsulares, grandes proprietários de terras e escravos, além de muitos deles serem também comerciantes a dominarem o mercado de importação e exportação. Os cargos políticos e do alto clero eram exclusivamente dominados por indivíduos pertencentes a essa classe (GARCÍA PELAYO, 1988). Além do domínio político, os brancos ricos cultivavam leis e costumes sociais de preconceito étnico e racial, que davam à luta de classes uma complexidade e uma radicalidade maior (ACOSTA SAIGNES, 1997). Com isso, essa classe estava em oposição constante com todos os indivíduos que não conseguiam comprovar sua “pureza de sangue” perante a administração colonial, ainda que fossem proprietários de terras, de escravos ou comerciantes. Lutava pela manutenção de privilégios em relação aos mestiços, de modo que a esses não lhes era permitido frequentar as mesmas igrejas, as mesmas escolas, teatros, instituições públicas. Também estava em constante conflito com o governo espanhol, defendendo sempre a possibilidade de aumentar suas taxas de lucro, manter as leis que lhe davam privilégios contra os mestiços, e aumentar os cargos políticos como forma de poder regional (BRTO FIGUEROA, 2002, tomo IV).

Com poder econômico menor que a dos *criollos*, encontrava-se a classe composta por mestiços, canários e bascos (*blancos de orilla*)³⁰, donos de pequenas propriedades agrícolas, de pequenos comércios e oficinas artesanais nas cidades. Para fins metodológicos, será chamada de classe de pequenos proprietários e comerciantes. Eram responsáveis também, via de regra, pelos ofícios manufatureiros. Boa parte dos indivíduos dessa classe pertencia às “milícias de pardos” e defendiam a honra e a dignidade assim como faziam os *criollos* (GARCÍA PELAYO, 1988). Além disso, eram mestiços com certo poder econômico que lhes garantia, por exemplo, a possibilidade de pagar pela educação formal de seus filhos em “escolas” abertas por outros artesãos, também mestiços (LEAL, 1963). Muitos deles frequentavam a faculdade de direito, mas, por não comprovarem a pureza de sangue, eram impedidos de obter a diplomação (LEAL, 1983). Em 1795, o governo espanhol emitiu um

³⁰ Os *blancos de orilla* é uma categoria que representa um setor da sociedade colonial venezuelana, majoritariamente composta por imigrantes canários e bascos (esses em menor número) e seus descendentes. Na divisão do trabalho, estavam ligados aos ofícios manuais dos centros urbanos (artesanato), ao pequeno comércio nas cidades (armazéns), ao comércio de exportação, principalmente ao contrabando, ao cultivo de pequenas propriedades e ao trabalho nas fazendas. Como classe, pertenciam a dos comerciantes e pequenos proprietários, ainda que, em muitos casos, sua condição social se assemelhava mais a dos trabalhadores livres das fazendas, ou seja, completamente pobres. A existência de crianças brancas pobres pode ser comprovada pelo pedido de Doña Josepha de Ponte y Liendo, de Caracas, para a abertura de uma escola para “meninas brancas desamparadas”: Doña Josepha de Ponte y Liendo [...] con el respeto debido disse que habiendo determinado don Diego de Baños obispo que fue de dicha ciudad fundar a sus expensas un colégio de niñas blancas desamparadas concedidole la correspondiente licencia compró unas casas para dicho fin [...]” (LEON, 1968, p.32). Observa-se também os dois fatores de exclusão social daquela sociedade: pobreza e raça. Em meio ao conjunto de crianças pobres, a escola tem como finalidade atender apenas as de cor branca.

documento chamado *Gracias al Sacar*, o qual vendia títulos de nobreza e honra para os mestiços³¹. Ao comprar esses títulos, eles “ascendiam” à condição de “branco rico” e podiam, juridicamente, frequentar os mesmos espaços que os brancos (igrejas, teatros, *Cabildos*) e as mulheres podiam usar trajes até então exclusivos das mulheres brancas e ricas (FIGUEROA, 1979, tomo IV).

Do ponto de vista de sua relação com o setor produtivo, essa classe se diferenciava da classe dos escravos e trabalhadores livres do campo, porque mantinha em suas mãos os ofícios menos degradantes da época, como comércio, artesanato, docência e a manutenção de pequenas propriedades rurais. Ou seja, não eram responsáveis diretos pela produção de riquezas da colônia, assim como os escravos, índios e trabalhadores livres ligados às fazendas. De certo modo, pode-se afirmar que essa classe, do ponto de vista produtivo, vivia uma experiência social mais no nível da circulação do que da produção de riquezas.

Essa pode ser a principal diferença entre essa classe e a dos trabalhadores livres em condição de trabalho escravo e semi-servil, no que diz respeito à sua posição nas relações de produção. No entanto, havia também uma diferença subjetiva dessa classe em relação a dos trabalhadores livres do campo. Eram indivíduos com certa instrução, alguns com certa erudição, o que os tornava capazes de ameaçar politicamente a classe dominante, porque tinham condições intelectuais para assumirem cargos públicos e políticos. Muitos eram letrados e tinham contato com a literatura iluminista que chegava da Europa. Entre a classe dos trabalhadores livres que trabalhavam nas fazendas, apenas alguns indivíduos tinham um contato muito pequeno com essa literatura (RUIZ, 1990).

Devido a existência de leis e costumes que privilegiavam os brancos ricos em detrimento dos mestiços, mulatos, negros e zambos, os mestiços com algum poder econômico se tornaram uma fração de classe que imprimia uma luta política consciente contra a classe dominante. Diferentemente dos canários e dos bascos, que sofriam preconceitos por serem imigrantes ou descendente de imigrantes, os mestiços endinheirados (CÁRDENAS, 2010) viam-se também no direito de obter representatividade política nas instituições coloniais e aumentaram essa expectativa após a conquista da independência (LASSO, 2010).

³¹ O relato de Depons oferece um exemplo do poder que muitos mestiços tinham: “En general, las Iglesias de Caracas estan bien construídas. La iglesia parroquial de Altigracia es la mejor de todas y sua fábrica honraría hasta a las principales ciudades de Francia. El derecho de la virtud a la estima y admiración publicas me obliga a hacer constar que los pardos libres vecinos de esta Iglesia, la construyeron y ornaron a sus expensas, ayudados por algunas contribuciones de los blancos. La de Candelaria debe su edificación a los Isleños de Canarias que habitan en aquel barrio” (DEPONS, 1960, p. 218). Essa mesma citação revela que o preconceito fundamentado na cor da pele estava muito presente naquela sociedade. Diante das construções dos mestiços, que não deixavam a desejar se comparadas com as que existiam na Europa, Depons afirma que é “obrigado” a destacá-las: “El derecho de la virtud [...] me obliga a hacer constar...”.

Era uma fração que dispunha de certa organização política e com um programa social e político definido segundo suas necessidades como setor social que pertencia a uma classe intermediária na estratificação social da época. Um exemplo dessa organização pode ser visto na apresentação de um expediente assinado por 16 “pardos”, pedindo que o *Ayuntamiento* de Caracas permitisse a criação de uma escola de pardos na mesma cidade. Os gastos com a escola de primeiras letras seriam custeados pelo grupo responsável por apresentar o pedido. O documento expressa a preocupação com a formação escolar e profissional de um setor social que já se mostrava com maturidade capaz de pensar em seu devir histórico, utilizando os recursos econômicos de que dispunha:

Que para impedir el abuso de la mala enseñanza en esta juventud, de se origina ser unos artesanos que no avanzan en su profesión, después de muchos años de ejercicio, a más que a lo que vieron y observaron a sus Maestros, como también embarazar la precipitación o falta de prudencia con que los padres aplican a oficios los hijos, sin saber leer, escribir, ni contar, a sólo el fin de tener dentro de breves días un miserable jornal que los auxilie [...] (LEAL, 1968, p.349).

De modo geral, a classe dos comerciantes, pequenos proprietários e artesãos, a partir da segunda metade do século XVIII, tornou-se um incômodo à classe dominante. Com o aumento da produção e da exportação na Venezuela, foi inevitável a ascensão econômica de frações dessa classe (BRITO FIGUEROA, 1979, tomo IV). Os mestiços, de modo específico, eram considerados uma ameaça ainda maior, já que, além das contradições econômicas e políticas, a exclusão social que advinha da cor de sua pele conferia um aprofundamento ainda maior a esse conflito (MIJARES, 1987). Brito Figueroa (1979, tomo IV) traz em seus estudos sobre esse tema a ata do *Cabildo de Caracas*, de 14 de abril de 1796, solicitando a anulação da *Cédula Gracias al sacar*, que mediante o pagamento em dinheiro, permitia a um mestiço obter os privilégios de um branco:

El poder que han adquirido los pardos con el establecimiento de milicias, dirigidas y regladas por oficiales de su misma clase en lo económico, máxima que se adoptó como bien fundada y que la experiencia va manifestando que ha de venir a ser la ruina de América, porque no siendo capaces de resistir a la invasión exterior de un enemigo poderoso, y sobrando los Blancos para contener la esclavitud y mantener la paz interior del país, solo sirven aquellas para fomentar la soberbia de los Pardos dándoles organización, jefes y armas para facilitar una revolución. No necesita V.M. los conserve en el honor de sus ascendientes y con los pensamientos de sus mayores ahorrándoles el ultraje que les resulta de la mezcla con los Pardos con la gracia que ofrece la Real Cédula, de la igualdad que les promete, de la igualdad que le anuncia (BRITO FIGUEROA, 1979, p. 168, tomo IV).

Ao pesquisar sobre a vida dos mestiços venezuelanos na colônia, Cárdenas (2010) apresenta o informe do *Cabildo* de Caracas, de 28 de novembro de 1796, cujo teor ideológico em nada difere dos documentos anteriores produzidos por essa instituição política:

[...] la inmensa distancia que separa a los Blancos y Pardos: la ventaja y superioridad de aquéllos y la bajeza y subordinación de éstos; no contentándose con las gracias que ahora se les conceden y poco satisfechos del desdén con que han de ser siempre mirados a pesar de toda la fuerza de ellas, intentarán mayores cosas y se abrirán paso con la violencia a todas sus pretensiones, o para contenerlos harán necesarios los castigos, lástimas y desastres (CÁRDENAS, 2010, p. 35).

A despeito da recusa dos indivíduos da classe dominante em igualar seu *status* jurídico e sua honra a um mestiço, as fontes acima trazem a organização política e militar dos mestiços como um fator que deve ser destacado no conjunto das preocupações dos *criollos*. Essa preocupação demonstra a capacidade intelectual e organizativa, do ponto de vista político, dessa classe que se situava no ponto intermediário da luta de classes da Venezuela colonial. Algumas de suas frações haviam conquistado poder econômico, mas não social, devido àquela estrutura formada sob a segregação racial (CÁRDENAS, 2010). Embora fosse uma classe na qual era possível observar uma diferença maior com relação às condições de vida de seus membros, se comparada com a classe dominante e a classe dos escravos e trabalhadores livres, havia certa homogeneidade na forma de pensar os interesses comuns na esfera política e social, como, por exemplo, a organização militar, a abertura de escolas para mestiços, a formação de “grêmios de pardos”. Esses exemplos demonstram a “formação de classe” (WOOD, 2011) como processo, no qual já se observa o desenvolvimento de uma consciência que permite verificar as contradições objetivas com as demais classes e, ao mesmo tempo, elaborar formas de atuação política que denotam um protagonismo histórico consciente, portanto subjetivo, em oposição a outras classes.

A estrutura social venezuelana é completada com a classe dos escravos e dos trabalhadores livres. Qual é o critério para considerar trabalhadores livres e escravos como uma mesma classe? A resposta a essa questão utiliza como pressuposto a relação do indivíduo com os meios de produção e as “formas de consciência” (WOOD, 2011) que se desenvolvem no interior das relações sociais. Na Venezuela colonial do século XVIII, havia um grande setor social composto por mulatos, zambos, índios, mestiços e negros livres que viviam sob o mesmo *status* jurídico, ou seja, eram livres. Nesse ponto, diferenciavam-se dos escravos. No

entanto, ao analisar a inserção desse setor nas relações de produção e, por extensão, suas condições sociais, constata-se que o fato de ser um indivíduo juridicamente livre não o assimilava às condições sociais do mestiço e do *blanco de orilla* comerciante, artesão ou pequeno proprietário. Pelo contrário, sua condição social o identificava mais com a condição social do escravo.

No caso do índio, as unidades produtivas conhecidas como fazenda tributária e as fazendas de pecuárias formadas em reduções religiosas utilizavam a coerção extra econômica para explorar a força de trabalho indígena, submetida a relações de produção semi-servil (BRITO FIGUEROA, 2002, tomo IV). Referente à unidade produtiva conhecida como fazenda de pecuária, encontrada na região dos *llanos* venezuelanos, o mesmo autor afirma que: “siempre predominaron las relaciones de servidumbre sobre la esclavitud económica en sentido absoluto (BRITO FIGUEROA, 2002, p. 1198, tomo IV). Em sentido étnico e racial, os trabalhadores dessas unidades eram mulatos, mestiços e sobretudo zambos, isto é, indivíduos juridicamente livres, mas submetidos a condições de trabalho que não os diferenciavam muito do escravo. Seguindo os três critérios fundamentais para a formação de uma classe social, apresentados por Marx e Engels (2007, p. 63) – “condições de vida idênticas, oposição idêntica, e interesses idênticos” – é possível afirmar que esse setor pode ser assimilado à classe dos escravos. Vale ressaltar que tais critérios não aparecem somente no momento de maturidade da classe, mas também no processo de sua formação.

Dois exemplos no plano social e político podem ajudar a comprovar a afirmação de que esse setor de trabalhadores livres pode, junto com os escravos, ser considerado como uma classe social, conservando, como critério analítico, o conceito de classe como “relação” e como “processo” (WOOD, 2011, 73-79). Em 1795, ocorreu, na Província de Coro, uma das maiores rebeliões de escravos na história colonial na Venezuela: “la insurrección de los negros esclavos, indígenas y población de color contra los blancos propietarios y autoridades españolas, bajo la dirección de José Leonardo Chirino y José Caridad González” (ROJAS, 1993, p. 158). O levante liderado por Chirino e González era movido pela consciência de liberdade sob a influência da Revolução Francesa e dos levantes iniciados no Haiti, em 1791, que culminou com a conquista da abolição do trabalho escravo, em 1794. O importante a destacar aqui é a participação não apenas dos escravos na rebelião, mas também a de índios e de mestiços: “Este levantamiento de negros esclavos, indígenas sujetos al pago de tributo y de mestizos libres, se desarrolló en la serranía y costas de Coro en 1795, es decir, cuando ya se había proclamado la libertad de los esclavos en Saint-Domingue” (ROJAS, 1993, p. 158).

Contudo, não eram mestiços comerciantes ou pequenos proprietários, mas aqueles que compartilhavam com os escravos as mesmas condições de classe social.

O segundo exemplo possibilita perceber como essa formação de classe “em processo” (WOOD, 2011) vai estar mais madura meio século depois, na insurreição antiescravista e camponesa, de 1846. Na metade do século XIX, as condições de classe que aproximavam escravos e trabalhadores livres do campo, no final do século anterior, tornam-se mais idênticas e a ação unificada como classe social também se torna mais nítida³². O interesse comum é bastante claro: terra para plantar e homem livre. Liderados por Ezequiel Zamora, “rapidamente se extiende la insurrección, agrupando a peones, manumisos y esclavos bajo las banderas del programa *principio alternativo, elección popular, horror a la oligarquía, tierras y hombres libres*” (BRITO FIGUEROA, 2002, p. 1463, tomo IV grifos originais).

Todo esse desenvolvimento da sociedade colonial venezuelana durante o século XVIII, possibilitou o amadurecimento da consciência de classe dos *criollos*, além de criar as condições para uma definição inicial com respeito às formações de classes no interior do amplo conjunto social composto por comerciantes, pequenos proprietários, artesãos, trabalhadores livres do campo e escravos. Embora fosse uma sociedade marcada pela segregação racial, que provocava sérios conflitos sociais, a dinamização do comércio e a expansão da produção agrícola propiciaram a articulação cada vez maior de setores sociais que se uniam em torno de temas políticos e sociais que transcendiam o limite. Os exemplos citados anteriormente indicam a convivência e a organização de escravos, negros livres, índios e mestiços em torno de um mesmo interesse: o direito à liberdade individual e o direito à propriedade da terra (ROJAS, 1993). Constata-se que a separação de tipo étnico e racial que opunha, por exemplo, o mestiço ao escravo é sobreposto por um interesse social que vai além da diferença racial.

Por isso, é possível afirmar que as condições, interesses e oposição comuns (MARX; ENGELS, 2007), articulados à influência dos importantes acontecimentos revolucionários na França e no Haiti, bem como à existência de lideranças populares com certa instrução e à

³² Com o fim do tráfico internacional de escravos, promulgado em 1810, a liberdade dada a muitos escravos que participaram da guerra de independência e a lei de ventre livre, de 1821, o trabalho escravo chegou à metade do século XIX com sérias dificuldades para se manter como instituição lucrativa. Além disso, as ideias liberais e humanistas também haviam provocado o aprofundamento das discussões em torno da abolição dos escravos. Muitos fazendeiros já haviam adotado o processo de arrendamento de uma pequena porção de terras aos ex-escravos, os quais cultivavam o terreno e pagavam a renda referente à produção. Ou seja, o camponês e o escravo estavam cada vez mais próximos quanto às condições de vida e de trabalho, como também no que diz respeito aos interesses em comum. O escravo não lutava apenas pela liberdade, mas também pela propriedade da terra, com a qual não se relacionava mais apenas como um escravo e o local de trabalho onde era escravizado, mas como um trabalhador do campo, lugar de onde vislumbrava cuidar de sua família.

concentração demográfica proporcionaram as condições sociais e políticas para o avanço de formas de consciência que cada vez mais ultrapassavam interesses étnicos e raciais.

Não se trata, no entanto, da existência de classes sociais maduras. O que ocorre é que as transformações sociais da Venezuela, provocadas pela dinâmica global do capitalismo, que avançava para sua fase industrial, possibilitou a existência de condições para a formação de classes sociais, mesmo no interior de uma sociedade na qual conviviam ao mesmo tempo no mínimo três formas de trabalho que correspondiam a modos de produção diferentes (BRITO FIGUEROA, 2002). São classes em “processo de formação” (WOOD, 2011), mas que já demonstram formas de consciência comum, de acordo com sua relação com os meios de produção e com as contradições sociais e políticas existentes na sociedade civil, as quais resultavam dos interesses para manter as atuais formas da propriedade privada concentrada na classe dominante ou torná-la um atributo da grande maioria da população. Não se deve esquecer da busca pela representatividade política por parte da classe dos pequenos proprietários, comerciantes e artesãos, e da luta pela liberdade por parte dos escravos. No interior dessas relações, as classes sociais, pensadas como relação e processo (WOOD, 2011) começavam a se formar na Venezuela.

1.5 Crise da sociedade colonial venezuelana e a independência

Os três séculos de colonização foram marcados por constantes conflitos entre os habitantes da colônia e a Metrópole, e entre as classes internas, que disputavam entre si seus interesses particulares. Contudo, no final do século XVIII, as insurreições de escravos e as organizações políticas gremiais dos mestiços trouxeram novos fatores sociais e políticos que se transformaram em uma ameaça contundente tanto para a classe dominante quanto para a monarquia espanhola. Assim, a última década do século XVIII e a primeira do século XIX reúnem três acontecimentos de extrema importância histórica para a Venezuela: a insurreição de escravos liderada por José Leonardo Chirinos, em 1795; a Conspiração de Manuel Gual e Jose María España, em 1797; e, em 1806, a tentativa de Francisco de Miranda em libertar a Venezuela da monarquia espanhola e iniciar um movimento emancipador por toda a América do Sul.

Nesse período, a luta de classes venezuelana recebe novos componentes ideológicos externos, que permitem elevar o nível dos confrontos a um ponto até então desconhecido. Os

escravos, que até então se insubordinavam contra a opressão escravista e tinham nos quilombos o único refúgio longe do trabalho escravo, começavam a receber influência de um pensamento que destruía aquela espécie de dogma segundo o qual a liberdade era privilégio de apenas alguns seres humanos³³. Depois da proclamação dos Direitos do Homem, da Revolução Francesa e da revolução dos negros haitianos, passou a existir um fator qualitativo que acirrou ainda mais as contradições entre a escravidão, os grandes proprietários de terras e escravos e, por extensão, as formas jurídico-políticas coloniais que davam sustentação a essa instituição. A luta por igualdade por parte dos mestiços também seguia essa mesma direção.

A insurreição liderada por Chirinos e a Conspiração de Gual e Espanha traziam como proposta política o fim do trabalho escravo. Também não se deve esquecer que a Constituição de 1811, mesmo fortemente controlada pela classe dominante, proibiu o comércio de escravos na Venezuela. Embora possa significar uma tímida ação por parte dos *criollos*, sua existência representa a pressão social sofrida pelos donos de escravos para tomar uma decisão que mudava o cenário comercial interno da época e simbolizava o primeiro passo de uma ruptura com o escravismo. Naquelas condições, era o mais longínquo que a classe dominante escravista venezuelana podia ir em suas primeiras decisões como classe política autônoma. De certo modo, era uma atitude que indicava um avanço em relação ao tráfico negreiro, mas não demonstrava nenhuma ameaça ao poder social dos *mantuanos*.

Essa atitude denota a estratégia buscada pela classe dominante venezuelana diante da crise da sociedade colonial. Assim como as demais classes, ela tinha seus interesses nas relações sociais internas e mantinha oposição com as classes que dominava e com o governo absolutista espanhol, de maneira que, para não perder o controle social interno, viu-se diante da necessidade de romper com a Metrópole para manter a coesão interna que respeitava seus interesses:

Es decir, los criollos actúan en función de la emancipación para preservar esa estructura social, en momentos en que la metrópoli era incapaz de hacerlo. Pero la existencia de estas luchas paralelas o enfrentadas, según los casos, determina que la conducción del movimiento por los criollos no puede hacerse sin alguna forma de apertura hacia los intereses particulares de otros

³³ “En consecuencia, a partir de 1789, como simple referencia cronológica, pero concretamente desde el momento que se difunden en el territorio venezolano las noticias sobre todo cuanto ocurre en Francia y en las Antillas Francesas, se observa que cambia el cuadro de las rebeliones de esclavos en Venezuela, porque ellas encuentran en las doctrinas democráticas, violenta y revolucionariamente difundidas, un cuerpo de doctrina coherente que justifica racionalmente la igualdad natural de los hombres, la abolición de la esclavitud y de las relaciones económico-sociales feudales y de servidumbre, como formas de explotación y opresión” (BRITO FIGUEROA, 1990, p. 270).

sectores sociales cuyas luchas aparecen en el inicio mismo de la crisis (CARRERA DAMAS, 1991, p. 49).

O mesmo autor (1991) considera que a crise da sociedade colonial venezuelana pode ser identificada em cinco momentos diferentes, mas que mantêm intrínseca relação entre si. O primeiro momento, consiste no período que vai de 1795 a 1810 (três movimentos contestadores do poder *criollo*); o segundo, de 1810 a 1812 (auge da crise e rompimento com a Metrópole); de 1812 a 1815, o terceiro (organização da correlação de forças da luta de classes interna); de 1815 a 1821, o quarto momento (ocupação militar externa); e, por último, de 1821 a 1830 (República *Colombia* e separação da Venezuela) (CARRERA DAMAS, 1991, p. 45). Esse contexto é marcado em seus extremos temporais pela insurreição dos escravos, mestiços e índios na Província de Coro e a separação da República da Venezuela da República *Colombia*, momento que, para o autor, representa a definição da classe dominante pela consolidação da consciência nacional venezuelana (CARRERA DAMAS, 1991).

O processo de independência da Venezuela foi um momento em que todas as contradições sociais e políticas encontraram terreno propício para se revelarem com toda sua nitidez, permitindo que todas as classes entrassem na luta armada para conquistar suas demandas particulares. Por isso, na guerra de independência na Venezuela, a ideia de República ou mesmo a possibilidade de soberania política mostraram-se como conceitos abstratos que pertenciam a poucas consciências individuais – quase sempre intelectuais, líderes políticos e militares, como Simón Bolívar -, e, quando muito, nos setores mais ilustrados da classe dominante que, não obstante, também revelou-se mais preocupada com os conflitos concretos internos do que com a filiação aos novos regimes políticos e às novas ideias de liberdade e igualdade.

La estructura social revela una agudización de conflictos que se expresa en la lucha por la libertad que mantienen a un nivel los esclavos, a otros los criollos [...]. Esto es significativo, especialmente en lo que se refiere a la oposición entre pardos y criollos. El grado de encono a que llegó este enfrentamiento a fines del siglo XVIII, según testimonio de diversos autores y fuentes, constituyó uno de los factores – quizá el más importante – de la conversión de la crisis de la sociedad implantada colonial en una verdadera *guerra social* (CARRERA DAMAS, 1991, p. 41, grifo nosso).

A guerra social – guerra civil - que se manifestou na guerra de independência foi o nível mais profundo da luta de classes venezuelana. Foi a articulação dos fatores internos e externos que levaram a classe dominante a concentrar o poder político e não realizar a reformas sociais de caráter popular, justamente no momento em que a crise da sociedade

colonial alcançou seu ápice. Durante os últimos vinte anos antes da proclamação da independência, os *criollos* haviam assistido a um avanço político e social das classes com as quais mantinha uma relação de dominação. Em 1808, ela assumiu o protagonismo político diante da vacância do trono espanhol, fechando qualquer possibilidade de que interesses contrários aos seus pudessem afetar seu controle social.

O primeiro grande enfrentamento desse período que marca a crise da sociedade colonial implantada ocorreu em 1795, com a insurreição de escravos, índios e mestiços na região serrana da cidade de Coro, principal centro urbano da província com o mesmo nome, situada na costa central da Venezuela. A Província de Coro concentrava uma grande população de escravos e mantinha privilegiada comunicação com as ilhas caribenhas de colonização inglesa, holandesa e francesa: Martinica, Haiti, Santo Domingo e Curaçao³⁴.



Figura 3: Mapa do litoral venezuelano, com destaque para a Província de Coro e as ilhas caribenhas de colonização inglesa, holandesa e francesa. Fonte: Google Maps.

José Leonardo Chirinos, filho de escravo com uma índia, portanto um zambo, era livre e trabalhava para umas das cinco famílias de *criollos* que controlavam a propriedade de terras de escravos na região. Casou-se com uma escrava de José Tallería e realizava várias viagens para o Haiti, onde Tallería fazia negócios comerciais. Em 1795, Chirinos tinha contato com a

³⁴ Na região da cidade de Coro, havia cerca de 400 escravos fugidos de Curaçao, os quais habitavam comunidade chamadas de *minas* ou *loangos* (MÁRQUEZ, 1995).

efervescência revolucionária dos negros haitianos e conhecia a saga negra de 1791 que jogara por terra o poder escravista e, sob a liderança de Toussaint L’ouverture, colocavam as bases para a existência de “um Estado negro” (JAMES, 2010, p. 96), que treze anos mais tarde, derrotaria o poder colonial francês.

Chirino organizou um levante que começou no dia 10 de maio, destruindo e matando os donos da fazenda *El Socorro*. A insurreição durou cerca de quatro meses, até sua principal liderança ser capturada pelas forças de segurança da monarquia³⁵. O mais importante nesse acontecimento é a magnitude da insurreição e o pensamento político que fazia parte do plano de convencimento para atrair cada vez mais escravos. No dia onze de maio, o Tenente Mariano Ramires Valderrain emitia um ofício a Caracas, capital da Capitania Geral, para pedir ajuda monetária e militar contra o levante popular:

El tumulto es grande, la necesidad la última, y con ese motivo pase al Subdelegado de Real Hacienda me suministrase los caudales del Rey nuestro señor de que necesitara para mantener la gente de armas. [...] La aprobación de V.S. me servirá de consuelo en unas operaciones que se han tomado de pronto y según las graves exigencias del caso (VALDERRAÍN, 1994, pp. 32-33).

A preocupação das autoridades centrava-se no poder de força adquirido pelos insubordinados, que havia queimado várias fazendas e assassinado muitos proprietários (MÁRQUEZ, 1995). Todavia, o que merece destaque aqui é a concepção política, portanto, um fator no campo da consciência, que acompanhava a violência prática dos escravos. Pompeyo Márquez (1995), parafraseando o historiador José Gil Fortul, afirma que a máxima que acompanhava Leonardo Chirino era “a lei dos franceses”, a partir da qual propagavam, segundo os documentos da *Real Audiencia* de Caracas, o fim da monarquia, a liberdade dos escravos e a repartição das propriedades dos *criollos*:

Visto los autos formados de oficio de justicia, contra los negros, sambos y mulatos libres y esclavos reos [...] que acometieron a la Ciudad [de Coro], y se continuó hasta el doce del mismo en que los sublevados [...] en número de más de trescientos y cincuenta, con el objeto de matar a todos los blancos, ocupar sus Bienes, casarse con las blancas, y extinguir todos los derechos reales, y quedar libre los esclavos, como lo manifestaron después de haber sido derrotados por los vasallos fieles (REAL AUDIENCIA, 1994, p. 202).

³⁵ O julgamento de todos os envolvidos no levante terminou em dezembro de 1796. Chirino foi condenado à forca e morreu na Praça Central de Caracas, no dia dez desse mesmo mês.

A insurreição de escravos sempre provocou medo em seus donos e deixou alerta as autoridades da colônia. No entanto, o ponto mais destacável na rebelião liderada por Chirinos é a presença da influência francesa, isto é, o pensamento republicano que nutria a luta jacobina por liberdade e igualdade no Haiti (BRITO FIGUEROA, 1990b). Esse novo fator elevou o nível de consciência política de grupos pertencentes à classe de escravos e de trabalhadores livres do campo. Se, por um lado, não se deve afirmar que se tratava de uma consciência madura de classe e/ou necessária para a formulação de um projeto político e social para disputar o poder do Estado, por outro, não se deve menosprezar esse salto qualitativo das lutas antiescravistas na Venezuela.

Segundo Brito Figueroa (2002, tomo IV), as rebeliões de escravos na Venezuela cumpriram um desenvolvimento histórico ao longo do período colonial até os anos que antecedem à independência. Para o autor, nos primeiros levantes do século XV e início do XVI, a consciência que movia os escravos em busca da liberdade tinha um caráter religioso, como consta nos documentos referentes ao levante liderado pelo escravo Miguel, nas minas de Buría, em 1553 (BRITO FIGUEROA, 2002, tomo IV). As palavras que mobilizavam os negros a fugirem das fazendas se relacionavam com a ideia de que Deus fez todos os homens iguais, mas os espanhóis os haviam escravizados. Por outro lado, havia ainda fatores na organização dos *cumbes*³⁶, que lembravam as comunidades primitivas, com cultivo comum da terra e distribuição dos produtos de acordo com as necessidades de cada indivíduo, com preferência para crianças e idosos (BRITO FIGUEROA, 2002, p. 1247, tomo IV).

Para a segunda metade do século XVIII, a inspiração contestadora já não tinha mais um caráter religioso e seguia as mudanças históricas da época, aproximando a necessidade da liberdade a uma concepção racional da condição humana na modernidade, disseminada pelo pensamento ilustrado. A luta dos escravos se nutre “en la ideología revolucionaria del momento: los principios proclamados por la revolución democrático-burguesa en Europa y por los jacobinos negros de Haití y Santo Domingo” (BRITO FIGUEROA, 2002, p. 1248, tomo IV). As revoltas de 1795, em Coro, e de Maracaibo, em 1799, continham discursos inspirados nos conceitos de liberdade e igualdade e manifestavam-se contrários à ordem colonial, defendendo a existência de um governo republicano.

A influência revolucionária contagiou, além dos escravos e trabalhadores do campo, a classe dos mestiços e brancos pequenos proprietários, comerciantes e artesãos. A chamada

³⁶ Nome dado às comunidades formadas pelos escravos que fugiam. Os *cumbes*, geralmente, ficavam no meio de densas matas para dificultar a entrada dos caçadores de escravos e favorecer as estratégias de defesa da própria comunidade. No Brasil, as comunidades que se formavam a partir da reunião de negros escravos fugidos das fazendas chamavam-se quilombolas.

Conspiración de Gual y España representou o maior ato político contra o poder da monarquia espanhola na Venezuela e contra a classe dominante dessa Capitania Geral antes de 1810 (NAVA, 2013). A composição do grupo que se mobilizou em torno do movimento rebelde estava marcada pela forte presença dos setores médios. Havia comerciantes, como é o caso de Manuel Montesinos Rico, advogados (Nicolás Ascanio e Luis Tomás Peraza), engenheiros militares (patrício Ronán e Juan Lartigue de Condé), funcionários da administração colonial (Joaquín Sorondo e Juan José Mandiri), e todos os tipos de artesão: sapateiros, ferreiros, marceneiros, pedreiros; além de militares ligados às milícias de pardos (ROVIRA, 2008).

A Conspiração estava fundamentada em concepções filosóficas, teóricas e políticas completamente opostas à monarquia, ao absolutismo e ao colonialismo. A liberdade individual como princípio inalienável do ser humano, a igualdade entre todos os indivíduos, o direito de escolher os representantes políticos por meio do sufrágio, o livre mercado e a soberania política estavam contemplados no documento *Derechos del hombre y del ciudadano con varias maximas republicanas y un discurso preliminar dirigido a los americanos*:

No habían abusado tanto los Reyes de España, y los que en su nombre gobiernan nuestras provincias, de la bondad de los americanos, si hubiésemos estado ilustrados en esta parte. Instruidos ahora en nuestros deberes y obligaciones, podremos desempeñar estas del modo debido. [...] Nos resolveremos sin duda alguna a proscribirle enteramente: a abolir sus bárbaras leyes, la esclavitud, la miseria y el envilecimiento general: trataremos de substituir la luz, a las tinieblas, el orden, a la confusión, el imperio de una ley razonable y justa, a la fuerza arbitraria y desmedida [...] en una palabra, trataremos de buscar los medios más eficaces para restituir al Pueblo su *soberanía*, a la América entera los imponderables bienes de un Gobierno paternal (DISCURSO, 1997, pp. 192-193, grifo original).

Além da declaração, a Conspiração liderada por Manoel Gual e Jose María España contava com as *Ordenanzas*, um conjunto de artigos definidores da forma de governo a ser adotada, organização militar para defender o país contra o governo espanhol, formas de eleger os deputados provinciais para o governo provisório, medidas econômicas e fiscais, direitos civis e políticos e, por fim, o pavilhão nacional que deveria ser adotado para a República. Os artigos 32º, 33º e 34º demonstram o caráter revolucionário do movimento e a densidade teórica e política capaz de ameaçar de modo contundente o domínio espanhol na Venezuela, bem como o poder interno da classe dominante *criolla*. Sobre a igualdade entre os homens:

Art.32. Se declara la igualdad natural entre los habitantes de las Provincias y distritos y se encarga que entre blancos, indios, pardos y morenos reine la mayor armonía, mirándose como hermanos en Jesucristo iguales por Dios, procurando aventajarse sólo uno y otros en méritos y virtud que son las dos únicas distinciones reales y verdaderas que hay de hombre a hombre y habrá en lo sucesivo entre todos los individuos de nuestra República (ORDENANZAS, 2003, p. 91).

A respeito dos direitos indígenas, a cobrança de impostos por parte do governo espanhol e a usurpação de suas terras:

Art.33. Por razón de la misma igualdad queda abolido el pago del tributo de los indios naturales con que denigrativamente los tenía marcados y oprimidos el Gobierno tirano, que se lo impuso sobre las tierras que les usurpó con la fuerza y será uno de los cuidados del nuestro, darles la propiedad de las que poseen o de otras que les sean más útiles, proporcionándoles el medio para que sean tan felices como los demás ciudadanos (ORDENANZAS, 2003, p. 91).

Por último, o movimento revolucionário tocava na abolição do trabalho escravo, uma das questões sociais e econômicas mais importantes da época. Era a forma de trabalho responsável pela sustentação de toda a dinâmica produtiva da Capitania. O poder social da classe dominante erguia-se, fundamentalmente, sobre essa instituição.

Art.34. Queda desde luego abolida la esclavitud como contraria a la humanidad: en virtud de esta providencia, todos los amos presentarán a la Junta Gubernativa de sus respectivos pueblos cuantos esclavos hubiesen con una razón jurada de sus nombres, patria, edad, sexo, oficio, coste que le tuvo, y años que le sirve, con más una nota de su conducta y achaques, si los tuviere, para que en su vista en la Junta General se determine y mande abonar a sus respectivos dueños de los fondos públicos lo que merezcan en justicia.

[...]

Art.37. Asegurada la libertad de la Patria se licenciarán a estos nuevos ciudadanos y se les darán todos los auxilios que se juzguen necesarios para su regular establecimiento (ORDENANZAS, 2003, p. 91).

A crise do poder colonial na Venezuela não representava apenas um problema para o governo espanhol, mas também uma ameaça aos interesses de dominação *criolla*. O último artigo das *Ordenanzas* é a síntese de um documento que sintetizava a presença de ideias de ruptura com o poder colonial e, ao mesmo tempo, que significavam uma profunda reforma nas relações de produção e nas relações sociais e políticas venezuelanas no final do século XVIII, ou seja, eram ideias revolucionárias que passaram a ser perseguidas e combatidas pelos *mantuanos*:

Art.44. En señal de la buena unión, concordia e igualdad que ha de reinar constantemente entre todos los habitantes de la Tierra Firme, será la divisa una escarapela cuatricolor, a saber: Blanca, Azul, Amarilla y Encamada.

Significación de los cuatro colores:

Los cuatro colores de sus reunidos patriotas que son Pardos, Negros, Blancos, Indios.

La reunión de las cuatro provincias que forman el Estado: Caracas, Maracaibo, Cumaná y Guayana.

Los cuatro fundamentos del derecho del hombre son igualdad, libertad, propiedad y seguridad (ORDENANZAS, 2003, p. 91, grifo nosso).

A classe que havia se formado a partir da produção de riquezas sobre formas de trabalho estruturadas na coerção extra econômica e da diferenciação social sustentada por leis demarcadoras de privilégios nutridos pela exclusão étnica e racial, dificilmente assumiria as ideias revolucionárias da *Conspiração* como suas ou, ao menos, esboçaria, como classe, algum apoio. Embora o levante revolucionário sob a liderança de Gual e Espanha contasse com certa organização e apoio de milícias de pardos, seu alcance militar era reduzido. No entanto, mostrou-se como um ato com boa inserção na sociedade civil. Até o final do século XVIII, a Venezuela não conheceu um movimento político que tivesse ao, mesmo tempo, o aporte teórico revolucionário e a força militar necessária para iniciar um confronto com as forças militares da colônia. O ano de 1806 marcaria, portanto, a primeira tentativa de uma invasão militar com a finalidade de libertar a Venezuela do poder espanhol e reformar alguns aspectos políticos e sociais da ordem colonial em direção ao regime republicano.

O responsável pela tentativa foi Francisco de Miranda. De descendência canária, Miranda nasceu no ano de 1750, em uma família de comerciantes, cujo pai enfrentou várias vezes a recusas dos *criollos* para participar de milícia de brancos. Ao deixar Caracas aos vinte anos de idade, já sabia como ocorriam as segregações raciais no seio da sociedade Venezuela.

Nas últimas décadas do século XVIII e na primeira do século XIX, Miranda era sem dúvida o venezuelano mais reconhecido na Europa e EUA. Tornou-se um destacado militar do exército espanhol, mas também participou de várias campanhas militares pelos exércitos francês e inglês. Sua atuação nos três mais importantes exércitos da Europa se deu no período em que o pensamento republicano e anticolonialista mobilizava os principais acontecimentos históricos do período, dos quais ele participou ativamente. A independência do Estados Unidos e a Revolução Francesa foram campos de batalha nos quais Miranda lutou com destacado reconhecimento. O contato com o pensamento libertário da época, ele já havia tido no momento em que chegara à Espanha, depois de deixar a Venezuela (ANTEPARA 2006). A participação nessas lutas republicanas serviu para que Miranda conhecesse pensadores e

políticos influentes. Esse conhecimento o levou a formular, a partir do início da década de 1790, um plano geral de independência para a América espanhola e o fez circular entre intelectuais, políticos e empresários europeus, sobretudo, na Inglaterra (ROVIRA, 2008)³⁷.

Durante duas décadas, Miranda trabalhou com o objetivo específico de libertar a América do Sul do poder espanhol. A formulação dos projetos republicanos já acontecia desde 1790, mas foi somente em 1806 que conseguiu reunir forças objetivas para empreender um ataque militar à monarquia espanhola. O local escolhido para iniciar a ocupação do território venezuelano foi a cidade *La Vela de Coro*³⁸.

Depois que saiu de Caracas, Miranda jamais voltou para a Venezuela antes de 1806. Assim, quando aportou no litoral venezuelano com suas ideias republicanas e independentistas, era considerado pela classe dominante interna como um estrangeiro que representava mais uma ameaça aos interesses de dominação interna do que alguém que pudesse contribuir para aumentá-la ou aperfeiçoá-la (MIJARES, 1987). Devido à importância que adquiriu entre os intelectuais e políticos europeus, os *criollos* o viam como um fiel representante da política colonial francesa e inglesa. Além disso, alguns de seus escritos continham princípios democráticos que defendiam a participação de mestiços e índios nas instituições políticas da futura república. Eram princípios inaceitáveis para uma classe dominante que sustentava seu domínio econômico e político em privilégios étnicos e raciais. Em 1798, Miranda esboçou um projeto de Governo Provisório, no qual a composição dos representantes políticos chocava-se com o pensamento excludente dos *criollos*: “Las autoridades españolas serán sustituidas por Cabildos y Ayuntamientos de las diferentes Ciudades, los que agregarán al número de sus miembros un tercio escogido entre los indios y la gente de color de la provincia” (MIRANDA, 2010, p. 182).

Ao chegar a *La Vela de Coro*, emitiu um discurso-decreto em que a igualdade civil aparecia como ponto importante do novo ordenamento político que Miranda esperava promover:

[...] La recuperación de nuestros derechos como ciudadanos y de nuestra gloria nacional como americanos colombianos serán acaso los menores beneficios que recojamos de esta tan justa como necesaria determinación. Que los buenos e inocentes indios, así como *los bizarros pardos y morenos libres*, crean firmemente que somos conciudadanos y que los premios pertenecen *exclusivamente al mérito y a la virtud*, en cuya suposición

³⁷ Por esse motivo, Francisco de Miranda é reconhecido com o título de o Precursor, reconhecido ao lado de Bolívar, cujo título é o de Libertador.

³⁸ Cidade litorânea da Província de Coro.

obtendrán en adelante las recompensas militares y civiles, infaliblemente, por su solo mérito (MIRANDA, 2010, p. 223, grifo nosso).

A proposição mirandina não chegou ao extremo de propor a abolição do trabalho escravo, como ocorreu com na Conspiração de Gual e Espanha. Porém, ela continha princípios que foram excluídos, por exemplo, da Constituição republicana de 1811, aprovada sob o completo comando da classe dominante venezuelana. Com a república *criolla*, a igualdade civil foi aprovada, mas não ocorreu o mesmo com relação à participação de índios e mestiços nas instituições políticas, como foi defendida em 1806.

Neste intervalo entre a invasão frustrada de Miranda e a criação da Junta em 1810, ocorreu a vacância do trono espanhol, devido à invasão napoleônica à Metrópole. É indiscutível que os fatos ocorridos na Espanha foram de primeira importância para que, nas colônias, as ideias de independência adquirissem mais vigor do que comumente vinham tendo. Contudo, no caso venezuelano, não se deve menosprezar as correlações de forças que vinham se desenvolvendo nos últimos 20 anos e que possibilitaram um fortalecimento político de setores das classes sociais que se encontravam em oposição à continuidade das formas de dominação existentes. Os três episódios descritos anteriormente – insurreição dos escravos em Coro; Conspiração de Gual e Espanha; o plano militar e político de independência liderado por Miranda – demonstram que, nesse período, o poder interno da classe dominante venezuelana estava ameaçado por forças sociais que haviam começado a conquistar uma consciência política que tornava a luta de classes interna mais complexa, porque possibilitava que qualquer uma delas, umas mais outras menos, tivesse a capacidade de sair vitoriosa em um processo revolucionário.

A proclamação da independência em 1811 foi o ato político de confirmação da continuidade do poder nas mãos dos *criollos*. Se comparados com os movimentos revolucionários anteriores, de caráter popular, a proibição do tráfico de escravos e a proclamação da igualdade civil podem ser considerados avanços tímidos. Os dois fatores essenciais que sustentavam o poder de classe dos *criollos*, o trabalho escravo e o controle das instituições políticas internas foram mantidos. A independência, desse ponto de vista, representou um estancamento das esperanças das classes populares e dos setores médios compostos por mestiços e brancos. O trabalho escravo foi mantido, ao mesmo tempo em que as decisões políticas mais importantes continuavam sob o controle das frações da classe dominante. Essa classe conseguiu derrotar momentaneamente as demais classes nessa dinâmica revolucionária do período mais intenso da crise da sociedade venezuelana. Contudo, o aberto confronto dos últimos vinte anos preparou as condições essenciais a partir das quais

se organizou a luta pela independência na Venezuela. Nessa guerra, que deveria ser internacional – exército venezuelano contra o espanhol – predominou o combate entre as classes sociais venezuelanas, de modo que a independência, como afirma Laureano Vallenilla Lanz (2000), foi o resultado de uma guerra civil entre venezuelanos.

É desse contexto histórico e social peculiar, isto é, das características da luta de classes venezuelana, que contém aspectos específicos em relação a outros países da América Latina, que se deve compreender a postura de intelectuais, militares e políticos, dentre eles Simón Bolívar, que se esforçaram para pensar e começar a organizar uma nova sociedade civil, política e social. Não menos importante, é também desse contexto que se deve compreender a atuação das classes sociais excluídas de algum modo, ou por não terem liberdade ou por não terem a igualdade civil reconhecida, que viram na guerra de independência a principal oportunidade de conquistar os objetivos que há muito tempo vinham perseguindo.

2. A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO DE SIMÓN BOLÍVAR

O projeto político bolivariano para a Venezuela emancipada não deve ser entendido como algo que já estava finalizado em 1810-1811. O objetivo deste capítulo é refletir sobre como ocorreram as principais transformações, durante uma década de conflito militar, na sua forma de pensar as relações políticas e sociais. No momento da declaração de independência, Bolívar era um revolucionário como tantos outros que existiam no núcleo de *criollos* republicanos. A conquista do título de Libertador e a consequente liderança militar e política que exerceu em quase toda a América espanhola – praticamente até a divisa com a Região do Prata – foi se concretizando aos poucos, de tal maneira que, em 1815, ou seja, após quatro anos de guerra, encontrava-se desprezado e renegado por parte dos mesmos oficiais que até então comandara. O mesmo ocorreu com sua forma de pensar a relação entre o Estado e a sociedade civil após a emancipação, ao mesmo tempo em que pensava, na realidade imediata, a relação entre o exército patriótico e as massas populares compostas por escravos, negros livres, mulatos, mestiços, zambos e índios sem nenhum poder econômico e excluídos socialmente em face das relações de produção e padrões culturais e jurídicos da ordem colonial.

Nesse processo de transformação, Bolívar foi definindo as bases de seu projeto republicano a partir de suas convicções que eram próprias da formação intelectual pela qual havia passado e pelas formas de pensar de sua classe. Dessa forma, seus escritos demonstram que no início dos conflitos com a Espanha o que mais se apresentava como problema para consolidar a independência e a República eram as questões ligadas à organização do governo e do Estado. A esfera política de controle do Estado estava no centro das modificações necessárias para fortalecer o governo interno e colocar as bases do poder soberano do país. No entanto, depois do ano de 1814, período em que a guerra civil alcançou o ápice com as violentas ações de escravos, *llaneros* e de vários setores das classes populares comandados por José Tomás Boves (1782-1814)³⁹, a moral e a virtude assumiram o protagonismo de seu

³⁹ Boves entrou para a história venezuelana como o pior inimigo dos patriotas na guerra de independência. De modo geral, a historiografia lhe atribuiu os adjetivos mais negativos para caracterizá-lo. Ao mesmo tempo em que a *historia pátria* tentou apagar o caráter de guerra civil na emancipação da Venezuela, contribuiu para construir a figura de Boves como um sanguinário perseguidor de brancos americanos e espanhóis. As contradições sociais que influenciaram os desdobramentos da guerra foram reduzidas à oposição entre bons/maus, virtuosos/ ignorantes, cujo fundamento para essa classificação era a condição de homens sem virtudes. Uma bibliografia essencial que oferece um contraponto a esta visão é “*Boves: aspectos socioeconômicos de la guerra de independencia*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1991.

projeto republicano. Em decorrência destas mudanças, a formação moral da população, principalmente das classes populares, tornou-se uma necessidade para a possibilidade de existência e conservação da República. A formação moral estava relacionada à proposta bolivariana de realizar reformas sociais e estruturais reivindicadas pelas classes populares.

2.1 O fim de Primeira República (1812): início do percurso em direção à moral e à virtude

Apresentar um panorama geral da sociedade venezuelana, como exposto no primeiro capítulo, só tem sentido na presente análise se ele contribuir para a compreensão mais global da atuação de Simón Bolívar nesse crucial momento histórico, o período da independência. A visão, ainda que geral, das relações econômicas da ordem colonial na Venezuela deve garantir que a sua trajetória política e militar entre 1810 e 1830 ganhe traços mais completos, à medida que possibilita acompanhar de modo mais detalhado o movimento tático militar, mas ao mesmo tempo um movimento de ampla repercussão social. A partir do momento em que a guerra de independência, em sua primeira etapa (1811-1815), destacou-se por ser uma guerra civil, isto é, uma guerra entre venezuelanos (VALLENILLA LANZ, 2000), qualquer ação no plano militar tinha implicações no plano social, pois passou a envolver diretamente todas as classes sociais venezuelanas.

Ao que tudo indica, os setores anticolonialistas *criollos* não esperavam uma mobilização das classes sociais oprimidas durante o processo de independência. A estratégia era contar com o apoio de nações que já haviam realizado suas revoluções anticoloniais, como era o caso dos Estados Unidos, e da Inglaterra por ser o país que simbolizava a concretização das instituições políticas modernas, além de ter interesses econômicos na liberalização dos mercados americanos controlados pelo monopólio espanhol. Em 1815, na Carta da Jamaica, as palavras de Bolívar mostram como a geopolítica internacional era colocada como fator preponderante no confronto que seria aberto contra a Espanha. Para a fração radical da classe dominante, a independência seria conquistada pela articulação entre a formação de um exército com soldados venezuelanos preparados nas milícias internas existentes⁴⁰ e o apoio diplomático e militar de nações europeias e dos Estados Unidos:

⁴⁰ Vale lembrar que essas milícias eram, em sua maioria, compostas por homens brancos e ricos. As chamadas milícias de pardos foram se formando durante o século XVIII e também se constituíam em uma importante instituição militar no momento da independência. De modo geral, as duas milícias eram compostas por

La Europa misma por miras de sana política, debería haber preparado y ejecutado el proyecto de la independencia americana. [...] La Europa que no se halla agitada por las violentas pasiones de la venganza, ambición y codicia, como la España, parece que estaba autorizada por todas las leyes de la equidad a ilustrarla sobre sus bien entendidos intereses. [...] En consecuencia, nosotros esperábamos con razón que todas las naciones cultas se apresurarían a auxiliarnos, para que adquiriésemos un bien cuyas ventajas son recíprocas a entrambos hemisferios. Sin embargo, ¡cuán frustradas esperanzas! No solo los europeos, pero hasta nuestros Hermanos del norte se han mantenidos inmóviles espectadores de esta contienda (BOLÍVAR, 1980, p. 162).

Os desdobramentos do conflito armado com a Espanha contrariaram as expectativas dos *criollos* anticolonialistas e produziram uma guerra civil, cujos aspectos implicaram em importantes mudanças no plano militar e social durante a guerra. Coube a Bolívar, o líder de todo o movimento após 1811, realizar a leitura da entrada das classes oprimidas venezuelanas na guerra como protagonistas de um confronto anteriormente imaginado sem elas.

O movimento político iniciado em 1810, que culminou na proclamação da república em 1811, mobilizou toda a sociedade venezuelana. As contradições sociais e étnicas existentes se manifestaram, em alguns momentos, de modo incontrolável (PIETRI, 2010) tanto para os espanhóis quanto para os *criollos* republicanos. Pelo fato de o movimento emancipatório ter tido origem na classe dominante, não tinha a pretensão de alterações na ordem social e econômica da sociedade venezuelana. Este foi o ponto decisivo para que os espanhóis conseguissem liderar a maior parte das classes populares, principalmente a dos escravos e trabalhadores livres do campo, que se lançou contra os *mantuanos* republicanos.

Para conter o movimento independentista, os espanhóis usaram uma estratégia que, naquele momento imediato, representava o aumento de suas forças para conter os rebeldes republicanos, mas que, posteriormente, mostrou-se uma ameaça tanto para os que pretendiam manter a monarquia, quanto para os que buscavam assumir o controle político, derrotando o domínio colonial (PIETRI, 2010). Os defensores de Fernando VII começaram a influenciar a insurreição de escravos e da população mais pobre contra os proprietários filiados à causa emancipatória, prometendo-lhes a liberdade e as propriedades dos traidores da monarquia espanhola. O resultado da inserção destes setores no confronto foi a rebelião popular de 1814, responsável pelo fim da Segunda República e pela mudança de direção (DONGHI, 1975) da

proprietários de terras, funcionários do governo colonial e por comerciantes. Os setores que compartilhavam as mesmas condições de classe social marginalizada socialmente, estavam excluídos da participação no exército da Província e de depois da Capitania Geral da Venezuela.

expedição espanhola encarregada de pacificar as insurreições em seus domínios na América, que, pelo projeto inicial, desembarcaria primeiro na Argentina.

Depois que os setores populares foram lançados nesse conflito político, e, em seu interior, procuraram conquistar algo que incidisse de modo direto e imediato na melhora da sua condição de vida, os *criollos* republicanos passaram a considerá-los responsáveis pelo retorno dos espanhóis ao poder. No caso de Simón Bolívar, não foi diferente.

É neste ponto que reside a relação entre a guerra de independência, as formas de educação da sociedade colonial e a forma e a função que a educação, segundo Bolívar, deveria assumir nos marcos da república. Diante da mobilização popular contrária à causa emancipatória, ele identificou que a ignorância a qual a grande maioria da população estava mantida sob o regime colonial era o fator preponderante que impedia a aceitação do governo republicano. Por várias vezes, fez menção à consciência supersticiosa⁴¹ que a educação destinada a este setor produzia. Segundo ele, essa formação facilitava o trabalho de convencimento que os espanhóis realizavam nas camadas mais pobres.

A pouca educação recebida pelos índios, escravos e negros livres pobres respondia à preocupação que o governo espanhol tinha de doutriná-los na fé católica e, por meio dela, aumentar sua dominação política e social (BASTARDO, 1973). A classe de pequenos proprietários e comerciantes também ficava à mercê de uma educação pouco qualificada e, na maioria das vezes, não tinha acesso às poucas escolas existentes (RODRÍGUEZ, 2016). Esse quadro de formação cultural e instrução foi o ponto de sustentação de Simón Bolívar para explicar a recusa do amplo setor popular pela república. Por isso, a existência ou não de homens virtuosos é para ele o princípio explicativo das derrotas republicanas na primeira etapa⁴² da guerra.

A ignorância, na visão do Libertador, era o principal obstáculo que dificultava a aceitação de um governo republicano e de um regime político democrático por parte dos

⁴¹ Este termo tem o sentido de consciência guiada pela doutrinação religiosa. No terremoto de 1812, Bolívar lembrava que esse tipo de consciência facilitava o trabalho dos religiosos que, comprometidos com a monarquia, argumentavam que o terremoto era um castigo de Deus contra o povo que contestava o rei espanhol, seu representante na terra.

⁴² O termo primeira etapa é empregado com o sentido de organizar o espaço temporal de 10 anos em dois momentos distintos, mas não divididos ou separados. Embora a guerra de independência da Venezuela seja entendida neste trabalho como um processo único, adotou-se essa nomenclatura para enfatizar as importantes alterações que ocorreram nesse período. As mais importantes para a análise em foco são, em primeiro lugar, a atitude dos setores populares diante do confronto. Nos primeiros anos (1811-1814), considerados como a primeira etapa, eles encontraram nos comandantes espanhóis a liderança que mais se aproximava dos seus interesses sociais e, por isso, ingressaram majoritariamente nas fileiras legitimistas. Em segundo lugar, estão as ações que Simón Bolívar realizou para se aproximar destes setores. Depois de 1815 até 1821, a segunda etapa, ocorreu uma reorganização das forças sociais do conflito, levando o exército patriota a reunir maior apoio popular que as tropas espanholas.

setores das classes populares. Todas as demais contradições sociais existentes foram subtraídas das análises bolivarianas. A dicotomia ignorância/virtude foi a base de sua compreensão dos acontecimentos que envolveram a ação das massas socialmente marginalizadas contra os mantuanos patriotas. Por outro lado, essa dicotomia também continuou sendo o fundamento para a existência e conservação da república depois de conquistada a independência. A identificação da virtude como principal obstáculo para a edificação da república não aparece de modo explícito nos primeiros documentos produzidos após a primeira derrota republicana (1812), mas, mesmo assim, está presente.

Ainda que a temática da moral e da virtude apareçam com menos intensidade nesse período, em comparação com os anos posteriores a 1819, sua concepção desses dois conceitos já estava consolidada e não sofreu alterações até o final de sua vida. Carolina Guerrero (2004) definiu as diferenças e semelhanças entre as concepções de república clássica, moderna, e o que ela chama de república *à la* Bolívar. Para os antigos, o valor substantivo era a liberdade política, para os modernos, a liberdade civil/individual, e, para Bolívar, a própria existência da República. Em relação à finalidade desta forma de governo, segundo a mesma autora, verifica-se nos antigos o bem comum, nos modernos o interesse e o bem particular, individual, enquanto que para a principal liderança do movimento independentista, a finalidade da república também era o bem comum. No que se refere à forma de virtude idealizada por cada concepção, tem-se, na Antiguidade, a renúncia a si mesmo em face da felicidade e prosperidade da comunidade política. No republicanismo moderno, o interesse privado se sobrepõe aos interesses públicos, porque qualquer intervenção institucional – estatal - que supostamente sintetize os interesses de todos é vista como uma arbitrariedade contra o indivíduo (FLORENZANO, 2004). No caso de Simón Bolívar, a concepção de virtude que ele adota para a república que idealiza assemelha-se a dos antigos:

La república “a la manera de Bolívar” coincide con la república de los antiguos en los fines (es decir, la idea de búsqueda del bien común) y también en la manera de concebir la virtud requerida entre sus miembros: en esencia, el amor supremo por la república que dispone al ciudadano a renunciar a sí mismo para consagrarse a esa comunidad moral constituida (GUERRERO, 2004, p. 227).

Desse modo, a moral se constitui no conjunto de valores que conduzam os indivíduos a respeitarem o novo contrato social estabelecido que, para se realizar, deveria contar com a resignação, principalmente dos setores populares, porque se constituíram no principal obstáculo à vitória dos independentistas nos primeiros anos da guerra. O fundamento desta

moral estaria no indivíduo mais virtuoso e capaz de fazer emergir a república, mesmo diante de um corpo político despreparado para ser politicamente livre (GUERRERO, 2004). Partindo do pressuposto bolivariano de que essa comunidade política, de modo geral, não é virtuosa, a moral manifestada por ela tampouco poderá ser benéfica para a república. Assim, essa moral, em sua concepção, não pode emanar da sociedade civil, porque ela se mostra despreparada para abdicar dos interesses particulares em nome da consolidação da República. A moral, portanto, emana do que Bolívar chamou de “Estado paternal” (BOLÍVAR, 1976, p. 121), representado na articulação dos poderes republicanos instituídos e acrescido de um quarto poder, o Poder Moral:

El gobierno forma la moral de los pueblos, los encamina a la grandeza, a la prosperidad y al poder. ¿Por qué? Porque teniendo a su cargo los elementos de la sociedad, establece la educación pública y la dirige. [...] Felizmente vivimos bajo la influencia de un Gobierno tan ilustrado, como paternal (BOLÍVAR, 1973, p. 373).

No Manifesto de Cartagena, escrito logo após o retorno dos espanhóis ao poder, em 1812, o tema da virtude está presente, porém sem o mesmo destaque que apresenta em textos posteriores a 1814, por exemplo, no Manifesto de Carúpano⁴³. A importância que atribuída à virtude e à moral, ao lado da igualdade e da liberdade, como esteios para a existência da República e a prática da cidadania ocorre de forma crescente, à medida que ele vai adquirindo seu espaço como líder militar, e sobretudo político, do processo de independência.

Outro fator que o leva a conferir cada vez mais importância ao tema da virtude para a construção e conservação da República é a falta de apoio das classes populares. Ao iniciar o ano de 1816, entra em cena a problemática relação entre o Bolívar, a abolição dos escravos, como parte do processo de formação da república, e os setores dominantes adeptos à independência, mas reticentes quanto ao fim do trabalho escravo. Nesse período, a liberdade aos negros estava intimamente relacionada à necessidade do aumento das tropas patriotas. Portanto, seu significado permanecia restrito ao ambiente da guerra. Porém, a defesa aberta à abolição da escravidão para tornar todos os venezuelanos homens livres ocorreu na instalação do Congresso de Angostura (1819) e fez parte do projeto constitucional escrito por Bolívar e apresentado para a aceitação/aprovação dos congressistas. Nesse momento, a abolição deixou de ser um tema restrito ao ambiente bélico e tornou-se tema de um polêmico debate político no início da terceira República da Venezuela.

⁴³ Escrito em 7 de setembro de 1814.

O mesmo ocorre com o tema da educação. Ao se tomar o texto de Cartagena como marco inicial de sua liderança política, nota-se a ausência de qualquer referência à educação escolar nos principais documentos políticos também escritos até 1819. Nesse período, houve o amadurecimento sobre a relação entre a necessidade da virtude política para a existência da república e o modo como formar cidadãos virtuosos.

A abolição dos escravos e a insistência da necessidade da educação popular foram temas que Bolívar resolveu adotar na segunda etapa da guerra como estratégia para aumentar suas forças militares e, ao mesmo tempo, criar mecanismos de controle sobre as classes sociais que se lançaram nos confrontos sem saber, segundo ele, o que significava na prática a mudança da forma de governo (BOLÍVAR, 1980). Entretanto, estavam dispostas a resolver suas questões sociais mais imediatas que as caracterizavam, em partes, como classes sem liberdade, igualdade, propriedade e instrução, marcadas por uma exclusão étnica e social, cujo resultado era a pobreza e/ou a impossibilidade de ascender socialmente.

2.1.1 O Manifesto de Cartagena

Em todo o documento, ao menos cinco referências são feitas ao tema da virtude. Ao contrário do que ocorreu com as análises que Bolívar fez após as rebeliões populares de 1814, no Manifesto de Cartagena, a moral e a virtude, em um primeiro momento, ficam em segundo plano se comparadas às causas do fim da Primeira República enumeradas por ele. Porém, uma observação mais atenta revela que os cinco principais fatores eleitos como causa da derrota dos republicanos mantêm estreita relação com o tema da virtude. Assim, é possível afirmar que a virtude, ou a falta dela, desde suas primeiras reflexões políticas, constitui-se no tema mais importante para a edificação da república.

Em um parágrafo síntese, as tais causas são enumeradas em ordem decrescente de importância. A primeira, foi a natureza da constituição (adotou princípios liberais sem considerar as especificidades históricas da Venezuela); a segunda, refere-se à falta de punição aos espanhóis e americanos que não aceitaram o novo governo e reagiram com agitações populares (apoiaram a insurreição de *llaneros*⁴⁴ e de escravos); em terceiro, a recusa do

⁴⁴ Os *llanos* começaram a ser conquistados e povoados de forma sistemática pelos espanhóis apenas no começo da segunda metade do século XVII (SAIGNES, 2002, p. 50). A partir de então, predominou nessa região o trabalho pastoril do índio, que influenciado pelos conhecimentos espanhóis, passou a ser um *llanero* responsável pelo trato dos rebanhos levados a essa região pelos espanhóis, porque adaptava-se melhor ao trabalho pecuário e à vida em meio aos extensos prados e florestas (BRITO FIGUEROA, 1979, Tomo I, p.50). Nessa região, situada

governo em estabelecer tropas militares veteranas e disciplinadas; o terremoto de 26 de março de 1812⁴⁵, em quarto; por fim, o egoísmo das facções políticas que não chegaram a um acordo quanto a um projeto comum de república (BOLÍVAR, 1980).

Em sua visão, entendia que grande parte dos republicanos venezuelanos não havia compreendido a necessidade de adaptar a um país colonial os princípios políticos elaborados em um espaço histórico muito diferente do que ali existia. Aparecem, então, dois aspectos importantes que estão presentes no movimento de independência da Venezuela.

O primeiro é a formação de uma sociedade republicana onde 80% da população era analfabeta e a escravidão constituía a principal forma de trabalho existente. Para se confrontar à monarquia absoluta, venceu a força política defensora das ideias que emergiram no século XVII com Locke (1632-1704), consolidando, no plano filosófico, o caminho para o domínio das relações de mercado no conjunto das relações humanas, ao mesmo tempo que já se anunciavam, no século XVIII, os tratados políticos e filosóficos críticos de todos os tipos de despotismo com Montesquieu (1689-1765), Rousseau (1712-1778) e Kant (1724-1804) (RODRIGUEZ; GRANADO, 2007) colocados em prática na Inglaterra, França e Estados Unidos.

A grande questão era formar um Estado republicano a partir de um conjunto social que, de modo geral, já tinha contato com as ideias libertárias, mas, por exemplo, no caso das classes oprimidas, continuavam desconfiadas de todo o processo de independência, já que a vanguarda de todo o processo era a classe que até então realizara todo tipo de esforço para não permitir a liberdade dos escravos e a igualdade dos mestiços (BRITO FIGUEROA, 2002, tomo IV). Tornava o problema ainda mais grave o fato de a república *criolla*⁴⁶ instituir os princípios liberais que não alteravam as formas de trabalho e propriedade, restringindo-se às transformações na esfera política limitadas a seus interesses. A classe dominante não se

na região central do país, houve a mescla entre o negro e o índio, dando origem ao zambo, ao *llanero*, homem acostumado ao cuidado dos rebanhos e extremamente ágil, quando montado em um animal.

⁴⁵ Esse terremoto teve grandes implicações na vida política de Caracas e das demais províncias. Morreram em torno de 30.000 pessoas nas cidades que haviam aderido ao governo republicano: Caracas, La Guayra, San Felipe, Barquisimeto e Mérida. As cidades que se mantiveram sob o domínio espanhol nada sofreram com a catástrofe natural: Valencia, Puerto Cabello, Coro e Maracaibo. As autoridades eclesiásticas utilizaram o terremoto para atacar os patriotas, dizendo que era um sinal de Deus o fato de somente as cidades republicanas terem sido destruídas. LECUNA, Vicente. Crónica razonada de las guerras de Bolívar. Tomo I. Nova York: The Colonial Press Inc., 1950.

⁴⁶ O conceito de *república criolla* é utilizado para expressar esse fenômeno inerente à formação da república venezuelana. É uma forma de governo e um regime político fundados nas ideias de liberdade e igualdades individuais, bem como na participação coletiva na política. Entretanto, desde a formação, essas repúblicas adotaram esses conceitos somente como retórica, mantendo isolados da vida política e, no caso dos escravos, da liberdade grande parte da população. Por isso, utiliza-se o adjetivo para caracterizar o substantivo república, buscando impedir algum tipo de generalização do termo para um fenômeno específico como foi o caso da Venezuela.

preocupava com a ignorância popular que existia até então. A proclamação da república também não sinalizou qualquer esforço de tornar a grande massa sem instrução parte do processo emancipatório, visto que tal atitude significava aceitar reformas sociais populares, o que não fazia parte dos planos do *mantuanismo* venezuelano.

O convívio social da classe dominante com a ignorância não a incomodava, porque sua dominação econômica e política fundava-se na exploração de uma força de trabalho sem qualquer exigência de aprimoramento técnico. No campo cultural e político, pequenos núcleos *mantuanos* urbanos e rurais constituíam-se a classe política necessária para aquele modelo de administração colonial, que lhes garantia poder e prestígio, mesmo tecendo críticas à falta de autonomia política e econômica imposta pela Metrópole.

A república surgia com essa mesma característica, mas Bolívar teve de se adequar aos inesperados movimentos populares que surgiram na guerra civil. A ignorância tornou-se um problema para ele à medida que boa parte dos mais pobres, seguidos dos escravos, aderiu às tropas espanholas para combater os *criollos* independentistas.

Ao desconsiderar a condição material de vida dos setores populares como uma das principais influências na escolha de seguir os comandantes espanhóis, Bolívar preocupou-se apenas com a esfera da consciência e elegeu a ignorância como o fator que os afastava da causa republicana. A forma como concebe o conceito de ignorância é a base para a diferenciação que ele faz entre educação e instrução. Educação tem, em seu pensamento, uma conotação de formação que vai além da transmissão de conhecimentos científicos específicos como os matemáticos, físicos, gramáticos, geográficos e outros.

A educação é aquela que forma para a cidadania, estabelecendo os costumes e princípios da convivência social e, principalmente, a relação entre o cidadão e o governo. A instrução é mais específica, porque restringe-se aos ensinamentos dos conteúdos técnicos e científicos de cada área do conhecimento. Por isso, para Bolívar, o indivíduo pode ser ilustrado, mas não ser virtuoso, pelo fato de que sua formação moral não condiz com uma prática esperada de submissão e respeito ao governo, às leis e aos magistrados: ¿No le parece a Vd., mi querido Santander, que esos *legisladores más ignorantes que malos*, y más presuntuosos que ambiciosos, nos van a conducir a la anarquía, y después a la tiranía, y siempre a la ruina? (BOLÍVAR, 1980, p. 518). Todos os legisladores que participaram da elaboração da Constituição de 1811, do Congresso de Angostura (1819) e do Congresso de Cúcuta (1821) pertenciam às camadas mais ricas da Venezuela (CARRERA DAMAS, 2010). O conceito de ignorância, em Bolívar, não é definido pelo lugar que o indivíduo ocupa nas

relações econômicas e sociais, mas pela maneira de compreender e viver a cidadania, isto é, a relação entre o indivíduo e a república.

A ignorância, segundo ele, era o que afastava os indivíduos da virtude cívica, que consistia na renúncia aos interesses particulares diante do bem público, isto é, o bom funcionamento das instituições republicanas. Em face dos acontecimentos da guerra de independência, que evidenciaram a insubordinação em massa contra o governo republicano, passou a priorizar a educação moral como forma de conduzir essa massa sem virtude à condição de indivíduos virtuosos, isto é, cidadãos abnegados de seus interesses particulares e imediatos em face da união em torno da construção da república:

Vd., es el mejor órgano para hacer concebir estas ideas al pueblo de Caracas y a todos los demás de Venezuela [...]. Vd., debe *hacerles sentir todo el interés que deben tener en mantenerse unidos, fieles y sumisos al gobierno*; y si no ellos y Colombia serán otra vez esclavos [...]. *Es necesario ir difundiendo en nuestro pueblo, aún ignorante, estas ideas* para prevenir al enemigo: es preciso hacerle concebir la posibilidad de que esto suceda, y enseñarle el remedio de preservarse del mal, que no es otro que la unión (BOLÍVAR, 1980, p. 609).

Esta falta de união que culminou na resistência ao governo composto pelos grandes proprietários de terras e escravos fez emergir, na ordem dos acontecimentos da guerra de independência, um problema que até então não preocupava os propositores da emancipação: a grande maioria da população não estava preparada para defender a república. Uma das críticas que Bolívar dirige ao governo da Primeira República é justamente um desdobramento da constatação desse problema. Nesse primeiro momento, a solução por ele encontrada é a dominação por meio da força militar: “[...] fundando la Junta (o governo) su política en los principios de humanidad mal entendida que no autorizan a ningún gobierno para hacer por la fuerza libres a los pueblos estúpidos que desconocen el valor de sus derechos” (BOLÍVAR, 1976, p. 09).

Para ele, ao desprezar a necessidade de impor pela força militar as mudanças políticas objetivadas pelos setores dominantes, o governo republicano cometia o erro de não compreender que a sociedade venezuelana como um todo não possuía os princípios políticos capazes de defender o contrato social de homens juridicamente livres e iguais que, na prática, não alterava as difíceis condições de existência da maior parte da população. Em uma linguagem prática, os mais pobres não assumiram uma luta que não lhes dizia respeito.

O segundo aspecto é uma continuidade do primeiro e foi reconhecido por Bolívar, passando, a partir desse momento, a estar presente em todas as suas reflexões sobre o Estado,

as instituições da república e a sociedade civil. O fim da Primeira República o levou a formular e a aprofundar sua concepção de governo republicano para a Venezuela: poder executivo forte e completa resistência ao modelo federalista. Novamente, o estado da virtude na sociedade venezuelana foi o pressuposto para a conformação de suas posições políticas em torno de um governo prático antes que abstrato:

Los códigos que consultaban nuestros magistrados no eran los que podían enseñarles la ciencia práctica del gobierno, sino los que han formado ciertos buenos visionarios que, imaginándose repúblicas aéreas, han procurado alcanzar la perfección política presuponiendo la perfectibilidad del linaje humano (BOLÍVAR, 1976, p. 09).

Um governo prático seria aquele, cuja finalidade era se manter diante das adversidades do momento – fragmentação política no setor dominante e as rebeliões populares, principalmente de escravos e *llaneros*. Para ele, a adoção de um regime democrático, que oportunizasse direitos de participação política das classes populares, e do sistema federal eram incompatíveis a um povo sem as virtudes cívicas necessárias para viver a liberdade individual e ao mesmo tempo se comprometer com o bem público, a conservação da república. Uma comunidade capaz de realizar essas duas tarefas da cidadania, caracterizava-se como um povo republicano ideal, segundo os princípios republicanos e liberais. Na medida em que esses atributos não podiam ser encontrados na grande maioria dos venezuelanos, seria uma abstração tentar reproduzir ali as instituições que necessitavam de um cidadão dotado de virtudes cívicas. As ideias republicanas e o esforço de implantá-las na Venezuela tiveram estreita relação com esses dois aspectos, de modo que seu projeto político assumiu essas duas características principais: um poder executivo forte, uma educação de tendência moralizadora e generalizada e a contestação à participação popular na vida política do país.

Bolívar trabalhava na organização de um Estado republicano para se opor à monarquia despótica espanhola, ao mesmo tempo em que se deparava, segundo ele, com uma sociedade sem os atributos morais e políticos necessários para sustentar a existência do novo regime político. Por isso, a vida republicana na Venezuela surge com essa anomalia: uma república na qual nem todos os venezuelanos eram cidadãos⁴⁷. A ausência de virtude cívica era o problema mais temido, pois colocava em risco a própria manutenção do governo republicano (GUERRERO, 2004).

⁴⁷ Esse problema será desenvolvido no terceiro capítulo, porque mantém estreita relação com o ideário educativo de Bolívar.

Mesmo assim, ele se decide pela defesa do Estado republicano em oposição à monarquia, ainda que reconhecesse as limitações existentes e os perigos que poderiam levar ao seu precoce fim. Os conflitos que se originaram da proposta bolivariana de república em uma sociedade limitada de virtude cívica convergiram para o surgimento do que Carolina Guerrero (2005) chamou de República *à la* Bolívar ou uma “terceira espécie de república”, que, em linhas gerais, destaca-se pela influência do republicanismo clássico, do republicanismo moderno e das respectivas ideias de liberdade que acompanham cada uma, acrescida da elaboração bolivariana decorrente desses princípios e da realidade objetiva na qual atuava. Ou seja, ele faz adequações que acredita serem necessárias para que a república, primeiramente, exista, mesmo que, em detrimento de sua existência, tenha que renunciar a alguns princípios fundamentais da tradição republicana moderna⁴⁸ (GUERRERO, 2005).

A outra referência ao tema da virtude presente no texto aparece no momento em que analisou a questão das tropas militares priorizadas pelo governo para enfrentar os espanhóis e os americanos legitimistas. Para ele, as tropas deveriam ser compostas por veteranos e disciplinados soldados, mas, ao contrário, compuseram-se de indivíduos mal preparados e, como no caso dos camponeses (BOLÍVAR, 1976), completamente desconhecedores do manejo das armas e da arte militar: “las repúblicas, decían nuestros estaditas, no han menester de hombres pagados para mantener su libertad. Todos los ciudadanos serán soldados cuando nos ataque el enemigo. Grecia, Roma, Venecia, Génova [...] vencieron sus contrarios sin auxilio de tropas mercenarias (BOLÍVAR, 1976, p. 10)”. Ao refutar esse modo de ver a formação dos exércitos, irrompe o amplo domínio da cultura universal e sua capacidade de distinguir entre o caráter das repúblicas antigas e das modernas, e, sobretudo, entre aquelas e as repúblicas hispano-americanas:

Con estos antipolíticos e inexactos raciocinios fascinaban a los simples; pero no convencían a los prudentes que conocían bien la inmensa diferencia que hay entre los pueblos, los tiempos y las costumbres de aquellas repúblicas y las nuestras. Ellas, es verdad que no pagaban ejércitos permanentes, mas era porque en la antigüedad no los había, y sólo confiaban la salvación y la gloria de los Estados, en sus virtudes políticas, costumbres severas y carácter militar, cualidades que nosotros estamos muy distantes de poseer (BOLÍVAR, 1976, p. 10).

⁴⁸ Esses conceitos serão discutidos no terceiro capítulo, quando se analisará os conceitos de virtude e moral no pensamento bolivariano. Para isso, far-se-á uma síntese de como esses conceitos se desenvolveram historicamente, respondendo às necessidades de cada período histórico, até chegar à definição de como Bolívar trabalha com esses conceitos na elaboração do seu projeto político e educacional republicano.

A análise a que Bolívar se propôs a oferecer aos cidadãos de *Cartagena de Indias* tinha a finalidade de prevenir as autoridades de Nova Granada a não repetir os mesmos erros políticos e militares cometidos em Caracas. Por isso, sua linguagem é marcada pelo destaque dado aos acontecimentos práticos mais evidentes e negativos. No entanto, a ausência de virtude é apontada como fundamento político, filosófico e cultural de todos os fatores que levaram ao fim da Primeira República. A contestação ao governo que levou os espanhóis a retomarem o poder indica que não havia ingenuidade política ou intelectual de sua parte, à medida que demonstra ter profundo entendimento da real situação política e cultural da imensa maioria da população venezuelana. Seu pensamento político sobre a relação entre Estado republicano e uma sociedade civil desprovida dos princípios de cidadania vai se formando a partir desta sua forma de compreender seu entorno.

A equação republicana (Estado + sociedade civil) será resolvida de outra forma por Bolívar: (Estado (-) sociedade civil). Este é o fundamento para a proposição de um Estado que deveria se impor aos indivíduos para que as liberdades individuais não comprometessem a existência da república por meio da anarquia⁴⁹, devido ao fato de haver a debilidade de um corpo civil virtuoso. É por este fato que para ele o sistema federal era impróprio para as nascentes repúblicas:

El sistema federal, bien que sea él más perfecto y más capaz de proporcionar la felicidad humana en sociedad, es, no obstante, el más opuesto a los intereses de nuestros nacientes estados. Generalmente hablando, todavía nuestros conciudadanos no se hallan en aptitud de ejercer por sí mismos y ampliamente sus derechos; porque carecen de las virtudes políticas que caracterizan el verdadero republicano; virtudes que no adquieren en los gobiernos absolutos, en donde se desconocen los derechos y los deberes del ciudadano (BOLÍVAR, 1976, p. 12).

Além da reafirmação da inexistência de um corpo cívico virtuoso na Venezuela, Bolívar ressalta, mais uma vez, sua opção pela forma de governo republicana. Para tornar possível a formação e a continuidade da república, formula, ainda sem aprofundar, sua forma de ver a relação que um Estado republicano deve estabelecer com uma determinada sociedade despreparada para viver o contrato social fundado na igualdade e liberdade individual, ao mesmo tempo em que deve priorizar a comunidade política como um todo.

⁴⁹ Em Bolívar, e provavelmente para pensadores da época, o termo anarquia tinha o sentido de ação motivada pela liberdade exacerbada dos indivíduos. Na república, a virtude seria o meio termo entre a realização da liberdade individual (liberalismo) e a conservação da comunidade política (republicanismo). Contrapondo-se à república clássica na qual a individualidade deveria estar submetida à existência da comunidade política, na república moderna, a introdução do pensamento liberal levou os pensadores iluministas a equacionarem a relação entre Estado e indivíduo de uma forma que a liberdade de um não comprometesse a existência do outro.

A citação anterior possibilita uma breve reflexão a respeito da relação entre a produção do documento e o seu entorno. Isto também contribui para se entender o pensamento político bolivariano, à medida que é possível inferir para quem e de quem ele fala nesse documento (BACELLAR, 2008). Durante a guerra, era comum, em ambos exércitos, a emissão de proclamas e a reunião com moradores das cidades que eram conquistadas, a fim de anunciar as mudanças que ocorreriam e, às vezes, apresentar um panorama geral do conflito.

O Manifesto de Cartagena foi publicado pela imprensa local e, segundo O’Leary (1981, Tomo I), lido pelos principais partidos que se dividiam em centralistas e federalistas. As publicações nos poucos periódicos da época se destinavam a um reduzido público de leitores, já que se tratava de uma sociedade marcada pelo analfabetismo. O documento tinha como destinatário um público que, via de regra, pertencia aos setores ilustrados de *Cartagena de Indias* e toda a *Nova Granada*⁵⁰. Eram os *criollos* republicanos envolvidos na guerra e disputando o poder de acordo com a diversas frações políticas existentes no interior deste setor⁵¹. Bolívar teceu duras críticas àqueles intelectuais, magistrados ou políticos em geral que, tendo condições de serem referências de cidadãos virtuosos, perdiam-se nas pequenas disputas da política local e regional, prejudicando a união das forças independentistas para formar a república. No entanto, ainda que com problemas em relação à virtude, esse grupo, ao mesmo tempo que era passível de críticas, era também considerado o núcleo político que conduziria o Estado e as instituições do país. Ou seja, tratava-se do núcleo social onde se encontravam os indivíduos virtuosos e/ou menos ignorantes, de acordo com a concepção bolivariana. Seriam eles, portanto, que deveriam assumir os cargos públicos do executivo, do judiciário, do legislativo e das demais instituições republicanas existentes.

Por isso, ele utiliza a expressão “falando de modo geral, nossos concidadãos não estão aptos para exercer por si mesmos e amplamente seus direitos”. Ao excluir o setor ilustrado do conjunto dos não virtuosos, que representava a maioria da população, ocorre também a separação entre os que teriam o direito de exercer a cidadania plena na república, e os que, mesmo sendo parte dessa mesma comunidade política, não seriam considerados cidadãos. A

⁵⁰ A narração de Felipe Larrazábal sobre a conquista da Província de Barinas por Bolívar, em 1813, em meio à *Campanha Admirable*, é um exemplo de como ocorriam as reuniões para tratar de assuntos políticos nos locais que iam sendo dominados: “Sin perder tempo, ao tomar posesión de Barinas, reorganizó Bolívar la provincia. [...] Reunió juntas de ciudadanos notables, en las que habló de la independencia y del destino futuro de la patria con tal linaje de elocuencia, que sus palabras quedaban cubiertas a cada instante por vivas y aclamaciones generales” (LARRAZÁBAL, 1981, p. 188).

⁵¹ Outro exemplo pode ser visto na instalação da Segunda República, em agosto de 1813. De acordo com Vicente Lecuna (1950, p. 78), “Interín se organizaba un gobierno legal y permanente, el general Bolívar había asumido la autoridad suprema, y proyectaba convocar una asamblea de notables para darle cuenta de su gobierno y deponer antes ella sus poderes”.

estes últimos, restava-lhes a condições da passividade política diante de um Estado que os conduziria à condição de cidadãos por meio da educação moralizadora e vigilante: “el Poder Moral de la República reside en un cuerpo compuesto de un presidente y cuarenta miembros, que, bajo la denominación de Areópago, ejerce una autoridades plena e independiente sobre las costumbres públicas y sobre la primera educación” (BOLÍVAR, 1976, p. 128). O ideal republicano bolivariano contém a coerência de que o cidadão só pode ser formado sob as leis republicanas e jamais submetido a um governo autoritário como o absolutista. Mas o modelo republicano *à la* Bolívar tinha suas restrições à participação popular, principalmente da classe dos escravos e trabalhadores livres do campo.

A sua forma de República, ao menos para o conturbado período da formação inicial do Estado nacional, excluía as eleições populares, porque a ignorância e os interesses particulares, segundo ele, prejudicavam a formação de um governo moral e ético. A seu modo de entender, um governo com tais características deveria optar pelo centralismo, ao invés de permitir que os interesses locais e regionais suplantassem o interesse nacional. Bolívar via na participação popular, por meio do sufrágio, mais um fato de desestabilização política e social do que algo positivo para o nascente Estado nacional. O ponto central para sua recusa era a falta de instrução das classes mais pobres, portanto um fato relacionado diretamente com a educação escolar, e a ambição dos instruídos, mas desprovidos de virtude cívica. Esses últimos eram acusados de pensar em interesses privados, em como manter o poder local e regional, em detrimento do interesse nacional, visto por Bolívar como a unificação e construção de um Estado consolidado a partir da soma de forças regionais que garantisse um governo central forte:

Las elecciones populares hechas por los rústicos del campo y por los intrigantes moradores de las ciudades, añaden un obstáculo más a la práctica de la federación entre nosotros, porque los unos son tan ignorantes que hacen sus votaciones maquinalmente, y los otros tan ambiciosos que todo lo convierten en facción. [...] Nuestra división, y no las armas españolas, nos tornó a la esclavitud¹ (BOLÍVAR, 1976, p. 13).

Relacionado com a questão federal, considerou que o terremoto de 1812, ainda que tenha causado muitos danos físicos e morais às cidades patriotas, poderia ter sido menos danoso ao governo, porque haveria um controle sobre as figuras eclesiásticas que usaram a tragédia para atuarem politicamente em favor dos espanhóis (BOLÍVAR, 1976). A tragédia de 26 de março de 1812 é o último argumento utilizado para justificar a derrota dos patriotas venezuelanos.

Ao fim e ao cabo, justificar a derrota republicana na Venezuela era o principal objetivo que Bolívar buscava em Nova Granada. Por isso, o texto do Manifesto de Cartagena demonstra que a preocupação do autor do documento em manifestar seus argumentos, construindo a ideia de que o fim da Primeira República foi uma derrota, cuja colaboração maior para seu acontecimento foi dos próprios americanos - *Nuestra división, y no las armas españolas, nos tornó a la esclavitud*. Esse modo de apresentar os fatos podia produzir o sentido de que uma nova investida contra os espanhóis representaria a retomada do poder, que, novamente nas mãos patriotas, bastaria apenas corrigir aqueles erros que eram, seguindo a exposição de Bolívar, meramente políticos.

Além do terremoto, um fenômeno natural, todos os outros pontos discutidos no texto de Cartagena são de caráter político. Não há nenhuma menção sobre a pobreza, a escravidão que continuava, a concentração da propriedade em poder de poucas famílias. Como *criollo*, Bolívar enxergava na mudança política um meio para alavancar um projeto que desse aos setores dominantes a autonomia nas decisões que diziam respeito às suas propriedades, ao comércio de seus produtos, ao que podiam ou deviam produzir (BOLÍVAR, 1981, p. 80). Não havia, nesse momento, a perspectiva de mudanças sociais como pressuposto para a república existir. Portanto, tudo o que impedia a conquista do poder pelos patriotas adquiria uma conotação de superestrutura. Este modo de analisar e explicar aquele momento político foi o adotado por Bolívar. Nos primeiros anos da guerra, na relação entre estrutura política e estrutura social, Bolívar não foi capaz de ir muito além da abordagem política dos fatos, respeitando sua condição social de *mantuano*.

Em *Catagena de Indias*, o objetivo central era conquistar o apoio do governo e das famílias influentes de Nova Granada. No documento, o tema da virtude aparece sempre de modo secundário aos acontecimentos políticos principais – natureza da constituição, constante perdão aos opositores, formação das tropas, o sistema federal -, mas, considerando as intenções do seu autor ao produzi-lo, para quem foi produzido e o período específico que ele ocupa na guerra de independência (logo após o fim da Primeira República), é possível concluir que os problemas políticos eram paralelos a um problema central no pensamento político de Simón Bolívar: a falta de virtude cívica na construção da república na Venezuela.

Este tema foi ganhando espaço em seus escritos conforme a guerra foi adquirindo cada vez mais um aspecto de guerra civil. Na queda da Primeira República, embora a rebelião dos escravos em Coro tenha contribuído para Miranda assinar o acordo de capitulação com o general Domingo de Monteverde (ano 1773-1832), não ocorreram rebeliões populares da mesma magnitude que se viu em 1814. Por isso, os anos de 1813 e 1814 foram os mais

terríveis para os patriotas venezuelanos. Depois desse período em que os setores populares decidiram as principais batalhas que garantiram a volta dos espanhóis ao poder, o Libertador colocou a virtude cívica e a moral no centro de suas preocupações políticas e como as primeiras necessidades para a conservação da república.

2.2 Guerra civil e rebeliões populares no caminho da república idealizada por Bolívar

Os desdobramentos da guerra de independência contribuíram para que o aspecto moral adquirisse importância nos textos em que Bolívar expressa alguma análise do presente e do futuro da Venezuela, sobretudo na construção do seu projeto político para a república. A virtude cívica que, no primeiro momento, ocupou um plano secundário na maneira como Bolívar compreendeu os eventos da Primeira República, passou a ser tratada como o ponto central de suas reflexões políticas após as rebeliões populares de 1814. Essa inversão se deu pelo fato de que os confrontos militares, que deveriam ter venezuelanos de um lado e espanhóis de outro, tornaram-se violentos conflitos entre venezuelanos, configurando-se como uma guerra civil (VALLENILLA LANZ, 2000).

O processo político que levou à independência dos países da América hispânica foi marcado, em todas as regiões da antiga colônia, pela identidade ideológica oriunda de uma mesma classe social que dirigiu o movimento independentista. Por se tratar de uma revolução política, cuja proposição era o fim do domínio espanhol e a construção de nações independentes, existia, em certa medida, o pressuposto de que a totalidade das estruturas sociais e políticas coloniais existentes seria envolvida nesse movimento.

De fato, o desenrolar da guerra na Venezuela fez com que a participação dos negros livres e escravos, dos mulatos, zambos, índios e mestiços, temida pelos setores dominantes, ocupasse o protagonismo na luta pela emancipação política. O confronto que deveria ser, majoritariamente, entre indivíduos nascidos na península contra os nascidos na Venezuela, tornou-se uma guerra civil entre venezuelanos.

Todas as batalhas travadas pelas tropas espanholas ocorridas na segunda metade de 1813 até o final 1814 foram praticamente escassas de soldados nascidos na península. Vallenilla Lanz (2000) recorda que Francisco Heredia – *oidor y regente de la Real Audiencia de Caracas* – destacava que a derrota de Monteverde em *Maturín*, em 25 de maio de 1813 (LECUNA, 1950), acabava com a pouca tropa espanhola que havia na Venezuela. A contraofensiva que os defensores de Fernando VII apresentaram em 1814 para reaver o poder

político, e que culminou na queda da Segunda República (1813-1814), teve a participação de muito poucos soldados espanhóis (O'LEARY, 1981, Tomo I). De acordo com Juan Uslar Pietri (2010, p. 111), a diferença entre os dois exércitos era inconfundível, porque retratava a estrutura social venezuelana. Ainda que nas tropas patrióticas também existissem soldados negros, índios, mulatos, zambos e mestiços, o número de brancos era muito superior. O contraste se dava, entre outros fatores, porque o exército patriótico: “Era comandado por ilustres señores, educados en su mayoría en Europa, conocedores de buenas reglas, observando en la batalla la disciplina del arte y del honor”. O exército realista, por sua vez, era:

una montonera indisciplinada y sanguinaria dirigida por seres terribles que no conocían lo más esencial de la tradición militar y que en su mayor parte eran esclavos, pulperos, contrabandistas, asesinos, capataces y presidiarios, toda una gama de colores democráticos y populares, a los que no se les podía oponer nada porque eran aquellos momentos de atraso y de degradación social la médula más íntima del pueblo venezolano. En este espantoso choque, la victoria no podía estar sino de parte del más fuerte, al lado de los que representaban más profundamente los intereses de la mayoría, con la rebelión popular (PIETRI, 2010, p. 111).

Em pouco mais de dois anos após participar do grupo que proclamou a independência, Bolívar deparou-se com a ação violenta de setores das classes dominadas, que não estavam nos planos militares dos *criollos* para atuarem contra os espanhóis, porque, segundo eles, não tinham as virtudes necessárias para fazerem parte do corpo militar (PIETRI, 2014). A participação de um indivíduo nas forças militares, na Venezuela colonial, era restrita aos espanhóis, aos brancos ricos, e aos mestiços com certo poder econômico ou que realizavam ofícios liberais, os quais compunham as “milícias de pardos”, por ser-lhes impedida a entrada nos batalhões de brancos (GARCÍA PELAYO, 1988). Os *llaneros* e escravos que acompanhavam os comandantes espanhóis não faziam parte deste pequeno conjunto que formava os corpos de milícias. As tropas que derrubaram a segunda República (1813-1814) eram formadas pelas pessoas mais excluídas da sociedade venezuelana, portanto, desprovidas de qualquer sentido de virtude (PIETRI, 2010). O temor de frações da classe dirigente de que a ruptura com a Espanha pudesse resultar em um perigoso conflito social se concretizou. Para Bolívar, era este o motivo pelo qual se deixavam iludir pelas promessas dos defensores da monarquia⁵².

⁵² Vale ressaltar o importante debate sobre a historiografia produzida no século XIX e XX sobre a independência e os próceres. Sobre este tema, tem destaque o historiador Germán Carrera Damas, que definiu esta historiografia

Nesta forma de compreender o problema do majoritário apoio popular aos espanhóis na primeira etapa da guerra, o Libertador entendia que faltava conhecimento aos setores mais pobres. A compreensão dos supostos benefícios da república deveria partir da comparação entre o regime monárquico e o republicano. Assim como a república representava a conquista da liberdade tão almejada por grande parte dos *mantuanos*, Bolívar transferia esse modo de pensar dos setores dominantes para o conjunto geral da sociedade venezuelana. A postura radical de oposição exercida pelas classes sociais populares em relação à república foi imprescindível para a formação do seu pensamento político e educacional, principalmente em relação a este último. Ao partir do princípio que as rebeliões populares e a guerra civil eram mais um problema moral que econômico e político, Bolívar definiu que a prioridade da república pós independência deveria ser o controle da moral de todos os venezuelanos, principalmente dos setores por ele considerados totalmente desprovidos de virtudes políticas.

Nem os *criollos*, nem os espanhóis esperavam uma reação popular na dimensão vista, principalmente em 1814. Uma guerra civil que permitisse a revolta de amplos setores da classe dos escravos e trabalhadores livres do campo contra os brancos era um temor tanto dos setores dominantes americanos, quanto dos espanhóis responsáveis pelo clero e pela administração colonial⁵³. Contudo, uma revolta popular de grandes proporções era encarada

como *historia patria*. Carrera Damas foi o precursor dos estudos sobre a história da historiografia venezuelana. Investigadores mais recentes têm desenvolvido novos conceitos para explicar o desenvolvimento dessa historiografia. Gilberto Quintero Lugo, por exemplo, define a historiografia da Venezuela em tradicional e científica. A primeira, resume-se na tendência em evidenciar o desenvolvimento histórico tendo por base os feitos políticos e militares, fragmentar a história venezuelana, explicando-a a partir da região central (antiga Província de Caracas), e cultivar o heroísmo. A segunda, caracteriza-se pela consideração de novas fontes como parte importante para a crítica historiográfica e a interpretação histórica sob novos aspectos transcendam a perspectiva política e militar. LUGO, Gilberto Quintero. La historia de la historiografía: su importancia para los estudios históricos venezolanos. *In: Heurística: revista digital de Historia de la Educación*. Nº 13, enero – diciembre de 2010, pp. 73-82. Sobre a *historia patria*, ela destaca-se como vertente historiográfica venezuelana que predominou durante todo o século XIX e nas três primeiras décadas do XX. Seus principais representantes foram os próceres da independência, políticos da república e intelectuais imersos na forte tendência ideológica desse período, com o objetivo de construir uma identidade nacional (CARRERA DAMAS, 1991). Com esse intuito, um dos fundamentos dessa consciência nacional eram os republicanos que haviam lutado pela independência e que foram transformados em heróis da pátria. A *historia patria* não reconheceu o caráter social das rebeliões populares e muito menos a guerra civil como aspecto predominante na independência da Venezuela. Para desenvolver a consciência nacional e o patriotismo venezuelano, essa vertente acreditou que o fato de se afirmar que a guerra que havia elevado a Venezuela à categoria de nação fora, predominantemente, uma guerra civil, depunha contra o caráter heroico dos próceres (VALLENILLA LANZ, 2000). Afirmou-se, então, que a guerra de independência havia sido uma guerra internacional entre venezuelanos e espanhóis. Verifica-se, também, que o tratamento que essa vertente deu às fontes históricas consistiu mais em uma reprodução do conteúdo nelas expresso do que uma interpretação desse conteúdo e das próprias fontes, de acordo com as intenções envolvidas na sua produção e nas relações de interesses e conflitos ideológicos do contexto histórico do qual fazem parte.

⁵³ Uma das hipóteses para o fato de que os próprios comandantes das tropas espanholas promovessem a insurreição popular é a de que, em 1813 e 1814, os principais comandantes espanhóis não eram oriundos dos setores dirigentes da sociedade colonial venezuelana, o que os tornava desprovidos da preocupação com a ordem social necessária para manter assegurado o direito de propriedade privada. À medida que não eram proprietário e tampouco participavam desse universo social, era-lhes comum levantar tropas de escravos que abandonavam

como pouco provável por ambos os lados interessados no confronto, porque ao se colocar o poder desses dois setores em jogo, havia a grande possibilidade de se unir um ao outro, como ocorrera em diversas ocasiões referentes a rebeliões de escravos no período colonial (PIETRI, 2010).

A República pensada por Bolívar resulta desse amplo conflito desencadeado pela guerra de independência. Todos os interesses conflitantes deveriam convergir para a conservação do contrato social, isto é, do governo republicano. Esse pensamento político contém uma espécie de lógica, à medida que ele pensa em instituições capazes de controlar e formar moralmente o cidadão venezuelano, ou ainda, de vigiar aquele indivíduo que não reunia as condições virtuosas necessárias para exercer a cidadania, mas que, mesmo assim, deveria aceitar as condições políticas e jurídicas estabelecidas pela comunidade política, restrita aos setores dirigentes anteriores a 1810, e aos que se tornaram parte destes setores devido à ascensão militar durante a guerra.

Em seu projeto político, a cidadania é dividida em duas partes: a cidadania ativa e a cidadania passiva: “Al proponeros la división de los ciudadanos en activos y passivos, he pretendido excitar la prosperidade nacional por las dos más grandes palancas de la industria: el trabajo y el saber” (BOLÍVAR, 1976, p. 122). No projeto constitucional que apresentou ao Congresso da Bolívia, em 1826, estabeleceu a diferença entre os bolivianos e os cidadãos, termos que podiam ser substituídos por cidadãos ativos e cidadãos passivos, de acordo com sua concepção de cidadania. Segundo o projeto, seriam bolivianos: todos os nascidos no território da república (BOLÍVAR, 1983, p. 354). Inclusive, os negros que até então eram escravos, seriam, se o projeto fosse acatado na íntegra, considerados livres e bolivianos: “todos los que hasta el día han sido esclavos; y por lo mismo quedarán, de hecho, libres en el acto de publicarse esta constitución” (BOLÍVAR, 1983, p. 354). Os deveres de todos os bolivianos eram: “1) Vivir sometido a la constitución y a las leyes; 2) Respetar y obedecer a las autoridades constituídas; 3) Contribuir a los gastos públicos; 4) Sacrificar sus bienes, y su vida misma, cuando lo exija la salud de la República; 5) Velar sobre la conservación de las libertades públicas” (BOLÍVAR, 1983, p. 354-355).

Uma vez definida a condição de bolivianos, Bolívar apresenta a definição de Cidadãos, no Título 2º, Capítulo 2º, Artigo 13º: “Para ser ciudadano es necesario: 1) Ser *Boliviano*; 2) Ser casado, o mayor de veintin años; 3) Saber leer y escribir; 4) Tener algún

suas respectivas fazendas. José Tomás Boves, por exemplo, era um pequeno comerciante, acostumado à vida nos *llanos*. Francisco Rosete, um canário, também vivia de seu pequeno estabelecimento comercial, cujo contato se dava com as pessoas mais humildes, escravos de fazendas próximas, *llaneros* e pessoas mais pobres (PIETRI, 2010, p. 135).

empleo o industria; o profesar alguna ciencia o arte, sin sujeción a otro en clase de serviente doméstico” (BOLÍVAR, 1983, p. 353).

A diferenciação entre *Bolivianos* e *Ciudadanos* é importante nesse projeto constitucional, porque definia a participação política na vida da república. A condição básica para votar e ser votado era ser *Ciudadano*. Ou seja, uma grande parcela da população, que não sabia ler e escrever e não tinha trabalhos definidos como ofícios liberais, já estava impedida desta cidadania ativa. Todo *Ciudadano* era *Boliviano*, mas nem todo *Boliviano* podia ser um *Ciudadano*. No que se refere à separação que o Libertador estabeleceu em sua concepção de cidadania, as classes populares teriam os mesmos direitos civis que os *Ciudadanos*, isto é, a parcela da sociedade composta por grandes proprietários de terras, comerciantes, funcionários do Estado, pequenos proprietários e profissionais liberais, mas não teriam os mesmos direitos políticos.

É neste ponto que se define o significado de cidadania ativa e passiva. Os cidadãos ativos (*Ciudadanos*) eram os responsáveis pelas decisões políticas da república, com direito de votar e serem votados, e assumirem cargos no Estado. Além disso, suas responsabilidades também se dirigiam a pensar e executar o progresso econômico do país, uma vez que eram os agentes econômicos que dominavam os meios de produção e circulação. Por outro lado, os cidadãos passivos (*Bolivianos*) estavam inseridos na comunidade política, a república, porque tinham os mesmos direitos civis e, portanto, deviam ter os mesmos deveres que os cidadãos ativos, mas não os mesmos direitos, porque estavam privados da atividade política.

O fundamento para esta definição que Bolívar faz da cidadania está na sua forma de refletir sobre a realidade social, política e cultural da Venezuela que se constrói em meio à guerra de independência. Na república, no mesmo corpo político, ele reúne aqueles que ele considera como virtuosos, ou mais próximos ao seu ideal de homem virtuoso, e os que em sua forma de pensar não reuniam as virtudes necessárias para assumir a atividade política republicana.

Implicitamente, ao estabelecer essa separação, ele atribui à virtude o poder de garantir a existência da república. O cenário histórico a partir do qual ele construiu essas definições foi a guerra de independência, na qual ele identificou que a falta de virtude era o principal fator que levava grande parte das classes oprimidas a assumirem as armas espanholas. A ignorância, terreno fértil para a falta de virtude, era, para ele, incompatível com a existência da república. Portanto, a institucionalidade republicana pensada por Bolívar passava pela eficácia do que ele chamou de educação popular, estatal, pública e obrigatória para todos os venezuelanos. Isto porque, durante a guerra, as derrotas, mas também as vitórias dos

independentistas dependeram da participação do conjunto popular caracterizado como “os seres que não pensam”: “Nuestras discordias tienen su origen en las dos más copiosas fuentes de calamidad pública: la ignorancia y la debilidad. España ha fomentado la una por la superstición y la otra por la tiranía (BOLÍVAR, 1980, p. 175).

A formação moral e a constituição de um governo forte eram os pontos mais importantes para se conquistar a paz pública na Venezuela, algo que não se viu durante as duas primeiras repúblicas. É importante assinalar que a citação anterior faz parte de uma carta de Bolívar para o editor do periódico jamaicano *The Royal Gazette*, cujo objetivo era apresentar uma visão diferente sobre as causas da guerra civil venezuelana. As causas principais elencadas por ele fazem parte da esfera da moral e da política. A primeira, onde se situa a ignorância, é atacada por ser um ponto fraco das massas e muito explorado pelos espanhóis. Bolívar acreditava que indivíduos virtuosos não teriam dificuldades em aderirem à causa republicana (MIJARES, 1987), porque ela representava a instauração das liberdades civil e política em detrimento da continuidade de um regime despótico, no qual inexistia a liberdade política e civil. A resistência ao republicanismo era uma manifestação de uma formação moral que privilegiava os costumes e princípios de um regime despótico, e que impedia a abertura para os novos princípios e costumes de uma sociedade fundada na liberdade e na igualdade jurídica, além do exercício da soberania política.

Ao tentar convencer os ingleses de que os espanhóis já haviam perdido o grande apoio popular de que gozavam até então, afirmava que:

Los suramericanos ya no temen sino la tiranía. Su espíritu se ha elevado. Las persecuciones de España les han dado la fuerza que necesitaban. *Al amor a la patria, a las virtudes que no podían adquirir bajo el régimen absoluto, se han unido profunda aversión a nuestros enemigos y una terrible desesperación que casi siempre ha asegurado la victoria* (BOLÍVAR, 1980, p. 177, grifo nosso).

A independência dos países da América espanhola era vista com cautela, senão com desprezo, por grande parte da opinião política e intelectual dos países europeus e dos Estados Unidos. A principal desconfiança estava na diversidade étnica, vista por eles como um obstáculo à ordem política e social em torno de um regime republicano. Por isso, sua busca em afirmar que não só a independência era possível, mas também a forma de governo republicana e um regime político democrático⁵⁴:

⁵⁴ O conceito de democracia em Bolívar será abordado no terceiro capítulo.

Los más de los políticos europeos y americanos que han previsto la independencia del Nuevo Mundo, han presentido que la mayor dificultad para obtenerla, consiste en la diferencia de las castas que componen la población de este inmenso país. Yo me aventuro a examinar esta cuestión, aplicando reglas diferentes, deducidas de los conocimientos positivos, y de la experiencia que nos ha suministrado el curso de nuestra revolución (BOLÍVAR, 1980, p.178).

Bolívar oculta as contradições étnicas para tentar convencer seus destinatários de que, mesmo antes da guerra de independência, segundo ele, existia harmonia no convívio étnico na Venezuela. Em seu modo de pensar, os brancos eram numericamente inferiores, mas a condição intelectual que possuem os faziam superiores e lhes garantiam certo domínio moral sobre os demais. Os índios, desde que os espanhóis os conquistaram, viam os brancos com veneração (BOLÍVAR, 1980, p. 178). Ademais, não tinham ambições de nenhum tipo: “ella (esta parte da população) no pretende la autoridad, porque ni la ambiciona, ni se cree con aptitud para ejercerla, contentando-se con su paz, su tierra y su familia. El indio es el amigo de todos” (BOLÍVAR, 1980, p. 179).

Os mestiços, por terem sangue de índio e de brancos, representaria o fiel da balança na dinâmica numérica das “castas”, impedindo que se pudesse ocorrer o predomínio de uma sobre a outra: “y si añadimos los mestizos que participan de la sangre de ambos, el aumento se hace más sensible y el temor de los colores se disminuye, por consecuencia” (BOLÍVAR, 1980, p. 180). Em relação aos escravos, a reflexão os considera passivos e os coloca como “Un miembro de la familia de su amo, a quien ama y respeta” (BOLÍVAR, 1980, Tomo I, p. 180), além de a própria condição em que vivem não lhes permitir ações grandiosas que coloquem em perigo toda a ordem social (BOLÍVAR, 1980, p. 180-181).

Toda esta reflexão ocorreu para reverter a imagem internacional da guerra de independência na Venezuela. O fato de ter assumido as características de uma guerra civil dificultava a ajuda estrangeira e, sem ela, a situação ficava ainda mais complicada para os patriotas derrotarem os espanhóis, que chegavam ao litoral venezuelano, no início de 1815, com armas, navios, munição e 15 mil homens para atuarem nos combates. A análise bolivariana privilegiou fatores como a relação sanguínea entre os indivíduos e não fatores como as formas de trabalho, de propriedade, as relações políticas, a jurisprudência que existia em torno da problemáticas das raças, e, no caso dos escravos, a relação entre estes e seus donos, de modo geral, era bem mais conflituosa do que seus relatos. De fato, seu objetivo era mostrar uma Venezuela mestiça, mas, ao mesmo tempo, socialmente harmoniosa. No entanto, o que mais interessa para esta reflexão é a afirmação que faz sobre como essa diversidade de

interesses seria harmonizada após a independência. Ou melhor, quais seriam as ferramentas que o Estado utilizaria para neutralizar os interesses conflitantes e conduzir a nação a um interesse único: a existência da república, da comunidade política:

Hasta el presente se admira la más perfecta armonía entre los que han nacido en este suelo por lo que respeta a nuestra cuestión; y no es de temerse que en lo futuro suceda lo contrario, porque para entonces, el orden estará establecido, los gobiernos fortificados con las armas, *la opinión*, las relaciones extrajeras y la emigración europea y asiática, que necesariamente debe aumentar la población (BOLÍVAR, 1980, p. 181, grifo nosso).

Em 1815, já estava consolidada sua ideia de que o controle dos princípios, dos costumes e das ideias eram imprescindíveis para a edificação da república. Ele não expressou qual seria o alcance desse controle da “opinião” popular e tampouco a forma como ocorreria. Os desdobramentos de uma guerra que se presumia entre venezuelanos e espanhóis, mas que se tornou um confronto entre venezuelanos, oferecendo espaço para uma atividade protagonista das classes populares, fez com que Bolívar fosse estruturando seu projeto político a partir “de la experiencia que nos há suministrado el curso de nuestra revolución” (BOLÍVAR, 1980, p. 178). Ao passo que a guerra vai se desenvolvendo e adquirindo traços favoráveis à vitória dos patriotas, ele também vai aprofundando suas formulações políticas, sempre mantendo a virtude (amor à pátria, respeito às leis, ao Estado e aos magistrados) como a principal necessidade do novo regime político e da nova forma de governo que se implementaria após a independência.

2.3 1814: a virtude como guia interpretativo de Bolívar

A Segunda República durou pouco mais de um ano. José Tomás Boves entrou em Caracas no dia 7 de agosto, colocando fim na segunda experiência dos republicanos que haviam declarado a independência em 5 de julho de 1811. Suas tropas eram majoritariamente compostas por *llaneros*, por escravos, aos quais ele prometia a liberdade, e por grande parte do conjunto de mulatos, mestiços e índios mais próximos à condição social de exclusão vivida pelos mais pobres na época (PIETRI, 2014). Segundo o memorial escrito por José Ambrozio Llamozas, sacerdote espanhol que acompanhava as tropas de Boves, este líder popular dizia que:

en los llanos no debe quedar un blanco por dos razones: la primera por tener destinado aquel territorio a los pardos, y la segunda, para asegurar la retirada en caso de una derrota, pues no se fiaba en los blancos, cuya compañía le desagradó siempre, más con los negros comía y con ellos formaba sus diversiones (PIETRI, 2014, p. 114).

Esta postura em relação aos brancos não assustava somente os *criollos*, mas também os espanhóis. Foi o primeiro a conduzir tropas “con siete u ocho mil hombres, dentro de los cuales no había más de cincuenta blancos o españoles europeos, y mil de color libres; el resto era de esclavos, de negros y zambos” (PIETRI, 2014). Felipe Larrazábal (1816-1873), ativo político do partido liberal após 1830, foi um dos primeiros historiadores a escrever a historiografia de independência da Venezuela e, por extensão, um dos principais representantes da *historia patria*. Em sua forma de narrar os acontecimentos, ele reproduziu a dicotomia que Bolívar utilizou para explicar as causas das rebeliões populares contra os republicanos: ignorância e falta de virtude/ilustração e virtude:

El terrible enemigo Boves, se aprestaba a librar otro combate tremendo, con mucha gente y aguerrida. Boves era un caudillo formidable, tan valiente como activo y emprendedor; y el país lo acompañaba, por ignorancia, barbarie y fanatismo, en su empresa no sólo de derrocar la República, sino de exterminar a los patriotas blancos, es decir, la más ilustrada y mejor parte de la nación, la que había declarado y sostenido la independencia desde 19 de abril de 1810 (LARRAZÁBAL, 2001, p. 280).

Porém, existia em Boves uma prática social diferente da dos oficiais *criollos*. Por ter sido um pequeno comerciante canário e ter vivido boa parte de sua vida na região dos *llanos*, seu modo de pensar as relações sociais e políticas não carregava os mesmos traços dos setores dominantes republicanos ou legitimistas. Em 1814, após entrar Caracas como comandante das tropas espanholas vitoriosas, distribuiu os cargos de sua administração da mesma forma que fazia com as patentes militares no exército que liderava. Em suas tropas, negros, escravos, zambos, mulatos e mestiços podiam ser generais, tenentes e ocupar os principais postos dentro da hierarquia militar. Foi assim também no período em que organizou o governo legitimista que substituiu a Segunda República:

Boves, desde que se posesionó de Caracas, llevó a efecto su política de igualdad social. Los zambos, negros y demás “gente de color” gobernaban de hecho. Eran ellos los que ocupaban los mejores cargos y los que poseían la confianza del caudillo. Caracas se inclinaba ante aquellos que hasta ayer no fueron más que sus esclavos. El Marqués de Casa León y el arzobispo

tenían que codearse con el negro capitán o con el zambo general. La pirámide social, al menos por aquellos días de fines de julio y principios de agosto de 1814, quedaba efectivamente invertida (PIETRI, 2014, p. 192).

Neste complexo jogo de interesses, o que determinava a inclinação de este ou aquele setor para o campo legitimista ou patriótico era muito mais do que a falta de instrução, a ignorância e/ou a falta de virtude. Até 1814, os oficiais *criollos* reproduziram no exército independentista a mesma hierarquia que garantia a dominação e o poder na sociedade colonial. Ao contrário disso, Boves imprimiu uma igualdade em suas tropas (BRITO FIGUEROA, 2002), que respondia aos interesses e, principalmente, à esperança de oportunidades que podia surgir após a independência para as camadas mais pobres. Enquanto escravos, negros livres e zambos eram a base do exército do líder dos *llanos*, Bolívar ordenava que a presença de escravos e demais trabalhadores nas fileiras patrióticas deveria ocorrer somente quando fosse necessário:

Esta pequeña desgracia ha puesto a la patria en un eminente peligro si no levantamos a 2000 mil caballos en esta ciudad y sus alrededores, montados por la flor de la juventud de Caracas, que es la única que tiene opinión; que todos los ciudadanos deben dar, no solamente sus caballos o mulas aperadas, sino también todo el dinero, armas y vestidos que tengan, y *aún los servientes y esclavos, siempre que se necesario* (BOLÍVAR, apud PIETRI, 2014, p. 156).

Existia uma diferença entre a postura que Bolívar e Boves assumiam em relação às classes excluídas. Nas fileiras do primeiro, predominavam os brancos, de modo que a presença de escravos e negros livres ou a de indivíduos de cor e livres pobres, ainda que ocorresse, respondia a uma necessidade secundária. No caso do segundo, mais de 90% dos soldados pertenciam às classes excluídas pelos brancos *criollos*.

Para os republicanos *mantuanos*, as rebeliões populares de 1814 resultavam de um problema teórico, no plano da consciência, uma vez que a ignorância é que levava aquele amplo setor social a acompanhar um comandante monarquista e a destruir a república. Seguindo esse ponto de vista, a ignorância impedia que esses indivíduos sem instrução e sem virtude, ou seja, vulgares e bárbaros, não compreendessem o benefício da liberdade que a república trazia. Entretanto, a prática social dos republicanos representava a continuidade das mesmas exclusões sociais de antes. Por outro lado, esses setores marginalizados encontraram na postura popular de José Tomás Boves uma possibilidade de conquistar a liberdade, bens móveis e imóveis ou, no limite, apenas retribuir com violência um sentimento de revolta contra aquele sistema escravista e opressor vivido até então. Nesta disputa, os *criollos*

republicanos, dentre eles Bolívar, não compreendiam que a consciência humana, nesse caso, dos setores populares, é determinada pelas relações de trabalho de cada época, a partir das quais se ergue todo um conjunto de relações sociais que mantêm uma dinâmica de reprodução de interesses econômicos e políticos (MARX; ENGELS, 2007) que, em uma sociedade de classes, são sempre antagônicos.

A guerra civil que se desencadeou a partir de 1812, colocando o amplo conjunto das classes populares, em sua maioria, nas tropas dos comandantes defensores da monarquia espanhola, foi o grande problema que os republicanos enfrentaram para conservar a Primeira República. A entrada dos escravos, negros livres, mulatos, *llaneros* e mestiços na guerra, causou a derrota dos patriotas (VALLENILLA LANZ, 2000). Esse momento foi crucial na carreira militar e política de Bolívar, porque marcou o início de uma nova postura com relação aos próprios setores alagozes da Segunda República. A nova forma de organização do exército patriota que se deu a partir de 1816, com a incorporação dos *llaneros* e a convocação de escravos, cuja liberdade era adquirida com decretos do Libertador, teve relação direta com as rebeliões populares de 1814. Ademais, o tema da virtude tornou-se central no seu pensamento político, de tal maneira que seu ideário educacional republicano foi formulado para responder à necessidade de formar moralmente esses indivíduos que não aceitavam o novo contrato social, fundamentado na liberdade e igualdade jurídica da comunidade política.

2.4 O fim da Segunda República e a relação com a moral e a virtude

Existem duas semelhanças históricas entre a queda da Primeira República e a da Segunda, envolvendo Simón Bolívar. Em 1812, depois da capitulação de Francisco de Miranda (1750-1816), Bolívar foi para a cidade de *Cartagena de Indias*, Nova Granada, onde publicou um manifesto a respeito das causas da queda do governo republicano na Venezuela. Em 1814, ao ter que sair de Caracas, o Libertador dirigiu-se para o Oriente do país, em direção à cidade de Barcelona, e depois a Carúpano, no litoral. Nesta última cidade, também publicou um manifesto.

Assim como o Manifesto de Cartagena, o de Carúpano (1814) tinha a finalidade de apresentar os principais motivos que, na sua visão, levaram os republicanos a mais um fracasso. No entanto, essa finalidade dividiu espaço com outra, a de convencer os venezuelanos de sua inocência (BARRIOS, 2010). A acusação que sobre ele recaía era a de

que havia fugido, em meio às turbulências da derrota, depois de ter chegado à cidade de Cumaná, no final de agosto de 1814. O polêmico episódio da suposta fuga envolveu também o comandante do exército venezuelano do Oriente, Santiago Mariño (1788-1854) e o almirante italiano José Bianchi. Segundo as informações que chegaram até Bolívar e Mariño, o italiano planejara partir de Cumaná com suas embarcações, levando todo o dinheiro, ouro e prata que os patriotas haviam conseguido retirar de Caracas e Barcelona durante a fuga. No dia 26 de agosto, os dois lançaram-se ao mar para capturar Bianchi e recuperar as únicas riquezas que haviam restado para reorganizar outra expedição. A saída dos dois comandantes de Cumaná foi entendida por grande parte dos oficiais, soldados e civis ali presentes como um abandono ante toda aquela desesperada situação em que os patriotas se encontravam. Os dois foram acusados de traidores: “ante los ojos de los que estaban en tierra, eran dos fugitivos más” (BARRIOS, 2010, p. 80). Sem retornar a Cumaná, os comandantes, depois de recuperarem parte do dinheiro, da prata e do ouro que Bianchi levava, foram para Carúpano, onde chegaram no dia 3 de setembro. Quatro dias depois, Bolívar publicou o manifesto, apresentado sua defesa e o que ele entendia serem as principais razões de mais uma derrota republicana:

Ciudadanos: Infeliz del magistrado que autor de las calamidades o de los crímenes de su patria se ve forzado a defenderse ante el tribunal del pueblo de las acusaciones que sus conciudadanos dirigen contra su conducta; pero es dichosísimo aquel que corriendo por entre los escollos de la guerra, de la política y de las desgracias públicas preserva su honor intacto y se presenta inocente a exigir de sus propios compañeros de infortunio una recta decisión sobre su inculpabilidad (BOLÍVAR, 1976, p. 42).

O documento marca também a compreensão bolivariana em torno da ideia de que a guerra de independência tinha assumido caracteres de uma guerra civil: “Así, parece que el cielo para nuestra humillación y nuestra gloria ha permitido que nuestros vencedores sean nuestros hermanos y que nuestros hermanos únicamente triunfen de nosotros” (BOLÍVAR, 1976, p. 42). Bolívar também condenava o apoio de *criollos* aos espanhóis. Contudo, a referência, nesse documento, feita aos opositores que permitiram o retorno dos espanhóis ao poder dirige-se aos setores populares: “Vuestros Hermanos y no los españoles han desgarrado vuestro seno, derramado vuestra sangre, incendiado vuestros hogares y os han condenado a la expatriación. Vuestros clamores deben se dirigir a estos ciegos esclavos que pretenden ligaros a las cadenas que ellos mismos arrastran” (BOLÍVAR, 1976, p. 42).

É importante notar que existe uma pontual diferença na identificação feita sobre as causas da derrota dos republicanos em 1814 em relação a 1812. No fim da Primeira República, ao analisar os acontecimentos no Manifesto de Cartagena, a política assumiu papel central dentro daquilo que ele identificou como motivos que levaram ao fim do governo republicano. Em 1814, depois das rebeliões populares, a política cedeu lugar para a categoria da virtude, que passou a ser o princípio explicativo para o retorno do poder monárquico na Venezuela. Bolívar, em todo o documento, não mencionou erros políticos como possíveis causadores da infelicidade dos patriotas, ao contrário, apresentou o problema que, a seus olhos, era central nos rumos que a guerra de independência havia tomado. Ademais, não se tratava de pequenos grupos de insubordinados que se rebelavam contra os *criollos* republicanos, mas, como ele mesmo aponta, de um conjunto social amplo, composto pelos indivíduos mais excluídos da ordem colonial e do futuro contrato social republicano: “El ejército Libertador exterminó las bandas enemigas, pero no ha podido nin debido exterminar unos pueblos por cuya dicha ha lidiado en centenares de combates” (BOLÍVAR, 1976, p. 42).

Começava, nesse período, um aprofundamento na forma como passou a refletir sobre a relação entre liberdade, virtude e a condição moral em que se encontrava a grande maioria da população venezuelana. Ao se deparar com uma resistência popular aos republicanos, cujo fundamento, segundo ele, era a falta de virtude, Bolívar centraliza as categorias da moral e da virtude como pontos centrais do seu pensamento político que vai sendo formulado em meio à guerra de independência, visando o momento em que a organização do Estado republicano e independente ocorresse de fato.

A moral e a virtude passam a constituir as bases para a forma de governo republicana, de tal maneira que sem elas, para ele, não havia sentido em se conquistar a liberdade: “No es justo destruir los hombres que no quieren ser libres, ni es libertad la que se goza bajo el império de las armas contra la opinión de seres fanáticos cuya depravación de espíritu les hace amar las cadenas como los vínculos sociales” (BOLÍVAR, 1976, p. 42). A existência da república passava pelo consenso em torno da realização da comunidade política, subjugada pelo império das leis e constituída por cidadãos juridicamente livres e iguais. No Manifesto de Carúpano não há menção sobre a abolição do trabalho escravo como forma de incluir os negros na comunidade política que ele pretendia edificar. Porém, um ano depois de escrever o documento, depois de passar pelo Haiti e receber ajuda financeira e militar de Alexander Petion (1770-1818), Bolívar iniciou sua defesa pela liberdade dos escravos.

No processo de formulação do seu projeto republicano, começou a relacionar e a ampliar a noção de liberdade para a completude da sociedade venezuelana. Se no momento da

proclamação da república, o conceito de liberdade restringia-se apenas aos homens livres, Bolívar, nesse período posterior às rebeliões populares, passou a considerar a necessidade de estender a liberdade também aos escravos com o objetivo de aplacar as revoltas que levaram à queda do governo patriota e assegurar a pretensa harmonia social que os setores dominantes buscavam com a república.

A reforma moral aparece em Bolívar como a principal necessidade do futuro político da Venezuela. Uma nova forma de governo e um novo regime político precisavam de um homem formado a partir de novos princípios morais, os quais tinham a função de produzir um consenso em torno da ordem social proposta pelas classes dominantes.

Esta reforma moral que ele começava a gestar centrava-se na formação de um homem virtuoso, cujas características principais seriam o respeito às leis, o amor à pátria, ao governo e aos magistrados. Em síntese, o cidadão por ele idealizado deveria ser o extremo oposto dos indivíduos que compuseram as rebeliões de 1814, uma vez que, sendo vulgares, ignorantes, bárbaros e fanáticos, jamais aceitariam os acordos do contrato social republicano, isto é, não assumiriam a conservação da república como um princípio de vida, assim como faria um cidadão virtuoso.

Junto aos argumentos que apresentou para a defesa de sua inocência diante do fracasso político dos republicanos, tratou a reforma moral como um dos principais obstáculos para a superação da condição de súditos, de ignorantes e, por extensão, para a conquista da independência:

La destrucción de un gobierno cuyo origen se pierde en la obscuridad de los tiempos; la subversión de principios establecidos, la mutación de costumbres; el trastorno de la opinión, y el establecimiento en fin de la libertad en un país de esclavos, es una obra tan imposible de ejecutar súbitamente, que está fuera del alcance de todo poder humano; por manera que nuestra excusa de no haber obtenido lo que hemos deseado, es inherente a la causa que seguimos, porque así como la justicia justifica la audacia de haberla emprendido, la imposibilidad de su adquisición califica la insuficiencia de los medios (BOLÍVAR, 1976, p. 43).

Bolívar identificou que os espanhóis mobilizaram as classes populares contra os *criollos* republicanos devido à falta de virtude existente nos indivíduos ignorantes: “Un corto número de sucesos por parte de nuestros contrarios, ha desplomado el edificio de nuestra gloria, estando la masa de los pueblos descarriada por el fanatismo religioso y seducida por el incentivo de la anarquía devoradora” (BOLÍVAR, 1976, p. 43). Segundo ele, a inexistência da virtude e o predomínio da ignorância no amplo setor que se portou como antirrepublicano nos

primeiros anos da guerra de independência impediam o projeto libertário de se efetivar, ao passo que mantinha a Venezuela cativa dos interesses metropolitanos:

A la antorcha de la libertad, que nosotros hemos presentado a la América como la guía y el objeto de nuestros conatos, han opuesto nuestros enemigos el hacha incendiaria de la discordia, de la devastación y el grande estímulo de la usurpación de los honores y de la fortuna a hombres envilecidos por el yugo de la servidumbre y embrutecidos por la doctrina de la superstición (BOLÍVAR, 1976, p. 42).

Em meio a este quadro, Bolívar lançou uma questão a partir da qual é possível inferir que diante daquela realidade social em que a virtude não estava presente, a edificação da república, a seu modo de ver, tornava-se uma realidade quase impossível:

¿Cómo podría preponderar la simple teoría de la filosofía política, sin otros apoyos que la verdad y la naturaleza, contra el vicio armado con el desenfreno de la licencia, sin más limites que su alcance y convertido de repente por un prestigio religioso en virtud política y en caridad cristiana? No, no son los hombres vulgares los que pueden calcular el eminente valor del reino de la libertad, para que lo prefieran a la ciega ambición y a la vil codicia (BOLÍVAR, 1976, p. 43).

De um modo bastante diferente em relação às reflexões feitas em 1812, após a queda da Primeira República, nas quais os erros políticos foram protagonistas, em 1814, o protagonismo político e social do qual dependia a conquista da independência, e depois, a conservação da república, pertenciam à moral e à virtude. Em 1812, alguns acertos na condução política do governo bastariam para assegurar a nova ordem social e política. Em 1814, no entanto, Bolívar não via outra saída senão desenvolver a formação de homens virtuosos capazes de compreenderem a “chama da liberdade” que os *criollos* supostamente traziam para a América:

De la decisión de esta importante cuestión ha dependido nuestra suerte; ella estaba en manos de nuestros compatriotas que pervertidos han fallado contra nosotros; de resto todo lo demás ha sido consiguiente a una determinación más deshonrosa que falta, y que debe ser más lamentable por su esencia que por sus resultados (BOLÍVAR, 1976, p. 44).

A importância na condução dos negócios políticos cede espaço para a formação moral dos cidadãos, sobretudo daqueles mais marginalizados socialmente, porque constituíam o setor mais fácil de ser convencido por ideias contrárias à liberdade e à igualdade. A virtude, e

não a política, torna-se a partir desse período, a categoria central do pensamento político do Libertador, que vai se (re)formando em meio à guerra de independência:

Sí, sí, vuestras virtudes solas son capaces de combatir con suceso contra esa multitud de frenéticos que desconocen su propio interés y honor; pues jamás la libertad ha sido subyugada por la tiranía. No comparéis vuestras fuerzas físicas con las enemigas, porque no es comparable el espíritu con la materia. Vosotros sois hombres, ellos son bestias, vosotros sois libres, ellos esclavos. Combatid, pues, y venceréis (BOLÍVAR, 1976, p. 45).

A segunda metade da guerra acrescentou novas dinâmicas na relação entre o exército patriótico e as classes populares representadas por escravos, negros livres, *llaneros*, mestiços, mulatos, índios e zambos. Este período também foi muito importante para a formação do projeto político bolivariano, porque foi um momento em que, para assegurar o controle político e social do processo libertário, o Libertador teve que avançar na proposição de reformas sociais, indo além dos limites vistos até então, os quais não ultrapassavam a esfera da moral. Além da reforma moral, reformas sociais importantes como a abolição do trabalho escravo e o cumprimento da promessa de se pagar os soldos dos *llaneros* e escravos com a partilha de terras foram defendidas por ele. Começava um conflito interno entre Bolívar e as frações *criollas* dispostas a não conceder nenhum benefício às classes excluídas socialmente.

2.5. As concessões de Bolívar

Em 24 de maio de 1821, a menos de três meses da Batalha de *Carabobo*, que deu a independência definitiva à Venezuela, Bolívar escreveu uma carta a Pedro Gual⁵⁵ (1783-1862). Dessa carta, resta apenas um fragmento, que torna possível a análise do modo como o Libertador via a eminente vitória dos republicanos. Mais do que isso, começava a se preocupar ainda mais com o futuro da república em uma vida política e militar sem guerra. Depois de 10 anos de um conflito que enfraqueceu a economia do país e eliminou 1/3 de sua população – proporcionalmente, os brancos foram mais afetados (BRITO FIGUEROA, 1979, tomo I) – somente o império das leis não bastava, segundo ele, para garantir a ordem social e política na Venezuela, tal qual esperavam os *criollos* em 1810.

⁵⁵ Foi um dos mais importantes políticos do movimento independentista. Depois de 1815, exerceu o cargo de diplomático nos Estados Unidos, trabalhando em favor da independência. Regressou à Venezuela somente em 1847 e foi presidente por três vezes até 1861, quando foi exilado do país. Faleceu em Guayaquil, em 1862.

A guerra civil nos primeiros anos após a proclamação da república e o extenso confronto com os espanhóis, que obrigou Bolívar a chamar mulatos, índios, mestiços, escravos e *llaneros* de soldados e dar-lhes uma importância social jamais vista, provocou alterações que as frações da classe dirigente não esperavam e com as quais teria que lidar para, ao mesmo tempo, manter sua dominação econômica e política, mas garantindo benefícios a esse amplo setor. Por isso, a segunda etapa da guerra o levou a temer mais o período posterior a ela do que aquele que estavam vivendo, porque sabia que os interesses populares despertados nas lutas pela independência não acabariam no mesmo instante que os confrontos. No documento, Bolívar fala sobre os *llaneros*, mas se refere a todo o amplo setor social caracterizado como ignorante e sem virtude, e também esquecido pelos setores dominantes na república *criolla* de 1811.

Contudo, a violenta guerra social e étnica que foi parte das lutas pela independência da Venezuela, os havia garantido uma certa consciência de que mudanças eram necessárias a respeito das suas condições de vida: os escravos se alçaram pela liberdade e terras; os *llaneros* pelo direito da propriedade de rebanhos e de terras; os mulatos, negros, índios e mestiços rurais acompanharam os dois grupos anteriores, aos quais estavam mais próximos, e ainda, os mestiços e mulatos urbanos intensificaram o movimento na busca de ascensão e mobilidade social, de participação na vida política, cultural e artística, que já existira desde o final do século XVIII. Em meio a este conflituoso jogo de interesses, Bolívar dizia a Gual:

No puede Vds. formarse una idea exacta del espíritu que anima a nuestros militares. Estos no son los que Vds. conocen; son los que Vds. no conocen: hombres que han combatido largo tiempo, que se creen muy beneméritos, y humillados y miserables, y sin esperanza de coger el fruto de las adquisiciones de su lanza. *Son llaneros determinados, ignorantes y que nunca se creen iguales a los otros hombres que saben más o parecen mejor.* Yo mismo, que siempre he estado a su cabeza, no sé aún de lo que son capaces. Los trato con una consideración suma; y ni aún esta misma consideración es bastante para inspirarles la confianza y la franqueza que debe reinar entre camaradas y conciudadanos. *Persuádase Vds., Gual, que estamos sobre un abismo, o más bien sobre un volcán pronto a hacer su explosión. Yo temo más la paz que la guerra, y con esto doy a Vds. la idea de todo lo que no digo, ni puede decirse* (BOLÍVAR, 1980, Tomo I, p. 560 - grifos nossos).

O último período da citação é muito importante, porque mostra um Bolívar político que não pode dizer o que pensa a respeito do futuro republicano da Venezuela. No dia 13 de junho do mesmo ano, tendo como remetente a Francisco de Paula Santander, apresentava seu descontentamento em relação a boa parte dos legisladores do Congresso de Cúcuta, porque a

opção pelo modelo federalista era muito forte entre eles, além disso, incomodava-o a insistente tentativa de reproduzir na Colômbia os modelos liberais europeus sem a devida consideração das diferenças. No fundo, repetiam-se os mesmos problemas que ele tanto havia criticado ao fim da Primeira República, principalmente, no que dizia respeito aos homens letrados, os quais ele, ironicamente, chamava de “filósofos que queriam construir repúblicas aéreas” (BOLÍVAR, 1980).

Bolívar via ao menos dois perigos fundamentais que podiam colocar em risco a existência da república. O primeiro, já havia sido identificado por ele em 1812, mas continuava presente depois de quase dez anos: “¿no le parece a Vd., mi querido Santander, que esos legisladores más ignorantes que malos, y más presuntuosos que ambiciosos, nos van a conducir a la anarquía, y después a la tiranía, y siempre a la ruina?” (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 565). O segundo, começara a ser identificado depois das rebeliões populares de 1814 e se referia aos *llaneros* e escravos, de modo geral, a todo o conjunto das classes populares que ofereceu resistência aos republicanos, mas que tinham nos *llaneros* e escravos as frações mais temidas: “Yo lo creo así y estoy cierto de ello. De suerte, que si no son los llaneros los que completan nuestro exterminio, serán los suaves filósofos de la legitimada Colombia” (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 566).

É importante assinalar a mudança que a guerra provocou na dinâmica política da Venezuela. Em 1812, quando Bolívar se exilou em Cartagena e escreveu sobre a derrota dos republicanos, identificava em primeiro plano apenas os erros políticos dos dirigentes do movimento independentista como causas do retorno dos espanhóis ao poder. A partir das rebeliões populares de 1814, os escravos, *llaneros*, índios e todo o setor de cor e marginalizado socialmente passam a ser considerados como um dos principais problemas para os republicanos. Em um primeiro momento, pelo fato de fazerem parte, em sua grande maioria, das tropas espanholas comandadas por Boves, Zuazola, Yañes, Rosete e outros. Mas depois, em um segundo momento, e o que é mais importante, por representarem uma ameaça devido ao destaque que tiveram na guerra, participando das fileiras patriotas. Ou seja, mesmo sendo parte do seu exército, Bolívar temia os *llaneros* e escravos.

Seu maior temor era a relação entre o Estado e a sociedade civil, sobretudo no que se refere à ordem social que ele tanto prezava como princípio fundamental para a existência da república. De acordo com suas palavras, “estamos sobre un abismo, o más bien, sobre un volcán pronto a hacer explosión”, nem mesmo o fato de aquele grande conjunto popular que acompanhava a Boves em 1814 ter passado para as fileiras patriotas depois de 1816 garantia a paz após a independência. Isto ocorria, porque não se tratava de um problema exclusivamente

político ou moral, como o mesmo Bolívar acreditava, quando escrevera sobre o fim da Primeira República, mas sim, um problema econômico, com profunda desigualdade e exclusão social e a falta de representatividade política, que a república não queria resolver.

As manifestações de ordem econômica eram mais fortes no momento de decisão sobre qual causa apoiar. Antes de 1815, os espanhóis apresentavam melhores saídas, ainda que possivelmente não fossem cumpridas, para este amplo setor marginalizado socialmente – liberdade aos escravos e as propriedades dos *criollos* patriotas. Na segunda metade da guerra, com a chegada do exército espanhol a mando de Pablo Morillo (1775-1837), a postura popular de Boves foi combatida nas tropas legitimistas, ao passo que o patriota José Antonio Páez (1790-1873), atuando também nos *llanos*, retomava grande parte da política popular do antigo chefe espanhol. Esta foi a principal característica da guerra: por um lado, os *criollos* lutando pela autonomia política e comercial da Venezuela sem abrir espaço para a democracia que contemplasse toda a sociedade ou para qualquer possibilidade de transformações sociais que beneficiassem as classes socialmente excluídas. Por outro, essas classes buscando conquistar direitos sociais e políticos por meio do acesso à terra e à mobilidade social que garantisse certa importância a determinadas frações do setor médio.

A guerra possibilitou a ascensão social de muitos indivíduos que pertenciam aos setores mais pobres. Pequenos comerciantes, artesãos, camponeses, *llaneros* e até mesmo escravos, no momento em que se conquistou a independência, não aceitavam mais sua antiga condição, porque o exército lhes havia transformado em homens com certa importância. Ademais, originou-se dela um grupo que ascendeu socialmente por meio do exército, tornando-se proprietário de terras e a base de sustentação dos caudilhos venezuelanos, a partir de 1821.

La guerra contribuyó igualmente a la formación de un grupo militar de origen popular, enriquecido con los bienes de los propietarios adversarios de la emancipación que emigraron del territorio nacional. Este grupo devino en el más sólido apoyo de los terratenientes y juntos compartieron la dirección política de la sociedad venezolana. [...] Conjuntamente con estos fenómenos [...] es necesario considerar los fenómenos de la movilidad de la población en sentido horizontal que contribuyeron a disminuir cuantitativamente el volumen de algunas categorías sociales presentes en los cuadros de la Venezuela que luchó por la independencia con las armas en mano. Nos referimos a las emigraciones de núcleos de población blanca hacia las Antillas francesas, inglesas y holandesas en 1812-1814 y de modo permanente a partir de 1816 (BRITO FIGUEROA, 1979, p. 271, tomo I).

Essas transformações foram importantes para a conformação de um quadro social que deu novas características à fase independente da Venezuela. Por menor que tenha sido o impacto social dessas mudanças, elas não estavam nos planos dos *criollos* republicanos de 1810-1811. Bolívar tentou aplacar o ímpeto étnico-igualitário de Manuel Piar (1774-1817)⁵⁶ e assumiu a defesa pela liberdade dos escravos como única tática política de garantir a ordem social na república: “es pues demostrado por las máximas de la política, sacadas de los ejemplos de la historia, que todo gobierno libre que comete el absurdo de mantener la esclavitud es castigado por la rebelión y alguns veces por el exterminio como en Haití” (BOLÍVAR, 1980, Tomo I, p. 425).

Em 17 de junho de 1814, em meio à rebelião popular e prestes a cair a Segunda República, Bolívar escrevia ao Comandante em chefe das forças de terra de Sua majestade Britânica e ao Almirante do Departamento da Ilha de Barbados nos seguintes termos:

Nuestros enemigos no han perdonado medio alguno por infame y horrible que sea para llevar al cabo su empresa favorita. Han dado la libertad a nuestros pacíficos esclavos y puesto en fermentación las clases menos cultas de nuestros pueblos para que asesinen individualmente a nuestras mujeres y a nuestros tiernos hijos, al anciano respetable y al niño que no sabe hablar (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 98).

Os recentes acontecimentos no Haiti tiveram forte impacto sobre todo Caribe e a América hispânica e portuguesa. Após 1804, os governos coloniais e os grandes proprietários de terras, que eram a principal influência política das cidades, todos brancos, passaram a tratar as insurreições de escravos de um ponto de vista diferente do que até então existira. As rebeliões negras adquiriam algo mais do que a luta pela liberdade. Pela primeira vez, e bem próximo à Venezuela, escravos e mulatos libertos derrubaram seus dominadores e, além de conquistar a liberdade, assumiram o controle político do país, destruindo toda a população branca ali existente (FONTELLA; MEDEIROS, 2007). Nesta mesma carta, a fim de

⁵⁶ A relação entre Bolívar e Piar é um dos temas mais polêmicos da historiografia venezuelana. Para os bolivarianos, Piar não passava de um subordinado ávido a ocupar o posto de seus superiores, desobedecendo-os a todo momento e criando motins para confrontá-los. Por esses motivos, Bolívar o mandou fuzilar. No entanto, para os piarianos, Bolívar temia a importância que Piar assumia no exército patriota. Comandante de batalhas importantes e responsável pela conquista da Província de Guayana, Piar era visto como uma grande ameaça e um forte candidato a liderar o que Bolívar chamava de “pardocracia”. Um argumento utilizado pelos defensores de Piar é que Bolívar por diversas vezes perdeu Francisco de Paula Santander por descumprir suas ordens e, acima de tudo, por tentar assassiná-lo, em setembro de 1828. De acordo com as análises deste texto, acredita-se que Bolívar sempre teve medo da conquista de poder pelos pardos e pelas insurreições de escravos na república. Diante dessas possibilidades, sempre agiu com diplomacia e sagacidade, cedendo benefícios para conter o ímpeto dos pardos com possibilidades e conhecimentos para assumir postos políticos importantes, e defendendo a abolição dos escravos como forma de torná-los supostamente parte da comunidade política. Com essas medidas, no campo político, ele destruía a principal motivação dos conflitos entre as etnias de cor e os brancos *criollos*.

conquistar o apoio inglês para a causa republicana, o Libertador argumentou sobre o perigo que a guerra de independência havia promovido na região, em um momento de efervescência política positiva aos setores mais oprimidos. Além de ser uma ameaça à classe dominante venezuelana, poderia também ser prejudicial para o território caribenho dominado pela Coroa britânica:

Estas desgracias que afligen la humanidad en estos países deben llamar por su propia conveniencia la atención del Gobierno de S.M.B. El ejemplo fatal de los esclavos y el odio del hombre de color contra el blanco, promovido y fomentado por nuestros enemigos van a contagiar todas las Colonias Inglesas, si con tiempo no toman la parte que corresponde para atacar semejantes desórdenes (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 98).

Bolívar tinha a clareza de que que a Inglaterra havia se aliado com a Espanha ⁵⁷ para conter a ameaça francesa, que por pouco não subjogou o reino espanhol. Para contornar este fato, declarou que uma possível ajuda militar britânica aos independentistas venezuelanos não se configuraria como quebra de neutralidade internacional, porque se tratava de uma ação defensiva em relação às próprias colônias inglesas:

V.E. no violará de modo alguno la neutralidad de su Gobierno si en un caso tan extraordinario toma el partido de favorecernos con algunos socorros militares no para auxiliar la causa americana o la española sino para contener los excesos que puedan tener una tendencia directa a perturbar la tranquilidad y sosiego de las Colonias de S.M.B. (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 98).

Ao enviar as Instruções a Pedro Gual, comissionado responsável pelas conversas diplomáticas com os britânicos, com o intuito de estabelecer as bases para um tratado de cooperação, ele voltou a afirmar que a ajuda militar tinha como fim controlar o avanço popular que a guerra havia liberado. O item 2º das Instruções diz: “2º- A fin de inclinar el ánimo de los Jefes Británicos a franquearnos estos socorros les hará ver cuanto es el interés de la Gran Bretaña en impedir que las facciones intestinas consuman y aniquilen unos países como estos tan importantes a su comercio e industria” (BOLÍVAR, 1980, Tomo I, p. 99). No terceiro item, é mais explícita a finalidade do pedido de ajuda à Inglaterra: “3º- El gobierno de Venezuela no empleará de modo alguno estos socorros contra los españoles sino contra los

⁵⁷ A relação de cooperação que a Inglaterra mantinha com a Espanha para conter os avanços franceses não impediu que Bolívar buscasse o apoio britânico: “lo que es, en mi opinion realmente temible es es la indiferencia con que la Europa ha mirado hasta hoy la lucha de la justicia contra la orpresión, por temor de aumentar la anarquia; ésta es una instigación contra el orden, la prosperidade, y los brillantes destinos que esperan a la América (BOLÍVAR, 1980, Tomo I, p. 181).

bandidos y esclavos fugitivos que llevan al pillaje, la muerte y la desolación por muchas de nuestras más bellas poblaciones y haciendas” (BOLÍVAR, 1980, Tomo I, p. 99).

A guerra de independência foi a base da formação do projeto educacional e republicano de Simón Bolívar. É possível inferir que a participação protagonista das classes populares o pressionou a ceder cada vez mais na direção de reformas sociais contrárias aos interesses gerais da classe dominante. Isso se explica porque, para ele, a existência e a conservação da república eram o centro de sua preocupação, uma vez que a anarquia política – fragmentação das frações dominantes e as insurreições populares – não permitiriam o progresso da nação: “Crea Vd. Que habia muchos inconvenientes que vencer y que sólo el prestigio de la victoria, de la fuerza, y de las circunstancias momentáneas hubiera dado la felicidad que hemos tenido para superarlos; mas no basta vencer, es preciso conservar” (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 655).

A diferença no modo como tratou o caso dos *llaneros* e escravos demonstra a mudança de atitude entre meados de 1814 e a primeira metade de 1820. Em 1814, por meio da Instrução, Bolívar pedia ajuda aos britânicos, porque Boves conduzia em torno de 10.000 homens, dos quais menos de 5% eram brancos (PIETRI, 2010), ameaçando a continuidade da Segunda República:

5° Siendo igualmente provechoso a los americanos o a los españoles por quienes últimamente la suerte de la guerra decida la actual disputa y mucho más al comercio británico, la conservación y fomento de estos estados, el Comisionado solicitará que las tropas de S.M.B. cooperen también con las nuestras a destruir los bandidos y reducir los esclavos a su deber (BOLÍVAR, 1980, Tomo I, p. 100).

Contudo, seis anos depois, ele assumiu outra tática para se relacionar com os setores populares. Em 10 de maio de 1820, portanto em um momento no qual os antigos seguidores de Boves já estavam em sua grande maioria no exército patriótico e haviam colaborado para um avanço positivo na guerra por parte dos republicanos, escrevia a Santander para dar um panorama da movimentação das tropas inimigas e da necessidade que tinha de novas armas. Em um parágrafo curto e de conteúdo desconexo em relação aos demais, afirma que:

Cada vez me confirmo más en la utilidad de sacar esclavos para el servicio; el primero que los llama es su libertador. Me parece una locura que en una revolución de libertad se pretenda mantener la esclavitud; cuando los de Cauca no han podido resistir al incentivo de la libertad, ¿qué harán los otros? (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 435).

Como principal liderança política e militar, Bolívar encontrou uma saída para não comprometer a república e, ao mesmo tempo, conquistar o apoio popular para a causa republicana. Enfrentando forte resistência em defender uma reforma social de profundo impacto na realidade econômica da Venezuela, como era a abolição dos escravos, argumentava a Santander, em carta de 30 de maio de 1820, sobre a impossibilidade de se retornar aos anos anteriores à guerra, quando a liberdade dos escravos era um tema que jamais seria ouvido nos círculos diretivos comandados pelos *criollos*. A Constituição de 1811 é a maior prova disso.

O grande problema que se colocava a ele era o de garantir a continuidade da república depois da guerra. Mas, para isso, teria que harmonizar os interesses da classe que representava, e que promoveram a independência sem considerar a liberdade dos escravos ou a partilha de terras como reformas sociais necessárias, e, por outro lado, considerar também as reivindicações das classes populares que se tornaram imprescindíveis para a conquista da liberdade política em toda a República Colombiana. Dentre essas reivindicações, a liberdade aos escravos e a partilha de terras como forma de pagamento pelos serviços militares. Por isso, desde 1819, período em que a organização política do Estado republicano ganhou força, Bolívar começou a argumentar sobre a necessidade de se atender aos interesses populares como forma de garantir a ordem social.

Para aumentar o exército patriota, a partir de 1816, ele passou a decretar a liberdade aos escravos que assumissem as armas e, em alguns lugares, estendia a liberdade não só a homens com idade para lutar (14 – 39 anos) mas também a crianças, mulheres e idosos. Porém, muitos oficiais e políticos *criollos* o confrontavam na direção de não aceitarem a liberdade dos escravos como lei da república. Um desses era Santander, a quem o Libertador confrontou, utilizando-se do Haiti como referência:

Lo de los esclavos, si andan alborotando al avispero, resultará como en Haití: la avaricia de los colonos hizo la revolución porque la república francesa decretó la libertad, y ellos la rehusaron, y a fuerza de resistencia y de oposiciones irritaron los partidos naturalmente enemigos (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 444).

A revolução haitiana levou esperança aos escravos de toda a região do Caribe e América espanhola e portuguesa, mas também promoveu reflexões para os próprios proprietários de escravos e lideranças políticas a respeito de como evitar uma revolução negra nessas regiões. O exemplo do Haiti é seguido por Bolívar, à medida que ele analisou o desenvolvimento da guerra de independência da Venezuela e constatou que boa parte dos

escravos estavam nas fileiras do exército patriota, e os que não estavam já haviam tido contato com seus decretos abolicionistas.

A consciência dominante da época temia uma revolução negra, mas ao mesmo tempo, não aceitava a abolição do trabalho escravo. Porém, Bolívar, como político, via que não se podia conter o curso de uma guerra civil violenta, que havia causado tantos estragos e perdas para os setores privilegiados. Em vez de lutar contra os acontecimentos, era preciso ter o controle dos resultados: “El impulso de esta revolución está dado, ya nadie lo puede contener” (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 444), dizia a Santander, em 30 de maio de 1820.

A sua luta para manter a liberdade dos escravos como lei da República Colômbia (Venezuela, Colômbia e Equador) foi intensa nas discussões que estabeleceram as bases legislativas da nação que durou nove anos (1821-1830), no Congresso de Cúcuta. A abolição já constava em seus planos políticos para o Congresso de Angostura: Porém, a recusa dos congressistas à sua ideia libertária foi imediata. Esta atitude já indicava que a visão estadista bolivariana esbarrava-se nos interesses econômicos dos grandes proprietários de terras e escravos.

A pouco mais de um mês antes da realização do Congresso de Cúcuta (1821), Bolívar estava em Valencia⁵⁸. A experiência obtida a partir do Congresso de Angostura (1819), quando os deputados não aprovaram o artigo referente à abolição, fez com que ele se dirigisse aos deputados desse novo Congresso para, novamente, pedir que a Carta Magna da República da Colômbia concedesse a liberdade absoluta aos filhos dos escravos que nascessem a partir da publicação do texto constitucional. O diálogo mostra que o jogo de interesses políticos e econômicos em torno da nova constituição exigia dele a concessão de algumas prerrogativas para manter o que entendia como o fator mais importante do tema sobre os escravos. Por isso, ao compreender que era praticamente impossível os donos de escravos aceitarem perder sua principal força de trabalho e, principalmente, abrir mão do código jurídico da escravidão, que permitia os mais diversos castigos aos escravos transgressores da lei, buscou outra estratégia. Pediu aos deputados que atendessem seu pedido em recompensa pela vitória na Batalha de Carabobo.

Primeiro, tentou convencê-los de que a abolição era, acima de tudo, um sinônimo de sabedoria política: “La sabiduría del Congreso general de Colombia está perfectamente de acuerdo con leyes existentes en favor de la manumisión de los esclavos” (BOLÍVAR, 1980,

⁵⁸ No período colonial, Valencia era uma das principais cidades do interior da Capitania Geral. Durante a guerra de independência, caracterizou-se pela resistência aos republicanos, tornando-se um forte reduto dos espanhóis. Atualmente, é a capital do estado de Carabobo. Continua sendo uma cidade de destaque no cenário nacional e conta com uma população de quase um milhão de habitantes.

tomo I, p.576). Além disso, condenou a manutenção da escravidão para os filhos dos escravos que nascessem a partir da publicação daquele texto Constitucional, pois pensava ser um erro político que colocava a ordem social republicana em perigo:

Ella (a sabedoria do Congresso) pudo haber extendido el imperio de su beneficencia sobre los futuros colombianos que, recibidos en una cuna cruel y salvaje, llegan a la vida para someter su cerviz al yugo. Los hijos de los esclavos que en adelante hayan de nacer en Colombia deben ser libres, porque estos seres no pertenecen más que a Dios y a sus padres, y ni Dios ni sus padres los quieren infelices. El Congreso general, autorizado por sus propias leyes, y aún más, por las de la naturaleza, puede decretar la libertad absoluta de todos los colombianos al acto de nacer en el territorio de la república. De este modo se concilian los derechos posesivos, los derechos políticos, y los derechos naturales (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p.576).

Nem os argumentos filosóficos, tampouco o argumento mais subjetivo, convenceram os deputados a assumirem sua posição diante do tema. O Congresso de Cúcuta aprovou a Lei de Manumissão, em 19 de julho de 1821. A Lei determinava que a abolição do trabalho escravo na Colombia não deveria ocorrer de modo abrupto, porque causaria muitos problemas àquela sociedade. Por isso, a abolição deveria ocorrer de modo gradual, de tal maneira que a redação da Lei determinava que toda criança nascida de escrava estaria livre após dezoito anos. Esse tempo deveria ser dedicado ao trabalho para restituir seu respectivo dono dos gastos que teve com comida, vestimenta e a educação (sic) do indivíduo durante esse período (CARRERA DAMAS, 2010; ACOSTA SAIGNES, 2009).

O Congresso de Cúcuta interrompeu o plano bolivariano de criar os mecanismos políticos e sociais – reformas populares - para organizar a república de uma maneira que contribuísse para a ordem social e política, sem a anarquia das disputas entre os grupos dominantes e a guerra civil por parte dos setores populares. Do ponto de vista individual, Bolívar não tinha mais problemas em oferecer a liberdade a seus próprios escravos. Estava convencido de que não havia mais razões políticas e econômicas para a existência de escravos, ao escrever a Anacleto Clemente, ordenando-lhe para que administrasse seus bens: “todos los esclavos que no eran del vínculo, que tu poseses ahora, los he dado por libres porque eran míos y he podido darles la libertad; así ninguno quedará esclavo por ninguna causa ni motivo” (BOLÍVAR, 1980, Tomo I, p. 756).

Uma das principais características do pensamento político bolivariano é a opção, em primeiro lugar, pela existência da república como forma de governo, devidamente estruturada em suas instituições. Em segundo plano estava a viabilidade das garantias da liberdade individual, de interesses particulares ou de grupos específicos (GUERRERO, 2005). De

acordo com o resultado inesperado que a guerra proporcionou em relação à atuação das classes populares, Bolívar se deparou com o problema que o colocou em confronto com os interesses da própria classe a que pertencia. Esse problema resumia-se em dois aspectos fundamentais, o social e o político.

A abolição do trabalho escravo representava uma reforma social com profundos impactos econômicos para os proprietários de escravos. Por outro lado, o desenvolvimento da transição das relações de produção fundamentadas no trabalho escravo ainda não assumira um nível que tornasse a prática da manumissão algo comum. Essa prática se acelerou com o fim da guerra, devido aos impactos que ela produziu no interior do conjunto mais pobre da população, que havia, durante a guerra, adquirido importância social e militar (LASSO, 2010), devido às rebeliões contra os patriotas na primeira etapa e a posterior participação do exército republicano.

A visão que Bolívar estabeleceu sobre a participação dos setores populares na vida republicana era coerente com os desdobramentos da guerra, mas, acima de tudo, com o desenvolvimento econômico venezuelano. Sua necessidade de relacionar as necessidades sociais com as políticas, sempre visando a estruturação e conservação da república, levou-o a colocar na ordem do dia uma situação que não tardaria a se apresentar como inevitável para a Venezuela, qual seja, o fim da escravidão. O fato de a guerra de independência ter assumido o caráter de guerra civil fez com que o processo histórico do fim da escravidão se adiantasse na Venezuela. Em 1819, do ponto de vista econômico, não era um delírio propor o fim do trabalho escravo (BRITO FIGUEROA, 2002, tomo IV). Por isso, a principal preocupação do Libertador concentrava-se no campo político (FEDRIGO, 2007), cuja finalidade era controlar moralmente esse imenso conjunto popular – escravos, *llaneros*, índios, mulatos, mestiços e zambos - que surgia como um eminente perigo à ordem social e à própria dominação econômica e política dos *criollos*.

O embate que travou com outros próceres a respeito de sua busca pela inserção dos setores populares na comunidade política republicana com o objetivo de que o Estado os controlasse tinha um respaldo econômico. De acordo com os movimentos abolicionistas internacionais e as próprias transformações na esfera do trabalho que a Venezuela atravessava, sua visão política de tornar escravos e *llaneros* como membros da república não contrastava com o poder econômico constituído. Pelo contrário, tratava-se de uma ação de quem analisava as condições históricas venezuelanas (e da República da Colômbia) como um estadista já adepto das novas relações de trabalho que se desenvolviam na Europa e se configuravam como a fonte de riqueza e poder da nova potência mercantil mundial, a

Inglaterra. Vale ressaltar que, no Discurso de Angostura, afirmara que a Venezuela necessitava articular o conhecimento com o trabalho, ou seja, que a riqueza e o poder de uma nação estavam na sua capacidade de unir conhecimentos úteis ao trabalho (BOLÍVAR, 1980). Ele compreendeu as transformações históricas produzidas pela guerra com relação à reorganização das relações de trabalho, que começara já no final do século XVIII.

Brito Figueroa (2002, tomo IV) chamou essa reorganização das relações de trabalho de “*enfeudamiento y servidumbre*”. Foi nesse período, último quarto do século XVIII, que os grandes proprietários das regiões agrícolas passaram a obter o direito de propriedade sobre terras até então inutilizadas para o cultivo, em regiões pouco povoadas (BRITO FIGUEROA, 2002, Tomo IV, p. 1189) – principalmente nos *llanos* e na região sul do país. Ao adquirir as terras sem nenhum custo, os proprietários as valorizavam em parte com o trabalho escravo, mas, à medida que o dispêndio da força de trabalho era grande para abrir essas novas frentes de cultivo, tornava-se muito caro utilizar somente o trabalho escravo. Para aumentar a taxa de lucro, ofereciam um contrato de liberdade àqueles que trabalhavam essas terras e que, depois de determinado período (cinco, dez, quinze, vinte e até vinte cinco anos), ganhavam a liberdade (BRITO FIGUEROA, 2002, tomo IV).

De acordo com Figueroa (2002), em Caracas, entre 1800-1805, cento e vinte escravos pediam o cumprimento do contrato de manumissão e, por extensão, a liberdade. Em 1821, ano da independência, a transformação do escravo em homem livre, arrendatário e/ou trabalhador que recebia salário calculado de acordo com os dias que trabalhava não era um fato estranho aos políticos e grandes proprietários venezuelanos, principalmente nas regiões produtoras de cacau, cana e tabaco:

En doce plantaciones de cacao de los valles del Tuy y Barlovento, propiedad, dos del Marqués del Toro y los diez restantes de los herederos de Francisco Piñango, Jerónima de Tovar, Lorenzo y Alejandro Blanco, las relaciones de producción en la primera década del siglo XIX, presentaban las siguientes características: en ocho haciendas la ampliación de los cultivos se había realizado sobre la base de manumisos que se beneficiaban con una tercera parte de la cosecha; en dos haciendas el número de esclavos superaba al de los libertos, y en las otras dos la siembra y recolección corría a cargo de peones que trabajaban y cobraban por tarea. En estas doce haciendas el número de esclavos ascendía a 485, y el de manumisos y vecinos que en ella habitaban, a 795. Todos los mayordomos eran mulatos y negros libres o esclavos (BRITO FIGUEROA, 2002, tomo IV, p. 1198).

A comparação entre os anos finais da ordem colonial e os primeiros anos da República podem ajudar a entender o impacto da guerra nessa reconfiguração das relações de produção

na Venezuela, ao mesmo tempo em que contribui para o entendimento de que as ideias abolicionistas do Libertador eram coerentes com a dinâmica econômica venezuelana, que já antes de 1811, começara uma lenta transição para relações de produção diferentes do escravismo. Boa parte dos *criollos* donos de escravos ainda levaria 30 anos após a independência para aceitar a abolição, de tal maneira que, durante esse período, os governos sempre foram pressionados para contrair empréstimos de outros países para pagar pela liberdade dos escravos (BRITO FIGUEROA, 2002, tomo IV). Os princípios republicanos da liberdade e igualdade civis não eram mais importantes do que o capital e a propriedade privada *criolla*.

Em 1800-1810, o número de escravos em toda a Venezuela chegava a 87.700, e 24.000 negros *cimarrones*⁵⁹ (BRITO FIGUEROA, 2002, tomo IV). A Província de Caracas, a mais povoada e responsável por quase toda a produção agrícola da Capitania Geral, contava com 60.880 escravos. Ao fim da guerra, em 1821, em decorrência da morte em combates, mas principalmente pela conquista da liberdade pelas armas, a Província de Caracas contava apenas com 15.394 escravos. Em 1829, a república tinha uma população de 49.782 escravos, isto é, 55% da população de 1810 (BRITO FIGUEROA 1979, tomo I, p. 245). Conquistada a independência, a força de trabalho escravista vai decrescendo ano a ano, devido ao processo de substituição do trabalho escravo pela forma de produção baseada no arrendamento e/ou no pagamento de tributos em dinheiro, produtos ou mesmo em horas de trabalho.

Nessa relação de trabalho, o trabalhador era juridicamente livre, mas tinha que pagar tributos, comer, vestir e comprar suas próprias ferramentas a partir de trabalhos com baixa remuneração ou com elevado dispêndio de horas trabalhadas nas terras em que a produção era toda destinada ao proprietário. Em uma economia, cuja base produtiva era o latifúndio, o ex-escravo tornou-se livre juridicamente, mas continuou preso a condições sociais que não se diferenciavam muito de sua antiga vida (CARRERA DAMAS, 2010).

Oficialmente, a abolição ocorreu em 23 de março de 1854. Dois anos antes, havia, na Província de Caracas, apenas 5.422 escravos (BRITO FIGUEROA, 1979, Tomo I, p. 248). Depois de 33 anos de conquistada a independência, a própria dinâmica da produção agrícola da Venezuela levou à decadência do trabalho escravo. Esta dinâmica, no entanto, foi influenciada, a princípio, pela guerra de independência, pelo fato de ter possibilitado que tantos escravos se tornassem soldados. Na sequência, foi influenciada pelas crises econômicas que se sucederam ao período da guerra, levando boa parte dos fazendeiros a libertar os

⁵⁹ Escravos que haviam fugido das fazendas e viviam escondidos, geralmente em pequenas comunidades em densas florestas distantes das zonas agrícolas.

escravos, economizando nos gastos que tinham para mantê-los. Em terceiro lugar, as disputas políticas entre conservadores e liberais, na década de 1850, levou alguns caudilhos a se aproximarem das camadas mais pobres com o intuito de se fortalecerem na luta política (BRITO FIGUEROA, 2002), esse foi o caso dos irmãos Monagas⁶⁰.

Ao final da guerra, Bolívar, ao lado de outras diversas lideranças, tinha a tarefa de pensar uma república que fosse capaz de reunir todas as forças sociais em torno de sua existência, mas as próprias divisões internas das frações dominantes, divididas em centralistas e federalistas, lideradas pelos próceres que passaram a disputar o controle político de cada província, impediam o acúmulo de forças em torno de sua ideia de bem comum, a república (GUERRERO, 2004). A liberdade dos escravos e a incorporação dos *llaneros* e de todas as classes populares nessa comunidade política, como membros da república, mas sem participação ativa, porque careciam de virtude, era um dos principais temas da discussão que travou com os membros dos Congressos de Angostura, em 1819, e de Cúcuta, em 1821.

Em 15 de outubro de 1821, escrevia ao general Mariano Montilla: “Aquel país (Venezuela) está perdido en materia de intereses, y en cuanto a la opinión, el pensamiento debe anticiparse a la que reinará dentro de algunos años” (BOLÍVAR, 1980, Tomo I, p. 601). Em 29 de agosto do ano seguinte, em carta para o coronel Pedro Briceño Mendez, mantinha o mesmo pensamento sobre a fragmentação de interesses políticos na Venezuela:

Si en Venezuela me necesitan, que me llamen; iré, más no sé lo que será del Sur. Esto vale algo y puede conservarse siempre; no sé lo que vale Venezuela, ni sé el tiempo que durará. Yo, en Venezuela, no haré más que correr embarcado en la tempestad en que puedo naufragar con mi nave, mientras que aquí (refere-se ao Equador e ao Peru) navegando en el pacífico, puedo anclar cuando quiera y asegurar la nave en el mejor puerto y con las mayores seguridades (BOLÍVAR, 1980, Tomo I, p. 674).

Porém, a base social oposta aos setores dominantes também o preocupava (FEDRIGO, 2007), porque, de algum modo, as novas instituições políticas teriam que conquistá-los em torno dessa mesma ideia de conservação da república, mas faltava-lhes virtudes políticas para agirem de acordo com as leis, respeitando o pacto social republicano. No momento de formular seu projeto republicano, predomina no Libertador uma visão realista das circunstâncias que envolviam a formação daquele corpo social completamente amorfo. A

⁶⁰ José Tadeo Monagas (1784-1868) e José Gregório Monagas (1795-1858). Os dois foram soldados do exército patriota durante a guerra de independência. Na vida republicana da Venezuela, encabeçaram o partido Liberal nos duelos contra o partido dos Conservadores. Os dois exerceram o cargo de Presidente da República, de modo que José Gregório era o presidente em 1854, ano da abolição da escravatura.

guerra trouxe para ele um problema que não preocupava os setores dominantes até então. A dominação econômica e política que, antes da guerra, preocupava-se com algumas insurreições de escravos, facilmente contidas, teve que se reorganizar para garantir o novo regime político e, ao mesmo tempo, a mesma dominação de outrora. Algumas reformas pareciam inevitáveis:

La América entera está plagada de esclavos y de cautivos indígenas: los pocos europeos que han dejado hijos en este suelo de división han combinado su sangre con tantas razas, que todo es diferencia, oposición y odio. Nosotros más que los otros americanos padecemos estas dolencias y por lo mismo debemos buscar el específico por medio de un miedo externo. El remedio es costoso y quizás es un cáustico cruel, pero él evita la gangrena que va a cubrirnos de los pies a la cabeza (BOLÍVAR, 1980, Tomo I, p. 674).

A desconfiança bolivariana sobre a edificação da República na Venezuela, e no que ele chama de América Meridional – Venezuela e Colômbia – cresceu com o passar do tempo. Se em 1812, a falta de virtude era seu principal obstáculo, em 1823, somava-se a este o que ele chamava de caos de interesses particulares:

A la verdad, es obra magna la que tenemos entre manos, es un campo inmenso de dificultades, porque reina un descontento que desalienta al más determinado. El campo de batalla es la América meridional; nuestros enemigos son todas las cosas; y nuestros soldados son los hombres de todos los partidos, y de todos los países, que cada uno tiene su lengua, su color, su ley y su interés aparte (BOLÍVAR, 1980, Tomo I, p. 845).

Diante de circunstâncias que identificava como tão adversas à organização de uma comunidade política virtuosa, patriota, respeitadora das leis e de seus magistrados, sua opção foi sempre privilegiar a construção das instituições que garantiriam a permanência da república no tempo (GUERRERO, 2004), ainda que, para isso, fosse necessário realizar reformas sociais que desagradavam a classe dominante:

Y también debe Vd. hacerme la justicia que cuando yo empleo semejantes medidas para sostener una empresa sin recursos, son indispensables, aunque terribles. Recuerde Vd. los violentos resortes que he tenido que mover para lograr los pocos sucesos que nos tienen con vida. Para comprometer cuatro guerrillas, que han contribuido a libertarnos, fue necesario declarar la guerra a muerte; para hacernos de algunos partidarios fieles necesitamos de la libertad de los esclavos [...]. Eche Vd. una ojeada sobre todo esto y verá que todo esto es nada, y para conseguir este nada nos hemos empeñado en emplear el todo de nuestras facultades; porque es una regla general que, en

las máquinas mal montadas, el motor debe tener una fuerza inmensa para alcanzar un efecto cualquiera (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 397).

A necessidade de empregar escravos no exército patriótico e o temor de uma possível guerra civil logo após a independência, fazia com que Bolívar buscasse a unidade política entre as diversas frações dos republicanos *criollos*, a fim de construir um governo e um Estado forte e centralizado, ao mesmo tempo em que esperava neutralizar os setores populares e mantê-los sob os cuidados das instituições do novo regime.

De certo modo, depois de 1814, o tema da escravidão e a condição civil de grande parte das classes oprimidas, que haviam sido a base para a vitória dos espanhóis nesse período, e que, depois de 1816, tornaram-se também a base para a conquista da independência, ganhou espaço em suas reflexões políticas. Na Carta da Jamaica, refletindo sobre a suposta formação de nações após o conflito com os espanhóis, afirmou que:

El Perú, por el contrario, encierra dos enemigos de todo régimen justo y liberal: oro y esclavos. El primero lo corrompe todo, el segundo está corrompido por sí mismo. El alma de un siervo rara vez alcanza a apreciar la sana libertad: se enfurece en los tumultos o se humilla en las cadenas (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 172).

A Venezuela tinha apenas um desses inimigos: o escravismo. De acordo com Bolívar, o maior problema na relação entre a forma de governo republicana e o escravo, e, de certo modo, com relação a todo o conjunto marginalizado da sociedade (*llaneros*, índios, mulatos, mestiços, zambos e brancos pobres) era a falta de capacidade, de instrução, que existia para compreender as normas legais e sociais de uma sociedade de homens livres (BASTARDO, 1973). Sua máxima, segundo a qual ele temia mais a paz do que a guerra sintetiza esse problema (FEDRIGO, 2007). As normas militares permitiam um controle sobre o soldado e este tinha duas opções diante dessas regras: obedecê-las ou desertar, sob pena de ser executado. Distante das normas militares, quem controlaria esse indivíduo desprovido de virtudes políticas? Esta questão se tornou um ponto chave para o projeto republicano do Libertador.

Na carta que escreveu para Santander, em 30 de maio de 1820, esclareceu qual era sua posição diante dos rumos da guerra. Ao tratar sobre os escravos, ele apresentou o fundamento da relação que as instituições, ou seja, o Estado republicano, deveriam assumir para com essas classes excluídas, socialmente marginalizadas, e, segundo ele, incapazes de exercer, virtuosamente, o papel da cidadania. Ao mesmo tempo em que não eram virtuosos, não

podiam, do ponto de vista político, serem deixados à margem da república. Antes que marginalizá-los era preciso controlá-los. À medida que os desdobramentos da guerra de independência levaram estes setores a um protagonismo social que os fortaleceu na resistência contra seus principais opressores (rebeliões de 1814) e na conquista de suas reivindicações, o governo republicano não podia negligenciar esses fatos. Pelo contrário, devia se organizar para direcionar a ação dessas camadas:

El impulso de esta revolución está dado, ya nadie lo puede contener y lo *más que se podrá conseguir es darle buena dirección*. El ejemplo de la libertad es seductor, y el de la libertad doméstica es imperioso y arrebatador. Yo creo que *sería muy útil ilustrar la opinión de esos hombres alucinados por su propio interés* y a quienes su verdadero interés debe desengañar. Ciertamente, el oro y la plata son objetos preciosos; *pero la vida de la república y la vida de los ciudadanos son más preciosos aún* (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 444 - grifos nossos).

Bolívar insistia na ideia de que a conquista da independência e a conservação da república passavam pela realização de reformas sociais, como a abolição, devido ao caminho que os acontecimentos tomaram. Mais do que isso, necessitava-se do acolhimento dos homens “bárbaros” na comunidade política que se formava, ainda que de um modo que os diferenciasse dos cidadãos virtuosos, os quais teriam o direito, por exemplo, de votar e ser votado:

Creo que se debe escribir tanto a los jefes como a los magnates lo que convienen que sepan, para recomendarles lo que afectan ignorar. [...] Nuestro partido está tomado, retrogradar es debilidad y ruina para todos. Debemos triunfar por el camino de la revolución, y no por otro. Los españoles no matarán los esclavos, pero matarán los amos y entonces se perderá todo (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 444).

Na continuidade da carta, evidencia-se que algumas atitudes que muitos chefes patriotas foram obrigados a tomar para conquistar o apoio das classes populares não agradavam a grande parte dos *criollos* republicanos, que estavam preocupados com o avanço de reformas durante a guerra. O exemplo de José Antonio Páez, que prometeu aos *llaneros* de Apure o pagamento de soldos com a propriedade de terras é o mais importante. A medida foi estendida a outras tropas e se tornou Lei durante a guerra. Ao final, os oficiais, que já eram grandes proprietários, começaram a comprar tais bilhetes a baixos preços, fazendo com que os soldados ficassem sem a terra e, em pouco tempo, sem o dinheiro. As palavras de Bolívar

mostram que a guerra impôs que se tomassem ações populares e que todas elas eram passíveis de ser controladas:

La Ley de repartición de bienes es para toda Colombia, y ahora, bien y mal, es para todos. Mas han hecho cierta reforma en la ley, según se asegura, aunque no he visto la ley. Se mandan entregar vales de bienes nacionales a los militares, para que los compren en remate en el mejor postor (BOLÍVAR, 1980, tomo I, p. 444).

O Libertador teve que articular em seu projeto de república todos os interesses sociais em disputa (SAIGNES, 2009) para garantir a existência da república que, em seu modo de pensar, tratava-se da questão central do devir político e social venezuelanos (GUERRERO, 2004). Primeiramente, ter-se-ia que garantir o funcionamento das instituições, de modo que todos os demais interesses econômicos e políticos em conflito podiam ser resolvidos a partir desse pressuposto. Esta peculiaridade no pensamento bolivariano levou Carolina Guerreiro (2005) a assinalar uma importante diferença que existe entre a concepção moderna de república e a que Bolívar busca construir na Venezuela:

[...] identificamos la primera distinción frente al liberalismo de Constant, en tanto que para este autor el foco central es suministrar una estructura constitucional destinada a garantizar la libertad del individuo, y para Bolívar el punto neural está en erigir tal estructura de manera de permitir la creación y permanencia de la república en el tiempo. Es decir, en ambos personajes se plantea la necesidad de disponer de una constitución, sólo que en un caso el fin al que se dirige todo esfuerzo es la garantía de la libertad individual, y *en el otro el fin es la existencia misma de la república* (GUERRERO, 2005, p. 134, grifo nosso).

Desse modo, ele reitera seu retorno ao republicanismo clássico (GUERRERO, 2004) para formar o cidadão venezuelano e colocar em primeiro plano a comunidade política, em detrimento de interesses particulares.

À medida que sua concepção de república busca unir o republicanismo clássico e as formas pensadas a partir do humanismo cívico e do liberalismo, Bolívar idealizou o futuro venezuelano – e da Colômbia - sustentado por cidadãos com alguma capacidade de virtude. De início, isto é, na tentativa de romper com a Espanha em 1810-1811, o pequeno grupo rico e ilustrado responsável por tal movimento imaginava um corpo político composto pelos grandes proprietários, profissionais liberais, pequenos proprietários, médios e grandes comerciantes e burocratas do Estado. A escravidão continuou existindo, ainda que o tráfico de escravos fora proibido. A comunidade política a qual se referia a primeira Constituição

venezuelana era resultado da conformação social da ordem colonial (GARCÍA PELAYO, 1988).

Muito pelo contrário, a comunidade política à qual se refere Bolívar, em seu primeiro projeto constitucional, apresentado em 1819, é mais ampla e contempla até mesmo os escravos, que deixariam de sê-lo, se sua proposição abolicionista tivesse sido acatada (SAIGNES, 2009). Os desdobramentos da guerra civil o levaram a considerar as classes oprimidas como parte da comunidade política republicana. Mesmo sem a virtude cívica necessária para viver como um membro da república, compreendendo a função das leis e o exercício da cidadania, eles seriam considerados cidadãos, ainda que com restrições ao exercício pleno desta cidadania.

Frente aos interesses dominantes de manter a estrutura social da Venezuela tal qual existira na ordem colonial, ele teve que se adequar à nova relação de forças sociais desencadeada no período da guerra. Em uma revolução independentista que começou mantendo o trabalho escravo e toda a estrutura social antes existente, Bolívar acrescentou, depois de quase dez anos de combates, o fim da escravidão e a incorporação das camadas mais pobres como membros da sociedade política.

Em decorrência dessas mudanças no campo social e político durante a guerra, seu projeto para a Venezuela emancipada priorizou o controle moral da população, devido ao protagonismo dos setores populares nos combates e a própria fragmentação política entre os *criollos* republicanos. A proposição de um quarto poder pode ser tomado como exemplo. Além dos três poderes que formam uma república (executivo, legislativo e judiciário), Bolívar defendeu, em Angostura (1819), a criação de um quarto poder, intitulado Poder Moral. Este quarto poder tinha a função de exercer os cuidados sobre uma esfera da vida pública que os demais poderes não tinham prerrogativas legais e tampouco alcance para desempenhar. Ao acreditar que somente a filosofia política não era capaz de criar os fundamentos para a sustentação de uma república em meio a uma sociedade constituída, como ele acreditava, em sua maioria por homens ignorantes, vulgares e supersticiosos, isto é, sem virtudes cívicas, o Poder Moral cumpriria a função de controlar os costumes e os princípios da vida pública nacional, além de responder pela organização da educação formal pública, gratuita e obrigatória para todos os cidadãos até os 12 anos de idade. Partindo do princípio de que não havia república sem homens virtuosos, Bolívar foi coerente com sua concepção política e tratou de propor a criação de uma instituição que fosse capaz de vigiar e controlar a vida pública dos venezuelanos, ensinando-lhes como serem virtuosos (BERNHEIM, 1983) e

contribuírem com a harmonia social, a ordem necessária, segundo ele, para a edificação de um Estado republicano capaz de levar a Venezuela à prosperidade.

3 A FORMAÇÃO DE UMA NOVA MORAL: A BUSCA DE BOLÍVAR PELA HARMONIA SOCIAL E PELA UNIDADE REPUBLICANA

Entre os anos de 1817 e 1818, Bolívar encontrava-se diante de dois problemas substanciais para a continuidade de sua liderança na guerra. O controle militar sobre as tropas republicanas espalhadas pela Venezuela corria perigo, já que Santiago Mariño, líder das tropas do leste venezuelano, rebelara-se contra sua autoridade. Ao mesmo tempo, Manuel Piar iniciava seus planos de insubordinação no interior das tropas que ocupavam Guayana, além do fato de que José Antonio Páez desconhecia a autoridade bolivariana diante de suas tropas nos *llanos* (AGUIRRE, 1985). Além disso, sentia a necessidade de fazer com que o Estado republicano ganhasse algum tipo de constitucionalidade, mesmo em meio à guerra, a fim de conquistar apoio internacional ao demonstrar certa organização política por mínima que fosse.

O ano de 1819 fechou esse período de instabilidade e o consolidou como liderança máxima política e militar (AGUIRRE, 1985). A conquista de Guyana possibilitou organizar o exército dispondo de recursos financeiros, ainda que diminutos, provenientes do comércio de gado e tabaco realizado na região agora controlada por Bolívar. No plano político, a organização do Congresso de Angostura foi sua principal estratégia para oferecer institucionalidade ao Estado republicano.

Nesse momento, Simón Bolívar passou a orientar os esforços de começar a construir a Terceira República venezuelana, ao mesmo tempo em que se gestava a República Colômbia. Sua trajetória de liderança militar e política durante quase dez anos de guerra o permitiu conviver com dois extremos da sociedade venezuelana. Em 1810 e 1811, sua atuação limitava-se aos círculos sociais típicos da classe dominante, compostos por homens ilustrados e ricos que vislumbravam um novo regime político sem a necessidade de promover, mesmo que mínimas, alterações que indicassem algum benefício para as classes populares. Depois de 1816, sobretudo em 1817, quando foi obrigado a se juntar às tropas *llaneras* lideradas por Páez, conheceu o outro extremo da sociedade venezuelana, cujas características essenciais eram a ignorância, a marginalidade em relação aos costumes urbanos tão caros aos setores ilustrados e a falta de qualquer perspectiva política sobre a independência e a república. Ao mesmo tempo em que estavam distantes do ideal de cidadão pensado por Bolívar, *llaneros* e escravos, isto é, as classes oprimidas, converteram-se na única possibilidade de derrotar Pablo Morillo e conquistar a independência. Diferentemente do contexto político e militar de 1810 e 1811, a liberdade venezuelana dependia mais da participação das classes populares, com suas

típicas formas de atuar em combate, do que da ilustração e dos conhecimentos militares da classe dominante.

A experiência da guerra provocou em Bolívar uma ampliação no alcance que a República devia ter com relação às classes sociais. Em sua visão, a *República Criolla* de 1810 e 1811 não era mais possível após a guerra, já que os setores médios e populares desempenharam um papel decisivo nesse período e se fortaleceram para reivindicar seus propósitos como classe, tal qual faziam desde o final do século XVIII. Nesse jogo de interesses, três fatores se tornaram essenciais para se concretizar seu ideal político e social republicano: uma nova moral, uma consciência nacional e uma educação estatal, obrigatória, gratuita e também nacional.

Esses eram os três principais eixos de sustentação da República *à la Bolívar*. O cidadão ideal bolivariano deveria munir-se de uma moral distinta daquela reproduzida sob o absolutismo espanhol, de modo que a dedicação individual à pátria e à república fosse um atributo de virtude de todos os cidadãos, que desempenhariam a função de defender as instituições republicanas e de respeitar o Estado nacional.

Devido à fragmentação territorial e política que fez parte da Venezuela até 1777, ano em que se tornou Capitania Geral e começou a constituir-se como uma unidade política com sede em Caracas, os interesses provinciais eram mais concretos que a defesa de um Estado nacional que, para aquele momento, apresentava-se como uma ideia abstrata e ameaçadora para o controle regional que muitos fazendeiros exerciam. Desde o princípio de sua atuação política, Bolívar se mostrou como um crítico do federalismo e defendia o centralismo político em um poder executivo nacional que fosse capaz de unificar os interesses regionais. Para ele, somente com um governo nacional centralizado seria possível construir uma nação forte para se defender dos interesses de dominação externa e para manter o controle social interno, isto é, a ordem social republicana.

A ideia de uma unidade política nacional estava fundamentada pela necessidade de uma educação escolar estatal completamente controlada pelo Estado nacional e que também tivesse unificada seus métodos de ensino, bem como os conteúdos elementares de seu currículo. Desse modo, em Bolívar tem-se uma renovação sobre o papel da educação elementar. No período colonial, a educação escolar estava desprovida de qualquer sentido de nação, já que a perspectiva da soberania política encontrava descartada pelo modelo de dominação colonial que a monarquia espanhola exercia. Assim, as escolas eram controladas pelo clero, pelos Cabildos, e pela iniciativa particular dos *maestros/artesãos* que abriam escolas por conta própria. Devido à função que a educação desempenha no pensamento

político bolivariano, sua organização é pensada com abrangência nacional, porque desempenharia um importante papel de difusão e formação da consciência de um país independente e republicano; e, ao mesmo tempo, seu alcance compreendia todas as classes sociais, de maneira que a cidadania – ativa e passiva - pensada por Bolívar seria exercida até mesmo pelos antigos escravos. Não se tratava, decerto, de uma educação concebida para ser igual a todas as classes. No entanto, no que diz respeito ao seu alcance, os conteúdos elementares da instrução e a educação moral atribuídas como responsabilidade da escola, deveriam chegar a todos os cidadãos, inclusive às classes populares.

3.1 A proposta bolivariana de uma nova moral para sustentar a República e equilibrar as contradições de classe

A nova correlação de forças entre as classes sociais, criada pela guerra, influenciou não somente as táticas militares, mas, principalmente, a formatação dada por Bolívar ao Estado republicano, após a independência, em sua relação com a sociedade civil. Nessa relação, a educação assumiu um papel fundamental para formar o que ele pensava ser o ideal de homem republicano, o cidadão capaz de anular-se individualmente para defender a república (GUERRERO, 2004). Em síntese, a educação se tornou o centro do projeto republicano bolivariano, porque era vista como o instrumento mais adequado para, em seu ponto de vista, harmonizar os conflitantes interesses econômicos, políticos e sociais da Venezuela do pós-guerra e, ao mesmo tempo, garantir o controle político para a classe social ilustrada, que deveria, segundo ele, conduzir a república (BOLÍVAR, 1983).

Com relação à guerra, as estratégias militares iam sendo mudadas de acordo com a movimentação das classes sociais e de suas frações, que se decidiam ora pelo apoio aos defensores da Metrópole, ora pelo apoio aos independentistas (AGUIRRE, 1985). Portanto, no caso da guerra que levou a Venezuela à condição de país independente, a participação das classes sociais populares foi determinante para a conquista da liberdade (VALLENILLA LANZ, 2000). E, para além da liberdade política formal, deram ao país um caráter específico de lutas populares internas se comparado a outras nações latino-americanas. Em nenhum outro país a guerra de independência foi tão violenta e devastadora⁶¹ (PIETRI, 2010), e em

⁶¹ Em 1824, em carta ao presidente do Peru, Bolívar escreveu sobre algumas diferenças decisivas entre a luta independentista ocorrida na Venezuela e o Peru, principalmente sobre o espírito de solidariedade que de modo geral reinou entre os dirigentes militares e políticos venezuelanos com respeito às expedições para fundar novas

nenhum outro, as consequências da participação popular nessa guerra foram tão importantes para que outras guerras civis ocorressem durante o século XIX, como foi o caso da Guerra Federal.

Este é o ponto central para a compreensão das decisões tomadas por Bolívar nesse período, principalmente em relação à liberdade absoluta dos escravos e a preocupação com a formação moral do homem venezuelano no momento em que as instituições políticas, e não mais as armas, fossem o instrumento de controle social. Com isso, infere-se que o ideário educacional bolivariano deve ser analisado sob duas linhas que marcam sua originalidade.

A primeira, que não o diferencia de outros estadistas da época, diz respeito ao conjunto filosófico, político, econômico, e claro, educacional, que se desenvolvia em constante transformação na Europa e influenciava as colônias e os países que já haviam conquistado a independência política. Por isso, Bolívar é entusiasta dos intelectuais europeus que, desde o início do século XVIII, mas principalmente no final dele, dedicavam-se a reorganizar a ideia de educação formal, de educação escolar (PONCE, 1984). Opondo-se à educação escolástica centrada no ensino de línguas pouco utilizadas naquele momento, no ensino de conteúdos que não tinham relação com o avanço tecnológico da época, colocava-se em prática as ideias prescritas séculos antes por Bacon (1561-1626) sobre a relação entre conhecimento útil, educação formal e setor produtivo. Nessa mesma linha, a popularização da educação escolar também começou a ser defendida como uma necessidade social, portanto, uma questão de Estado (LUZURIAGA, 1984), para dar suporte à preparação da força de trabalho com um grau mínimo de instrução necessitada pelo desenvolvimento das novas forças produtivas e para formar o homem moderno diante das novas instituições políticas de caráter democrático (LUZURIAGA, 1984)

A segunda, está intimamente ligada ao seu projeto de República para a Venezuela. Guarda relação com seu pensamento político como um todo. Ou seja, seu ideário educacional é parte importante do seu ideário político e, mais ainda, parte sem a qual seu projeto republicano não se sustenta como conjunto institucional político capaz de ordenar a relação entre Estado e sociedade civil para aquela época específica. Em síntese, retirar ou desconsiderar a importância do ideário educativo de Bolívar na totalidade do seu pensamento político é descaracterizar ou inviabilizar toda sua obra como militar e, principalmente, como

repúblicas e completar a independência continental. “Venezuela tuvo catorce años de una guerra exterminadora y nunca tuvimos 400.000 almas libres, siendo el país más pobre de toda la América, pero sus hijos no han echo nada., nada para impedir para que los salvásemos. Vds. tienen cuatro años de guerra de pan pintado: aquí no se há exterminado nada, y este es el segundo país de la América toda encunto a riquezas” (BOLÍVAR, 1980, Tomo II, p. 863).

estadista. Significa dizer que, para ele, não existe república sem educação escolar em sua forma estatal, pública, gratuita e obrigatória (PRIETO FIGUEROA, 2006).

Porém, essa segunda linha de formação do seu ideário educativo guarda estreita relação com a particularidade da Venezuela, e sobretudo com a forma como se desenvolveu a guerra de independência. Aqui está o fator que lhe concede originalidade ao que pensou como modelo de educação a ser implementado na República (RODRÍGUEZ, 2016)⁶², porque ele considerava pertinente as perspectivas educacionais europeias, mas as relacionou às necessidades sociais e políticas de um país destruído por uma guerra civil. Além da destruição econômica, teve que resolver um problema essencialmente novo para aquela sociedade: inserir as classes exploradas e as intermediárias no convívio social, cuja mobilidade, ou seja, a igualdade jurídica se configurava como uma instituição completamente nova e contrária aos interesses de parte da classe dominante, ainda saudosa da ordenação jurídica e política da ordem colonial. A guerra civil trouxe a ele a necessidade de considerar as classes marginalizadas como parte da República, ainda que com restrições em relação à participação no sufrágio e na composição das instituições políticas.

Essa inserção tem como núcleo dois pontos que surgem especificamente a partir dos confrontos da guerra civil na primeira etapa da guerra de independência. O primeiro é a necessidade de conceder liberdade absoluta aos escravos como forma de conquistá-los para o exército independentista. O segundo, a preocupação em controlar a rebeldia da população *llanera*, caracterizada por adeptos da independência ou do governo espanhol como selvagem e capaz de destruir país (MIJARES, 1987).

Todavia, existem ao menos mais dois pontos diretamente ligados à proposta educacional de Bolívar, mas que não têm relação direta com os desdobramentos da guerra. Entre esses últimos, encontra-se a importância da população mestiça que gozava de certo poder econômico, mas que, no período colonial, estava excluída dos círculos sociais coletivos como a escola pública, a universidade, a Igreja (havia igrejas somente de mestiços), as instituições políticas, como *cabildo*, e dos agrupamentos militares (havia batalhões somente

⁶² Simón Rodríguez, no texto “Defensa de Bolívar”, destaca a capacidade intelectual e política que Bolívar tinha para se valer dos conhecimentos já existentes, mas de articulá-los com sua realidade de forma combinada. Combinada no sentido de unir os conhecimentos já existentes, mas que derivaram de outras realidades históricas, à historicidade social e política da América espanhola: El Jeneral Bolívar es de esta especie de hombres — mas quiere pensar que leer, porque en sus sentidos tiene autores — lee para criticar, y no cita sino lo que la razon aprueba — tiene ideas adquiridas y es capaz de combinarlas . . . por consiguiente puede formar planes: por gusto se aplica á este trabajo — tiene ideas propias. . . luego sus planes pueden ser orijinales: en su conducta se observan unas diferencias que, en jeneral, se estudian poco . . . *Imitar* y adoptar *adaptar* y crear (RODRÍGUEZ, 2016, p. 129).

de mestiços). Com a proclamação da república, esses direitos jurídicos com os quais os brancos ricos aumentavam o poder social sobre os mestiços foram anulados.

Essa classe social bastante heterogênea caracterizava-se pela oposição aos *criollos* devido à exclusão social a que eram mantidos, mesmo possuindo riquezas, mas, ao mesmo tempo, requeriam judicialmente o reconhecimento de sua distância genética de mulatos, índios e negros (PELISSER, 2005). Pelo poder econômico e pela capacidade intelectual deste setor, Bolívar considerava, ainda que com restrições, que sua inserção social e política consistiria em um fator positivo à república (AGUIRRE, 1985). Em outras palavras, havia de ser um cidadão virtuoso, que, segundo ele, consistia em subjugar os interesses particulares em favor da coisa pública (república). Por se tratar de um setor com certa influência social, mas em constante conflito político e racial com os brancos *criollos*, os mestiços ricos eram também uma ameaça à continuidade do controle social da classe dominante composta por indivíduos brancos. Assim, a *pardocracia*, como era chamada por Bolívar, transformou-se em um problema político a ser enfrentado pelos republicanos brancos, porque a ascensão deste setor às instituições republicanas representava a perda direta de poder para uma classe contra a qual os *criollos*, até o ano de 1810, lutavam para mantê-lo alheio às instâncias de poder da Venezuela colonial (GARCÍA PELAYO, 1988).

Nas duas situações, ou seja, no esforço em controlar socialmente os setores pertencentes à mesma situação de classe social marginalizada e também a classe intermediária, cujo poder econômico os distanciava da pobreza, mas estavam excluídos do convívio social cultivado pelos *criollos*, a educação moral seria a base formativa de integração de toda a sociedade em torno do que Bolívar entendia ser o bem maior: a república.

Com a República, a sociedade civil seria reformulada, ao menos em sua forma jurídica e política. Igualdade e liberdade eram conceitos até então conhecidos somente nas obras dos pensadores europeus, mas que, a partir daquele momento, começava sua trajetória na história da Venezuela como país soberano. Tanto as classes dominantes quanto as oprimidas estavam diante de novas possibilidades quanto à organização da sociedade civil. Os *criollos* conquistavam a autonomia política para governar o Estado nacional e soberano e decidir sobre as mais variadas matérias que implicavam diretamente na sua estratégia de manutenção e ampliação do poder econômico e social interno. Podiam controlar a vida política, jurídica e econômica do país. Ao mesmo tempo, mestiços e mulatos ganhavam a igualdade jurídica almejada desde há muito tempo. No caso de Simón Bolívar, diferentemente de outros políticos da época, essa reformulação da sociedade civil deveria contar com a participação até

mesmo dos escravos (BOLÍVAR, 1976), que constituíam a classe social mais marginalizada no período colonial.

Entretanto, não se deve confundir essa inserção social defendida para as classes oprimidas como oportunidade instantânea para elas atuarem politicamente na república. Segundo Germán Carrera Damas (2010), Bolívar era mais liberal quando se tratava da sociedade civil do que em relação ao Estado. E é nesse ponto que reside o fator decisivo nessa articulação do ideário político bolivariano entre a necessidade de manter o poder social nas mãos da classe dominante *criolla* e, ao mesmo tempo, oportunizar a mobilidade social para as classes exploradas como forma de garantir a harmonia e/ou unidade social necessária que ele buscava para a conservação da república. É a complexidade da formação de uma república que nascia em meio a uma guerra civil, da qual participaram amplos setores das classes oprimidas, compartilhando com setores das classes dominantes as vitórias e as derrotas de uma mesma luta, ainda que com interesses econômicos e políticos distintos.

A coesão presente no projeto republicano de Bolívar se encontra no fato de que o Estado deveria se garantir como controlador da vida social da república, ao mesmo tempo em que a sociedade civil deveria ser formada segundo os princípios do republicanismo clássico, aprendendo, portanto, a reprimir os interesses particulares em nome da coletividade social representada pela república (GUERRERO, 2004). Ele entendia que no regime republicano não se podia mais exercer o controle social jurídico e religioso tal qual no período colonial. Sob o domínio monárquico espanhol, colocar-se contra o rei era colocar-se contra Deus, de modo que essa pressão ideológica tinha efeito apassivador em todas as classes sociais (CARRERA DAMAS, 2010). Na república, para Bolívar, devia predominar a virtude política, um atributo da razão, sobre a dominação fundamentada na superstição, além do princípio da soberania: “Nuestras discórdias tienen su origen en las dos más copiosas fuentes de calamidad pública: la ignorância y la debilidad. España ha fomentado la una por la superstición, y perpetuado la otra por la tiranía” (BOLÍVAR, 1980, p.176).

O respeito às leis e ao Estado não deveriam mais ter o fundamento na superstição ou na religião: “La religión ha perdido mucho su imperio, y quizás no lo recobrará en mucho tempo, porque las costumbres están en oposición con las doctrinas sagradas” (BOLÍVAR, 1973, p. 297). O novo momento histórico marcado pelo predomínio da razão sobre o poder eclesiástico que andara lado a lado com os governos absolutistas europeus, inclusive com o espanhol, era compreendido por ele e compartilhado pelos congressistas da Colombia, como um período em que a educação estatal e laica, e não mais a religião, estivesse no centro da formação do cidadão:

Los legisladores [...] entendían que para implantar y consolidar el naciente sistema republicano liberal era necesario despojar a la Iglesia Cristiana católica de su casi monopolio de la instrucción y educación de niños y jóvenes. La aún viva sociedad colonial era, en sí misma, la comprobación de la eficacia de la función eclesiástica como factor de control social, y esa función había tenido en la educación, incluida la prédica, uno de sus apoyos fundamentales (CARRERA DAMAS, 2010, p. 400).

O objetivo dessa mudança era retirar o poder da Igreja sobre a formação da consciência, que no período colonial voltava-se à obediência incondicional à Espanha. De acordo com Bolívar, esse poder, na república, deveria estar totalmente sob a responsabilidade do Estado. Porém, a Igreja jamais deixou de ser uma aliada na continuidade do controle social por meio da educação (CARRERA DAMAS, 2010). Em comparação com o período colonial, o que ocorreu foi uma reconfiguração da prática eclesiástica, que começou a perder parte do monopólio que exercia na educação e instrução no período monárquico para o Estado nacional (PRIETO FIGUEROA, 2006). Nos primeiros anos que se seguiram à independência, Bolívar expropriou não só os bens imóveis, mas também os recursos financeiros de inúmeros seminários e conventos por todo o país, transformando-os em escolas de primeiras letras⁶³:

Tiempo es ya de hacer algún bien a costa de los abusos y de las sanguijuelas que nos han chupado el alma hasta ahora. Los bienes eclesiásticos nos pueden ser muy útiles para la educación pública. Aquí he dado rentas de los padres ricos a los colegios y hospitales pobres, y han quedado ricos, según dicen (BOLÍVAR, 1973, p. 342).

Uma vez consolidada a independência na Venezuela, algo que pode ser considerado com a saída do país da República Colombia, em 1830, a Igreja tratou de se adequar às novas instituições e alinhar-se novamente à hegemonia das classes dominantes, que já não mais discutiam sobre qual regime político deveria ser implantado (Monarquia ou República), mas sim sobre os aperfeiçoamentos necessários para que o Estado republicano venezuelano exercesse seu papel de garantidor dos privilégios das classes dominantes que o controlavam (CARRERA DAMAS, 2010).

De fato, tratava-se de uma formação predominantemente moral para uma República, cujos cidadãos, segundo Bolívar, não tinham as virtudes necessárias para viver em liberdade e preservá-la: “De suerte, que si un nuevo sistema de penas y castigos, de culpas y delitos, no se

⁶³ Colegio de Santa Rosa de Ocopa, 1824; Convento de Recoletos, Urubamba, Cuzco, 1825; Seminário de Chiquisaca, 1825 (BASTARDO, 1973).

estabelece en la sociedad para mejorar nuestra moral, probablemente marcharemos al galope hacia la disolución universal” (BOLÍVAR, 1973, p. 297).

Essa nova moral presente em seu projeto político e social representava um alto nível de controle estatal sobre a sociedade civil, cujas características, como já visto, ganhariam novos contornos com a inserção das classes oprimidas na cidadania republicana marcada por restrições quanto à participação política. Coerente com a intenção de manter o poder social interno nas classes dominantes (CARRERA DAMAS, 2010), o poder das instituições do Estado estaria centralizado nos setores ilustrados da Venezuela: “De quienes puedo echar mano para la administración de justicia en los tribunales que deben erigirse en esta capital (Angostura), sino de los pocos letrados que tenemos?” (BOLÍVAR, 1980, p. 267).

No ideário político bolivariano, a relação entre Estado e sociedade civil, que teria como um dos elos mais fortes a educação e a instrução popular, está fundamentada na supervalorização do primeiro sobre a segunda. Seu argumento central é de que a formação da consciência do súdito não tinha correspondência com a formação do cidadão, porque esse necessitava de virtudes para viver em liberdade, enquanto que aquele respondia passivamente aos dogmas de um governo absoluto (BOLÍVAR, 1980).

Em certa medida, Bolívar entendia que a formação de uma consciência nacional e republicana era um fator essencial para garantir a independência e fortalecer a soberania do país. Para isso, a república deveria ser constantemente aperfeiçoada, e antes de tudo, defendida pelos seus cidadãos – ativos e passivos⁶⁴. O momento histórico da guerra de independência estava tomado pela expressa oposição entre o novo, simbolizado pela liberdade política sob a forma republicana, e o velho, representado pelas instituições e as formas de consciência monárquicas que não haviam desaparecido com a derrota das armas espanholas. Naquele momento, a luta contra a velha consciência colonial era, no campo das ideias, tão ou mais importante que a luta armada, porque essa já estava praticamente superada (CARRERA DAMAS, 2010).

De acordo com o ideário político bolivariano, o aperfeiçoamento da República era também a expressão de condições favoráveis produzidas na sociedade civil, caracterizadas pelo engajamento de autoridades e de grande parte da população na conquista da estabilidade política. A conservação da República dependia dessa estabilidade na esfera política e da

⁶⁴ A república pensada por Bolívar nutria-se de duas modalidades de cidadania, a ativa e a passiva. Esta foi a maneira que ele encontrou de encaixar as classes oprimidas na dinâmica social republicana, mas sem dar a elas o direito de participação direta na vida política da república. Em coerência com seu pensamento sobre a relação entre república e virtude política, entendia que somente depois de passar por um processo formativo (educativo) sob os preceitos morais e cívicos republicanos é que os indivíduos tomados pela ignorância poderiam se alçar ao púlpito político da história republicana da Venezuela. Esse tema é tratado com profundidade no terceiro capítulo.

ordem social. A primeira, dependia diretamente da postura assumida pelos caudilhos diante do governo nacional; enquanto que a segunda estava ligada à capacidade de o governo manter o controle sobre a rebeldia social popular.

Desse modo, ele entendia como fundamental a difusão dessa nova moral, da nova consciência nacional, que se opunha frontalmente à consciência provinciana e regionalista. Em Bolívar, a consciência nacional pode ser caracterizada pela ação de privilegiar o todo, o nacional, a República. O oposto a essa consciência seria o privilégio das partes, as províncias, os interesses de grupos e regiões. É por esse motivo que sua busca pela estabilidade em torno do governo central, ou seja, do respeito às leis do Estado de Direito republicano visava a desarmar o que ele chamava de “espírito de partido” (BOLÍVAR, 1976).

Durante a guerra, a disputa pelo poder entre os oficiais, provavelmente, influenciou-o a prever que os interesses particulares dos novos caudilhos e os interesses regionais dos antigos centros oligarcas do período colonial dificultariam o equilíbrio político da República. Assim, dedicou-se em tentar convencer com argumentos esses partidos (grupos, facções) que, a seu modo de ver, deixavam em segundo plano a conservação da República, para privilegiar a materialização de seus interesses de poder. Portanto, no interior do pensamento político de Bolívar e nas circunstâncias em que atuava, o conceito de consciência nacional tinha o sentido de proporcionar a unidade da maior parte dos interesses políticos do país para a estabilidade e a permanência das instituições republicanas. As forças políticas existentes em todo o país não deveriam privilegiar as preferências pessoais, que estavam ligadas à prática dos caudilhos, e tampouco os interesses regionais, marcadamente defendidos pelas oligarquias provinciais, que se manifestavam pela defesa do Federalismo⁶⁵:

⁶⁵ Essa postura bolivariana de defesa dos interesses nacionais em contraponto a vantagens requeridas por grupos ou por políticos que buscavam mais benefícios para seu poder local/regional, mesmo que para isso fosse necessário desestabilizar as relações sociais e políticas da República ficou mais evidente em 1827/1828. Em 1828, convocou-se a reunião do Congresso da Colômbia com a finalidade de reformar a Constituição de 1821 e, então, solucionar os problemas fiscais do Estado nacional e reafirmar a postura republicana desse Estado, além de garantir a continuidade do centralismo como forma de governo. Na oportunidade, Santander reuniu seus apoiadores para derrotar as ideias centralistas de Bolívar e implantar o federalismo na Colômbia. Foi nesse contexto que o Libertador saiu em combate do que ele denominava de “espírito de partido”, que, segundo ele, fragmentava a República: “[...] este acontecimiento nos proporcionará la ventaja de que la Gran Convención (a Assembleia) se reúna íntegra. [...] Ya he hecho circular el reglamento de las elecciones y puedo asegurar a Vd. que los pueblos lo reciben con satisfaccipion. En marzo, pues, se reunirá este cuerpo. Entre tanto yo procuraré mantener la unión y la paz entre estos habitantes que ya se dividían y se hubieran combatido por pasiones locales y entereses encontrados” (BOLÍVAR, 1980, p. 714, Tomo II). A Convenção começou no dia 9 de abril e foi até 10 de junho. Em 7 de maio, já sabendo que o grupo liderado por Santander tinha a maioria no Congresso, Bolívar afirmou: “No sabe uno que hacerse con Colombia: unida o dividida em ingovernable [...]. Yo les he dicho que el proyecto de reforma que tienes es una pamplina, y que yo, con ella, no me encargo del gobierno de la república, y que mejor será que dividan el país para que cada uno haga de su capa un sayo” (BOLÍVAR, 1980, p. 852, Tomo II grifo nosso).

Horrorizado de la divergencia que ha reinado y debe reinar entre nosotros por el espíritu sutil que caracteriza al Gobierno Federativo, he sido arrastrado a rogaros para que adoptéis el centralismo y la reunión de todos los Estados de Venezuela en una República sola e indivisible. Esta medida, en mi opinión, urgente, vital, redentora, es de tal naturaleza que sin ella el fruto de nuestra regeneración será la muerte (BOLÍVAR, 1976, p. 123).

O espírito nacional de que fala Bolívar tinha ao menos dois objetivos: convencer o maior número de autoridades das instituições jurídico-políticas e dos grupos organizados para disputar o poder político interno. Nesses termos, a maior parte da população venezuelana ficaria excluída do alcance da nova moral republicana e da consciência de que era necessário respeitar as leis e o governo como forma de contribuir para o bem de toda a sociedade. Porém, as massas populares, ou parte delas, também deveriam ser alcançadas a fim de que pudessem ser formadas segunda a máxima da virtude republicana do bem comum. O Libertador acreditava que os interesses particulares de grupos ou caudilhos podiam ser mais prejudiciais à medida que conquistassem mais apoio popular. Assim, a formação de uma consciência nacional entre boa parte das classes sociais populares se torna também uma necessidade de sua forma de pensar a República nas especificidades circunstanciais em que estava inserido. Conquistar um suposto apoio popular significava diminuir a influência direta dos caudilhos e das oligarquias junto à população. A finalidade substancial é a existência de um governo estável, que só poderia sê-lo, à medida que houvesse a mínima predominância de um espírito nacional sobre os interesses caudilhistas e regionais⁶⁶:

Para formar un gobierno estable se requiere la base de un espíritu nacional, que tenga por objeto una inclinación uniforme hacia dos puntos capitales: moderar la voluntad general y limitar la autoridad pública [...]. Para sacar de este caos nuestra naciente República, todas nuestras facultades morales no serán bastantes si no fundirnos la masa del pueblo en un todo, la composición del gobierno en un todo, la legislación en un todo; y el espíritu nacional en un todo (BOLÍVAR, 1976, p. 120).

Bolívar, de certa forma, idealizava uma República que não podia existir em uma realidade na qual o Estado, naquele momento inicial, pouco ou nada representava para a grande massa da população. Estado, ao lado de nação, eram conceitos que começavam a

⁶⁶ Em 1826, portanto quatro cinco anos antes da primeira reforma prevista em lei para a Constituição da República Colombia (essa reforma foi antecipada para 1828), Bolívar antevia o problema das disputas pelo poder interno e o mal que isso podia causar às instituições politicamente frágeis: “Yo no debo ser presidente en estos cuatro años, porque entonces no lo podré ser en la crisis que nos espera para el año *trina y uno*. Vd. sabe que entonces debemos reformar la constitución y entonces también necesitamos de un gran apoyo en el ejecutivo; y el general Santander ni yo podré serlo: entrará un tercero que por más admirable que sea, le faltará la práctica de los negocios, y la popularidad (BOLÍVAR, 1980, p. 380, Tomo II, grifo original).

ganhar suas primeiras estruturas formais (constituição, leis unificadas, instituições nacionais, território) e as estruturas sociais que iam se formar de acordo com as manifestações de costumes, de tradições, com as lutas pela participação política, pela terra, pela liberdade, pela democracia e pelo poder de um modo geral (IANNI, 1962).

No interior desse processo revolucionário, deve ser reconhecido o esforço do Libertador em reunir a maior soma de forças políticas em torno da estabilidade do governo no início da formação do Estado nacional⁶⁷. Isso indica a sua compreensão de que sem essa unidade entre os grupos políticos organizados e as massas envolvidas na guerra de independência, a unificação nacional em torno da construção das instituições republicanas resultaria na constante debilidade do Estado venezuelano que, por sua vez, incidiria negativamente na construção da soberania nacional diante dos interesses externos.

Su vergonzosa disolución y los actos populares, porque el de Bogotá va a promover otros en toda Colombia, no es lo que [yo] deseaba, porque semejantes sucesos no afirman la república, son al contrario golpes que no sólo conmueven sus cimientos, sino que echan a perder la moral pública, la obediencia y el respeto de los pueblos, acostumbrándolos a las inconstancias políticas, a las sediciones y a los excesos populares. Lo que yo anhelaba era una buena constitución análoga al país y a todas sus circunstancias, *un código capaz de afianzar el gobierno y hacerlo respetar; capaz de dar estabilidad a las instituciones*, garantías a todos los ciudadanos y toda la libertad e igualdad legales que el pueblo colombiano es susceptible de recibir en el actual estado de su civilización; finalmente, una constitución en que los derechos y los deberes del hombre fuesen sabiamente calculados, como igualmente los deberes y facultades de las autoridades (BOLÍVAR, 1980,p. 896, Tomo II, grifo nosso).

Oferecer estrutura estável à República, às suas instituições e o Estado nacional era seu principal objetivo, por isso indicava aos deputados de Angostura que a Constituição inglesa era um bom exemplo a ser seguido – mas não copiado – porque possibilitava a existência de um poder executivo centralizado e com os atributos necessários para manter a paz e a ordem social interna, ao mesmo tempo que garantia a satisfação das preferências regionais. Seu projeto constitucional apresentado ao Congresso da Bolívia é o resultado de reflexões sobre as

⁶⁷ Nos textos bolivarianos há um mesmo sentido para os termos Estado, Nação e Governo (SALCEDO-BASTARDO, 1976). Acrescenta-se, também, o termo país, utilizado com o mesmo sentido de nação. Esse termo não têm em seus textos a precisão conceitual que lhes foi atribuída posteriormente, sobretudo no decorrer do século XX. Por isso, o termo Estado tem o sentido estritamente jurídico-político, isto é, uma instituição que reúne o aparato necessário para administrar a economia, a educação, o exército, etc. O Governo é, talvez, a instância mais importante para Bolívar, já que as instituições, a seu modo de ver, dependiam da atuação do governo na direção de garantir que as condições para o estabelecimento da República existissem. Nação, por sua vez, assume o mesmo sentido de país. É um termo relativo a território, a uma jurisprudência determinada por leis específicas a um Estado nacional. A nação não assume o sentido social de historicidade de um povo e suas manifestações culturais, religiosas, artísticas, linguísticas, etc.

disputas pelo poder interno entre as frações da classe dominante (SALCEDO BASTARDO, 1976). O quarto poder que imaginava para a Bolívia não era o Poder Moral, mas sim o Poder Eleitoral. Com isso, visava a atender aos interesses provinciais:

Me ha parecido no solo conveniente y útil, sino también fácil, conceder a los representantes inmediatos del Pueblo los privilegios que más pueden desear los ciudadanos de cada departamento, provincia o cantón. Los Colegios Electorales de cada provincia representan las necesidades y los intereses de ellas y sirven para quejarse de las infracciones de las leyes y de los abusos de los magistrados. Me atrevería a decir con alguna exactitud que esta representación participa de los derechos de que gozan los gobiernos particulares de los Estados Federados (BOLÍVAR, 1976, p. 231).

Em contrapartida, propôs a existência do presidente vitalício com direito para escolher seu sucessor. Era a combinação entre a sua convicção de que sem um governo central forte e capaz de se fazer respeitar politicamente não era possível governar e a sua constatação de que sem atender às antigas práticas localistas de poder, o governo central e o país não teria harmonia suficiente para se construir como nação (SALCEDO-BASTARDO, 1976). Assim, a função executiva idealizada por Bolívar decidiria sobre questões econômicas e fiscais e comandaria o exército: “Los limites constitucionales del Presidente de Bolivia son los más estrechos que se conocen [...]. He aquí sus funciones” (BOLÍVAR, 1976). Esta foi a saída encontrada por ele para reunir em torno da conservação da República a maior parte dos interesses envolvidos nas disputas pelo poder político. Em carta a Sucre, escrita em 12 de maio de 1826, afirmava que seu projeto constitucional havia sido recebido como a “arca da aliança”, porque reunia em si as diversas inclinações políticas que podiam gerar um caos social. Representava a união do exército com o povo, da democracia com a aristocracia e do império com a república (BOLÍVAR, 1980, p. 364, Tomo II). Em síntese, as classes dominantes dos países libertados sob a liderança de Bolívar disputavam entre si a efetivação de um desses modelos: a monarquia constitucional, o absolutismo ou a república. Ele defendeu a república como único regime político capaz de satisfazer tantos desejos socialmente conflitantes e que, principalmente na Venezuela, a guerra havia elevado o nível de tais conflitos. Em linhas gerais, como afirma John Lynch:

el estado bolivariano fue intervencionista, encabezado por un presidente poderoso quien se dirigió más allá de las instituciones, a las masas e impuso reformas a una oligarquía recalcitrante. En cuanto a ideas, valores y visión, Bolívar estuvo lejos de su clase. Y tal vez tan solo por esta razón su pensamiento político no coincidió con las políticas de los primeros regímenes nacionales (LYNCH, 1990, p. 75).

Suas convicções em torno da necessidade da unidade nacional como forma de garantir o progresso social das instituições republicanas e soberanas do país (SALCEDO-BASTARDO, 1976) não alcançaram projeção e interesses hegemônicos em sua materialização. De certo modo, essa forma de pensar e projetar os primeiros anos da vida política pós-colonial não predominou entre os dirigentes que se alteraram no poder durante o século XIX, principalmente os que ocuparam o poder logo após a morte de Bolívar, em 1830:

Con la disolución de la Gran Colombia en 1830, ya lograda la independencia política, comenzó la lucha por el desarrollo nacional; a partir de ese momento, cada una de aquellas regiones históricas, las antiguas provincias de la Capitanía General que habían seguido gobernadas por pequeñas élites oligárquicas locales fueron reunificadas bajo diferentes proyectos políticos federativos con escasa base social y sin una meta nacional claramente definida en la práctica. Esos proyectos tenían como finalidad, en realidad, repartir las cuotas del poder político entre aquellas diversas oligarquías provinciales más bien que construir una nación. Ello ocurrió porque ninguna de las oligarquías políticas, ni la del gobierno central ni las de las provinciales, poseían los medios materiales y la base social e institucional necesarias para crear un poder hegemónico estable que garantizase la dirección política e ideológica sobre el conjunto de la nación (VARGA-ARENAS; OBEDIENTE, 2013, p. 55).

Em certa medida, é possível afirmar que o ideário político bolivariano, que buscava uma unidade nacional e uma hegemonia política suficiente para garantir a estabilidade e construção histórica das instituições liberais do Estado nacional venezuelano, só se efetivou no início do século XX, quando o Estado e suas instituições se tornaram mais fortes que o poder pessoal dos caudilhos ou das oligarquias regionais. (VARGA-ARENAS; OBEDIENTE, 2013).

A análise dessa postura de Simón Bolívar frente à responsabilidade de conduzir a formação da institucionalidade republicana no país contribui para aclarar alguns pontos relativos ao complexo processo de independência e, principalmente, à teia de interesses acerca do futuro do Estado nacional. Diante do exposto, a hipótese de que o Libertador idealizava um futuro pós-colonial diferente daquele observado a partir de 1830 pode ser confirmada. Sua crença de que as instituições é que deveriam triunfar e que, para isso, a unidade política nacional deveria prevalecer sob os interesses particulares de grupos e pessoas indica um confronto de posicionamento com frações de sua classe que dominaram a cena política nacional após sua morte (LYNCH, 1992). Ao idealizar um futuro em que as instituições predominassem na condução do devir político e social do país, ele afirmava que a construção

da nação deveria seguir os rumos estáveis de uma república institucionalmente organizada. Ao contrário desse princípio, a formação da nação venezuelana se deu a partir de seguidas guerras civis, as quais eram resultado da insubordinação das classes populares ou mesmo de um levante caudilhista determinado a conquistar o poder⁶⁸.

3.2 O Bolívar estadista e a busca pela unidade social e política

O ano de 1815 marcou um momento que divide em dois períodos a guerra de independência, ao mesmo tempo que provoca uma reviravolta na maneira de Bolívar atuar na guerra e de pensar o futuro da república. Embora tenha garantido vitórias importantes nos quatro primeiros anos da guerra, como foi o caso da Campanha Admirável⁶⁹, o saldo geral no final desse período foi muito negativo para os anticolonialistas, porque as duas tentativas de implantação e consolidação da república caíram diante das armas espanholas, empunhadas em sua maior parte por venezuelanos das classes sociais oprimidas⁷⁰.

Essa primeira etapa da guerra de independência na Venezuela colocou para Bolívar duas condições com as quais, provavelmente, ele e os setores anticolonialistas da classe dominante venezuelana não esperavam que ocorresse no processo de ruptura com a Espanha. A primeira delas era a participação massiva das classes populares nas tropas que lutavam pela

⁶⁸ Jacques Lambert (1971, p. 202), lembra que “a partir de 1830, data da dissolução da Grande Colômbia, que abre a existência nacional da Venezuela, até 1935, os caudilhos se sucederam um após outro. Páez, que domina o país de 1830 a 1846, é substituído pelos irmãos Monagas (1846-1861), depois, novamente, Páez (1861-1863), Guzmán Blanco (1870-1887), Crespo (1887-1898), Castro (1899-1908) e, finalmente, Gómez (1908-1935); no decorrer de um século, o regime caudilhista não foi interrompido senão durante os sete anos de 1863-1870, que foram, porém, sete anos de guerra civil”.

⁶⁹ Denominação da campanha militar organizada por Bolívar, logo após a queda da primeira República da Venezuela, em julho de 1812. Ao refugiar-se em Nova Granada, ele aceitou o posto de comandante da Villa de Barranca e contava com cerca de 70 homens. Logo depois de publicar um Manifesto na cidade de Cartagena, em 15 de dezembro, inicia a campanha rumo a Caracas para retomar o poder no país. Em 7 de agosto de 1813, Bolívar entrou em Caracas, após derrotar as tropas espanholas e estabelecer a segunda República (LECUNA, 1950). O adjetivo admirável existe pela travessia feita pelas tropas nos Andes e pelo curto espaço de tempo entre a saída de Nova Granada e a retomada de Caracas. Ele sai de Cartagena como um simples comandante de uma guarnição de 70 homens e chega à sua cidade natal como Libertador da Venezuela.

⁷⁰ Para o intelectual venezuelano e anticolonialista, que participava da guerra de independência, Francisco Javier Yanes (1943, p. 139), o ano de 1814 foi “um año funesto, en que desarrollando los principios de la barbara política de Monteverde, parece que al mismo tiempo se desencadenaron las fúrias infernales para destruir a Venezuela. La multitud abandono el trabajo para buscar la subsistencia en el robo y la destrucción de sus semejantes. La población se dividió. La población se dividió en dos partidos encarnizados y fueron pocos los días en que no corriera sangre, en acciones de guerra, generales o parciales”. Considerando que as classes responsáveis pelo trabalho manual estavam compostas por escravos, negros livres, mulatos, mestiços, zambos e índios não é difícil inferir que Yañes e refere a essas classes quando afirma que “a multidão abandonou o trabalho para viver do roubo e da destruição de seus semelhantes”.

continuidade da ordem colonial, acompanhada de uma violência radical contra setores das classes dominantes, independentemente se eram anticolonialistas ou defensores do governo espanhol (YANES, 1943; LECUNA, 1950). A segunda, como resultado da primeira, representava um perigo à ordem social venezuelana. A classe dominante era composta por brancos ricos que formavam um grupo étnico reduzido se comparado com o grupo de mestiços, negros e índios⁷¹.

A diminuição numérica da classe dominante era um perigo que os anticolonialistas *criollos*, inclusive Bolívar, não queriam correr, porque aumentava a vulnerabilidade da dominação baseada em formas econômicas, jurídicas e sociais, em um período no qual tais leis pouco tinham efeito sobre as classes populares, por se tratar praticamente de um estado de exceção. Ademais, esse ataque comprometia a pretendida formação dos quadros políticos dirigentes da República, pensada para o caso da vitória definitiva sobre os espanhóis⁷². Diante da realidade imposta pela guerra, o ano de 1815 foi crucial para que ele elaborasse as mudanças requeridas pelo curso da guerra a fim de garantir uma reviravolta e conquistar a independência.

Essas mudanças articulavam a síntese entre a busca pela vitória contra os espanhóis e a construção e preservação da estrutura política republicana, de modo que garantisse a continuidade da ordem social controlada pelas classes dominantes (CARERA DAMAS, 2010), mesmo com suas propostas relacionadas ao fim da escravidão, à garantia da cidadania (igualdade jurídica) a todos os venezuelanos, e política de distribuição de terras aos soldados (em sua maioria pobres) para dotá-los de pequenas propriedades, como forma de garantir a ordem social⁷³. Tais medidas alteravam profundamente a estrutura social venezuelana e

⁷¹ De acordo com Brito Figueroa (1979, p. 160), a estratificação étnico-social da Venezuela para o ano de 1800 era a seguinte: Brancos peninsulares e *criollos*: 20,3%; pardos (mestiços), negros livres, escravos e índios: 79,7%.

⁷² Juan Uslar Pietri (2010) faz uma interessante análise sobre a declaração de Guerra à Morte de Bolívar, em 1813. O documento declarava como inimigos de guerra a todos os espanhóis ou canários que não optassem por lutar pela independência. No caso dos *criollos* que buscavam a conservação do poder espanhol, Bolívar lhes garantia proteção: “Contad con una inmunidad absoluta en vuestro honor, vida y propiedad; el solo título de americanos será vuestra garantía y salvaguardia” (BOLÍVAR, 1976, p. 22). Para Pietri, tratava-se de uma estratégia não só para conquistar o apoio dos setores dominantes que ainda se mantinham contrários à independência, mas também uma medida para garantir a existência da classe dominante necessária para comandar a república no pós-guerra. Por isso, dizia Bolívar: “Españoles y canarios, contad con la muerte, aún siendo indiferentes, si no obráis activamente en obsequio de la libertad de la América. Americanos, contad con la vida aún cuando seáis culpables” (BOLÍVAR, 1976, p. 22). A propósito da possibilidade de Bolívar falar para todos os americanos (inclusive para as classes subalternas) se dissolve à medida que naquele período somente os brancos ricos e uma pequena parte de mestiços eram indivíduos merecedores de honra e possuidores de propriedades. Portanto, seu decreto visava a um grupo específico e que precisava ser preservado, porque era parte importante para dirigir o processo de construção da república.

⁷³ Em 10 de outubro de 1819, Bolívar emitiu um decreto em Angostura, estabelecendo os valores a que cada militar teria direito como recompensa pelos serviços prestados à república. Os valores indicam que a hierarquia social representada pela desigualdade social entre ricos e pobres se mantinha no exército. O valor mais alto era o

representavam a vitória, ainda que parcial e inconsciente⁷⁴, das classes sociais oprimidas sobre os *mantuanos*, por meio das armas.

Neste período da guerra de independência, Bolívar já não era apenas um jovem *mantunano* radicalmente anticolonialista que buscava inflamar os círculos políticos venezuelanos contra a Espanha, como ocorrera entre 1810 e 1811. As vitórias e derrotas militares lhes garantiram mais experiência nos campos de batalha. Contudo, foi no campo da política que se manifestou a maior diferença entre o jovem radical do período da proclamação da independência e o jovem estadista, que se transformara na principal liderança militar a política do conflito, cujo resultado representava a continuidade da ordem colonial ou o início da história soberana da Venezuela como nação.

Em relação à participação popular na guerra de independência, havia chegado a conclusões que fundamentariam seu projeto republicano caracterizado pela moderação entre os conflitantes interesses sociais e políticos daquela configuração da luta de classes, no momento da guerra de independência. Tanto no campo político como no social, revelou-se como um estadista moderador, pois acreditava que a independência possibilitava a liberdade individual, a soberania, o progresso nacional e a justiça social reunidos em torno da existência do regime republicano sustentado por um pacto social aos moldes rousseauiano (MIJARES, 1987).

Esses fatos indicam que é uma atitude teórica problemática analisar a figura de Simón Bolívar e seu pensamento político como um todo, fundamentado apenas no conceito de classe social, desconsiderando suas mediações táticas a fim de alcançar o objetivo de estruturar a República e dar-lhe a mínima condição política e social para existir como, de acordo com ele, o melhor regime de governo para aquele momento de formação das instituições nacionais e da consciência nacional. Seguir esse caminho implica em realizar uma operação analítica segundo princípios mais lógicos que dialéticos.

Segundo essa lógica, Bolívar não podia decretar, por exemplo, a abolição do trabalho escravo e defender a inserção dos negros na comunidade política republicana como cidadãos (passivos), porque era *mantunano* e dono de escravos. Não podia propor uma educação pública e direcionada a toda a população, porque até 1810, os *Cabildos* venezuelanos – controlados pelos *criollos* - relutavam em permitir a criação de escolas públicas abertas para brancos

do General em Chefe: 25.000 pesos. Um capitão o tenente receberia entre 4.000 e 6.000 pesos. Dificilmente, os soldados provenientes dos setores mais pobre chegavam a esse posto. Na base inferior dessa hierarquia estava o Sargento primeiro e segundo, o Cabo primeiro e segundo e o Soldado. Este último ganharia 500 pesos como recompensa.

⁷⁴ Inconsciente no sentido de que não se tratou de uma luta originada no interior das classes oprimidas, a partir de uma consciência política própria e de uma prática orientada por tal consciência.

pobres e mestiços (RODRÍGUEZ, 2016), já que o saber, até mesmo o mais elementar, era considerado um privilégio exclusivo dos brancos ricos.

Nessa lógica, trabalham autores como Pierre Vayssière (2008), um europeu mais preocupado com a linhagem sanguínea e com a comparação entre Bolívar e Napoleão Bonaparte⁷⁵ – uma estratégia para afirmar que o herói europeu teve sucesso, enquanto o latino-americano terminou fracassado -, do que com a análise histórica e sociológica de um dos períodos mais importantes da história latino-americana. O primeiro deles, um francês, movido por tal método, contradiz-se em um mesmo parágrafo, quando afirma: Aunque liberal en política, Bolívar na era un reformador social. Su condición de gran propietario y amo de esclavos no lo alentaba a llevar a cabo reformas de fondo, en una América en la que aún funcionaba una sociedad de castas, fruto de tres siglos de colonización” (VAYSSIÈRE, 2008, p. 243). A primeira sentença do autor é clara: “Bolívar não foi um reformador social”. Contudo, afirma:

Durante sus continuos desplazamientos, firmó innumerables decretos sobre los más diversos temas: el reparto de tierras, la situación de los indios, la creación de escuelas, la construcción de caminos, la reforma de las universidades, la fundación de sociedades locales de desarrollo, etcétera. Pero los efectos de *esa intensa actividad fueron* efímeros, como si sólo hubiera abordado los problemas em forma superficial. En eso, no podía compararse a Napoleón. En cuanto a sus reformas, era como si echara lanzas al mar” (VAYSSIÈRE, 2008, p. 243, grifo nosso).

No mesmo instante em que sustenta que Bolívar não foi um reformador social, o autor transcreve a ação do líder militar e político em uma variedade de assuntos importantes para o momento histórico, ou seja, uma “atividade intensa” de trabalho durante e depois da guerra no país devastado economicamente, cujo 1/3 da sua população havia morrido. Na tentativa de desconstruir o herói, Pierre Vaysièrre cria um ainda mais poderoso, à medida que atribui a um único indivíduo a tarefa de transformar uma realidade complexa tal qual em um passe de mágicas. Da maneira como o autor conduz seu raciocínio, por exemplo, é possível entender que se o escravismo continuou foi porque Bolívar defendeu a abolição de forma superficial. No momento em que propor ou aceitar o fim do trabalho escravo era algo pouco esperado para um *criollo*, Vaysuèrre, ao invés de destacar analiticamente o Bolívar abolicionista,

⁷⁵ “Tal era el efecto ‘mágico’ que también producía Napoleón. Pero mientras el éxito hizo engordar a Napoleón, Bolívar permaneció toda la vida seco y avelanado. Bien es verdade que no logro jamás un éxito bastante rotundo para poder instalarse en él y gozar sedentariamente del poder y de la vida; y ya con esto basta para justificar la diferencia “ (MADARIAGA, 1979, p. 150).

considera-o um revolucionário superficial. Ademais, desconsidera que toda essa “intensa atividade” se deu em sua maior parte durante um estado de guerra.

As fontes históricas das guerras de independência contradizem a versão do autor francês. Impulsionado pelos desdobramentos da luta pela independência, Bolívar tornou-se um reformador social, na medida em que atuou para transformar certas estruturas da formação social venezuelana, que representavam um bloqueio ao desenvolvimento econômico nacional e, ao mesmo tempo, geravam problemas para a organização e consolidação do seu projeto republicano. É neste quadro que surgem a proposta de uma educação estatal, gratuita e obrigatória, como centro do movimento de soberania nacional, entendido por ele como um movimento de “regeneração moral” (BOLÍVAR, 1980, p. 295; BOLÍVAR, 1973, p. 373), atrelada à abolição do trabalho escravo.

Bolívar atuou em dois limites de tensão que lhes foram impostos pela guerra e pela condição social e política da sociedade venezuelana da primeira década do século XIX. Durante 20 anos de sua vida política, apenas cinco deles vividos fora do confronto armado, teve de se transformar em reformador social para garantir a conquista da independência e a efetivação histórica das instituições do Estado nacional soberano, nas quais ele colocava todas as suas esperanças com relação ao progresso nacional (SAIGNES, 1997).

A partir de 1815, seus pensamentos políticos adquirem substancialidade teórica (SALCEDO-BASTARDO, 1976). O curso da guerra lhe possibilitou unir os conhecimentos, que havia adquirido com Simón Rodríguez em suas viagens pela Europa, sobre política, filosofia e história na direção do seu ideário político e social concebido a partir das particularidades de seu país e da modificação da correlação de força política e social que se formou com a guerra. Bolívar deixou de enumerar falhas das derrotas republicanas e de se referir à revolução de modo generalizado, como fizera em Cartagena (1812) e Carúpano (1814), para construir teórica e politicamente um esboço de um Estado nacional e republicano. Este período marca as bases da sua curta trajetória como consitucionalista:

La segunda razón tiene que ver con los modos en que, en dicho período, el Libertador va a ajustar sus propuestas políticas y constitucionales según su interpretación de la realidad política de la nueva república. A manera de “ensayo”, actualiza su visión de la praxis política, del constitucionalismo y del manejo del poder, con arreglo a la resistencia que brinda aquella sociedad, en un complejo contexto que conjuga tanto la pervivencia de prácticas políticas correspondientes al antiguo orden, como la inauguración de prácticas políticas que si bien intentan marcar una ruptura con el orden monárquico español, distan de corresponderse con el despliegue de virtud que, según Bolívar, es imperativo en todo ciudadano republicano para que pueda haber república (GUERRERO, 2004, p. 222).

Para Guerrero (2004), é somente a partir de 1819 que Bolívar pode se dedicar à elaboração de seus projetos constitucionais dada uma certa estabilidade em relação aos ataques do exército espanhol. No entanto, o momento da elaboração física do material que contém suas ideias políticas diz respeito mais às condições objetivas que às subjetivas. Na Carta da Jamaica, escrita em 1815, já estão colocadas as ideias fundamentais que o acompanharão até 1830, com inexpressivas mudanças durante os próximos 15 anos. Por exemplo, o meio termo entre a monarquia e o federalismo como forma de governo, a necessidade de abolir a escravidão, de fomentar a educação elementar a fim de promover a educação moral para produzir a condição mínima de florescimento da virtude cívica (BOLÍVAR, 1980, p.170-174).

Depois de 1815, o fato de ser “um grande proprietário e senhor de escravos”, torna-se um aspecto secundário na análise do pensamento bolivariano, ao contrário do que faz Vaissière (2008, p. 243), que o toma como princípio explicativo central. Em primeira instância, ele se torna um estadista, cujo foco é a edificação da República a partir das condições de sua própria realidade, isto é, da sociedade venezuelana após sua crise, com o acréscimo dos desdobramentos sociais da guerra de independência. Esta perspectiva de análise metodológica que se contrapõe a Pierre Vaissière não desconsidera os interesses de classe presentes na práxis política bolivariana. Pelo contrário, ela possibilita a ampliação das relações sociológicas, porque considera seu lugar de classe como ponto de partida e não como fim em si mesmo, desconectado das mediações políticas e sociais que teve de realizar para levar às últimas consequências o movimento anticolonialista iniciado em 1810.

A principal questão que se coloca na reflexão aqui desenvolvida é que o projeto republicano bolivariano não surge como cópia dos estatutos políticos europeus e/ou estadunidenses. Pelo contrário, emerge de uma situação muito específica, mesmo considerando apenas a América Latina. Do mesmo modo, seu ideário educacional deve ser compreendido como mediação para a conquista daquilo que ele entendia como república ideal para seu tempo e espaço presente, como princípio organizador da vida social e política do país (BOLÍVAR, 1980).

Bolívar realiza um movimento lógico na equação política do seu projeto republicano: na República, ergue-se um Estado que tem de ser dirigido pela classe mais esclarecida e virtuosa. Essa classe deve imprimir a esse Estado um caráter paternal, no sentido de guiar a sociedade civil, enquanto essa não é capaz de viver em liberdade, de exercer os direitos e deveres do cidadão por si só, mantendo os princípios pátrios como forma ideal de vida. Nessa

relação entre Estado, sociedade civil e república, o primeiro exerce papel primordial, de modo que seus erros políticos podem levar ao colapso da terceira, porque a segunda não foi conduzida de forma correta. Em síntese, o Estado deve levar a sociedade civil a proteger as instituições republicanas. Em outras palavras, a classe dominante e ilustrada deve produzir a consciência necessária na população para que ela entenda seu lugar social e político de defesa da república, da nação, da prática do amor à pátria, do respeito às leis e ao governo. Para que essa equação se realizasse, na visão de Bolívar, era necessário que as classes dirigentes possuíssem a consciência nacional necessária e, a partir disso, a colocasse a serviço da república por meio da formação moral da sociedade venezuelana, distanciando-se cada vez mais da consciência colonial. Seu ponto de partida foi a tentativa de desconstrução da consciência colonial espanhola ainda ativa e presente na consciência das classes esclarecidas e, principalmente, nas classes oprimidas.

3.3 Armas e consciência: a tentativa de destruição do poder espanhol na Venezuela

A caracterização do movimento anticolonialista venezuelano é geralmente definido pela presença da ideologia liberal na política e na economia. A importância dada a essas duas esferas acaba, às vezes, ocultando ou deixando em segundo plano um campo social que também exercia muita influência na repercussão histórica da liberdade política: o campo da ideologia (ZEA, 2014).

A autonomia política e comercial era sem dúvida a finalidade do movimento anticolonialista. No entanto, o processo de emancipação representava um complexo de fatores necessários para colocar em movimento a luta contra a Espanha. Assim, a liberdade a ser conquistada deveria ser política e comercial, mas também ideológica (ZEA, 2014). A história da América latina mostrou que a ruptura com o colonialismo espanhol não garantiu a soberania política, econômica e cultural. A nova fase histórica inaugurada pela independência se desenvolveu no mesmo momento em que a revolução industrial alavancava o surgimento da grande indústria, dando origem a uma nova divisão internacional do trabalho, cujas relações comerciais exteriores foram marcadas pelo aprofundamento da relação entre um centro capitalista de países economicamente desenvolvidos e uma periferia com países economicamente subdesenvolvidos, todos eles ex-colônias. Tratava-se de uma independência geradora de dependência (MARINI, 1976).

Os acontecimentos posteriores que levaram todo o continente a permanecer imerso nas teias de relações econômicas e políticas que impediram um desenvolvimento nacional autônomo não anula o consciente esforço anticolonialista de setores *criollos*, que em alguns momentos do processo de independência se colocaram contra qualquer tipo de reminiscência da influência colonial peninsular (NAVA, 2013). Com o avanço da guerra de independência e o aprofundamento da guerra civil, a luta no campo das ideias passou a ser uma poderosa arma, e foi usada por Simón Bolívar nos últimos anos das batalhas e nos primeiros anos após o fim do poder colonial espanhol. Por isso, a trincheira das ideias valia igual ou mais que as trincheiras de pedras, como afirmava José Martí (1991), porque o aumento das tropas dependia do convencimento dos venezuelanos a assumirem as armas em favor da independência, um ideal de certo modo abstrato à maioria, ou mesmo em favor de conquistas sociais imediatas (liberdade e igualdade jurídica; terras).

Por outro lado, Bolívar projetava a ruptura ideológica com a consciência colonial como um fator de primeira importância para a manutenção e estabilidade política e social do país, por meio da formação do cidadão dotado de uma suposta virtude cívica moralizadora, sintetizada na consciência patriótica e defesa das instituições da república. Historicamente, não era uma tarefa fácil, como lembra Leopoldo Zea (2014, p. 233), porque: “El mundo iberoamericano, colonizado por España y Portugal, entra en el siglo XIX en la más extraña aventura en que un conjunto de pueblos pueda entrar en el campo de las ideas: la aventura que significa tratar de deshacerse de la propia formación cultural para adoptar otra”.

É neste campo de ação que a educação escolar e a formação de uma moral republicana controladas pelo Estado começa a ser definida como primordial por Bolívar. Para ele, a ignorância não era um problema apenas dos setores marginalizados socialmente, porque não se vinculava à instrução, ao saber ler e escrever, mas ao distanciamento racional e sentimental na relação com as leis e normas de convivência social e política (GUERRERO, 2004). Portanto, pensava que a ignorância, como um polo negativo do ser humano, tem seu oposto positivo na virtude que leva o indivíduo a se aproximar do bem comum, a república, e despojar-se de seus interesses particulares em seu favor.

A falta de virtude cívica não deve ser entendida como um defeito da prática social e política somente dos cidadãos das classes oprimidas, desprovidos em sua grande maioria da mínima instrução formal, dada a falta de escolas e a até mesmo a inutilidade da educação elementar para a classe responsável por realizar o trabalho manual. Da maneira como Bolívar compreende a relação entre virtude e ignorância surge a diferenciação que ele promove entre instruir e educar (SALCEDO-BASTARDO, 1976). Por isso, a educação é entendida como o

processo mais geral de formação do sujeito, que incluía o ensinamento sobre o respeito às regras de convivência social, o amor pelo trabalho, o respeito às leis e aos governantes. De modo geral, era a orientação para se manter a ordem social a partir da compreensão individual de que um novo modo de viver em sociedade começava a ser construído e precisava da contribuição de grande parte dos venezuelanos (CARRERA DAMAS, 2010). Essa contribuição significava a aceitação e obediência ao novo ordenamento jurídico-político-social republicano. A instrução, por seu turno, destinava-se à transmissão de conhecimentos técnicos sobre a natureza, a agricultura, a matemática, a gramática.

Se, por um lado, a virtude não dependia exclusivamente da instrução elementar, por outro, esse saber podia facilitar a compreensão dos indivíduos que ignoravam aquilo que os patriotas anticolonialistas apresentavam como os benefícios humanistas da república: “Un hombre sin estudios es un ser incompleto. La instrucción es la felicidad de la vida; y el ignorante, que siempre está próximo a revolverse en el lodo de la corrupción, se precipita luego infaliblemente en las tinieblas de la servidumbre (BOLÍVAR, 1973, p. 323). Esse trabalho ideológico era realizado comparando o novo modelo político e a diferença existente entre a liberdade e igualdade como princípios da sociedade liberal e as formas de opressão individual da ordem social e política colonial. De acordo com Bolívar, somente a ignorância podia impedir o indivíduo de se opor à sociedade independente e republicana (PRIETO FIGUEROA, 2006).

Desse modo, a educação assume, em seu pensamento político, o aspecto mais amplo que lhe é característico. Assim, instrução e educação, embora com diferenças, jamais podiam chegar separadas aos cidadãos, porque o Estado nacional paternal deveria promover o ensino do conhecimento útil ao período moderno, mas ao mesmo tempo cuidar da reforma moral daquela sociedade (PRIETO FIGUEROA, 2006). Nesse sentido, a regeneração moral deveria contemplar a toda a sociedade: a escola seria a instituição por excelência responsável por unir instrução e educação na formação do homem republicano.

Em 22 de novembro de 1821, Bolívar escreveu ao general Carlos Soublette (1789-1870) sobre a possibilidade de que no México se constituísse uma monarquia com príncipes europeus da Casa de Borbon, convidados pelas autoridades mexicanas. O conteúdo da carta revela sua preocupação com ataques dessa possível monarquia à debilitada república colombiana (Venezuela e Cundinamarca). Não por acaso, sua preocupação não tem como centro o tema militar, mas sim a falta de apoio popular à república e ao governo, tal qual ocorrera na primeira etapa da guerra. A existência desse apoio, segundo ele, seria resultado da

realização da virtude cívica na sociedade venezuelana, em todas as classes, unindo-as em torno do interesse comum: a república.

Ao considerar o pensamento político bolivariano em sua totalidade, essa atitude não causa nenhuma estranheza, porque do ponto de vista militar, a Venezuela já havia dado provas de que tinha soldados capazes de derrotar qualquer exército europeu, lutando em solo venezuelano (MIJARES, 1987). Desde a segunda metade da guerra, Bolívar mostrara que sua preocupação após a independência não se relacionava ao campo militar, mas à capacidade de unir os interesses de todas as classes sociais em torno da defesa das instituições republicanas e do governo central. Por isso, a luta no campo das ideias se tornava mais importante do que o manejo das armas, pois para manejá-las em defesa da pátria soberana, era preciso que o cidadão venezuelano, independentemente de sua classe social, estivesse comprometido com a soberania de seu país, ou seja, convencido de que era preciso defender a continuidade da independência. Eis o cidadão virtuoso idealizado pelo líder anticolonialista.

Nessa sua linha de pensamento, uma República frágil era uma associação política sem virtude. A falta de virtude, dizia ele, era o ponto mais vulnerável, porque podia levar o corpo social a fragmentar-se em seus interesses particulares de classe e de fração de classe, distanciando-se do interesse comum em torno da manutenção do Estado nacional (BOLÍVAR, 1980). Bolívar escreveu a Soublette, pedindo para que trabalhasse na construção da unidade política e social venezuelana com o intuito de fortalecer esse ponto fraco de um país caracterizado pela ignorância, que impedia a maioria de sua população a exercer a virtude política e a se comprometer a defender a República antes que seus interesses particulares:

El gobierno de Méjico establecerá el más riguroso sistema de espionaje en el nuestro para volar a aprovecharse de la primera ocasión que se le presente de invadirnos con suceso; tocará rodos los medios naturales que existen entre nosotros de *dividirnos, debilitarnos, y aún aniquilarnos*, destruyendo nuestro sistema republicano (BOLÍVAR, 1980, p. 608, grifo nosso).

Bolívar considera uma possível destruição do sistema republicano colombiano sem mencionar sequer um ataque militar da ainda inexistente monarquia borbônica no México. Sua preocupação reside na atuação ideológica sobre a Venezuela e Nova Granada. Por isso, indica que a moral republicana é mais importante que a formação de um bom exército:

Son muchas las alianzas y pactos que puede formar con poderosos que tienen el mismo interés que él; mientras que hasta hoy nuestra república no cuenta más que con el valor, virtud y heroísmo de sus ciudadanos. Estos caracteres serán escollos en que se estrellarán todos los esfuerzos de nuestros

enemigos, cualesquiera que sean, siempre que se conserve inalterables; siempre que permanezcan todos perfectamente unidos; siempre que el interés sea el mismo y siempre que Colombia se alo que ha sido hasta hoy. Pero si la sagacidad y la intriga de nuestros enemigos logra sembrar la discordia, suscitar la rivalidad en las clases de nuestra sociedad, dividir nuestros corazones, nuestros deseos y nuestros intereses, entonces seremos infaliblemente la presa del invasor (BOLÍVAR, 1980, p. 609).

A tarefa que Bolívar impõe a Soublette é de convencer os setores mais organizados da população venezuelana a manterem-se unidos e favoráveis ao governo. É possível afirmar que ele acreditava na possibilidade de unir todas os ideais contraditórios daquela sociedade, expressamente conhecidos e confrontados de modo mais sistematizado desde a última década do século XVIII, em torno de um suposto comprometimento em salvaguardar as nascentes instituições civis e políticas do período republicano.

A contribuição das classes populares consistia em não provocar o que ele chamava de “anarquia social” (BOLÍVAR, 1980, 111) por meio de revoltas populares que ameaçavam a ordem pública. Com relação à classe dominante, a República necessitava de sua ilustração e poder econômico para levar o país ao progresso, já que dela saíam os legisladores e magistrados que organizariam institucionalmente o país. Indiscutivelmente, Bolívar buscava um pacto social no qual estariam articulados e/ou unidos de um lado o saber e de outro o trabalho.

No Discurso que apresentou ao Congresso de Angostura, definiu os lugares que cada classe social deveria ocupar nesse pacto social que pretendia criar a partir das instituições políticas do Estado republicano:

Legisladores! Por el Proyecto de Constitución que reverentemente someto a vuestra sabiduría, observareis el espíritu que lo ha dictado. Al proponeros la división de los Ciudadanos en activos y pasivos, he pretendido excitar la prosperidad nacional por las dos más grandes palancas de la industria; el trabajo, y el saber (BOLÍVAR, 1969, p. 67).

No fundo, Bolívar esboçava um aparato estatal, com governo, normas jurídicas e políticas, além das leis do âmbito civil, apoiando-se na articulação entre o conhecimento sobre filosofia, política, economia, direito, entre outros possíveis campos do saber que o conjunto ilustrado da classe dominante pudesse dominar, e o trabalho, representado pelo amplo bloco das classes populares. A conciliação desses interesses em favor da estabilidade das instituições seria mediada pela virtude. Ela seria a responsável por harmonizar os interesses opostos: o polo do conhecimento, que naquele momento era exclusivo de um pequeno setor

de grandes proprietários e grandes comerciantes, e o polo do trabalho, representado por cerca de 80% da população (BRITO FIGUEROA, 2002).

Para o Libertador, a implementação de uma sociedade política diferente da experiência vivida sob o domínio colonial, em todos os seus aspectos, deveria contemplar, concomitantemente, a esfera da economia, da ciência e da moral. Seu contrato social fundava-se nessa junção entre o “saber” e o trabalho, mediado pela virtude, porque representava, para ele, a harmonia social e política entre todas as classes. Tal posição indica também a necessidade de haver uma reordenação nas formas de produzir e comercializar as riquezas nacionais. Desse modo, a conservação da República dependia do elo entre reforma social, reforma política e reforma de mentalidade, no sentido de deixar para trás o passado colonial de atraso, de proibições para produzir e comercializar (MORON, 1967), e buscar os novos tempos de um mundo moderno: “Elementos que dominan y rigen el mundo: valor, riqueza, ciencia y vitudes. Éstas son las cuatro potencias del alma del mundo corporal; éstas son las reinas del universo, y a ellas debemos ligarnos o perecer” (BOLÍVAR, 1973, p. 336). A ligação ao mundo moderno e às novas formas de pensar, produzir e comercializar se evidencia na postura crítica de Bolívar diante do tipo de ilustração que era característico da classe dominante de sua época. A crítica está expressa na sugestão que oferece a seu sobrinho Fernando, que estudava nos Estados Unidos. Segundo ele, Fernando seria mais útil à pátria se buscasse aperfeiçoamento na área da mecânica, da engenharia, visto que a Venezuelana já estava repleta de médicos e advogados (BOLÍVAR, 1973).

Este era o protótipo de classe dominante venezuelana que Bolívar esperava para o futuro próximo. Dominar os conhecimentos da mecânica e da engenharia representava para a época o privilégio de pensar a estrutura produtiva do país segundo as técnicas mais avançadas existentes. Ele apresenta um contraponto entre o conhecimento privilegiado e enaltecido pelos setores ilustrados do período colonial e o conhecimento necessário e útil para a nova fase histórica nacional, a partir das relações externas com outros países, sobretudo com os de capitalismo desenvolvido. Por isso, não há meio termo sobre vincular-se à modernidade produtiva e dominar o “valor, a riqueza, a ciência e a virtude”. Não fazê-lo resultaria em “perecer”, isto é, na formação de uma nação com debilidades econômicas e científicas que podiam ocasionar não só a fraqueza nas relações com outros países (relações internacionais, soberania), mas, principalmente, a instabilidade social e política interna, devido à pobreza material nacional.

No polo oposto, o do trabalho, era preciso disciplinar contra o ócio e educar e instruir com base nos conhecimentos elementares da leitura, da escrita e da moral, não apenas para

transformar um indivíduo em cidadão, mas para formar o cidadão que possuísse um ofício, uma ocupação. Esse modo de idealizar a economia do país sob o prisma da relação entre o proprietário útil e adequado ao desenvolvimento das forças produtivas e, por extensão, ao progresso nacional, e o trabalhador minimamente dotado dos conhecimentos necessários para assimilar e aceitar as novas relações civis e as técnicas de produção era, para além de uma reflexão econômica, uma reflexão da economia política. Isso significava adequar-se ao momento de transformação econômica mundial e, ao mesmo tempo, estabelecer bases de convivência sólidas, estáveis.

O proprietário preocupado em produzir valor, riqueza, lucro, enfim, capital seria um cidadão preocupado também com a ordem política e social estável. Por outro lado, o trabalhador envolvido com seu ofício e/ou sua ocupação e formado de acordo com os princípios morais adquiridos na educação elementar seria um cidadão também disposto a privilegiar a ordem em detrimento da desordem (GUERRERO, 2005). Economia e política se entrelaçam no ideário político bolivariano, cuja finalidade, vale ressaltar, era garantir a existência da República, porque somente ela seria capaz de produzir uma nova sociedade. Nesses termos econômicos e políticos, a educação popular surge como fator essencial:

Formar el espíritu y el corazón de la juventud, he aquí la ciencia del Director (professor)⁷⁶: este es su fin. Cuando su prudencia y habilidad llegaron a grabar en el alma de los niños los principios cardinales de la virtud, y del honor [...] entonces es que ha puesto el fundamento sólido de la sociedad: ha clavado el aguijón que, inspirando una noble audacia a los niños, se sienten con fuerza para arrostrar el halago de la ociosidad, para consagrarse al trabajo. La juventud va a hacer progresos inauditos en las artes y las ciencias (BOLÍVAR, 1973, p. 375).

O que estava em jogo era a necessidade imediata de se começar uma reforma econômica e política. No nível econômico, idealizava-se a combinação entre saber e trabalho, sempre articulados com a noção de utilidade e conexão com a modernidade, cujo objetivo era o progresso ordenado do Estado nacional. A diferença encontrada na condição econômica entre as classes era igualada na categoria de virtude cívica, caracterizada pelo desprendimento do cidadão em relação aos seus interesses particulares. O termo pretensamente igualitário é o cidadão, a abstração do homem real.

⁷⁶ Bolívar acreditava que era preciso atacar os aspectos negativos e simbólicos da educação colonial. Um deles foi a figura do *maestro*. Com a intenção de criar o significado de que a educação escolar republicana era diferente da educação escolar colonial, uma das primeiras medidas foi substituir o termo *maestro* pelo de *Director*. Portanto, Director tem o sentido de professor.

Bolívar reproduz o esforço dos contratualistas em tentar ordenar a sociedade composta por indivíduos reais isolados entre si – característica da sociedade burguesa -, mas que devem ser homogeneizados como cidadãos para extrair dessa igualdade abstrata a harmonia e a coletividade que superem o estado de natureza da sociedade civil (LEONEL, 1994). Todavia, essa postura liberal com relação à sociedade civil se mistura com a concepção de um Estado coercitivo e responsável por formar moralmente essa cidadania nacional, já que a dominação colonial havia mantido a maior parte da população na ignorância, além de ter privado a classe dirigente de formar-se historicamente exercendo o poder político interno. Assim, o Estado deveria atuar como condutor da sociedade até que tais circunstâncias fossem superadas.

Na condução desse Estado, não havia suposições abstratas. A igualdade do homem moral (LEONEL, 1994) acaba justamente quando surge a problemática da direção do Estado nacional. Nesse momento, predomina a desigualdade econômica real e o homem real, porque é nesse terreno que vai ser decidido quem controla os rumos econômicos e políticos do país. Em síntese, nessa relação predomina os homens em sua relação material com a dinâmica da luta de classes existente (LEONEL, 1994), por isso que o controle do Estado não está no nível da moral, mas sim no do poder econômico, isto é, nas mãos da classe dominante. Porém, o pensamento liberal a partir do qual Bolívar orientava seu ideário político buscava outro modo de solucionar as contradições no nível da sociedade civil.

Portanto, a igualdade existe na relação que todo indivíduo deveria estabelecer com a República, e cada um a seu modo deveria protegê-la. Uns evitando a rebeldia histórica de classe oprimida, outros deixando em segundo plano os interesses individuais em disputas políticas que pudessem fragilizar a ordem social estável. De qualquer modo, Bolívar vislumbrava uma união entre os cidadãos que estavam socialmente divididos por interesses econômicos antagônicos.

Na carta escrita para Carlos Soublette, trata dessa união para se proteger dos inimigos externos: “Vd. debe hacerles sentir todo el interés que deben tener en mantenerse unidos fieles y sumisos al gobierno; y si no ellos y Colombia serán otra vez esclavos de un extranjero y de un sistema, a quien hemos hecho tan gloriosamente la guerra (BOLÍVAR, 1980, p. 609). Contra essa união atuava a ignorância que, segundo ele, era maior adversária da virtude: “Es necesario ir difundiendo en nuestro pueblo, aún ignorante, estas ideas para prevenir al enemigo: es preciso hacerle concebir la posibilidad de que esto suceda, y enseñarle el remedio de preservarse del mal, que no es otro que la unión” (BOLÍVAR, 1980, p. 609). Seu ideal era de que uma nova formação moral possibilitasse o florescimento da virtude cívica capaz de levar alguns setores de todas as classes sociais à prática da virtude republicana. Em síntese,

havia nele a esperança de que o espírito de unidade política e social em favor da República existisse como regra e não exceção na vida cotidiana dos cidadãos.

3.4 “*Unidad, Unidad, Unidad....*”

O pensamento político de Bolívar está centrado no objetivo em torno do qual organizou sua carreira militar e sua vida como estadista. A conquista da independência pode parecer seu horizonte mais longínquo ao se considerar seu contexto histórico de contestação ao colonialismo espanhol. Contudo, se a independência era algo importante em sua luta anticolonial, havia um ponto mediador que implicava na continuidade da conquista da soberania ou na sua perda, o que poderia causar o retrocesso à dependência formal a outra nação. As armas e a política se misturam nesse conjunto que pode ser chamado de projeto republicano bolivariano. É possível verificar que dirigiu esses dois núcleos mediadores da busca pela liberdade e soube diferenciar o nível de importância de cada um de acordo com os diferentes momentos da luta anticolonialista. Assim, a conquista da independência, segundo Bolívar, deveria se dar por meio da vitória pelas armas empunhadas por um exército disciplinado e patriótico, mas, uma vez conquistada, a arte da guerra deveria dar lugar à arte da política (AGUIRRE, 1985).

A existência do Estado soberano, isto é, o resultado da vitória das armas, dependia também do êxito no campo político, na formação, estruturação e conservação do regime político republicano *à la Bolívar*, entendido por ele como o mais eficaz e capaz de promover a ordem social necessária para o progresso político (BOLÍVAR, 1980) e o progresso econômico, cultural e tecnológico do país. Para alcançar o objetivo de colocar de pé o edifício republicano, que ele acreditava ser o alicerce de sustentação da autonomia política conquistada na guerra, esforçou-se em produzir uma unidade entre todas as classes sociais do país. Naquela ocasião em que a existência da diversidade ideológica sobre o futuro incerto de algo que começava a ser construído era mais intensa que em momentos de estabilidade social, seu esforço o levou a terminar a vida derrotado pelas forças opositoras e expulso de seu país de origem (AGUIRRE, 1985). Em nome dessa unidade, tornou-se ditador em 1828, e levou às últimas consequências seu modo de compreender o Estado e suas instituições, as pessoas que deveriam dirigi-lo e a sociedade civil de modo geral.

Esses três fatores deveriam estar articulados a fim de permitir e assegurar a existência da República. Para isso, Bolívar elegeu a formação moral como a base para harmonização entre as instituições estatais, os governantes e a sociedade civil com todas as suas classes sociais. No Congresso de Angostura, a unidade política e a moral republicana aparecem como as principais necessidades da nação:

Para sacar de este caos nuestra naciente República, todas nuestras facultades morales no serán bastante si no fundimos la Massa del Pueblo en uno todo; la composición del gobierno en uno todo; la legislación en uno todo; y el *espíritu nacional* en uno todo. *Unidad, Unidad, Unidad*, debe ser nuestra divisa. La sangre de nuestros ciudadanos es diferente, mezclémosla para unirla; nuestra constitución ha dividido los poderes, enalbémoslos para unirlos; nuestras leyes son funestas reliquias de todos los despotismos antiguos y modernos, que este edificio monstruoso se derribe, caiga, y [...] dictemos un Código de Leyes Venezolanas (BOLÍVAR, 1969, p. 66).

São três os pontos centrais dessa reflexão bolivariana: a moral republicana, a unidade política e a necessidade de se pensar em uma consciência nacional ou “*espíritu nacional*” como é chamado por ele. Essa reflexão aparece quase no final do texto do discurso. Nesse ponto do documento, ele trata da estabilidade política, cujo fundamento, novamente, é a existência de um “*espíritu nacional*”: “Para formar un gobierno estable se requiere la basa de un espíritu nacional, que tenga como objeto una inclinación uniforme hacia dos puntos capitales: moderar la voluntad general, y limitar la autoridade pública” (BOLÍVAR, 1969, p. 65). A moderação dos conflitantes interesses da população venezuelana seria, em sua visão, a consequência da consciência nacional, de modo que os interesses particulares, fossem individuais ou das classes sociais e suas frações, deveriam ser submetidos ao respeito e à defesa incondicional da república:

En esta línea, la permanencia de la república, como fin último de la constitución, está subordinada al logro de la unidad en dicha república, que, a su vez, depende –según el pensamiento de Bolívar– de la unión moral de la heterogénea totalidad de los individuos, quienes identificarán la felicidad no en el seguro despliegue de su individualidad, sino en el debido constreñimiento de ésta en atención a la preeminencia de ese espíritu público que es preciso crear (GUERRERO, 2005, p. 146).

Por isso, na sequência do Discurso, ele sintetiza o significado dessa consciência nacional, definindo, portanto, que a estabilidade da ordem social (a república) dependia, em grande medida, dos valores morais dos cidadãos que deveriam colocar em segundo plano seus interesses particulares. Assim,

el amor á la patria, el amor á las leyes, el amor á los magistrados, son las nobles pasiones que deben absorber exclusivamente el alma de un republicano. [...] Si no hay un respeto sagrado por la patria, por las leyes, o por las autoridades, la sociedad es una confusión, un abismo: es un conflicto singular de hombre á hombre, de cuerpo á cuerpo (BOLÍVAR, 1969, p. 65).

As duas primeiras Repúblicas (1811 e 1813) foram marcadas por essa “confusão” e pelo “conflito homem a homem, corpo a corpo” e o saldo político para os anticolonialistas havia sido desastroso, culminando com o fim das duas primeiras e rápidas experiências republicanas. Essas duas experiências, aliadas aos quase dez anos de uma devastadora guerra de independência, serviram a Bolívar como um aprendizado sobre as relações sociais e políticas de seu país. A partir disso, pensou nas estratégias e ações que deveriam ser criadas para que os acontecimentos antirrepublicanos de um passado recente não voltassem a acontecer. Seu projeto de república continha propostas idealizadas para evitar a desordem social e o desequilíbrio de interesses pelo poder no interior da classe dominante: “reunir a massa do povo em um todo, a composição do governo em um todo e as leis em um todo” (BOLÍVAR, 1969, p. 66). Dessa maneira, ele construía seu conceito de consciência nacional e de estabilidade política.

4 ESTADO, ESTADO PATERNAL E EDUCAÇÃO POPULAR: A SOCIEDADE REPUBLICANA IDEALIZADA POR BOLÍVAR

Neste capítulo, tem-se a análise de dois pressupostos teóricos que se confrontam na maneira de compreender a natureza e a função do Estado. De um lado, o idealismo de Friedrich Hegel (1770-1831) e seu método dialético utilizado para caracterizar o Estado como a instituição mais desenvolvida, do ponto de vista racional, para representar de modo comum os interesses individuais antagônicos da sociedade civil. Do outro, o materialismo histórico de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1885), os quais, utilizando-se da dialética hegeliana em uma perspectiva invertida (materialista, e não idealista), explicam o Estado a partir das contradições presentes nas relações de produção da sociedade civil. Nesse caso, a conclusão materialista histórica é a de que o Estado condensa em si as contradições da sociedade civil e se ergue como resultado dos interesses das classes dominantes em organizar instrumentos jurídicos, políticos, ideológicos, militares, entre outros, para legitimar e manter seu poder sobre as demais classes.

A origem do Estado remonta, segundo Engels (2010), às primeiras transformações de propriedades comuns a toda uma comunidade em propriedade privada de poucos membros dessa coletividade. Ao atrelar sua origem à função de legitimar desigualdades sociais, Engels (2010) apresentou um instrumento analítico e teórico que permitiu desde então realizar a crítica do Estado, despindo o véu de sua suposta existência representativa do bem comum e dos interesses gerais de todos os indivíduos de qualquer sociedade dividida em classes sociais.

O ideário político bolivariano identificou no Estado republicano a principal possibilidade de controlar uma sociedade civil que ele concebia como desprovida dos predicados políticos para ser viver em liberdade. Ao conceber que a falta de virtude era o principal inimigo da estabilidade e existência da República, Bolívar elaborou a formação de um Estado que chamou de paternal, na intenção de colocá-lo na função de condutor de toda uma sociedade. É a metáfora da vida civil, na qual o pai deve conduzir pela mão o seu filho inexperiente, trasposta para a vida política do Estado nacional. No interior desse Estado controlador da vida civil de seus cidadãos, a educação popular se mostrou um instrumento privilegiado para promover a formação de uma suposta consciência virtuosa, traduzida no amor e respeito às leis e às instituições republicanas.

4.1 Concepções sobre o Estado e a sociedade civil:

O Estado sempre foi tema central para boa parte dos filósofos e pensadores que, desde a Antiguidade até a Modernidade, preocuparam-se em entender e explicar como o homem desenvolveu a capacidade de organizar sua existência de acordo com regras estabelecidas, de modo geral, por instituições sociais cada vez mais complexas e abrangentes. Historicamente, o Estado assumiu diversas formas até alcançar o que se define nos últimos tempos como Estado moderno. Durante a ascensão da sociedade moderna, principalmente nos séculos XVII e XVIII, e do modo de produção que lhe é característico, dois autores podem ser destacados por contribuir com o debate em torno da concepção, origem dessa instituição e de sua função no interior da dinâmica de reprodução das sociedades capitalistas.

No campo político, os novos modos de explicar a existência do Estado se atrelava a novas concepções políticas que eram utilizadas para defender e legitimar os modelos e regimes já existentes, como era o caso de Hegel e sua exaltação do Estado moderno e da monarquia parlamentar como regime de governo; ou, no caso de Marx e Engels, a teoria social que produziram tinha o objetivo de oferecer a crítica da sociedade burguesa em todas as suas dimensões, inclusive, do Estado.

Desse modo, pode-se afirmar que para Hegel (1997) uma das principais preocupações era resolver o problema entre o direito individual de ser livre e o dever individual de não romper com a forma de organização coletiva em que, ao mesmo tempo, todos são livres, mas não podem ter atitudes que coloquem em risco a existência do todo social. Contudo, o desenvolvimento da sociedade capitalista levou ao extremo a cisão entre o trabalhador, as ferramentas utilizadas no processo de trabalho, e o meio (terra ou oficina) no qual o trabalhador realizava sua atividade (MARX, 2009). Com essa transformação radical no modo de produzir a vida, as relações entre os indivíduos também se alteraram, de maneira que, individualmente, o trabalhador não tinha mais a proteção⁷⁷ de instituições como o feudo ou o grêmio.

⁷⁷ A palavra proteção tem aqui o sentido de que o trabalhador tinha nessas duas instituições uma espécie de segurança de que sua existência e a de sua família estava assegurada. No entanto, a exploração do trabalho, a pobreza e a miséria não deixaram de existir na vida da maioria desses trabalhadores. O fato de ter assegurada sua existência por meio da garantia de que o servo ou o artesão sempre teriam seu trabalho não elimina a condição essencial da sociedade classista: a exploração que uma pequena parte da sociedade exerce sobre a maioria. No caso do servo, Huberman (1979, p. 15), fazendo uma comparação entre a condição de servo e de escravo, afirma que “Se o escravo era parte da propriedade e podia ser comprado ou vendido em qualquer parte, a qualquer tempo, o servo, ao contrário, não podia ser vendido fora de sua terra. Seu senhor deveria transferir a posse do feudo a outro, mas isso significava, apenas, que o servo teria novo senhor; ele próprio permanecia em seu pedaço de terra. Esta era uma diferença fundamental, pois concedia ao servo uma espécie de segurança que o escravo nunca teve. Por pior que fosse seu tratamento, o servo possuía família e lar e a utilização de alguma terra”. No caso dos artesãos e suas corporações, observa-se que havia medidas a fim de proteger os trabalhadores manuais do risco de não ter como sobreviver ou perder seu trabalho: “[...] Se qualquer pessoa do dito ofício sofrer de

O novo modo de produção trouxe em sua essência a liberdade individual e a competitividade. De modo geral, o indivíduo estava isolado em um mundo que todos os demais se colocavam na mesma condição de igualdade: eram livres. De acordo com Rubén Dri (1979, p. 214), “O indivíduo fica só, isolado. O camponês irá procurar trabalho na manufatura ou na fábrica, ou se tornará assaltante ou mendigo. Cada um deve procurar a sua orientação na vida e levar adiante as suas lutas”. Tal isolamento é marcado pelo fato de que sua sobrevivência particular dependia única e exclusivamente de sua capacidade de se lançar no mundo das mercadorias, defendendo sua sobrevivência em detrimento da de seus pares sem ter uma legislação ou costume que lhe protegesse dessa selvageria em busca da sobrevivência. Assim, forma-se:

aquilo que, a partir de Hegel, se chamará sociedade civil –bürgerliche Gesellschaft-, literalmente sociedade burguesa, ou seja, do burgo, da cidade. É o âmbito da particularidade, do indivíduo. O particular se cinde do universal. Trata-se de um fenômeno novo, que criará os novos problemas que os filósofos da modernidade tentarão resolver (DRI, 2006, p. 214).

Na reconfiguração da luta de classes do modo de produção capitalista, novas instituições sociais e políticas se fizeram necessárias para dar sustentação às mudanças das relações de produção, as quais significavam também novas relações entre o indivíduo e tais instituições, dentre elas, o Estado. O filósofo alemão (1997) concebeu a formação do Estado moderno como o momento em que a história alcançou seu pleno desenvolvimento, depois de passar por formas de Estado que ainda não continham a possibilidade de oferecer a plena realização humana do indivíduo. O desenvolvimento dialético do espírito absoluto, segundo Hegel, passou por diversos momentos até se tornar universal concreto (HEGEL, 1997), isto é, aquele que contém todas as outras formas de Estado como negação-incorporação e que, por isso, adquire a forma mais perfeita como resultado dessa negação-incorporação até alcançar a síntese, a perfeição⁷⁸. Assim, o Estado moderno é a: “ideia universal como gênero e potência

pobreza pela idade ou porque não possa trabalhar terá toda semana 7 dinheiros para seu sustento, se for homem de boa reputação. [...] E ninguém tomará o aprendiz de outrem para seu trabalho durante o aprendizado, a menos que seja com a permissão do seu mestre. E se alguém do dito ofício tiver em sua casa trabalho que não possa completar, os demais membros do mesmo ofício o ajudarão para que o dito trabalho não se perca” (HUBERMAN, 1979, p. 65).

⁷⁸ Rubén Dri (2006, p. 214) sintetiza em quatro conceituações que a filosofia política encontrou para definir as formas de Estado até então existentes: “a) O Estado absolutista: é a proposta da coerção que deve impor a ordem por meio da força. Acredita que os indivíduos da sociedade civil se encontram, como diz Hobbes, num estado de natureza, pré-social, no qual cada um vela por si mesmo e agride os outros. A única solução é um pacto mediante o qual absolutamente tudo seja entregue ao soberano, que, como grande Leviatã, mantenha todos em ordem. b) O Estado liberal: é o Estado que não deve se imiscuir demais na sociedade civil, isto é, no campo econômico. Deve proteger a propriedade, ou seja, o mercado, e deixar que este se desenvolva de acordo com as suas próprias leis,

absoluta sobre os Estados individuais, o espírito que a si mesmo dá a sua realidade no progresso da história universal” (HEGEL, 1997, p. 133).

A conceituação hegeliana denota o modo como o filósofo alemão compreendeu a forma de Estado com a qual se deparava. De certo modo, ele estava em melhores condições, por exemplo, que Rousseau, porque podia refletir filosófica e politicamente a partir de acontecimentos históricos com os quais esse último não teve contato. A Revolução Francesa e a disputa política que a sucedeu disponibilizava aos pensadores da época elementos novos e com a especificidade de conterem em si o momento mais radical da burguesia como classe social. A Revolução de 1789 significou o complemento político da revolução econômica que a burguesia europeia realizava a partir dos princípios filosóficos liberais (HOBSBAWN, 2014). Como toda revolução política com alma social⁷⁹, alteraram-se a forma de organização do Estado e as formas de relação entre o indivíduo e todo o entorno de sua existência como ser humano. Entre 1789 e 1791, a burguesia promoveu as alterações que lhe interessavam, utilizando-se do sistema legal da burocracia estatal para isso:

Economicamente, as perspectivas da Assembleia Constituinte eram inteiramente liberais: sua política em relação aos camponeses era o cerco às terras comuns e o incentivo aos empresários rurais; para a classe trabalhadora, a interdição dos sindicatos; para os pequenos artesãos, a abolição dos grêmios e corporações. Dava pouca satisfação concreta ao povo comum, exceto, a partir de 1790, com a secularização e venda dos terrenos da Igreja [...], que tinha a tripla vantagem de enfraquecer o clericalismo, fortalecer o empresário rural e provinciano...” (HOBSBAWN, 2014, p. 114).

Essas medidas econômicas alteravam a maneira de viver do homem comum, do camponês, do artesão, do operário que já atuava na indústria. No entanto, a revolução econômica relacionava-se com as mudanças na esfera política. A burguesia rompia com o monopólio político da nobreza absolutista e empreendia sua entrada nas assembleias com uma maioria formada pelos setores mais ricos do Terceiro Estado, cuja principal função era derrotar a nobreza e o clero e assumir o completo poder político do Estado francês (HOBSBAWN, 2014). Introduzia-se mais uma novidade naquele regime absolutista

pois é o encarregado de distribuir os bens e o faz com “uma mão invisível”. É a proposta de Locke e Adam Smith. c) O Estado democrático: é o Estado no qual o contrato é de todos com todos, mediante o qual se cria a vontade geral, a plena liberdade. Seus eixos são dois, o contrato e a religião, mas uma religião civil, sem dogmas que unam interiormente todos os indivíduos como verdadeiros cidadãos da pátria e não do céu. É a proposta de Rousseau. d) O Estado ético: é o Estado como plena realização dos seres humanos mediante uma dialética que incorpora, por via da superação de todos os logros da história, desde o direito, passando pela moral individual, para culminar na eticidade, matriz dos valores mais altos da humanidade, expressos na arte, na religião, e na filosofia. É a proposta de Hegel, que devemos analisar”.

⁷⁹ Expressão utilizada por Marx no texto Glosas críticas marginais ao artigo “o rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano.

dominado pela nobreza e pelo clero. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão decretava a abolição dos privilégios daquela sociedade hierárquica, ao mesmo tempo em que introduzia uma nova esfera da sociedade como depositária do poder da nação⁸⁰. A soberania nacional não estava mais nas mãos Primeiro e Segundo Estados, mas sim, nas mãos do povo.

Para o momento, essa reivindicação burguesa continha seu aspecto revolucionário, porque destruíra mais uma forma na qual o antigo regime se realizava como Estado. Contudo, o caráter revolucionário se esvaiu no primeiro momento em que a burguesia e setores da pequena burguesia entenderam que o povo também era composto pelos camponeses e operários. Por isso, o poder do povo dizia respeito ao poder representativo da classe burguesa e da pequeno-burguesa, excluindo-se, assim, as classes sociais, cujos interesses se constituíam como uma ameaça ao poder burguês e, no limite, à própria existência da burguesia como classe:

Depois de 1794, ficaria claro para os moderados que o regime jacobino tinha levado a revolução longe demais para os objetivos e comodidades burgueses, exatamente como focaria claro para os revolucionários que “o sol de 1793”, se fosse nascer de novo, teria de brilhar sobre uma sociedade não burguesa (HOBSBAWM, 2014, p. 112).

O advento da burguesia como classe social disposta a ter o poder político do Estado ocorreu mediante a contestação dos privilégios mantidos pela nobreza e o clero, que representavam uma ínfima parte da população. Liberdade, igualdade e democracia eram conceitos burgueses revolucionários e seu significado político não se limitava apenas a essa classe. Para levar às últimas consequências a sua revolução, a burguesia teve de mobilizar todas as classes sociais com seu novo modo de ver o mundo. Notadamente, após alcançar o poder, desnudou-se o caráter classista de sua revolução⁸¹, pois se tratava de destruir a velha sociedade e de superar seu isolamento do Estado e do poder (MARX, 2010).

Ela destruiu não só o seu isolamento do Estado, mas também o isolamento que o indivíduo mantinha com a sociedade, já que seu lugar privilegiado de existência não era ele mesmo, mas sim a família, o feudo, a corporação ou mesmo seu trabalho individual,

⁸⁰ Hobsbawm (2014, p. 106) afirma que “este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária”.

⁸¹ No 18 de Brumário, há uma conhecida frase de Marx que sintetiza o que foi a revolução burguesa na história da humanidade e a traduz como uma revolução de alternância no poder econômico e político de uma classe por outra. Não havia o interesse geral, universal de liberdade e igualdade, mas sim, o interesse particular de uma classe que buscava liberdade e igualdade para se livrar das correntes que a velha sociedade lhe colocava: “Não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher a sua poesia” (MARX, 2011, p. 28).

considerado como extensão de sua existência, porque a objetivação da atividade se dava com o total controle dos instrumentos, da intensidade do trabalho e das etapas de realização. De acordo com Hegel (2014), na modernidade⁸², o indivíduo se torna o sujeito de si, livre das instituições que eram mais importantes que o seu ser. A liberdade e o egoísmo do sujeito moderno introduziram o problema da existência individual particularizada e da existência coletiva universal. Hegel, de modo original (SILVA, 2013), denominou a primeira de Sociedade Civil e buscou relacioná-la com o Estado:

A pessoa concreta que é para si mesma um fim particular como conjunto de carências e como conjunção de necessidade natural e de vontade arbitrária constitui o primeiro princípio da sociedade civil. Mas a pessoa particular está, por essência, em relação com a análoga particularidade de outrem, de tal modo que cada uma se afirma e satisfaz por meio da outra e é ao mesmo tempo obrigada a passar pela forma da universalidade, que é o outro princípio (HEGEL, 2014, p. 167).

No sistema dialético do alemão, a Sociedade Civil é o segundo momento do desenvolvimento do espírito absoluto. No caminho que separa a família, o universal abstrato, e o Estado, o universal concreto, ela se situa como o momento da particularização, no qual o indivíduo ainda não é racional/político, porque sua ação tem como princípio básico a satisfação de suas necessidades materiais que ele realiza por meio do trabalho, no mundo da *carência*:

O primeiro momento, o do universal abstrato, corresponde ao Direito abstrato ou formal, que, historicamente, Hegel situa no império romano e na sociedade feudal. O segundo momento, o da particularização, corresponde à Moralidade. Trata-se da moral do particular, do indivíduo como particular, membro da sociedade civil. Historicamente, corresponde à modernidade, na qual aparece o indivíduo como tal e se desenvolve a moral do indivíduo, isto é, a moral kantiana, que Hegel se encarrega aqui de criticar. O terceiro momento, o do universal concreto, é o da Eticidade –*Sittlichkeit*. Trata-se do rico conteúdo ético do povo. Universal e particular se superam no mundo dos costumes, dos valores, das instituições, das leis, finalmente, no Estado (DRI, 2006, p. 221).

Na compreensão histórica realizada por Hegel, o Estado moderno se configura como a instituição em que a liberdade individual se torna plena (SILVA, 2013). O mundo da carência, a Sociedade Civil, é superado pelo mundo político, em que a Razão e a Liberdade se realizam com toda sua plenitude.

O Estado é a realidade em ato da Ideia moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada, clara para si mesma, que se conhece e se pensa, e realiza o que sabe e porque sabe. [...] O Estado, como realidade em ato da vontade substancial, realidade que esta adquire na consciência particular de si universalizada, é o racional em si e para si: esta unidade substancial é um fim próprio absoluto, imóvel, nele a liberdade obtém o seu valor supremo, e assim este último fim possui um direito soberano perante os indivíduos que em serem membros do Estado têm o seu mais elevado dever (HEGEL, 2014, p. 217).

Desse modo, o Estado é, para Hegel, o que torna capaz a liberdade do indivíduo particular, de maneira que a finitude que o indivíduo manifesta na sua busca egoísta pela sobrevivência no mundo da carência é superada pelo Estado, que reúne em si a vontade subjetiva não particular, mas a universal. É o lugar da universalidade, interesse de todos, em oposição ao particular egoísta: o Universal concreto.

O princípio dos Estados modernos tem esta imensa força e profundidade: permitem que o espírito da subjetividade chegue até a extrema autonomia da particularidade pessoal ao mesmo tempo que o reconduz à unidade substancial, assim mantendo esta unidade no seu próprio princípio. É o Estado a realidade em ato da liberdade concreta. Ora, a liberdade concreta consiste em a individualidade pessoal, com os seus particulares, de tal modo possuir o seu pleno desenvolvimento e o reconhecimento dos seus direitos para si (nos sistemas da família e da sociedade civil) que, em parte, se integram por si mesmos no interesse universal e, em parte, consciente e voluntariamente o reconhecem como seu particular espírito substancial e para ele agem como seu último fim. (HEGEL, 2014, p. 225-226).

Verifica-se, portanto, que o Estado moderno adquire em Hegel a conceituação de uma instituição necessária à existência humana em sociedade. Além disso, é a instituição mais perfeita, porque supera as inconsistências e os problemas das outras duas instituições sociais: família e sociedade civil.

Poucos anos depois da morte de Hegel (1831), Marx e Engels colocaram a filosofia idealista alemã de cabeça para baixo. O materialismo histórico, no primeiro momento⁸³, surgiu como uma crítica implacável à filosofia alemã e ao conservadorismo político alemão, que ainda se encontrava, se comparado à Inglaterra e à França, sob o atraso de um governo

⁸³ A obra de Marx – e Engels – foi escrita em um intervalo de quarenta anos. Há autores que defendem a existência de um jovem Marx e um Marx maduro, cujas diferenças essenciais seriam a de um teórico humanista, um democrata radical, e a de um teórico revolucionário e comunista. Considera-se a fase juvenil até 1844, fase em que busca a emancipação humana e a superação da alienação (FREDERICO, 2010). Após esse período, ele começa a estudar a economia política inglesa. Se até então sua crítica era a de um democrata radical, ele passaria a ser um radical crítico da democracia burguesa. Althusser foi o marxista que mais defendeu essa tese, enquanto que Lukács defendia uma continuidade na produção teórica marxiana, destacando que as mudanças observadas entre um Marx humanista e um Marx comunista não implicam em descontinuidade ou incoerência de sua obra.

absolutista⁸⁴. O primeiro embate de Marx com Hegel teve como ponto central o tema do Estado (FREDERICO, 2010).

O Estado era para Hegel, como já visto, o momento da universalização dos interesses antagônicos manifestados na sociedade civil. Portanto, o Estado moderno era a síntese do movimento dialético, a Razão que se tornara real pela vontade universal. Pode-se afirmar que, de acordo com essa concepção, o Estado moderno é uma extensão aperfeiçoada da sociedade civil, porque condensa harmônica e universalmente os interesses particulares dos indivíduos.

Sem ter contato com a Economia Política inglesa, Marx se utilizou da teoria da alienação de Feurbach para atacar essa conclusão hegeliana. Para ele, o Estado não universaliza os interesses contraditórios da sociedade civil, pelo contrário, é uma alienação das vontades particulares dos indivíduos. O poder decisório, que deveria estar na sociedade civil, é transferido ao Estado (FREDERICO, 2010, p. 17). Se Hegel considerava o Estado como prolongamento perfeito da sociedade civil, portanto uma instituição positiva, Marx identificou uma cisão entre as duas instâncias, de modo que o Estado era tratado como instituição negativa, uma vez que, assim como a religião, impedia o indivíduo de reconhecer-se como senhor de si mesmo sobre os assuntos de sua vida material.

Um ano depois, a leitura dos economistas ingleses possibilitou que a análise do Estado e da sociedade civil já incorporasse a relação com as classes sociais e com a propriedade privada, fato que alterou profundamente sua compreensão. Em *A Ideologia Alemã*, escrita em 1845, além de considerarem que o Estado é a alienação da sociedade civil, porque ela transfere a ele sua soberania decisória, Marx e Engels acrescentam que a classe social dominante o utiliza como instrumento de dominação. Sendo assim, o Estado não é universal, como afirmava Hegel, já que não representa o interesse comum dos indivíduos particulares do mundo da carência. No capitalismo, por exemplo, a burguesia se apodera da estrutura do Estado e assume o poder político que a sociedade civil lhe transfere, garantindo assim a realização dos interesses particulares da classe que detém a propriedade privada (MARX; ENGELS, 2007) dos núcleos produtivos básicos necessários à produção e à reprodução da vida: a indústria e a terra.

A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, que, comprado progressivamente pelos proprietários privados por meio dos impostos, cai plenamente sob o domínio destes pelo sistema da dívida pública, e cuja existência, tal como se manifesta na alta e na baixa dos papéis

⁸⁴ É sugestivo o título e subtítulo da principal obra de 1845: *A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*.

estatais na bolsa, tornou-se inteiramente dependente do crédito comercial que lhe é concedido pelos proprietários privados, os burgueses. A burguesia, por ser uma *classe*, não mais um *estamento*, é forçada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar a seu interesse médio uma forma geral (MARX; ENGELS, 2007, p. 75, grifos originais).

O salto analítico é significativo. O Estado deixa de ser definido a partir de um debate quase que puramente filosófico (idealista), um debate de conceitos, e passa a ter o seu conceito definido pelas formas concretas da sua realização institucional. A concepção de que o desenvolvimento da história tem na luta de classes o seu eixo dinâmico já começa a ser delineada e se mostra como o grande diferencial da análise. Isso leva-os a compreender que o Estado surgiu como necessidade histórica de um poder controlador das relações sociais da sociedade civil. É um poder que se ergue a partir da vida concreta da sociedade civil, mas que se coloca acima dela para manter e defender os interesses de uma pequena parte da população. Com isso, descontrói-se a ideia de que ele é universal e vela pelos interesses gerais dos indivíduos egoístas. A essa altura, não se tem mais a compreensão de que a sociedade civil é composta pela disputa entre indivíduos isolados, mas sim, entre indivíduos situados em determinadas classes sociais, os quais, por isso, não tomam suas decisões a partir de uma autoconsciência. Pelo contrário, a consciência individual é formada pelas formas de consciência que emanam da contradição econômica e política dos interesses das classes sociais:

É precisamente dessa contradição do interesse particular com o interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real [...], fundada sobre as classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um desses aglomerados humanos e em meio aos quais há uma classe que domina todas as outras. Daí segue que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto, etc.etc., não são mais que formas ilusórias – em geral, a forma ilusória da comunidade – nas quais são travadas as lutas reais entre as diferentes classes, [...] e, além disso, segue-se que toda classe que almeje à dominação, ainda que sua dominação, como é o caso do proletariado, exija a superação de toda a antiga forma de sociedade e a superação da dominação em geral, deve primeiramente conquistar o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, o que ela no primeiro instante se vê obrigada a fazer (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

Ao explicar a existência do Estado tomando como ponto de partida as contradições do mundo real, ele passa a ser uma instituição que carrega consigo as contradições da sociedade

civil, porque é expressão delas. Além disso, existe para impedir que elas alcancem um nível insuportável a ponto de gerar uma comoção social capaz de destruir a sociedade. Desse modo, a classe que domina economicamente o todo social necessita apoderar-se do poder político do Estado e colocá-lo à sua disposição para garantir que seus interesses sejam de algum modo concretizados. Ele se torna, assim, o centro do poder político (OSORIO, 2014).

Em oposição à concepção burguesa de Estado, sobretudo a hegeliana, que o considerava como comunidade universal, Marx e Engels demonstram que se trata de uma comunidade ilusória, porque em uma sociedade civil crivada pela disputa entre as classes sociais não pode haver comunidade universal (OSORIO, 2014). Nesse sentido, pode-se inferir que as formas de governo e as formas de Estado que emergem em um determinado momento da história guardam relação com as necessidades econômicas e políticas imediatas que a classe dirigente se coloca para levar a diante seu projeto de dominação.

Toda essa conceituação em torno do Estado deve servir para se entender a específica dinâmica da formação de uma sociedade democrática e liberal na América espanhola em meio a uma guerra de independência que elevou acentuadamente a luta de classes existente na sociedade colonial. Ademais, a relação entre a sociedade civil, o Estado e a forma de governo que pudesse emergir desse contexto deve ser entendida a partir da conformação das classes sociais que se confrontavam na defesa de seus interesses.

De acordo com Marx e Engels (2007), somente uma classe social que alcançou um certo nível de desenvolvimento que reuniu coesão de consciência de classe capaz de propor um programa de poder político alternativo ao que vigorara até então e organização que extrapolasse a localidade e tivesse alcance nacional podia apresentar como interesse geral os seus interesses privados por meio do Estado. Em síntese, somente a classe que se tornou classe para si pode tomar o poder político do Estado. No momento em que ocorreu a independência da América espanhola, os grandes proprietários de terras e escravos e grandes comerciantes compunham a classe que estava em melhores condições objetivas e subjetivas (tinha poder militar de alcance nacional, embora não completamente coeso; um programa político e econômico liberal, portanto oposto ao modelo colonial) para colocar a toda a população seus interesses particulares como interesses de todos.

Um dos programas políticos apresentados como fundamento do poder político da classe dominante venezuelana e de outros países da América espanhola foi o de Simón Bolívar. Nele, estava expressa a concepção de Estado e, por extensão, a de sociedade civil. A forma de Estado e as formas de governo que ele propõe, atreladas às medidas educacionais, econômicas, por exemplo, denotam a sua maneira de compreender as contradições da

sociedade civil em suas particularidades. Por isso, o projeto constitucional apresentado ao Congresso de Angostura (Venezuela), em 1819, contém diferenças com o apresentado ao Congresso da Bolívia, em 1825 (AGUIRRE, 1985).

Além da diferença temporal de seis anos entre um e outro, Bolívar buscava organizar o aparato estatal de acordo com as características econômicas, culturais, morais e físicas de cada país. Mesmo contendo importantes diferenças, há algo que faz parte da sua forma de compreender como o Estado devia atuar naquele período de nascimento da autonomia política dos povos latino-americanos. Ao analisar a vida política da sociedade civil latino-americana e compará-la à fase da infância, isto é, uma sociedade sem nenhuma experiência política, estabeleceu que a forma adequada de o Estado se realizar seria criar um aparato estatal que controlasse todos os movimentos práticos (costumes, hábitos, moral) daquela sociedade. Para ele, o Estado devia guiar seus cidadãos pela mão e levá-los à grandeza da nação (BOLÍVAR, 1976). Tem-se, assim, a concepção bolivariana do Estado paternal.

4.2 A concepção bolivariana do Estado paternal

O primeiro esboço de um Estado republicano e soberano na Venezuela surgiu com a primeira Constituição, em 1811⁸⁵, logo depois da proclamação de independência. A independência definitiva veio com a derrota das tropas espanholas na Batalha de Carabobo, em 1821, portanto dez anos depois desse esforço realizado pela classe dominante venezuelana, cuja finalidade era estruturar o aparato estatal de acordo com os novos princípios da política moderna (CARRERA DAMAS, 2010). O liberalismo e o republicanismo fundamentaram essa tentativa e proporcionaram significativas mudanças no âmbito jurídico e político se comparadas com o aparato estatal sob o domínio da monarquia espanhola, ainda que as velhas tradições e os velhos costumes tardaram em ser sobrepostos por uma administração liberal (GUERRERO, 2006). Influenciada pela Declaração dos Direitos do Homem, a Constituição de 1811 aboliu os privilégios de nobreza e de raça e proclamou a liberdade e igualdade entre os homens livres (URDANETA, 2011). Sem a intenção de alterar o modelo de concentração da propriedade da terra e a escravidão, a Carta proibiu apenas o tráfico internacional de escravos no território nacional (MASUR, 1987).

⁸⁵ A proclamação da independência se deu no dia 05 de julho de 1811, mas a Constituição foi assinada pelos membros do Congresso somente no dia 21 de dezembro do mesmo ano.

Verifica-se que as mudanças ocorridas no nível jurídico-formal com a proclamação da independência impactaram de algum modo em todas as classes sociais que viam naquele momento de grande instabilidade política uma possibilidade de conquistas positivas, que atendiam, mesmo que em partes, as pautas históricas de cada uma (GARCÍA PELAYO, 1988). No nível da superestrutura, os *criollos* foram contemplados com a liberdade política e comercial e com o poder político que se manteve em suas mãos. Já os setores pertencentes à classe dos pequenos proprietários e comerciantes viram a extinção jurídica dos privilégios de raça e observaram a possibilidade de participação política de muitos mestiços e *blancos de orilla*, que alcançavam a soma de bens exigidos para compor as eleições como votantes⁸⁶. A decepção maior se deu com a classe dos escravos e trabalhadores livres. Depois de cerca de três décadas de intensas e organizadas lutas pela abolição do trabalho escravo e por melhorias nas condições de vida da população mais pobre, a Carta de 1811 apenas decretou o fim da chegada de novos escravos⁸⁷, sem alterar mais nenhum quesito que regulamentava as relações do trabalho escravo, e tampouco tocou no regime de propriedade da terra, que estava no cerne da relação de dominação classista do período colonial (PRIETO FIGUEROA, 2002). Pelo contrário, o poder econômico dos grandes fazendeiros estava protegido com a declaração liberal de seguridade da propriedade privada. Os indígenas, de modo geral, tiveram o reconhecimento da sua condição de cidadania, a extinção de alguns impostos, além da proibição do trabalho pessoal sem nenhuma remuneração (servidão) a qualquer outro cidadão⁸⁸. Indiscutivelmente, a proclamação de independência causou mudanças na sociedade venezuelana.

De acordo com essa legislação de 1811, a classe dominante venezuelana obteve sucesso em seu objetivo de terminar com o poder social e político em suas mãos ao fim da crise da sociedade colonial implantada (CARRERA DAMAS, 2010). Objetivamente, ela

⁸⁶ **Artículo 203.-** Del mismo modo quedan revocadas y anuladas en todas sus partes, las leyes antiguas que imponían degradación civil a una parte de la población libre de Venezuela, conocida hasta ahora bajo la denominación de pardos: éstos quedan en posesión de su estimación natural y civil y restituidos a los imprescriptibles derechos que le corresponden como a los demás ciudadanos” (http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/constitucion-federal-de-los-estados-de-venezuela-21-de-diciembre-1811/html/86de8dbc-4b14-4131-a616-9a65e65e856a_2.html)

⁸⁷ “**Artículo 202.-** El comercio inicuo de negros prohibido por decreto de la Junta Suprema de Caracas, en 14 de agosto de 1810, queda solemnemente abolido en todo el territorio de la unión, sin que puedan de modo alguno introducirse esclavos de ninguna especie por vía de especulación mercantil” (http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/constitucion-federal-de-los-estados-de-venezuela-21-de-diciembre-1811/html/86de8dbc-4b14-4131-a616-9a65e65e856a_2.html).

⁸⁸ **Artículo 200.** “[...]~prohibiendo desde ahora que puedan aplicarse involuntariamente a prestar sus servicios a Tenientes o Curas de sus parroquias, ni a otra persona alguna y permitiéndoles el reparto en propiedad de las tierras que les estaban concedidas y de que están en posesión, para que a proporción entre los padres de familia de cada pueblo, las dividan y dispongan de ellas como verdaderos señores, según los términos y reglamentos que formen los Gobiernos provinciales” (http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/constitucion-federal-de-los-estados-de-venezuela-21-de-diciembre-1811/html/86de8dbc-4b14-4131-a616-9a65e65e856a_2.html).

contornou a crise e acenou para as classes populares com algum tipo de mudança. Assim, os conflitos do final do século XVIII e da primeira década do século XIX, exemplificadas pela insurreição liderada por Leonardo Chirinos, pela Consiperação de Gual y España e pela invasão de Francisco de Miranda, não alcançaram êxito em seu esforço em promover mudanças estruturais. Francisco de Miranda estava à frente do Exército venezuelano, mas obedecia às ordens do poder executivo composto por três pessoas, de acordo com a Constituição. A classe dos pequenos proprietários e comerciantes, que eram os mais envolvidos na Conspiração de Gual y Españã, terminaram excluídos do poder político da república, uma vez que as exigências constitucionais para votar e ser votado deixava a grande maioria dos indivíduos dessa classe sem o direito de participar dos pleitos. Por fim, os escravos, crédulos de que os princípios liberais da Revolução Francesa os contemplariam, continuaram sendo considerados seres não-livres, portanto, as novas leis liberais não chegariam até eles.

Diante desse quadro, a proclamação da independência, ao invés de conter a crise da sociedade colonial, tornou-a ainda mais intensa, à medida que explicitou os reais interesses da classe dominante, que se utilizou de todo aquele processo político que havia começado em 1808, para se colocar efetivamente como a classe que passava a deter, além do poder econômico, o poder político do Estado (BRITO FIGUEROA, 2002).

A introdução desse contexto serve para se perceber que a teorização filosófica sobre o Estado oferece uma direção que serve de ponto de partida para se compreender, por exemplo, como frações ou indivíduos de uma mesma classe, nesse caso a classe dominante, formulam duas concepções de Estado com sensíveis diferenças entre si. A comparação é entre a concepção de Estado moderno presente na Constituição de 1811 e a concepção que Simón Bolívar apresenta de modo acabado no projeto de Constituição que entrega ao Congresso de Angostura em 1819. Na primeira, os grandes problemas estruturais da sociedade colonial foram mantidos. Em Bolívar, para que o Estado moderno venezuelano, após a guerra civil de independência, pudesse manter-se com estabilidade política e social, algumas mudanças estruturais deveriam ser realizadas.

A finalidade das duas concepções é a mesma: formar um corpo social harmonioso com direitos e deveres e fazer com que cada indivíduo respeite um contrato social que permita a convivência estável entre todos os cidadãos. Valendo-se da contribuição de Marx e Engels, nota-se que nas duas concepções as contradições da sociedade civil se apresentam também no

interior do Estado⁸⁹ e a classe que detém seu poder político busca gerenciar essas contradições para executar seu projeto de controle social. Na Carta Magna de 1811, o Estado aparece não como a instituição universal onde os interesses gerais da sociedade civil se realizam, como afirmara Hegel (2014). Pelo contrário, os *criollos* o utilizam para garantir que as relações sociais e de produção que eram fundamentais para a geração do seu poder econômico no período colonial se mantivessem. Por isso, não se tratou da efetivação de interesses universais, mas sim dos interesses particulares de uma classe.

Já para Bolívar, a guerra civil deu às classes populares a oportunidade de elevar o nível de violência em suas rebeliões e até mesmo de se fortalecer como movimento contestador. Isso não permitia mais que a República pudesse se conservar de modo estável sem reformas estruturais como a abolição do trabalho escravo, a distribuição de terras para os soldados (BOLÍVAR, 1980). Com isso, o Estado republicano continua sendo pensado a partir de premissas particulares de um modo de pensar pertencente a uma determinada classe. Em nenhum momento, ele consegue expressar o interesse geral. Neste último caso, Bolívar leva para o interior do Estado aquelas contradições sociais e raciais que foram radicalizadas pelas circunstâncias da guerra civil.

Em todo caso, trata-se de uma instituição que vai se formando a partir dos acontecimentos, das disputas e das concessões realizadas no “mundo da carência” (HEGEL, 1997), de maneira que sua estruturação responde, de um modo ou de outro, aos interesses de manutenção de poder da classe mais preparada para exercê-lo como expressão universal (OSORIO, 2014). Como extensão desse princípio, a formação de sua estrutura, isto é, como buscará exercer o controle social por meio do imposto, das leis sobre o voto, sobre a propriedade, a mobilidade social, a educação, entre outros, pressupõe uma teia de relações que se ligam à vida de todos os indivíduos e de suas respectivas classes sociais:

Sin embargo, esas relaciones de poder y dominio se extienden por todos los espacios de la vida social y podrían presentarse como una telaraña con redes que se extienden hacia todos los ámbitos de la vida en común, emplazadas a su vez en los sujetos, lo que define sus acciones y operaciones (OSORIO, 2014, p. 68).

Nesse ponto, é preciso avançar para as especificidades do objeto em questão. De modo generalizado, e fazendo a opção pela definição de Estado em Marx e Engels, admite-se que se

⁸⁹ Em, 1811, os *criollos* imaginam que podem manter o poder social interno formando um Estado que não reconhece as principais reivindicações das classes populares expressas em várias rebeliões e insurreições de escravos. Em 1819, Bolívar pensa em erguer um Estado que contemple essas reivindicações. Ou seja, ele leva para dentro do Estado os conflitos sociais que se aprofundaram durante a guerra.

trata de uma instituição que a classe que exerce a dominação material na sociedade civil se utiliza do Estado para exercer também a dominação política e leva para dentro dele as contradições da luta de classes. No entanto, há diferentes formas de a classe que domina politicamente organizar seu poder estatal. Seu sucesso ou não depende da relação entre as particularidades sociais, culturais e políticas de um determinado espaço e tempo histórico, a forma de compreensão dessa realidade, e a maneira como essa compreensão é transferida para a organização do aparato estatal. Por isso, tanto em 1811, quanto em Bolívar a partir de 1819, entende-se que se trata de uma concepção de Estado nacional, porque a formação das instituições jurídico-políticas mantinha relação direta com a especificidade territorial e histórica da recém-declarada nação venezuelana. É um Estado que surge em meio a uma crise social que se aprofundara nas décadas anteriores à proclamação da independência e que provocou a primeira experiência da classe dominante interna obter o poder político e a autonomia soberana da Capitania Geral que começava a obter, mesmo que apenas no âmbito jurídico-político-territorial, o status de nação (CARRERA DAMAS, 1990b). Acrescenta-se a isso, as repercussões da guerra civil que se mesclou com a guerra contra a monarquia espanhola.

Nessas circunstâncias particulares, a concepção bolivariana de organização e realização prática do Estado nacional republicano para a Venezuela independente estava em completa oposição àquela apresentada na primeira Constituição. No texto de 1811, o Estado aparece em sua forma mais liberal possível para os homens livres daquele momento, segundo os interesses da classe dominante em geral e das oligarquias regionais. O federalismo se efetivou por meio do “Pacto Federativo” entre os estados de Margarita, de Mérida, de Cumaná, de Barinas, de Barcelona, de Trujillo e de Caracas⁹⁰. A forma federal deu poder aos interesses regionais, permitindo que cada estado tivesse autonomia política diante dos demais (VENEZUELA, 1811). Além disso, o poder executivo estava dividido em três membros (pessoas) que o constituíam. Qualquer decisão que tivesse impacto em todos os estados federados não poderia ser emitida sem o conhecimento de todo o corpo executivo. Naquele momento em que a guerra se iniciava e o exército estava submetido às ordens do executivo federal, Bolívar identificou a descentralização dos poderes nacionais, e, sobretudo do executivo, como a principal causa do fim da primeira República:

⁹⁰ Em 1811, as Províncias de Coro, Maracibo e Guayana não aderiram à proclamação da independência e continuaram fiéis à monarquia espanhola. Sobre este assunto, o artigo 128 da Constituição afirmou: “Luego que libres de la opresión que sufren las Provincias de Coro, Maracaibo y Guayana, puedan y quieran unirse a la Confederación, serán admitidas a ella, sin que la violenta separación en que a su pesar y el nuestro han permanecido, pueda alterar para con ellas los principios de igualdad, justicia y fraternidad, de que gozarán luego como todas las demás Provincias de la unión”.

Permitidme que animado de un celo patriótico me atreva a dirigirme a vosotros para indicaros ligeramente las causas que condujeron a Venezuela a su destrucción, lisonjeándome de que las terribles y ejemplares lecciones que ha dado aquella extinguida República persuadan a la América a mejorar su conducta, corrigiendo los vicios de unidad, solidez y energía que se notan en sus gobiernos. El más consecuente error que cometió Venezuela al presentarse en el teatro político fue, sin contradicción, la fatal adopción que hizo del sistema tolerante (BOLÍVAR, 1976, p. 9).

Em 1812, Bolívar não figurava entre os mais destacados militares venezuelanos. No entanto, desde a primeira República, já manifestava seu ponto de vista sobre como o Estado nacional deveria ser organizado para responder às necessidades de conservar o regime republicano com estabilidade política e ordem social, que, em seu entendimento, eram fatores primordiais para que o país atravessasse o período da guerra e, se conquistasse a independência, pudesse desenvolver sua soberania (GUERRERO, 2004). Assim, destaca-se a relação entre a necessidade da conservação da República como fundamento para a conquista imediata e mediata da soberania e independência, e os valores que seriam os fundamentos morais e políticos dessa conservação estável e ordenada⁹¹. Surge, nesse ponto, um conflito entre a concepção bolivariana de república e a da tradição republicana clássica e moderna. Pelo fato de considerar que não há virtude no corpo político capaz de sustentar um regime de liberdade cívica e política, ocorre a interdição de boa parte dessa liberdade (GUERRERO, 2004). No lugar da ação livre de supostos indivíduos virtuosos, que seria a exigência de uma sociedade republicana e que ele não identifica na Venezuela, o Estado assume o papel de conduzir toda a sociedade à vivência e à participação⁹² na construção da república, sempre visando à sua preservação como condição prévia da conquista duradoura da independência e soberania:

Pero si bien el valor sustantivo en la república de la tradición antigua y la moderna es la libertad (la forma de libertad articulada por cada una de esas tradiciones), en la república a la manera de Bolívar la comunidad política es una aspiración: está por crearse, por construirse, y en ese marco el valor sustantivo pasa a ser la existencia de la república. Más que eclipsar *il vivere libero* frente a una particular jerarquización de los valores sustantivos en esa

⁹¹ “El sistema de gobierno más perfecto es aquel que produce mayor suma de felicidad posible, mayor suma de seguridad social y mayor suma de estabilidad política. Por las leyes que dictó el primer Congreso tenemos derecho de esperar que la dicha sea el dote de Venezuela; y por las vuestras, debemos lisonjearnos que la seguridad y estabilidad eternizarán esa dicha” (BOLÍVAR, 1976, p. 111).

⁹² A participação nessa construção estaria definida a partir dos critérios de classe, de modo que às classes populares caberia apenas a aceitação de mudanças (no caso de Bolívar haveria mudanças significativas) dirigidas pelos setores ilustrados da classe dominante. No caso da grande massa da população, verifica-se a contemplação da vida política republicana ou, em outras palavras, o que Bolívar chamou de cidadania passiva.

república, resulta efectivamente cancelado, como requisito respecto a la necesidad de asegurar la permanencia de la república (GUERRERO, 2004, p. 228).

Em última instância, Bolívar concebe o Estado como criador da sociedade civil, ao identificar que o corpo político como um todo não contém os valores morais básicos para construir autonomamente o Estado nacional republicano: “Por otra parte, siendo vuestras funciones la creación de un cuerpo político y aún se podría decir la creación de una sociedad entera, rodeada de todos los inconvenientes que presenta una situación la más singular y difícil” (BOLÍVAR, 1976, p. 106).

Desse modo, Bolívar desenvolve a argumentação que define a sociedade civil venezuelana como uma associação política que apenas conquistou o direito de se apresentar para a vida política universal já em movimento. Trata-se, assim, de sua infância política, diante de todo o devir histórico que lhe possibilitará desenvolver-se como sociedade politicamente autônoma. Ao conceber essa ideia, postula que deve existir uma instituição que exerça, perante a inexperiência “infantil” desse corpo político, a função paternal de conduzi-la à vida política com tranquilidade e segurança. É o enredo de uma metáfora, que tem como protagonista, o “Estado paternal”.

Na formação desta categoria, existem, de acordo com a formulação política bolivariana, pelo menos, três fatores basilares: a) governo republicano central; b) a população de um modo geral não possuía as características morais essenciais ao viver republicano, isso se devia ao fato da história de três séculos de um governo colonial absolutista, em que a virtude política não fazia parte das práticas sociais; c) a guerra devastou a economia e a população do país. Em sua visão, tratava-se de um “povo nascente”, sem antecedentes históricos de autonomia política e identidade cultural e marcado pela destruição de uma guerra civil de praticamente 10 anos.

Nesses marcos históricos, os indivíduos mais virtuosos e ilustrados deveriam compor as instituições republicanas, cuja tarefa histórica e política consistia na construção de um povo e de uma nação (BOLÍVAR, 1976). Se na Carta da Jamaica, escrita em 1815, ele mencionou que a formação da república venezuelana ocorreu no contexto de um povo que se encontrava em sua infância política⁹³, em Angostura, opta, de forma contundente, por um Estado cuja forma se manifeste na centralização do governo nacional, na unificação do poder executivo e

⁹³ “¿Se pudo prever cuando el género humano se hallaba en su infancia, rodeado de tanta incertidumbre, ignorancia y error cual sería el régimen que abrazaría para su conservación? ¿Quién se habría atrevido a decir: tal nación será república o monarquía, ésta será pequeña, aquélla grande? En mi concepto, ésta es la imagen de nuestra situación” (BOLÍVAR, 1960, p. 62).

no controle moral da população. Eram, então, fundadas as bases do Estado paternal, de tal maneira que, para Bolívar, sem essas características, a independência e a soberania estariam ameaçadas:

Meditad bien vuestra elección, legisladores. No olvidéis que vais a echar los fundamentos a un Pueblo naciente que podrá elevarse a la grandeza que la naturaleza le ha señalado, si vosotros proporcionáis su base el eminente rango que le espera. Si vuestra elección no está presidida por el genio tutelar de Venezuela, que debe inspiraros al acierto al escoger la naturaleza y la forma del gobierno que vais a adoptar para la felicidad del pueblo; si no acertáis, repito, la esclavitud será el término de nuestra transformación (BOLÍVAR, 1976, p. 106).

Este modo de conceber a formação do Estado nacional republicano na Venezuela confrontava-se com o modelo presente na Constituição de 1811. Naquela oportunidade, partia-se do pressuposto de que era possível importar os conceitos legislativos e a organização dos poderes republicanos utilizados nos Estados Unidos e implantá-los ali. Bolívar classificava esta assimilação como produto de uma “demagogia liberal” na qual a historicidade do país estava completamente ausente (BOLÍVAR, 1976), à medida que se identificava toda a história do povo americano do norte com a dos americanos meridionais⁹⁴ sem nenhuma distinção. Por isso, é possível constatar que o conceito de um Estado paternal, isto é, aquele que dá vida política a um povo politicamente inexperiente e o conduz pela mão, tal qual um pai conduz seu filho que dá os primeiros passos, está fundamentado em um profundo senso histórico sobre as características morais da população, seu passado e seu presente. A proposição do Poder Moral funda-se nessa sua análise do passado e do presente e com vistas no futuro: “Meditando sobre el modo efectivo de regenerar el carácter y las costumbres que la tiranía y la guerra nos han dado, he sentido la audácia de inventar um Poder Moral” (BOLÍVAR, 1960, p. 123).

Ao relacionar as influências teórico-políticas de sua formação intelectual e a análise histórica da sociedade venezuelana, Bolívar situa seu projeto político republicano em torno de uma temática que é o eixo central do seu pensamento político em 1819 e até a sua morte: a virtude

4.3 Estado paternal e virtude republicana

⁹⁴ América Meridional era o termo utilizado para se referir à região em que se encontrava o antigo Reino de Nova Granada e Quito.

O pensamento político bolivariano, como discutido anteriormente, é marcado pela tese de que sem virtude não há república (GUERRERO, 2004). Desde de 1814, após a queda da segunda República, cujo documento mais importante dessa época é o Manifesto de Carúpano, a virtude assumiu papel central em sua argumentação para defender suas propostas para a República da Venezuela, em 1819, e para a República Colômbia⁹⁵, criada no ano seguinte. Diante de sua constatação sobre o caráter pouco virtuoso da população, ele inverte o papel de preponderância da relação republicana entre corpo político e governo, ou seja, entre sociedade civil e Estado (GUERRERO, 2005). Sem desconsiderar que na perspectiva abstrata da tradição republicana a virtude aparece como fonte a partir da qual se ergue um governo que existe nos limites da liberdade civil e política (democracia), a República que idealiza (primeiro a República da Venezuela e depois a reunião dos três Estados nacionais em uma grande República, a Colômbia) tem sua gênese não na virtude do povo que a compõe, mas no seu governo. Não se trata de um governo que é resultado da virtude de seu povo, mas de um povo que só será virtuoso pela ação do governo composto pelos indivíduos mais ilustrados, considerados, a princípio, virtuosos:

No temo los escollos del mar Egeo en las pacíficas costas de nuestro océano, porque toda mi confianza está fijada en la sabiduría de nuestros legisladores políticos. *De Vds. Depende la existencia de un mundo entero que desea libertad y gloria* y que ha roto sus cadenas para gozar de la paz bajo el celeste orden de la naturaleza, cuyas leyes desea practicar para alcanzar en fin de la sociedad (BOLÍVAR, 1980, p. 207, Tomo II, grifo nosso).

Carolina Guerrero (2005) afirma que Bolívar se encontrava com dois problemas fundamentais ao pensar e propor um projeto político republicano nesses termos. O primeiro consistia na resistência que poderia encontrar entre os setores da classe dominante que faziam

⁹⁵ Na Carta da Jamaica, Bolívar já havia enunciado que para enfrentar a Espanha e se apresentar aos países europeus para negociações comerciais e até mesmo para obter o reconhecimento da independência era preciso formar uma República com poder militar e econômico. Assim, em 1819, ao dar forma ao Estado nacional venezuelano, em sua terceira república, ele já manifestou aos deputados do Congresso em Angostura que a criação dessa nova república se tornara indispensável. Em 14 de dezembro, foi proposto ao Congresso a criação da República Colômbia que enfim passou a existir legalmente no dia 19 de dezembro de 1819. Bolívar unia os valores e a valentia do exército venezuelano, que ele sempre destacava, e a capacidade econômica de Nova Granada. As duas nações se complementavam nos dois aspectos que ele elegia como os mais importantes para o momento: riqueza e um bom exército. Posteriormente, em 1822, com a libertação do Departamento de Quito e Guayaquil, Equador também passou a fazer parte da República Colômbia. Adepto de que somente a unidade política poderia sustentar a conservação da República nos anos posteriores à independência, Bolívar lutou onze anos para manter a união entre os três Estados nacionais sob o pacto de uma vasta República. Em 1830, logo após sua morte, acabou a República Colômbia, revelando que sua existência, por vários anos, sustentava-se sobremaneira na existência de seu idealizador.

parte da oficialidade do exército, dos Congressos de deputados e da administração do Estado em seus cargos mais importantes. Toda a forma de organização do Estado, as leis sobre os direitos e deveres do cidadão e o regime político a serem implantados emanavam da “razão ilustrada de um só” (GUERRERO, 2005, p. 48), e não de uma vontade popular, ainda que popular, nesse caso, faça referência apenas às frações da classe dominante *criolla* e a algumas frações da classe de pequenos proprietários e comerciantes. O segundo problema relaciona-se com a necessidade de construir moralmente os indivíduos que deveriam exercer a função de cidadãos – passivos e ativos - no interior de sua proposta.

Essa formação moral estava destinada a toda a população, fosse por meio da educação escolar, da educação familiar ou da religião, à medida que todas as classes sociais deveriam compreender que o bem comum (a existência da república) deveria ser o elo unificador das práticas individuais e coletivas dos cidadãos:

[...] yo he tenido que ceder, porque mi deber es salvar la república en peligro tan inminente, pues nunca ha sido mi intención ni sacrificarla ni perder mi gloria: mi única mira fué combinar intereses opuestos y partidos encarnizados (BOLÍVAR, 1980, p. 881, Tomo II).

Por outro lado, o controle da formação moral da consciência republicana estava designado apenas aos cidadãos já dotados de ilustração, considerados supostamente virtuosos, portanto, capazes de desenvolver o papel de legisladores, administradores, políticos e todas as funções que pudessem estar ligadas à esfera da condução do poder político do Estado nacional.

No entanto, mesmo no interior da classe dominante, Bolívar mantinha restrições sobre a prática política de muitos indivíduos. Isso ocorria porque as frações adeptas ao federalismo eram assimiladas como núcleos demagógicos e opostos aos interesses da estabilidade política e da ordem social, fatores essenciais à conservação da República (CARRERA DAMAS, 2010). Desse modo, mesmo no interior dos setores mais ilustrados, ele identificava a ausência da virtude, já que essa era definida como a supressão dos interesses particulares (individuais, de classe, regionais, etc.) em favor do bem comum, a república, algo que ele considerava não existir nos federalistas. A opção pelo federalismo era vista como sinônimo de fragmentação da república e nociva àquele momento inicial de organização do novo Estado (AGUIRRE, 1985). Assim, a falta de virtude nos setores ilustrados era tão perigosa à ordem social, à estabilidade política, quanto a ação rebelde das classes populares. Ela tinha o mesmo poder de promover a desordem social, que ele chamara de anarquia, e que teria como provável resultado o fortalecimento de práticas despóticas:

En día existen miras y principios iguales a los de entonces: el interés individual, la ambición, las rivalidades, la necedad, el provincialismo, la sed de venganza y otras pasiones miserables agitan y mueven a nuestros demagogos, unidos para derrocar lo que existe y separarse después para establecer sus soberanías parciales y gobernar los pueblos como esclavos y con el sistema español (BOLÍVAR, 2010, p. 156).

Por esse motivo, não causa estranheza que o Poder Moral também tivesse autoridade para julgar moralmente as ações dos magistrados. Na segunda seção do Projeto, artigo 4º, Bolívar afirma:

Su jurisdicción (do Poder Moral) se extiende no solamente a los individuos sino a las familias, a los departamentos, a las provincias, a las corporaciones, a los tribunales, a todas las autoridades y aún a la República en cuerpo. Si llegan a desmoralizarse debe delatarlas al mundo entero. El gobierno mismo le está sujeto, y ella pondrá sobre él una marca de infamia, y lo declarará indigno de la República, si quebranta los tratados o los tergiversa, si viola alguna capitulación o falta a algún empeño o promesa (BOLÍVAR, 1976, p. 131).

O descontentamento com os setores da classe dominante ficou ainda mais evidente depois de agosto de 1827, mês da Convocatória da Convenção de Ocaña⁹⁶ (GRASES, 1983). Depois de sete anos de criação da República Colombia, a rivalidade entre o governo venezuelano, o do Quito, Guayaquil e o de Nova Granada não permitia que o ideal de virtude bolivariano (republicanismo clássico) se efetivasse. Bolívar entendia que justamente os interesses particulares de cada Estado nacional eram colocados acima dos interesses de fortalecimento e conservação da grande República. Em seus dois últimos anos à frente do exército e do governo colombiano (1828-1830), o pessimismo sobre o futuro dos países recém libertados do domínio colonial espanhol tomou conta do Libertador⁹⁷. Tal pessimismo é marcado pela desaprovação das práticas políticas e legislativas dos representantes de sua própria classe. Assim, seu temor de que uma ou várias insurreições das classes populares

⁹⁶ A Convenção de Ocaña foi a reunião da Assembleia Nacional da República Colombia entre os dias 9 de abril e 11 de junho, de 1828, na cidade de Ocaña, território de Nova Granada. Também denominada de a Grande Convenção, ocorreu como resultado da ação de Bolívar em resolver os problemas do Estado colombiano. A Convenção tinha a função de realizar reformas na Constituição de 1821. Passados sete anos da criação da República Colombia, os conflitos entre o centralismo defendido por Bolívar e o federalismo defendido por Santander chegara ao nível extremo. O resultado da Convenção foi o aprofundamento da fragmentação política da Colombia, de tal maneira que Bolívar, no mesmo ano, emitiu o Decreto do Poder Supremo, instalando um governo ditatorial. A Convenção, portanto, que tinha a função de unir os interesses nacionais, acabou dissolvida e sem poder de decisão. De certo modo, o sonho bolivariano da República Colombia tivera ali o início do seu fim ocorrido em 1830.

⁹⁷ De acordo com Pedro Grases (1983), os três documentos que expressam esse pessimismo, cronologicamente, são: Manifesto a Convenção de Ocaña; Decreto do Poder Supremo, a partir do qual ele se torna Ditador; Mensagem ao Congresso da Colombia (1830).

pucessem ameaçar o poder interno *criollo* e desestabilizar a ordem social e política da República dá lugar à constatação definitiva de que não havia meios de estruturar um governo republicano devido à insistência de frações da classe dominante em preservar princípios filosóficos liberais onde não havia o princípio da virtude e, para além disso, onde a guerra civil havia alterado a correlação de forças entre as classes populares e a classe dirigente:

Pretenden esos señores relajar más la forma social admitiendo nuevos principios filosóficos por derechos individuales y estableciendo gobiernos municipales para que sean más facciosos que los mismos cabildos [...]. No quieren creer los demagogos que la práctica de la libertad no se sostiene sino con virtudes y que donde éstas reinan es impotente la tiranía. Así, pues, mientras que seamos viciosos no podemos ser libres, désele al Estado la forma que si quiera [...]. Sería necesario desnaturalizarnos para poder vivir bajo de un gobierno absolutamente libre, sería preciso mudar nuestros hábitos y costumbres [...]. Hemos perdido todo nuestro tiempo y hemos dañado nuestra obra; hemos acumulado desacierto sobre desacierto y hemos empeorado la condición del pueblo, que deplorará eternamente nuestra inexperiencia (BOLÍVAR, 1980, p. 823).

Essa conduta liberal de atuar politicamente era contrária ao modo como Bolívar compreendia aquela formação social e sua relação com o Estado. Enquanto os liberais partiam dos princípios puros e os importavam da Europa e dos Estados Unidos para servirem de base norteadora à organização política e civil para os homens livres, mantendo a escravidão intacta, ele acreditava que tais concepções eram impraticáveis naquela formação social historicamente particular e muito diferente da dos seus modelos inspiradores.

Uma sociedade eminentemente republicana e liberal só poderia se realizar se estivesse fundada na existência de indivíduos com interesses despertados para o trabalho e para a ilustração. Assim, ter-se-ia a junção da virtude e a liberdade, vivendo concomitantemente como a forma política e civil mais perfeita da humanidade (BOLÍVAR, 1976)⁹⁸. Todavia, a seu modo ver, isso era impraticável na realidade histórica dos países recém independentes da América espanhola. No Discurso de Angostura, constata-se seu empenho em convencer os deputados de que a cópia de modelos prontos e pretensamente universais era ineficaz em face de uma determinada particularidade histórica:

Que no se pierdan, pues, las lecciones de la experiencia; y que las escuelas de Grecia, de Roma, de Francia, de Inglaterra y de América nos instruyan en la difícil ciencia de crear y conservar las naciones con leyes propias, justas, legítimas y sobre todo útiles. No olvidando jamás que la excelencia de un

⁹⁸ “Sólo la libertad, em mi concepto, es susceptible de una absoluta libertad; pero ¿Cuál es el gobierno democrático que ha reunido a un tiempo, poder, prosperidad y permanencia? (BOLÍVAR, 1976, p. 107).

gobierno no consiste en su teoría, en su forma, ni en su mecanismo, sino en ser apropiado a la naturaleza y al carácter de la nación para quien instituye (BOLÍVAR, 1976, p. 113).

Com o propósito de fundamentar seu ideal republicano, qual era a leitura que Bolívar fazia da natureza e do caráter da nação venezuelana? Há, ao menos, dois pontos importantes nos quais ele se fundamenta para elaborar seu pensamento político: a história do passado, da colonização, e a história do presente, da guerra de independência e do comportamento das classes sociais diante dela. Esses dois aspectos aparecem na reflexão apresentada em *Angostura*:

¿Queréis conocer los autores de los acontecimientos pasados y del orden actual? Consultad los anales de España, de América⁹⁹, de Venezuela; examinad las leyes de Indias, el régimen de los antiguos mandatarios, la influencia de la religión y del dominio extranjero; observad os primeros actos del gobierno republicano, la ferocidad de nuestros enemigos y el carácter nacional (BOLÍVAR, 1976, p.102).

O modelo colonizador espanhol, o caráter federal e excessivamente liberal do governo da primeira República e o caráter nacional são os três pontos mais importantes da argumentação elaborada para sustentar sua elaboração política e social. A respeito da colonização espanhola, ele destaca como fatores danosos à formação social venezuelana a ignorância, o despotismo e os maus costumes e hábitos cotidianos. Esses princípios impediram a reprodução do saber, do poder interno e da virtude política (BOLÍVAR, 1976). A tentativa de imitar a Constituição dos Estados Unidos, em 1811, não permitiu que fossem criadas as condições necessárias para a atuação enérgica do governo em situação de guerra. Por fim, o caráter nacional, marcado pela existência das oligarquias regionais, pelo escravismo e pela mestiçagem, dificultava a realização da ideia do bem comum como princípio cívico orientador da convivência entre os indivíduos.

Dessa relação entre passado e presente, é que encaminha a tentativa de finalizar sua argumentação para estabelecer o princípio de que, na Venezuela, a sociedade civil, de modo geral, não tinha condições morais para compreender, proteger e conduzir uma república que se assenta na liberdade política e cívica, na igualdade jurídica e na proteção da propriedade privada. Por isso, somente um governo que prezasse pelo modelo centralista, por uma excessiva formação moral do corpo político e pela realização de reformas sociais para controlar a revolta e insubordinação das classes populares teria condições de manter a

⁹⁹ No sentido de América espanhola.

estabilidade política e conservar a República. Desse modo, o Estado se coloca como a instituição responsável por criar a república, porque os cidadãos eram limitados no que diz respeito às virtudes cívicas e precisavam passar pelo que ele denominava de regeneração moral:

Por el engaño se nos ha dominado más que por la fuerza; y por el vicio se nos ha degradado más bien que por la superstición. La esclavitud¹⁰⁰ es la hija de las tinieblas; un pueblo ignorante es un instrumento ciego de su propia destrucción; la ambición, la intriga, abusan de la credulidad y de la inexperiencia de hombres ajenos de todo conocimiento político, económico o civil; adoptan como realidades las que son puras ilusiones; toman la licencia por la libertad, la traición por el patriotismo, la venganza por la justicia. [...] Un pueblo pervertido si alcanza su libertad muy pronto vuelve a perderla, porque en vano se esforzarán en mostrarle que la felicidad consiste en la práctica de la virtud [...], que las buenas costumbres, y no la fuerza, son las columnas de las leyes. [...] Así, legisladores, vuestra empresa es tanto más ímproba cuanto que tenéis que constituir a hombres pervertidos por las ilusiones del error y por incentivos nocivos [...]. Nuestros débiles ciudadanos tendrán que enrobustecer su espíritu mucho antes que logren digerir el saludable nutritivo de la libertad (BOLÍVAR, 1976m p. 105).

Este trecho é esclarecedor para se compreender a respeito do público de que Bolívar fala. Seus interlocutores, nesse caso, são os deputados do Congresso de Angostura, mas o referente é uma coletividade que extrapola os limites da classe dominante, *os criollos*. Ao se considerar as características atribuídas ao conjunto que ele chama de “*pueblo*”, é possível inferir que todas as classes sociais venezuelanas são consideradas como “*pueblo pervertido*”. Evidentemente, os setores ilustrados da classe dirigente desfrutavam de prestígio e consideração acerca do conhecimento, da virtude e da formação intelectual que tinham. No entanto, como já enunciado anteriormente, o fato de ser ilustrado não era garantia *sine qua non* para a prática da virtude, da maneira como a pensava Bolívar, já que havia um aspecto sentimental na formação moral do cidadão, que consistia na aceitação e preservação da República centralizada e indivisível, a fim de torná-lo virtuoso (GUERRERO, 2005). Quando Bolívar utiliza o termo “*pueblo*”, qual é o sentido que se pode atribuir?

Na Carta da Jamaica e no Discurso de Angostura, a caracterização da especificidade do povo venezuelano é tema central, destacada por ele como de “importância vital e de grande transcendência” (BOLÍVAR, 1976, p. 108) para se pensar quando se trata da elaboração da Constituição:

¹⁰⁰ O termo aqui tem o sentido de povo dominado, no caso, os americanos dominados pelos espanhóis. Não tem, portanto, o sentido de escravidão como forma de trabalho.

Séame permitido llamar la atención del Congreso sobre una materia que puede ser de una importancia vital. Tengamos presente que nuestro pueblo no es el europeo, ni el americano del Norte, que más bien es un compuesto de África y de América, que una emanación de Europa. [...] Es imposible asignar con propiedad a qué familia humana pertenecemos. La mayor parte del indígena se ha aniquilado, el europeo se ha mezclado con el americano y con el africano, y éste se ha mezclado con el indio y con el europeo. Nacidos todos del seno de una misma madre, nuestros padres, diferentes en origen y en sangre, son extranjeros, y todos difieren visiblemente en la epidermis; esta desemejanza trae un reato de la mayor transcendencia (BOLÍVAR, 1976, p. 110).

O significado de “*pueblo venezolano*”, em Bolívar, é mestiçagem: uma mescla de Europa, América e África. Em 1815, afirmara que o povo venezuelano era “um novo gênero humano” (BOLÍVAR, 1976, 62), pelo fato de que não era possível defini-lo a partir das linhagens já existentes, europeia e africana, por exemplo. A importância dada a esse tema é a de reafirmar a necessidade de que o Estado deve atuar de modo paternal, ou seja, desempenhando um controle de toda a vida do corpo social, desde a infância, criando meios para que se estabeleça um sentido histórico, político e cultural a partir do qual os venezuelanos pudessem encontrar um guia geral de sua existência como povo (CARRERA DAMAS, 1990b). Esse guia deveria ser a pátria, a república, em síntese, a nação. Ainda que nesse momento o termo nação tenha um sentido mais jurídico-político do que social e identitário, ele é apresentado como um ponto de referência para o problema da unificação das práticas sociais e políticas. No período colonial, esse ponto de referência se dava em um nível mais reduzido: a fazenda, a cidade, o *Cabildo*, a Província. Com Bolívar, esse eixo unificador e central deveria ser a República e a nação. Germán Carrera Damas (1990b, p. 22) destaca que o esforço bolivariano tinha como finalidade a formação de “um princípio legitimador da nova estrutura de poder”:

Ahora, ¿Cuál podía ser este principio legitimador? ¿El hecho de que los criollos fueron los dueños de la tierra? ¿Qué fueron los dueños de los esclavos? ¿Qué asumieron el poder por la vía de la fuerza? Evidentemente que esto no bastaba dentro del sentido – éste si está muy claro - del ejercicio del poder en el caso de Bolívar, quien siempre se negó, sistemáticamente a aceptar la fuerza como principio legitimador del poder. En consecuencia, la nación, y éste es mi punto de vista, cumple en esta fase, primero que nada, una función de legitimación de la nueva estructura de poder que se forma debido a la ruptura del nexo colonial (CARRERA DAMAS, 1990a, p. 22).

Quando Bolívar se refere aos habitantes da Venezuela no sentido de caracterizá-lo como povo, e o faz oferecendo aos seus pares ilustrados a matéria essencial sobre a qual eles deviam pensar antes de estabelecer a organização institucional da República, o referente é a

nação como um todo. É o povo venezuelano. No entanto, o mesmo termo assume outro sentido no momento em que é utilizado para se referir ao povo que toma as decisões políticas na República. Nesse caso, o adjetivo popular se refere a um número muito reduzido de cidadãos pertencentes à classe dominante e à classe de pequenos proprietários e comerciantes. No projeto constitucional de 1819, ao instituir o voto censitário, ele reduz a participação popular no sufrágio, embora ainda considere que se trata de um regime político “popular” (BOLÍVAR, 1983).

Nesse sentido, na literatura bolivariana, ao se referir a processo eleitoral e/ou cargos políticos de qualquer natureza, o termo popular é reducionista. Ao contrário disso, todas as vezes em que popular se referir à ação do Estado na direção de regular mecanismos de movimento da organização da sociedade civil, o termo é generalizador. O último caso aparece, por exemplo, nos momentos em que a classe ilustrada é chamada a organizar o aparato do Estado, já que seria necessário ter o domínio das práticas de toda a população, pois eram sobre elas que ele deveria atuar. Ao tratar sobre a educação moral e a instrução, o adjetivo popular também é generalizador, porque demonstra a atitude do Estado em controlar costumes, hábitos e a formação moral de toda a população ou grande parte dela.

É por esse motivo que a existência da República e a sua conservação no tempo se torna o sujeito de todo o processo de construção da independência, da manutenção da soberania e da formação de uma nação republicana, que, vale ressaltar, tinha como função formar indivíduos virtuosos. Em uma carta escrita a Santander, Bolívar indicou que o caráter paternalista do Estado não deveria ser uma constante na história da República. Ele considerava que as duas primeiras décadas da independência eram cruciais para a afirmação da liberdade nacional e para a formação moral de uma nova geração que já poderia viver de acordo com os princípios do que ele chamava de regeneração moral. Esse curto período denominava-se “infância política”:

Solamente esta expectativa me retendrá en América algún tiempo, hasta que se realice en congreso americano que, por lo menos, debe servirnos por los diez o doce años de nuestra niñez. Las primeras impresiones duran siempre. Además, las relaciones que debemos contraer sobre tiempo no dejarán de servirnos algunos años después (BOLÍVAR, 1980, p. 69).

Nesse ponto é que reside de modo fundamental o caráter do Estado paternal, caracterizado pela existência de instituições que têm a função histórica de criar um corpo político. Para Bolívar, portanto, a concretização da República perfeita, aquela idealizada pelos “demagogos liberais” (BOLÍVAR, 1976) da primeira Constituição, era uma possibilidade *a*

posteriore, que dependia do êxito de um governo com poderes centralizados e preocupado com a formação moral da associação política, únicas atitudes capazes de conservar a República no tempo. Para isso, o governo deveria garantir a independência e ser capaz de implementar instituições republicanas sólidas. Não somente instituições que persistissem no tempo, mas principalmente, instituições com caráter “tutelar”, ou seja, controladoras dos costumes da população e de sua formação moral. A instituição exemplar que sintetiza essa função é o Poder Moral, que teria a função de zelar pela moral, de acordo com os princípios da virtude republicana, e tornar público e punir moralmente os costumes e práticas sociais opostos ao interesse comum (PRIETO FIGUEROA, 2006).

Em Bolívar, essa virtude é entendida como a capacidade individual de colocar os interesses particulares abaixo dos interesses gerais (GUERRERO, 2005). É nesse sentido que os interesses das províncias não deviam se sobrepor ao interesse nacional e central. O ideal, nesse modo de pensar, era o modelo de um governo central e não o modelo federal, pois aquele pensa primeiramente na existência do todo nacional, ainda que alguma parte (províncias) que compõe esse todo possa ser prejudicada em favor do bem comum: a República una e indivisível. É nesse mesmo sentido que ele concebe a união de três Estados nacionais em uma grande República, a fim de garantir a existência da independência e da soberania no tempo (CARRERA DAMAS, 2010). No âmbito da Colômbia, Bolívar criticava os interesses particulares manifestados ora pelos representantes de Bogotá, liderados por Francisco de Paula Santander (1792-1840), ora pelos representantes de Caracas, liderados por José Antonio Páez (1790-1873). Verifica-se que esse princípio do republicanismo clássico (GUERRERO, 2005) era reproduzido por Bolívar nesses três níveis: na relação entre o cidadão e as instituições; na relação entre os estados e a nação; e entre as nações e a grande República Colombia.

Com relação à noção de virtude e de virtude cívica, entendida como a concretização da virtude republicana, em todos os casos em que Bolívar a aplica, sua definição seria, de acordo com Carolina Guerrero:

[...] en uno u otro caso, el ser virtuoso está concebido como el deber de producir una utilidad, “acciones eficaces”, como sugiere el hábito del habla del momento, por lo que encontramos al menos esa conexión entre las versiones voluntaria e involuntaria de la virtud. Es decir, la virtud inscribe, en ese sentido, un carácter teleológico que determina ciertamente el deber de ser virtuoso para generar una utilidad (la cual ha de ser pública, desde una perspectiva ética y política), con lo que esta concepción se enlaza con las republicanas posibilidades de alcanzar el bien común o el bienestar general en dicho proyecto político (GUERRERO, 2005, p. 34-35).

Ser útil à República consistia na prática contrária a tudo o que Bolívar havia identificado como características do resultado da formação social venezuelana sob o domínio espanhol: ignorância, maus hábitos, o ócio e a inexistência de prática política autônoma (BOLÍVAR, 1960). A formação moral que ele pretendia empreender por meio do Estado paternal tinha como foco a educação moral e a instrução generalizada como recurso de disseminação do “sentimento republicano virtuoso” (BOLÍVAR, 1960, p. 116) circunscrito na ideia de amor à pátria, amor às leis e amor ao governo.

Y si bien la condición ciudadana necesaria para hacer posible la república podría fundarse tanto en la recta razón como en la virtud republicana, el proyecto político que concibe Bolívar específicamente exige virtud. Para el Libertador, la creación y permanencia de la república demanda no sólo la disposición racional de llevar a cabo un vivir político en el ejercicio de una libertad no licenciosa (para lo cual la razón natural o recta razón sería suficiente), sino la vinculación ética y sentimental entre el individuo y su república, que lo compele a amarla al punto de ser feliz en la renuncia a sí mismo y su consagración a ella (GUERRERO, 2005, p. 53).

Nesta busca por criar um corpo político virtuoso, predomina um princípio no pensamento bolivariano: sem virtude não há liberdade (BOLÍVAR, 1960). Na medida em que ele conclui que não há virtude na associação política que está se formando, toma-se a atitude de restringir a liberdade política à maioria dos cidadãos. Assim, Bolívar cancela também a máxima do republicanismo clássico, segundo a qual “o poder político reside no corpo de cidadãos” (GUERRERO, 2004, p. 227). Nesse caso, apenas um pequeno grupo de cidadãos tomaria parte na condução da República, já que a participação ativa na política dependia, para o que ele pensou para a Venezuela, da propriedade de bens raízes ou do exercício de profissões liberais ou outros ofícios sem vínculo doméstico¹⁰¹ (BOLÍVAR, 1983). Essas exigências reduziam o poder político à classe dominante, representada pelos *criollos*, e a uns poucos membros da classe de pequenos proprietários e comerciantes.

Por outro lado, Bolívar também cancela a concepção de virtude do republicanismo moderno, porque a liberdade civil, a ausência de qualquer interferência arbitrária do Estado, que é o traço fundamental dessa concepção (GUERRERO, 2004), é anulada no projeto bolivariano. Nesse projeto, ocorre justamente o contrário, porque o Estado deveria exercer o controle moral da vida individual a fim de construir uma associação política virtuosa. Por isso, ao mesmo tempo em que Bolívar tenta recuperar a tradição do republicanismo clássico

¹⁰¹ Profissionais liberais eram os médicos, advogados, professores (maestros). Ofícios sem vinculação doméstica eram os de artesãos, pequenos comerciantes, barbeiros, ferreiros.

com a noção do bem comum superior aos interesses individuais, ele deixa de lado outro aspecto fundamental dessa tradição – o poder político nas mãos de toda associação política (GUERRERO, 2004). Isso ocorre porque a identificação da falta de virtude impede que a liberdade individual e a liberdade política ampla aconteçam. Ele entendia que sem a virtude, as liberdades política e individual colocariam em risco a existência da República, ao passo que a sua existência e permanência no tempo eram a condição fundamental para a criação da virtude na associação política. É dessa caracterização que Carolina Guerrero (2004) parte para definir a república bolivariana como um novo tipo, a República *à la* Bolívar, por se diferenciar das formulações tradicionais do republicanismo clássico e moderno.

O Estado paternal pensado por Bolívar, concepção que surge a partir de sua forma de entender as características culturais, políticas e sociais da sociedade civil venezuelana, é o principal exemplo de como a independência e o início das formações nacionais na América Latina começaram sem a participação ativa das massas, da sociedade como um todo, na elaboração e proposição de possíveis novas formações sociais (LINERA, 2009). É certo que, no caso venezuelano, as classes populares tiveram papel central na luta militar pela conquista da independência. Contudo, sua participação na construção do Estado nacional independente foi nula. Elas viram adiadas todas as demandas sociais e políticas que já existiam bem antes da guerra. Desse modo, a independência da Venezuela foi marcada pela continuidade dos privilégios da classe dominante e pela continuidade das formas de exploração do trabalho e exclusão de direitos sociais e à propriedade.

Mesmo Simón Bolívar, que propôs reformas sociais de caráter popular e enfrentou resistência por parte dos grandes proprietários de terras e escravos e de toda a classe dirigente, não rompeu com o padrão anti-popular da independência no sentido de abrir espaço para a participação imediata e ativa das massas populares nessa nova etapa histórica. Pelo contrário, suas propostas tinham o objetivo de impedir qualquer tipo de movimento massivo e coeso e fora dos limites da classe dominante que pudesse surgir naquele propício momento de instabilidade social. Como afirma Linera (2009, p. 62), “La realidad latinoamericana, ante la ausencia de una vitalidad social, como organización nacional y como reforma, no puede ser más que una artificial construcción estatal autoritaria, y Bolívar, una manifestación personificada de esta irracionalidad”. O Estado paternal de Bolívar é a síntese dessa construção estatal autoritária (LINERA, 2009) sem a participação das classes populares.

4.3.1 Estado paternal e Educação popular:

A guerra de independência que na Venezuela teve o caráter de guerra civil, foi o ponto de convergência para essa contradição típica das revoluções sociais e políticas. As classes exploradas geralmente aportam, ainda que sem ter a total consciência de suas ações, uma participação decisiva na defesa da permanência das velhas tradições, nesse caso se trata da continuidade da dominação colonial, ou na defesa pelo novo devir, pela ruptura parcial ou completa com a estrutura social em vigência (MARX, 2008), mas quase sempre são ausentadas das decisões futuras. Para aquele momento, as classes populares, ao aumentar o contingente militar dos independentistas, vislumbravam algum tipo de mudança positiva de acordo com seus anseios determinados (posse da terra, mobilidade social, abolição do trabalho escravo, fim do imposto indígena). No entanto, ao final da guerra, sobretudo a partir de 1830, após a morte de Bolívar, ficou claro para essas classes que a nova República representava apenas o desfecho de uma narrativa que os *criollos* haviam criado para se apropriarem do poder político do Estado diante da crise da sociedade colonial e dos acontecimentos políticos europeus.

A Lei de Ventres, aprovada em 1821 pelo Congresso de Cúcuta, após os deputados recusarem a proposta de Bolívar para abolir o trabalho escravo, foi alterada pelo Congresso venezuelano de 1830. Em 1821, a idade de dezoito anos era o limite para que escravo conquistasse sua liberdade. A nova Lei de Ventres elevou a idade para 21 anos (BRITO FIGUEROA, 2002). Os primeiros anos da República da Venezuela¹⁰² foram marcados no terreno social por diversos levantes populares contra a chamada oligarquia¹⁰³ venezuelana, que era inimiga de Bolívar e contrária à República Colômbia. Em 1830, foi essa oligarquia que se apoderou do governo nacional:

¹⁰² República da Venezuela refere-se ao Estado nacional venezuelano que se separou da República Colômbia, em 1830. Nesse ano, a grande República idealizada por Bolívar se desfaz e Venezuela, Nova Granada e Equador se tornam países não mais confederados.

¹⁰³ Federico Brito Figueroa (1979) traz uma definição de oligarquia redigida por um liberal da época em discussão. Antonio Leocadio Guzmán foi um militar e político venezuelano: “Oligarquía [...] porque conserva la distinción entre hombres libres y esclavos y no transforma sino muy lentamente las bases del régimen social y económico que venía de la Independencia y de la Gran Colombia: en lo social predominio de los propietarios de tierras que son también la clase más instruida (de hecho una aristocracia agraria e intelectual); en lo económico, a pesar de haber fundado el crédito publico y esforzándose en proteger el comercio con la libertad de contratos, da muy débil impulso as desarrollo de los intereses materiales, dejando estancada la agricultura y la cría: industrias no existían ni era posible crearlas sin numerosa inmigración de gente y capitales” (BRITO FIGUEROA, 1979, p. 273).

Los llanos, valles centrales y orientales, las costas y serranías devienen en el escenario geográfico de una honda conmoción social que invade los centros urbanos reclamando el cumplimiento de la “ley de repartos” y la abolición de las contribuciones, para terror de la burocracia militar, de los ideólogos de la oligarquía y de los “honestos y pacíficos comerciantes, recatados propietarios, devotos prestamistas al veinte por ciento”, quienes, apoyados en las instituciones de un Estado que expresaba sus intereses de privilegiados de la fortuna, reprimen brutalmente las justas aspiraciones de la masa rural, favoreciendo el desarrollo de la guerra de guerrillas (PRIETO FIGUEROA, 1979, p. 275, Tomo I).

A descrição histórica dos primeiros anos da República da Venezuela revela um cenário social e político completamente oposto àquele idealizado por Bolívar. As frações da classe dominante se dividiram em adeptos da oligarquia governista e adeptos do movimento liberal, desenvolvendo um confronto que o Libertador condenava e classificava como efeito da ausência de virtude, à medida que os interesses particulares dessas frações ameaçavam a própria existência da República. Por outro lado, as revoltas de escravos e de trabalhadores rurais e urbanos sinalizavam para a emergência de um problema ao qual ele sempre atribuiu a maior importância: as reformas sociais populares. Em sua elaboração política republicana pós-independência, essas reformas eram um imperativo para o controle social da maioria da população. Mais do que isso, elas eram uma consequência da correlação de forças sociais estabelecida durante a guerra civil. No conjunto coerente do seu ideário político, na medida em que a existência e permanência da República é o principal objetivo, porque o Estado paternal conduziria a associação política ao progresso e à felicidade (GUERRERO, 2004), a concessão dessas reformas configurava-se como um meio necessário.

O ideal de governo, de Estado e de regime político em Bolívar assentava-se em uma estrutura de três fatores: regime centralista, abolição do trabalho escravo e educação popular (regeneração moral). Nessa estrutura, a exclusão de qualquer um dos fatores traria sérios riscos à manutenção das instituições republicanas, que, segundo ele, seriam as bases para todo o processo de construção da nação venezuelana. O centralismo, como já visto, aplicava-se em oposição ao regime federalista, porque esse último fomentava a fragmentação das decisões políticas importantes e, por extensão, necessitava de um corpo político extremamente virtuoso para viver sob tal regime, porque perante esse excesso de liberdade, dever-se-ia optar por defender os interesses comuns a toda a República antes que os interesses regionais e provinciais.

A atitude de decretar a liberdade dos escravos a partir de 1816, de defendê-la em seus projetos constitucionais apresentados aos Deputados da Venezuela e Bolívia, e de dar a liberdade a todos os escravos que trabalhavam em suas fazendas em 1821 converge em si ao

menos três motivações: a influência do pensamento político de Rousseau e, principalmente, de Simón Rodríguez (RODRÍGUEZ, 2016); o acordo feito com Alexandre Pétion em 1815, no qual o líder haitiano, em troca de ajuda militar, exigiu que Bolívar libertasse os escravos dos territórios que fosse dominando (SAIGNES, 1997); e por fim, as rebeliões populares de 1814, nas quais os escravos, sob o comando de Boves, alcançaram o maior nível de proximidade com uma possível revolução negra venezuelana (VALLENILLA, 2010) nos padrões haitianos.

Em carta a Santander, em 7 de abril de 1825, Bolívar manifestava sua análise sobre o problema da escravidão e da pardocracia¹⁰⁴. No terreno desses dois temas – escravidão e direitos civis e políticos dos mestiços – sua forma de pensar era definitiva e clara. A estabilidade política e a ordem social dependiam das reformas sociais que contemplassem as classes populares. Esses dois elementos eram imprescindíveis para que o poder social dos *criollos* fosse mantido e garantisse a sequência à construção da República e da nação, de acordo com os princípios liberais defendidos por ele.

Yo creo que este negocio merece muy bien la atención del gobierno, no para dar palos, sino para tomar medidas que eviten en lo futuro los desastres horrorosos que el mismo Padilha prevé. *La igualdad legal nos es bastante para el espíritu que tiene el pueblo, que quiere que haya igualdad absoluta, tanto en lo público como en lo doméstico*; y después querrá la pardocracia que es la inclinación natural y única, para exterminio después de la clase privilegiada. *Esto requiere, digo, grandes medidas, que no me cansaré de recomendar*” (BOLÍVAR, 1980, p. 117, Tomo II, grifo nosso).

No Discurso diante dos deputados no Congresso de Angostura, novamente é retomada a defesa da abolição como uma decisão “justa, necessária e benéfica para a Venezuela:

¹⁰⁴ É a definição feita por Bolívar para o movimento de mestiços que rivalizavam com os *criollos* e em vários momentos da guerra e depois dela se mostraram descontentes com a falta de oportunidades políticas e militares. Em alguns casos, ocorreram insubordinações importantes que mereceram duras medidas por parte do Libertador. O caso mais expressivo é a insubordinação do general Manuel Carlos Piar (1774-1817) no ano de 1817. Mestiço e importante liderança no exército patriota, Piar reclamava mais direitos políticos para os mestiços, que ainda continuavam depreciados pelos mantuanos. Bolívar viu a revolta de Piar como um grave problema político, que ameaçava a hierarquia social no exército, mas também fora dele. Julgado por um corpo militar, Piar foi executado em 16 de outubro de 1817. Perú de Lacroix, em seu Diário de Bucaramanga, anota as palavras de Bolívar em uma conversa sobre os esforços heroicos dos patriotas durante la guerra: [...] que la muerte del General Piar fue entonces de necesidad política y salvadora del país, porque sin ella iba a empezar la guerra de color contra los blancos, el exterminio de todos ellos y por consiguiente el triunfo de los españoles: que el General Mariño merecía la muerte como Piar, por motivo de su disidencia, pero que su vida no presentaba los mismos peligros y por esto mismo la política pudo ceder a los sentimientos de humanidad y aún de amistad por un antiguo compañero [...], entonces la ejecución del General Piar que fue el 16 de octubre de 1817, fue suficiente para destruir la sedición, fue un golpe maestro en política, que desconcertó y aterró a todos los rebeldes, desopinó a Mariño y a su congreso de Cariaco, puso a todos bajo mi obediencia, aseguró mi autoridad, evitó la guerra civil y la esclavitud del país, me permitió proyectar y efectuar la expedición de Nueva Granada y crear después la República de Colombia” (BOLÍVAR, 2010, p. 105).

La atroz e impía esclavitud cubría con su negro manto la tierra de Venezuela, y nuestro cielo se hallaba recargado de tempestuosa nubes, que amenazaban un diluvio de fuego [...]. La esclavitud rompió sus grillos, y Venezuela se ha visto rodeada de nuevos hijos, de hijos agradecidos que han convertido los instrumentos de su cautiverio en armas de libertad. Sí, los que antes eran esclavos ya son libres; los que antes eran enemigos de una madrastra, ya son defensores de una patria. Encareceros la justicia, la necesidad y la beneficencia de esta medida es superfluo cuando vosotros sabéis la historia de los Helotas, de Espartaco y de Haití; cuando vosotros sabéis que no puede ser libre y esclavo a la vez, sino violando a la vez las leyes naturales, las leyes políticas y las leyes civiles. Yo abandono a vuestra soberana decisión la reforma o la revocación de todos mis Estatutos y Decretos; pero yo imploro la confirmación de la libertad absoluta de los esclavos, como imploraría mi vida y la vida de la República (BOLÍVAR, 1976, p. 124).

Mesmo implorando a abolição do trabalho escravo, Bolívar não foi atendido pela maioria dos deputados do Congresso, que, no lugar da abolição imediata, criou a “Ley de vientres”, segundo a qual, os filhos de escravas, nascidos a partir da data da promulgação da lei, conquistariam a liberdade após seus dezoito anos de idade. Os deputados afirmavam que esse era o tempo necessário para que o escravo pagasse os custos que seu proprietário teve para mantê-lo no período da infância (SAIGNES, 1997).

A atitude bolivariana de enfrentar os interesses econômicos dos proprietários de terras e escravos, fração importante da classe dominante, não deve ser entendida sob um aspecto moral. Ao considerar a totalidade do seu ideário político, é possível afirmar que tal atitude estava amparada por uma completa racionalidade sobre a organização econômica, social e política da República. É a radicalização do pensamento liberal europeu em terras colonizadas. O governo francês havia negado aos negros haitianos os princípios de liberdade e igualdade, que haviam sido, no campo das ideias, as principais armas ideológicas da Revolução Francesa. Mas o liberalismo burguês da França revolucionária não se estendia ao homem em abstrato, universal (JAMES, 2010). Tratava-se do homem burguês.

Nesse sentido é que a medida bolivariana adquire importância e originalidade histórica, porque, de acordo com sua forma de compreender o processo de independência da Venezuela, a República não se conservaria no tempo sem que fossem criadas as condições necessárias para a existência da estabilidade política, a qual passava pela abolição do trabalho escravo. Bolívar chega a esta conclusão devido à existência de pensadores iluministas que já haviam criticado a escravidão, são os casos de Montesquieu e Rousseau (MOSCATELI, 2010), e a consideravam incompatível com a sociedade moderna, em que a liberdade política

e civil eram o seu grande diferencial ao absolutismo. Ademais, a principal influência que recebeu em sua formação intelectual foi a de Simón Rodríguez, adepto de Rousseau e que no início do século XIX se aproximou dos socialistas utópicos na França (RUIZ, 1990). Rodríguez se tornou profundo crítico da escravidão na América Latina e da exclusão social e política das massas na construção política da República (RODRÍGUEZ, 2016). Por fim, esses dois elementos do mundo das ideias assumiram uma condição de extrema concretude com a guerra civil venezuelana, na qual os escravos participaram ativamente. A análise histórica e política bolivariana de todos esses fatores tem como resultado a defesa incondicional da abolição do trabalho escravo.

Nesse ponto é que ocorre a articulação entre uma ação caracterizada como revolucionária, do ponto de vista das classes populares, e a existência de outros mecanismos que deveriam impedir que setores dessas classes alcançassem um nível elevado de insubordinação social que pudesse ameaçar a conservação da República e o domínio do poder social e político pela classe dirigente. A mediação entre esses dois extremos – a revolucionária decisão de abolir a escravidão, e a conservadora decisão de manter o completo comando do processo em frações da classe dominante – seria realizada por mecanismos estatais do Estado paternal, de modo que, a educação popular, irrompe como o principal meio para controlar as massas populares e convertê-las em um dispositivo social de apoio à República, ao governo e aos magistrados. Em síntese, para Bolívar, a educação popular responderia à necessidade de formar e convencer o maior número possível de indivíduos dessas classes de que a República devia ser preservada e defendida por todos os cidadãos, porque se tratava do pressuposto garantidor da liberdade e igualdade de todos os venezuelanos.

4.3.1.1 O lugar da educação popular no projeto republicano de Bolívar: o projeto constitucional de Angostura

O centralismo e a abolição do trabalho escravo na Venezuela são temas que parecem com destaque no Discurso de Angostura, texto em que ele explica e apresenta os argumentos para defender seu projeto de república. No texto constitucional, o Título I, artigo 13º, na Primeira Seção, que trata dos direitos do homem em sociedade, proíbe que qualquer indivíduo seja propriedade de outro e proíbe vender alguém e vender-se a si mesmo. É o ponto que trata

do fim do trabalho escravo: “Todo hombre *hábil para contratar* puede empeñar y comprometer sus servicios y su tempo; pero no puede venderse ni ser vendido. Em ningún caso puede ser el hombre una propiedad enajenable” (BOLÍVAR, 1983, p. 281, grifo original). Com relação ao centralismo, ele aparece no Título VII, artigo 1º, na Primeira Seção, que trata da natureza e duração do poder executivo: “El Poder Ejecutivo de la República estará depositado en una persona, bajo la denominación de Presidente de la República de Venezuela” (BOLÍVAR, 1983, p. 311). Constata-se que o modelo do poder executivo da primeira República – Triunvirato - é rejeitado. Para completar o modelo centralista, o Título IX, na Primeira Seção, aborda o tema das Províncias: “Art. 1º: En cada capital de Provincia hay un Gobernador, sujeto inmediatamente al Presidente de la República” (BOLÍVAR, 1983, p. 321). Desse modo, as províncias ficariam submetidas ao governo central, diferentemente do que os deputados da primeira República, em 1811, haviam escolhido como modelo de governo para a Venezuela republicana.

As duas matérias apresentadas acima – governo central e abolição do trabalho escravo –, somadas à educação popular, são consideradas como parte do tripé político e social sob o qual Bolívar elabora seu projeto de República. É difícil eleger uma mais importante que a outra no conjunto do seu pensamento político. Porém, é inevitável não perceber que a educação popular assume uma importância destacável para que seu projeto se realize. Essa importância pode ser verificada a partir da preocupação, do cuidado e do detalhamento com que ele trata o tema educacional nesse projeto de Constituição.

Ao comparar o projeto constitucional bolivariano de 1819 com a Constituição de 1811 é possível constatar a diferença existente entre os referidos textos no que se refere ao tema educacional. Na primeira Carta Magna da Venezuela republicana, não há nenhum artigo que faça menção a esse tema. O único momento em que se faz referência à temática educacional é no capítulo IX, Seção Disposições Gerais, que aborda a problemática indígena. A educação está diluída em um grande parágrafo que aborda questões econômicas, religiosas, de propriedade e educacional:

encarga muy particularmente a los Gobiernos provinciales, que así como han de aplicar sus fatigas y cuidados para conseguir la ilustración de todos los habitantes del Estado, proporcionarles escuelas, academias y colegios en donde aprendan todos los que quieran los principios de Religión, de la sana moral, de la política, de las ciencias y artes útiles y necesarias para el sostenimiento y prosperidad de los pueblos, procuren por todos los medios posibles atraer a los referidos ciudadanos naturales a estas casa de ilustración y enseñanza, hacerles comprender la íntima unión que tiene con todos los

demás ciudadanos, las consideraciones que como aquellos merecen del Gobierno (VENEZUELA, 2006, p. 36).

À medida que se trata da primeira Constituição venezuelana e da América espanhola, poder-se-ia argumentar que a falta de experiência política e o conturbado momento histórico – militar, político e social – são razões para que a conteúdo sobre educação deixasse de ter uma importância maior, surgindo, por exemplo, em um artigo exclusivo da Carta Magna. A análise do texto da Constituição de 1830 pode, então, apresentar uma posição diferente, já que se tratava de um contexto histórico com cerca de dez anos de experiência política com a República Colômbia. A Carta Constituinte da nova República foi publicada em 27 de setembro de 1830, após o Congresso de Valência (HERNÁNDEZ, 2005) e contou com 228 artigos, distribuídos em 28 Títulos, nos quais há apenas uma alusão ao tema educacional. Trata-se do Título XIV, Seção Primeira, que trata das atribuições do Congresso. No décimo sétimo parágrafo, afirma-se que o Congresso tem o dever de: “Promover por leyes la educación pública en universidades y colegios; el progreso de las ciencias y artes, y los establecimientos de utilidad general; conceder por tiempo limitado privilegios exclusivos para su estímulo y fomento” (VENEZUELA, 2008, p. 24).

Esses dois exemplos demonstram que a educação não obteve a mesma importância verificada nos projetos constitucionais de Simón Bolívar. Nos dois casos, o tema se apresenta sem destaque, porque está imerso em meio a outros assuntos. No caso da Carta de 1811, o objeto central do parágrafo em que se trata da educação é como a República devia se comportar diante da população indígena do país. Já na Constituição de 1830, ele se mostra no interior dos diversos deveres do Congresso nacional. Há, portanto, uma significativa diferença com a maneira como Bolívar debate o tema e o apresenta no texto constitucional, cuja finalidade é servir como um plano organizador da vida política, social, econômica, jurídica e cultural de toda a República.

Ainda a título de comparação, vale analisar a Constituição de 1857 e examinar como esse assunto é tratado no texto. Novamente, segue-se o mesmo padrão das Constituições de 1811 e 1830, nas quais a educação aparece como um objeto de pouca relevância, se comparado ao texto bolivariano de 1819: “Título IX, Art. 38º, § 11: Promover por leyes la educación pública, el progreso de las ciencias y artes y los establecimientos de interese general, y conceder por tiempo limitado privilegios exclusivos para su estimulo y fomento” (VENEZUELA, 2006, p. 551).

O modo como a educação popular é tratada por Bolívar no projeto constitucional de Angostura chama a atenção, porque ela é colocada no mesmo patamar de importância que os

três poderes tradicionais do Estado moderno: executivo, legislativo e judiciário. A criação do Poder Moral, como quarto poder da República indica a junção de ao menos duas influências importantes na formação do pensamento bolivariano, no que diz respeito a esse aspecto moral e educacional republicano.

A primeira influência é a de Montesquieu (1689-1755). Bolívar formula seu ideário educacional a partir dos livros IV e V de *Do Espírito das Leis*, cujos objetos de debate são a relação entre os princípios de cada tipo de governo (governo despótico, governo monárquico, governo republicano) e a forma como a educação ocorre em cada um (Livro IV); e de como as leis de cada legislador deve estar de acordo com os princípios do governo (Livro V). Nesse último livro, Montesquieu analisa a relação entre virtude e Estado político, igualdade e democracia, e meios para favorecer o princípio da democracia (MONTESQUIEU, 1979). A segunda influência é a de Simón Rodríguez, que colocava a educação e a instrução como instrumentos imprescindíveis, ao lado de uma revolução econômica, para a formação de uma “verdadeira sociedade¹⁰⁵” (SÁNCHEZ, 2013).

Simón Rodríguez é o caso mais emblemático, porque, ainda que tenha sido um profundo conhecedor dos filósofos europeus e valorizado todo o conhecimento produzido principalmente pelo iluminismo, rejeitava a transposição acrítica e a-histórica do pensamento europeu para os países latino-americanos: “la América no debe imitar servilmente (la Europa) sinó ser ORIJINAL (RODRÍGUEZ, 2016, p. 354, grifo original). A concepção bolivariana da necessidade de se colocar as condições para a concretização da educação popular, de alcance a toda a população, como mecanismo para se alcançar a “regeneração moral” (BOLÍVAR, 1976), tem essa característica rodrigueana de uma acentuada crença de que na América Latina se tem a oportunidade de se formar uma sociedade livre, soberana e popular (SÁNCHEZ, 2013). No entanto, para isso, uma revolução social deveria acompanhar a revolução política (RODRÍGUEZ, 2016). Sob essa influência é que se pode compreender a abertura de Bolívar para realizar reformas sociais estruturais. Na complexidade da formação do Estado nacional venezuelano, ele idealizou a educação com a finalidade de moderar os interesses conflitantes da luta de classes e conquistar o apoio popular à República. Além disso, havia também o propósito de iniciar o desenvolvimento econômico e cultural do país por meio do conhecimento útil.

¹⁰⁵ Rodríguez usou o conceito de “verdadeira sociedade” para se opor às oligarquias latino-americanas e seu modo de conduzir a sociedade. Para ele, os novos governos mantinham as mesmas exclusões sociais, as mesmas formas de exploração que impediam o desenvolvimento econômico e cultural, ou seja, a mesma opressão praticada pelo governo espanhol no período colonial. Ao criticar esses novos governos, afirmava que era preciso criar uma nova sociedade, uma “verdadeira sociedade”, na qual todo o povo pudesse se desenvolver com suas plenas capacidades no trabalho, no saber, na arte, etc. (SÁNCHEZ, 2013).

Antes de entrar propriamente na análise do Poder Moral, vale realizar um traçado da organização discursiva do Discurso de Angostura. É possível inferir que há nesse texto um começo, meio e fim da ideia bolivariana de República, o modo como ela devia ser organizada, o que devia ser feito para organizá-la, a justificativa para defender tal modelo e os possíveis resultados práticos de sua existência para o futuro da nação¹⁰⁶. Didaticamente, esse pensamento pode ser ordenado tendo como seu início na análise histórica da Venezuela (ela é o ponto de partida para Bolívar, e não as leis de outros países); o seu meio seriam a forma de governo mais adequada, o regime político mais adequado, a organização dos Poderes, a definição da participação política da população; por fim, os elementos necessários para a concretização e consolidação desse projeto de República: unidade popular na defesa das instituições republicanas, educação popular para a formação moral da população, e abolição do trabalho escravo.

À medida que se trata de um projeto estruturado e ordenado de forma coesa, de modo que cada parte exerce uma função imprescindível para o bom andamento do todo, é possível verificar por que Bolívar se diferencia dos constitucionalistas anteriores e posteriores ao seu compromisso e ofício de legislador, quando o assunto é educação. Para ele, a educação popular não era apenas mais uma novidade surgida no século das luzes e que, por isso, deveria ser importada junto às demais novidades políticas.

No campo político, havia tecido críticas aos “liberais demagogos”, que importavam conceitos europeus e ignoravam a história do próprio país. Com a educação, a relação é a mesma. Historicamente, observa-se que o tema educacional, durante todo o século XIX e em quase todo o século XX, figurou nas legislações dos países latino-americanos mais como uma transcrição de um conteúdo que aparecia em documentos estrangeiros – de países desenvolvidos – do que como um problema econômico, cultural e político que devia ser atacado e resolvido para contribuir com a superação de desigualdades sociais e com o desenvolvimento dos países. A educação popular foi tratada como questão substancial a ser resolvida pelos Estados nacionais somente nos processos revolucionários do México (1910), Bolívia (1952), Cuba (1959) e Nicarágua (1979), em que a erradicação do analfabetismo despontou como uma causa popular de primeira ordem (LÓPEZ, 2011).

¹⁰⁶ Um resumo em tópicos da sequência discursiva do texto pode ser a seguinte: Modelo colonizador e suas consequências políticas, sociais e morais; crítica ao federalismo; caráter moral da população; caráter identitário do povo venezuelano: mestiçagem e falta de identidade; crítica à democracia absoluta; estabilidade política; República centralizada; os poderes da República; moderação entre monarquia e democracia absoluta; formação de um corpo político virtuoso; unidade do povo venezuelano em torno da República; educação popular; Poder Moral; abolição do trabalho escravo.

Nesse sentido, Bolívar traz a educação popular como um problema estrutural a ser resolvido pelo Estado nacional. Por isso, empenha-se na elaboração detalhada de um plano de educação para todo o país e de alcance generalizado. Ademais, situa esse plano como lei nacional, com um Poder do Estado inteiramente destinado para se responsabilizar pela sua execução prática.

Em tese, ela teria a função de impedir a insubordinação violenta das massas e, por extensão, que as classes populares ultrapassassem os limites da hierarquia social em vigência. No plano ideal, Bolívar buscava uma transição inicial estável entre a sociedade colonial e a República, de modo que não houvesse alteração da ordem social capaz de dificultar a continuidade do poder social nas mãos das frações mais ilustradas da classe dominante. Desse modo, do ponto de vista da luta de classes, o ideal bolivariano relativo à educação popular configurava-se como antipopular? A história demonstra que não. Contraditoriamente, os processos de lutas populares e revolucionárias do século XX tiveram que se comprometer em realizar a tarefa histórica educacional que Bolívar se propunha a realizar no início da formação dos Estados nacionais latino-americanos.

Essas contradições são próprias do desenvolvimento econômico que permaneceu da colônia, porque a classe dominante que dirigiu o processo de independência não foi capaz de romper com as formas de produção já existentes. Assim, durante todo o século XIX, os países independentes da América latina aprimoraram sua condição de exportadores de matéria-prima, tal qual ocorria sob o domínio espanhol. O liberalismo não teve a mesma importância nas transformações da estrutura produtiva latino-americana, assim como teve nas mudanças políticas lideradas pelos *criollos* contra a monarquia espanhola. No campo da economia, Gunder Frank (1971) recorda que, enquanto os liberais europeus defendiam a industrialização e o protecionismo do mercado interno, os latifundiários liberais das nações latino-americanas defendiam o livre mercado com o desejo de lucrar com a exportação de produtos agrícolas e minério. Assim, o desenvolvimento desses países, durante o século XIX ocorreu sob a manutenção das estruturas agrárias de concentração da propriedade da terra, do baixo desenvolvimento de novas técnicas de produção, do endividamento dos Estados nacionais frente aos bancos europeus e, por extensão, da pobreza e da desigualdade social, cuja expressão imediata, no campo da educação, foi o analfabetismo das classes populares.

Diante desse específico traço histórico dos países latino-americanos, contata-se que a classe dominante, que devia realizar as reformas estruturais para alavancar o desenvolvimento econômico das economias nacionais negou-se a realizar tais reformas como condição essencial para se manter como classe no poder. Por isso, a reforma agrária, a erradicação do

analfabetismo, a erradicação da pobreza extrema, entre outros problemas específicos de países subdesenvolvidos, somente podem ser enfrentados e concretizados por um processo político revolucionário (MARINI, 2013). É por esse motivo que as revoluções camponesas e urbanas do século XX tiveram que reivindicar a realização de reformas que, no desenvolvimento tradicional do capitalismo, deviam ter sido feitas pelas burguesias de cada país.

Portanto, nas circunstâncias específicas do seu tempo e espaço, a proposta bolivariana de educação popular tinha seu caráter de pacificar as massas. No entanto, somada à abolição do trabalho escravo, a generalização da educação elementar às classes populares pode ser considerada como uma política social matizada pelo pensamento liberal comprometido com certas reformas sociais necessárias e importantes para o aperfeiçoamento produtivo, tecnológico e cultural dos países que naquele momento se tornavam soberanos. Isso significaria o próprio fortalecimento das classes dominantes e a possível contenção do nível de desigualdade social, tornando esses avanços benéficos, naquele período, a toda a nação. O que se teve foi o contrário. O desenvolvimento das burguesias de cada país e seus privilégios representou o subdesenvolvimento de todas as nações (GUNDER FRANK, 1971) e o aprofundamento da pobreza das classes populares.

4.3.1.2 O Poder Moral e a realização prática da Educação popular

Este quarto poder da República foi pensado por Bolívar para ser uma espécie de guardião da moral republicana (BASTARDO, 1976):

La educación popular debe ser el cuidado primogénito del amor paternal de Congreso. Moral y luces son los polos de una República, moral y luces son nuestras primeras necesidades. Tomemos de Atenas su Areópago, y los guardianes de las costumbres y de las leyes; tomemos de Roma sus censores y sus tribunales domésticos; y haciendo una santa alianza de estas instituciones morales, renovemos en el mundo la idea de un pueblo que no se contenta con ser libre y fuerte, sino que quiere ser virtuoso. Tomemos de Esparta sus austeros establecimientos, y formando de estos tres manantiales una fuente de virtud, demos a nuestra República una cuarta potestad cuyo dominio sea la infancia y el corazón de los hombres, el espíritu público, las buenas costumbres y la moral republicana. Constituyamos este Areópago para que vele sobre la educación de los niños, sobre la instrucción nacional; para que purifique lo que ha corrompido en la República (BOLÍVAR, 1976, p. 123).

Da forma como é apresentado no projeto constitucional, nenhum outro Poder da República deveria dispor de tanto prestígio e reconhecimento junto à população. Os artigos 8º e 15º, da Seção Primeira, demonstram como Bolívar pensava em tornar o Poder Moral reconhecido em todo o país:

Art. 8º: La instalación del Areópago se hará con una celebración extraordinaria, con ceremonias y demostraciones propias para inspirar la más alta y religiosa idea de su institución, y con fiestas en toda la República (BOLÍVIAR, 1976, p. 128).

Art. 15º: Si en un período de doce años diese motivo el Areópago para que el Senado intervenga tres veces en la destitución de sus miembros, procederá el Congreso, de oficio, a la renovación del cuerpo como en su primera instalación, y la República entera se vestirá de luto por un mes (BOLÍVIAR, 1976, p. 128).

Nesses artigos estão inscritos a ideia de vida e morte da República. Ela conquista a vida com a instalação do Areópago¹⁰⁷ e por isso é preciso festejar. Porém, ela morre com a desonra moral de seus membros, por isso o luto. Destaca-se ainda o propósito de despertar na opinião pública o respeito pela instituição, já que ela representa, institucionalmente, os conceitos da moral e da virtude, os dois princípios fundamentais para a existência do bem comum.

A criação desse Poder republicano, provavelmente, foi inspirado em Montesquieu. Em *Do Espírito das Leis*, o filósofo discorre sobre algumas instituições gregas que velavam pela virtude. No Livro V, capítulo VII, o Areópago e o Senado gregos são citados como instituições que serviram de meio para favorecer o princípio da democracia. Além disso, a proposição presente nesse trecho se aproxima da formatação que Bolívar dá ao Poder Moral:

Se se verifica que, numa democracia, esta partilha, que deve servir para manter os costumes, não é conveniente, cumpre recorrer a outros meios. Se se estabelece um corpo permanente que por si mesmo seja um regulamento dos costumes, um senado em que a idade, a virtude, a circunspeção, os serviços permitem o acesso, os senadores, expostos à vista do povo como simulacros dos deuses, inspirarão sentimentos que atingirão o sei de todas as famílias (MONTESQUIEU, 1979, p. 65).

O Areópago de Bolívar organizava-se em duas Câmaras: a da Moral e a da Educação. A Câmara da Moral tinha como função vigiar os costumes, as publicações culturais, teóricas e artísticas, além das manifestações artísticas do cotidiano. As declarações da Câmara

¹⁰⁷ Em Atenas, era um conselho/tribunal que deliberava sobre leis, educação, direito e as manifestações culturais da república. Era composto por magistrados importantes perante a sociedade.

ocorrerem por meio de publicações periódicas do próprio Poder Moral. Um dos argumentos mais utilizados pelos deputados que rejeitaram essa proposta versava que a instituição se assimilava com antiga Inquisição (GRASES, 1983). Contudo, a Câmara não tinha o poder de impedir a circulação de uma obra escrita, teatralizada ou cantada. A função de “censura” limitava-se à emissão de uma espécie de juízo sobre uma obra que pudesse confrontar os valores morais da República. Era uma espécie de prescrição moral à população sobre publicações teóricas, literárias e artísticas de um modo geral.

A Câmara da Educação pode ser entendida como algo parecido com que hoje se denomina de Ministério da Educação. O Artigo 1º, da Seção Terceira, declara a abrangência de sua ação: “La Cámara de Educación está encargada de la educación física y moral de los niños, desde su nacimiento hasta la edad de doce años cumplidos” (BOLÍVAR, 1976, p. 132). Em mais 12 artigos, o texto demonstra de modo detalhado o que era a educação popular e como ela deveria ser implementada em todo o território nacional, para todas as crianças, pública, gratuita e sob o total controle do governo central¹⁰⁸.

Nos documentos escritos por Bolívar, como já visto anteriormente, o termo popular ora significa generalização das ações políticas e sociais, ora significa a interdição da maior parte da população à ação política. Em que sentido é possível afirmar que a educação popular proposta por Simón Bolívar estava destinada a toda a população da Venezuela? A resposta dessa questão pode seguir por dois caminhos.

O primeiro, parte do princípio da totalidade do seu projeto republicano, o qual necessita de um corpo social minimamente virtuoso para se efetivar (GUERRERO, 2004). Agrega-se a esse caráter mais abstrato, o fato de que a correlação de forças políticas sofreu profundas alterações durante a guerra civil, fazendo com que as classes populares tivessem um protagonismo na luta pela independência. Isso levou Bolívar a identificar que a República deveria inserir essas classes no exercício prático do que ele chamou de cidadania passiva (BOLÍVAR 1983), ou seja, o indivíduo que estava protegido pelas leis liberais da república, mas não podia exercer cargos políticos e o direito da atividade política direta nas eleições: votar e ser votado. A cidadania passiva seria caracterizada pela prática da virtude compreendida como a adesão ao governo e respeito às leis, amor à pátria.

O segundo caminho busca responder à questão a partir do modo como o Poder Moral é organizado e do conteúdo que o compõe. Em sua análise, é possível inferir que o plano de educação popular bolivariano se destinava a toda a população e não apenas às frações da

¹⁰⁸ A análise desses artigos será feita no quinto capítulo.

classe dominante ou da classe de pequenos proprietários e comerciantes. O artigo 2º, referente à Câmara da Educação, é o que mais esclarece a dúvida se a educação popular que Bolívar pensava em fomentar na República tinha o sentido de ser generalizada, isto é, se ele buscava alcançar também as classes populares. O parágrafo do artigo contém uma espécie de introdução, logo em seguida vem o tema central e, por fim, o modo de execução da ideia nele expressa:

Art. 2º Siendo absolutamente indispensable la cooperación de las madres para la educación de los niños en sus primeros años, y siendo estos los más preciosos para infundirles las primeras ideas y los más expuestos por la delicadeza de sus órganos, la Cámara cuidará muy particularmente de publicar y hacer comunes y vulgares en toda la República algunas instrucciones breves y sencillas, acomodadas a la inteligencia de todas las madres de familia sobre uno y otro objeto. Los curas y los agentes departamentales serán los instrumentos de que se valdrá para esparcir estas instrucciones, de modo que no haya una madre que las ignore, debiendo cada una presentar la que haya recibido y manifestar que la sabe el día que se bautice su hijo o se inscriba en el registro de nacimiento (BOLÍVAR, 1976).

No Art. 1º, tem-se a afirmação de que o Estado (por meio da Câmara da Educação) era responsável “pela educação física e moral das crianças, desde seu nascimento até a idade de 12 anos cumpridos” (BOLÍVAR, 1976, p. 132). O Art. 2º, portanto, elucida como o Estado estaria presente na educação infantil antes dos seis anos completos, idade em que a criança poderia frequentar a escola pública na fase chamada de educação elementar. Na etapa em que a formação social da criança estivesse sob total responsabilidade da família, a Câmara da Educação elaboraria instruções de como as mães deveriam educar as crianças. Não está expresso no texto do artigo, mas, ao relacioná-lo ao primeiro artigo, trata-se de instruções sobre a educação física e moral da criança

As características dessas instruções indicam o amplo alcance pretendido pela medida. Elas deveriam ser iguais em todos os lugares da República e ter uma linguagem simples, desprovida de qualquer aspecto técnico, além de serem mensagens breves. Somente a preocupação em tornar as instruções uma mensagem simples já demonstra que se tratava, também, de um público popular, cuja instrução não permitia a compreensão de textos longos e técnicos. Por isso, a preocupação em elaborar as orientações de modo adequado ao nível de instrução de todas as mães.

Ainda assim, poder-se-ia argumentar que a medida deixaria de contemplar a grande maioria das mães, já que o analfabetismo era uma característica comum entre mulheres e homens, crianças, jovens e adultos das classes populares, fato que impedia a leitura de

qualquer frase ou texto, ainda que fossem os mais simples possíveis. Para se ajustar a esse dado estrutural, Bolívar utiliza o recurso da influência da Igreja por meio dos padres. Desse modo, imaginava-se que as orientações do Estado para a educação moral das crianças até os seis anos de idade chegariam à grande maioria da população.

A parte final do artigo expressa a preocupação com a questão da formação moral na infância e a importância que esse tema ocupa no conjunto do pensamento político bolivariano, além de evidenciar a expectativa de se alcançar a totalidade da população. O recurso que a sugerida lei utiliza para obrigar que todas as mães tivessem contato com as orientações é exigir que elas apresentassem as instruções e/ou as explicassem no dia do batismo da criança ou no momento de registrá-la civilmente.

Esse modo de pensar a organização da Câmara da Educação e as suas funções, torna possível afirmar que a intenção de Bolívar era produzir uma massiva formação moral para criar um corpo social comprometido com a República e com as alterações que surgiam na esfera civil, política e social. O consenso em torno do governo, a harmonia social e a estabilidade política eram o eixo motivador desse comprometimento em delinear minuciosamente uma espécie de currículo de formação moral para a infância.

Colocar o Estado em contato com as mães de toda a República, a fim de orientá-las sobre quais os valores morais e éticos que deveriam ser ensinados às crianças nesse novo momento histórico da Venezuela é um exemplo claro da ação concreta do Estado paternal bolivariano. Na carta que escreveu a Guillermo White, em 26 de maio de 1820, Bolívar explicou os motivos que o levou a propor a criação de um Poder republicano para cuidar exclusivamente da moral e da educação dos cidadãos:

Tenga Vd. la bondad de leer con atención mi discurso, sin atender a sus partes, sino al todo de él. Su conjunto prueba que yo tengo muy poca confianza en la moral de nuestros conciudadanos, y sin moral republicana no puede haber gobierno libre. Para afirmar esta moral, he inventado un cuarto poder que críe los hombres en la virtud y los mantenga en ella. También este poder parecerá a Vd. defectuoso; mas amigo, si Vd. quiere república en Colombia, es preciso que quiera también que haya virtud política. Los establecimientos de los antiguos nos prueban que los hombres pueden ser regidos por los preceptos más severos. Todo el cuerpo de la historia manifiesta, que los hombres se someten a cuanto un hábil legislador pretende de ellos, y a cuanto una fuerte magistratura les aplique. [...] Si hay alguna violencia justa, es aquella que se emplea en hacer a los hombres buenos y, por consiguiente, felices; y no hay libertad legítima sino cuando ésta se dirige a honrar la humanidad y perfeccionarle su suerte (BOLÍVAR, 1980, p. 443).

A junção entre a concepção bolivariana de república, que recupera a tradição clássica, e os resultados da luta de classes venezuelana aprofundada pela guerra civil de independência o leva a formular um projeto político caracterizado pela necessidade de incluir a todos os indivíduos venezuelanos como parte da associação política que é a República. Como resultado dessa decisão, apresenta-se um problema a ser resolvido: ele considera que a grande maioria da população não tem o conhecimento necessário para respeitar o contrato social fundado na liberdade civil e política. Isso podia comprometer a existência da República, já que o passado absolutista e colonial havia se conservado sob o medo e a ignorância. Ao contrário disso, a conservação da República somente podia ocorrer pelo respeito às leis e ao governo. Chega-se, assim, ao cerne do seu problema: o alicerce da sociedade republicana na Venezuela, isto é, a virtude republicana não existia e precisava ser criada no mesmo momento da edificação das novas instituições. Esta maneira de Bolívar compreender a relação entre a sociedade civil da Venezuela e o Estado republicano que emergia historicamente o conduz a conceber a existência de um Poder político dedicado exclusivamente para a formação moral de todos os cidadãos e para a instrução infantil do zero aos doze anos de idade.

5. EDUCAÇÃO POPULAR NO SÉCULO XIX: BOLÍVAR E OS PRIMEIROS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESTATAL E PÚBLICA NA VENEZUELA

Bolívar assumiu, como estadista, a responsabilidade de pensar a organização estrutural da educação pública venezuelana. No início do século XIX, as tendências educacionais modernas sinalizavam cada vez mais para a necessidade de expansão da educação, principalmente da educação de primeiras letras. Assim, ele uniu suas influências teóricas e políticas daquele momento, e a especificidade de seu projeto político para a Venezuela, e se dedicou a sistematizar um conjunto de leis que davam as primeiras bases de funcionamento de um plano de educação a nível nacional.

Nesse plano, estavam presentes questões importantes do processo de ensino aprendizagem, mas que, no período colonial, não haviam sido tratados como responsabilidade administrativa do governo e tampouco a administração colonial se preocupava em oferecer uma reforma ampla para a educação da época. Por isso, o esforço que Bolívar empreende para dar legitimidade jurídica, política e organização metodológica, curricular, financeira e estrutural para a educação pública venezuelana deve ser considerada como uma reforma educativa importante para o período que marcou o surgimento do Estado nacional na Venezuela.

Na busca por concretizar seu projeto educacional, Bolívar contou com o apoio de seu antigo preceptor Simón Rodríguez. Em matéria educacional, a influência de Rodríguez foi crucial para a formulação do ideário educativo bolivariano. Contudo, havia divergências pontuais entre o filósofo e o estadista, de maneira que, embora a educação popular fosse defendida por ambos, Rodríguez a concebia de um modo que tomava a educação elementar como um instrumento de aproximação dos cidadãos pertencentes às classes populares aos negócios públicos, isto é, à política da República. Para o Libertador, essa aproximação era perigosa para a manutenção da ordem social. Mesmo com essas divergências, é possível inferir que Bolívar se utilizou de várias concepções rodrigueanas para elaborar seu projeto de educação popular, ainda que com diferenças quanto aos desdobramentos políticos que essa educação deveria ter nos setores das classes populares.

5.1 Educação popular, estatal, pública, gratuita e obrigatória

Na história da educação, os séculos XVII, XVIII e XIX representam um bloco que reúne o início e a consolidação do que hoje se conhece como educação para todos os

indivíduos (educação popular), educação pública, educação estatal, educação laica e educação nacional (LUZURIAGA, 1984). Um retrospecto breve desse cenário histórico deve ter como ponto de partida a obra e ação do educador, escritor e cientista João Amós Comênio (1592-1670). Comênio foi responsável pela introdução de um pensamento educacional que revolucionou todos os âmbitos da educação, porque sua nova perspectiva educacional contemplou, de modo crítico e reflexivo, os principais fatores do ato educativo: o que se ensina, como se ensina e para quem se ensina. Sobre os conhecimentos que deveriam compor a “arte de ensinar”, afirmou:

Pretendemos apenas que se ensine a todos a conhecer os fundamentos, as razões e os objetivos de todas as coisas principais, das que existem na natureza como das que se fabricam, pois somos colocados no mundo, não somente para que façamos de espectadores, mas também de atores (COMÊNIO, 2001, p. 40).

No campo da metodologia, a importância histórica de sua obra pode ser percebida pelas definições presentes em vários manuais de história da educação, que, mesmo contendo diferentes abordagens metodológicas, denominam-no como o fundador da didática e da pedagogia moderna, isto é, da escola moderna (LUZURIAGA, 1984; PONCE, 1986; MANACORDA, 2006). Ao criticar o método de educar praticado pelas escolas de sua época, ressaltou o seu “caráter vago” (COMÊNIO, 2001, p. 62) e destacou que a arte de educar deveria provocar “felicidade e prazer” (2001, p. 71), algo muito diferente dos castigos e punições identificados na educação que buscou transformar. Esses dois aspectos estão mais relacionados ao nível intrínseco do processo educativo, na relação entre professor e aluno. No entanto, a obra do educador protestante teve um alcance político ao defender a proposta de “ensinar tudo a todos” (COMÊNIO, 2001, p. 3), inscrevendo-se, desse modo, como um educador comprometido com a reforma protestante, que defendia a necessidade de que todos os fiéis tivessem o domínio da escrita e da leitura (ALVES, 2007).

A amplitude da reforma protestante alcançou também a educação e provocou importantes mudanças nesse cenário. No entanto, existia um limite em seu próprio movimento político, porque, no caso da obrigatoriedade de “ensinar tudo a todos”, a reforma atribuiu à família, às igrejas e não ao Estado essa responsabilidade. Por isso, ainda que a luta para que os conhecimentos elementares da leitura e da escrita estivesse ao alcance de todas as classes sociais, não é possível falar em educação pública (ALVES, 2007).

O século XVIII marcou esse momento em que o Estado assumiu a responsabilidade de controlar a oferta da educação, bem como, na maioria dos casos, exigir a obrigatoriedade

escolar (LUZURIAGA, 1984). Mas essa transformação não ocorreu por acaso. Foi nesse século que a sociedade burguesa mais avançou na direção de destruir as formas sociais da sociedade feudal. Os laços que prendiam os servos às terras e os artesãos às oficinas e aos grêmios deram lugar, em boa parte da Europa, ao cercamento de terras, transformando-as em propriedades privadas e expulsando os trabalhadores para as cidades. As oficinas se tornaram manufaturas e posteriormente fábricas (MARX, 2009). Em ambos os casos, foram criadas as condições típicas e necessárias para o pleno desenvolvimento do capitalismo e do homem burguês, isolado, frágil, independente e egoísta (LEONEL, 1994). Esse radicalismo burguês alterou a relação entre o Estado e a Igreja, retirando o poder eclesiástico sobre a formação educacional de crianças, jovens e adolescentes. Em 1717, Frederico Guilherme I (1688-1740), rei da Prússia, emitiu o primeiro decreto de um grande Estado sobre a educação a cargo do Estado e sua obrigatoriedade a todos os súditos (LUZURIAGA, 1984).

Durante todo o século XVIII, várias concepções de educação surgiram como resposta às transformações sociais do período. Pensadores como Locke e Rousseau, por exemplo, destacaram-se por pensar a educação como mediação entre as novas formas sociais da sociedade burguesa e o homem que resultaria como produto dessas relações. Zelia Leonel (1994), declara que um dos principais problemas enfrentados por esses filósofos foi conciliar a contradição vivida entre o egoísmo do homem burguês na sociedade civil – o homem material e real de Locke - e o homem político, público, coletivo, o cidadão – a criação ideológica, o homem abstrato de Rousseau:

Portanto, para um e outro (Locke e Rousseau), a educação tem como ponto de partida o egoísmo, seja natural, como em Locke, ou social, como em Rousseau. Decorre daí a preocupação com a educação moral, que nega em parte ou no todo o egoísmo burguês. Essa função é ideológica, no sentido idealista de querer produzir um homem diferente daquilo que ele é. Ela tem a função de transformar o burguês egoísta num homem pleno de virtudes sociais e o homem político, mais virtuoso ainda, no cidadão que se coloca acima dos interesses pessoais (LEONEL, 1994, p. 140).

Os dois filósofos representam, ao mesmo tempo, o empenho em utilizar a filosofia para tentar explicar problemas práticos da nova sociabilidade, dentre eles a educação, e os impasses sobre o formato e o público que deveria ser alcançado com essa reforma educacional. Locke se preocupou com a educação da juventude *gentleman*, um grupo muito específico da sociedade inglesa, a nobreza, que via diminuir as diferenças com a burguesia. Segundo Aníbal Ponce (1986, p. 129), “o comércio e a indústria havia diminuído as distâncias que existiam até então entre o burguês e o nobre”. Assim, a educação que o filósofo inglês

recomendava se dirigia não só à nobreza, mas também à burguesia, porque se tratava de uma educação não somente do *gentleman*, mas do indivíduo da classe dominante inglesa, que devia ser preparada para dominar os novos fundamentos da produção e da troca de riquezas (LEONEL, 1994).

Rousseau também não sugeriu a educação em massa. O filósofo suíço é reconhecido pela contribuição inovadora sobre a periodização da vida do indivíduo e sua relação com a educação. Foi o primeiro a estabelecer critérios sobre a educação na infância, na adolescência e na juventude. Desde então, a criança passou a ser vista com tal, e não como um adulto em miniatura. No entanto, predominou em seu pensamento a educação individualista, na qual o indivíduo deveria ser educado por um só preceptor. Embora o modo como deveria ocorrer a educação fosse individualista, a finalidade era sempre social, coletiva, de modo que esteja voltada para a construção da liberdade humana, por meio da formação do cidadão (LUZURIAGA, 1984).

Somente no final do século XVIII, com a Revolução Francesa, é que o conjunto de adjetivações da educação moderna estaria completo – estatal, pública, laica, gratuita e obrigatória. Com a Revolução, o debate em torno da educação ganhou um marcante contorno político, além do filosófico que predominara até então. Desse modo, a função da educação escolar passou a ser social, devendo ser massiva e de responsabilidade do Estado. Todo o debate realizado por Locke e Rousseau sobre a problemática do homem burguês egoísta que precisava ser moralizado para viver em sociedade de modo coletivo, ainda que a liberdade individual fosse pressuposto de sua existência social e política, teve seu desfecho com a Revolução de 1789¹⁰⁹.

Os ecos da Revolução Francesa atingiram a todas as civilizações do mundo, até mesmo aquelas mais antigas que haviam resistido às suas influências (HOBSBAWN, 2014). Os movimentos anticoloniais do século XIX alimentaram-se da ideologia política francesa. Na Venezuela, por exemplo, a agitação política dos últimos anos da ordem colonial contou a circulação de várias traduções de textos revolucionários franceses. Canções sobre liberdade e igualdade, máximas republicanas, tratados sobre Os Direitos do Homem e do Cidadão eram

¹⁰⁹ A Revolução Francesa foi um movimento social e político muito heterogêneo. No campo da educação, as discussões também foram marcadas por muitas divergências. Destacáveis nomes da Revolução como Mirabeau, Condorcet, Filangieri e Basedow (PONCE, 1986) trataram sobre a temática educacional, uns mais outros menos. Entre eles, houve discordâncias a respeito da gratuidade, da laicidade, da generalização, do monopólio estatal. Contudo, após a Revolução, não há mais regresso à prática educativa em suas formas anteriores a 1789. O alcance da Revolução foi mundial (HOBSBAWN, 2014), e por isso, a ideia de uma educação estatal, pública, massiva, gratuita e laica passou a fazer parte de praticamente todas as novas constituições modernas. A partir desse momento, não há mais regresso às formas educacionais, por exemplo, do século XVII. Foi o ponto de chegada e ao mesmo tempo de partida para um novo modelo da prática educativa a nível mundial.

exemplos de textos lidos pelos setores mais instruídos (NAVA, 2014) e, além disso, a propagação oral dessas ideias também mobilizou a luta de setores das classes populares desprovidos do domínio da leitura e da escrita¹¹⁰.

Mas os ideais franceses não se limitaram ao período de contestação ao poder colonial. Após a conquista da independência, os Estados nacionais contaram com a influência francesa para a ordenação jurídico-política dos Estados nacionais. É nesse ponto que a figura de Simón Bolívar também se aproveita dessas influências, principalmente no campo da educação escolar, mantendo sua originalidade sobre a compreensão do papel do Estado e da educação formal na construção da República.

Bolívar representa a primeira voz como estadista republicano na Venezuela a pensar e a sistematizar uma educação nacional, isto é, um conjunto de regras e normas para o desempenho da educação escolar que deveria ser aplicado e seguido em todo o território do país. Nesse sentido, ela era nacional e uniforme, porque compreendia uma regularidade e unicidade de metodologia e de conteúdo, principalmente da educação elementar. O Estado aparece como ente público central na organização do “Plano Geral de Estudos” (BOLÍVAR, 1973, p. 335). Nesses termos, tem-se os princípios da educação estatal, pública e nacional e gratuita. Além disso, a educação elementar é decretada como obrigatória para todas as crianças entre seis e 12 anos de idade. Todos esses adjetivos que caracterizam o termo educação é resumido por Bolívar na expressão educação popular.

Simón Rodríguez definiu o que se entendia por educação popular no início do século XIX, em seu tratado *Luzes e Virtudes Sociais*, publicado pela primeira vez em 1834: “El objeto del autor, tratando de las Sociedades americanas, es la EDUCACION POPULAR y por POPULA, Entiende, jeneral” (RODRÍGUEZ, 2016, p. 350). Rodríguez havia se destacado como maestro na cidade de Caracas nos últimos anos do século XVIII, antes de viajar e passar um longo período na Europa. Naquela oportunidade, escreveu um documento intitulado *Reflexiones sobre los defectos que vician la Escuela de Primeras Letras de Caracas y medio de lograr su reforma por un nuevo establecimiento; y Reflexiones sobre el estado actual de la Escuela, y nuevo establecimiento de ella*¹¹¹. Os pontos mais importantes do texto são a crítica

¹¹⁰ O estudo de Vilma Vargas (2006, p. 68) aponta que: “[...] en Venezuela, también calan estas canciones republicanas y antimonárquicas; serán tan populares como en Europa y tendrán un gran éxito, aún que se cantaban y bailaban clandestinamente. La canción patriótica se convertirá, durante el período independentista, en el vehículo de la propagación de las ideas de libertad. Una Carmañola se bailó en la Caracas de 1811, el Club *Los Sincamisa*: [...] Yo que soy sin camisa/Un baile tengo que dar/Y en lugar de guitarras/cañones soñarán/Bailen los sin camisas/y viva el son/y viva el son/Bailen los sin camisas/y viva el son del cañón/Si alguno quiere saber/porque estoy descamisado/Porque con los tributos/el Rey me ha desnudado/[...]”.

¹¹¹ Também é possível encontrar esse texto com o título: *estado actual de la escuela y nuevo establecimiento de ella*.

à falta de um plano educacional para a colônia, de maneira que qualquer pessoa podia abrir uma escola e se tornar um maestro. Além disso, criticou também a política racial da época, que dificultava o acesso de crianças mestiças às poucas escolas existentes.

O maestro de Bolívar identificou que o maior problema da educação elementar da principal cidade da Capitania Geral era não relacionar os conhecimentos úteis e elementares dos tempos modernos ao trabalho manual e a setor social que o realizava: “Los artesanos y labradores es una clase de hombres que debe ser tan atendida como lo son sus ocupaciones. El interés que tiene en ello el Estado es bien conocido; y por lo mismo excusa de pruebas” (RODRÍGUEZ, 2016, p. 22). Em 1794, ano da publicação do texto, apresentar essas ideias às autoridades políticas da colônia podia trazer sérios problemas profissionais políticos e até mesmo algum tempo na prisão (GRASES, 1979). As represálias eram outro problema que podia ocorrer por parte dos *criollos* dispostos a defender a qualquer custo as hierarquias sociais e raciais, que, por certo, incluíam a educação elementar como privilégio apenas de seus filhos. Simón Rodríguez se apega à racionalidade das transformações do seu tempo para tentar convencer as autoridades de que esses privilégios prejudicavam a melhoria da sociedade colonial, porque impedia que o progresso social fosse compartilhado por um setor social mais amplo do que o restrito setor de proprietários, comerciantes importantes funcionários do Estado:

Las artes mecánicas están en esta ciudad y aun en toda la Provincia, como vinculadas en los pardos y morenos. Ellos no tienen quien los instruya; a la escuela de los niños blancos no pueden concurrir: la pobreza los hace aplicar desde sus tiernos años al trabajo y en él adquieren práctica, pero no técnica: faltándoles ésta, proceden en todo al tiento; unos se hacen maestros de otros, y todos no han sido ni aun discípulos; exceptúo de esto algunos que por suma aplicación han logrado instruirse a fuerza de una penosa tarea. ¿Qué progreso han de hacer estos hombres, qué emulación han de tener para adelantarse, si advierten el total olvido en que se tiene su instrucción? Yo no creo que sean menos acreedores a ella que los niños blancos. Lo primero porque no están privados de la Sociedad [...] (RODRÍGUEZ, 2016, p. 22-23).

Em toda a história da humanidade, a educação foi uma esfera social em constante disputa. Desde a Antiguidade até a Modernidade, ela sempre exerceu papel importante nos processos de dominação política e social (PONCE, 1986). Nos momentos de transformação social, também serviu de instrumento de luta entre as forças sociais que buscavam manter certas estruturas ou destruí-las e fazer surgir novos modos de vida. O ideário educacional de Simón Bolívar surgiu em meio ao processo de independência como uma parte fundamental da

elaboração de seu programa republicano para a Venezuela livre. Desse modo, a educação não podia mais ser tratada como no período colonial. Ao invés de ser um privilégio dos filhos dos *criollos* e dos espanhóis, a educação deveria ser popular e alcançar o homem comum venezuelano. O surgimento do Estado nacional soberano no país foi também o início da jornada histórica referente às questões de como tornar a educação elementar um direito e um dever das classes populares. No entendimento do Libertador, a negação do conhecimento elementar a maior parte da população gerava uma série de problemas morais e dificultava o avanço econômico nacional, porque impedia a aproximação entre os trabalhadores manuais e as novas técnicas de trabalho utilizadas nas manufaturas e nas indústrias. O exemplo europeu, com as forças produtivas capitalistas em pleno desenvolvimento, era uma espécie de horizonte a ser perseguido.

Simón Rodríguez já havia iniciado a caminhada educativa de promover a mudança de consciência sobre a função da educação na sociedade latino-americana. Contudo, tratava-se de um filósofo tentando pressionar o governo colonial e levá-lo a perceber as novas exigências da vida moderna. Sem qualquer demérito à postura filosófica de Rodríguez, sua ação se apresentava pouco frutífera, porque era uma voz quase solitária¹¹², lutando contra um poder colonial conservador da ordem, por isso, indisposto até mesmo a promover alterações no campo educacional que já vinham ocorrendo na Metrópole (RODRÍGUEZ, 2016).

No caso de Simón Bolívar, destaca-se a importância política e histórica de sua proposta educativa, à medida que a coloca como um dos eixos centrais da vida econômica, social e política do país. Não se trata de fazer comparação da importância entre um filósofo e um estadista. O ponto central desta problemática é que até então um filósofo traduzia abstratamente as mudanças ocorridas no mundo material e solicitava novos rumos para a educação elementar da Venezuela. Se antes ele era pouco ouvido, no ideário político bolivariano, a popularização da educação elementar se mostra como um tema de importância primária.

Portanto, com Bolívar, ocorre a atualização política da necessidade de uma educação generalizada, estatal, gratuita e obrigatória. Como estadista, o antigo discípulo de Simón Rodríguez tratou a educação popular como seu preceptor um dia imaginara para os novos tempos de liberdade política. Não a tratou como um apêndice ou um artigo isolado de uma

¹¹² Quase solitária, porque além de Rodríguez havia também Miguel José Sanz, advogado e maestro, que também publicou alguns textos sobre a educação colonial venezuelana. Como o primeiro, Sanz criticou a forma como o governo colonial conduzia a educação elementar. A falta de apoio do Estado colonial e a resistência às reformas educacionais que eram realizadas na Europa provocavam o descrédito e a inutilidade da escola pública para a sociedade venezuelana (NAVA, 2014).

constituição. Pelo contrário, empenhou-se em apresentar os detalhes de como a educação popular deveria acontecer na Venezuela, qual a postura do Estado, das famílias, dos professores. Diante de uma tradição educacional marcada pelas decisões familiares e eclesiais (RODRÍGUEZ, 2016), Bolívar inaugurou o tempo histórico em que a educação formal venezuelana passou a ser tratada – ou deveria ser tratada - como assunto de primeira importância do Estado nacional.

5.2 A sistematização pedagógica do ideário educativo de Simón Bolívar: a Câmara de Educação

Os decretos, as cartas, os discursos e os projetos constitucionais são as fontes privilegiadas nas quais é possível encontrar os traços fundamentais do ideário educacional bolivariano. Esse ideário pode ser desmembrado em duas partes: a política e a pedagógica. Notadamente, trata-se de um mesmo objeto, unificado e coeso do ponto de vista ideológico, mas que a nível didático, é possível explicá-lo a partir dessa divisão. O aspecto político já foi delineado nas seções anteriores, de modo que o caráter pedagógico é o que necessita de abordagem, porque ela possibilita a caracterização de como ele pensava a organização sistemática da educação republicana em sua forma estatal, pública, gratuita, generalizada e obrigatória.

O texto escrito por Simón Rodríguez sobre o estado da educação elementar venezuelana no final do século XVIII (1794) demonstra os problemas existentes com relação a pelo menos quatro temas diretamente ligados ao processo de aprendizagem na escola formal: a) falta de metodologia comum a todas as escolas de educação elementar; b) despreparo profissional dos professores; c) falta de uniformidade de regras e obrigações das famílias, dos alunos e dos professores para com a escola; d) falta de definição por parte do Estado (governo colonial) sobre os recursos destinados ao financiamento da educação primária (RODRÍGUEZ, 2016). Ao final do texto, o autor apresenta uma série de medidas com a finalidade de solucionar esses problemas por meio de organização sistematizada do trabalho educativo formal, detalhando as responsabilidades de cada membro envolvido no processo educacional.

Bolívar se propôs a pensar em um modelo pedagógico para as escolas primárias, além de se envolver com a educação de nível superior, criando universidades e reformando

estatutos das que já existiam¹¹³. Sob um ponto de vista mais geral, os artigos presentes na Seção Terceira, do Poder Moral, referentes à Câmara de Educação oferecem um entendimento de como o Estado deveria exercer a oferta e o controle total da escola pública. Nesse sentido, verifica-se a tentativa de resolver um dos problemas da educação colonial abordados por Simón Rodríguez. Diferentemente da postura negligente do Estado colonial, o Estado republicano idealizado por Bolívar deveria exercer o controle de todas as áreas da educação formal elementar e nacional.

Os artigos 3º, 4º, 5º e 6º se referem à publicação de obras estrangeiras, fomento para publicação de obras inéditas e elaboração de um compêndio sobre a temática educacional do país. É o Estado propondo a efetivação e formação de certa matriz teórica necessária para se pensar a respeito da educação “física e moral” das crianças (BOLÍVAR, 1986):

Art.: 3º Además de estas instrucciones, la Cámara cuidará de publicar en nuestro idioma las obras extranjeras más propias para ilustrar la nación sobre este asunto [...]. Art. 4º.: Estimulará a los sabios y a todos a que escriban y publiquen obras originales sobre los mismo, conforme a nuestros usos, costumbres y gobierno. 5º.: La Cámara misma recogerá dentro de poco tiempo mejor que nadie todos los datos y conocimientos necesarios para semejantes obras, compondrá y publicará alguna que sirva a la vez de estímulo para que se ocupen otros de este trabajo, y de ilustración para todos. 6º.: No perdonará medio ni ahorrará gasto ni sacrificio que pueda proporcionarle estos conocimientos [...] (BOLÍVAR, 1986, p. 133).

Os próximos temas dos artigos da Câmara de Educação versam de modo geral sobre o currículo que deveria ser aplicado nas escolas de primeiras letras de toda a República. Os conhecimentos que as crianças teriam nas escolas deveria contemplar as regras usuais da aritmética, da gramática e os princípios da virtude republicana. Chama a atenção o fato de que Bolívar reivindica o monopólio da Câmara de Educação no que se refere à elaboração do currículo.

Uma das críticas de Rodríguez às escolas elementares do período colonial era a falta de critério e de sequência com relação ao conteúdo a ser ensinado para as crianças. Segundo ele, a falta de formação pedagógica por parte dos professores e a inexistência de um currículo geral para todas as escolas permitiam que o trabalho pedagógico fosse desenvolvido sem os critérios necessários para que houvesse progresso no aprendizado da criança. A ausência de

¹¹³ Dentre as ações mais destacáveis relacionadas às universidades, tem-se o decreto presidencial de criação da Universidade de Trujillo, em 10 de maio de 1824; o decreto presidencial de criação da Universidade de Quito, em 6 de novembro de 1827; decreto presidencial de criação da Faculdade de Medicina de Caracas, em 25 de junho de 1827; e o decreto presidencial de reforma do Estatuto da Universidade Central de Caracas, em 24 de julho de 1827.

uma regulamentação estatal possibilitava que as famílias determinassem o modo como devia ocorrer o trabalho pedagógico nas escolas. O resultado desse trabalho sem critérios, sem método e sem currículo devidamente orientados de modo prévio fazia com que a sociedade de modo geral olhasse a escola formal com descrédito, porque, na maioria das vezes, o resultado obtido no processo de aprendizagem era insatisfatório:

Basta para conocerlo fijar un poco la atención en las peluquerías y barberías que sirven de Escuela; y sin detenerse en examinar su método, ni la habilidad de sus maestros, pásese a averiguar con qué autoridad se han establecido, quiénes son sus discípulos y qué progresos hacen. [...] Como esto de hacer maestro de niños a cualquiera ha sido libre facultad de cada padre de familia respecto de sus hijos, no ha sido menos libre la acción que se han reservado para disponer de la escuela a su arbitrio como fundadores. Permítaseme una pintura de este gobierno. [...] Cada padre le intima las órdenes que quiere para el gobierno de su hijo y éste ha de observarlas puntualmente (RODRÍGUEZ, 2016, p. 25-26).

O fato de Bolívar exigir que um dos poderes da República tivesse o papel decisivo de pensar em um determinado currículo e criar mecanismos que garantissem a sua aplicação a nível nacional indica sua inquietude diante da formação educacional da escola pública que fosse igual para a grande parte da população. Por outro lado, há também a preocupação com o trabalho pedagógico em si, à medida que ao estabelecer um plano curricular prévio, o governo criaria as condições para que os professores não ensinassem quaisquer conteúdos, possibilitando que o Estado pudesse exercer certo controle sobre a prática docente. Além disso, ao considerar que a finalidade da educação elementar pensada pelo Libertador era produzir um consenso popular em favor da República, torna-se uma relação lógica a necessidade de se estabelecer um conteúdo único para todo o território nacional. Sobre este tema, versa o artigo sétimo:

Art. 7º: Pertenece exclusivamente a la Cámara establecer, organizar y dirigir las escuelas primarias, así de niños como de niñas, cuidando de que se les enseñe a pronunciar, leer, escribir correctamente las reglas más usuales de la aritmética y los principios de la gramática, que se les inspire ideas y sentimientos de honor y probidad, amor a la patria, a las leyes y al trabajo, respeto a los padres, a los ancianos, a los magistrados, y adhesión al Gobierno (BOLÍVAR, 1986, p. 133).

O texto também expressa a compreensão acerca da pobreza estrutural em que se encontrava a educação venezuelana. A escassez de riqueza e os problemas econômicos enfrentados pela Venezuela independente foram um empecilho não só para o

desenvolvimento da educação, mas para todas as outras dimensões sociais do país (BRITO FIGUEROA, 2002). Em 1819, Bolívar demonstrou sua preocupação sobre o número de escolas existentes. Ao analisar o artigo que trata desse assunto, constatou-se que seu projeto para a educação elementar na Venezuela era ousado, ainda que consciente das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país e da resistência que setores dominantes pudessem oferecer ao que ele chamou de “grande plano de educação”:

Art. 8º: Siendo nuestros colegios actuales incapaces de servir para un gran plan de educación, será un cuidado muy especial de la Cámara delinear y hacer construir los que se necesitan en toda la República, tanto para niños como para niñas [...]. La forma, proporción y situación de estos establecimientos será la más conveniente con su objeto, y se consultará en ellos no solamente la solidez y extensión, sino la elegancia, el aseo, la comodidad y el recreo de la juventud (BOLÍVAR, 1986, p. 133).

O artigo ainda traz a concepção de que as escolas deviam ser um lugar agradável às crianças e adolescentes. Isso indica mais um tópico que, para a época, era uma novidade. De acordo com os documentos educacionais que, de algum modo, faziam referência à educação do período colonial, o espaço físico da escola era uma extensão secundária de edifícios construídos com finalidades diversas e que, por isso, não contemplavam as necessidades básicas do trabalho pedagógico. Havia uma barbearia e uma escola, uma oficina de artesanato e uma escola, uma casa de família e uma escola, um seminário e uma escola: “Basta para conocerlo fijar un poco la atención en las peluquerías y barberías que sirven de Escuela” (RODRÍGUEZ, 2016, p. 25-26). Além disso, as escolas que funcionavam nos seminários não eram separadas dos espaços de trabalho e de oração diária (LEAL, 1968). É importante ressaltar a presença desta temática na legislação bolivariana, porque ela possibilita a reflexão sobre a importância com que a escola formal passa a ser tratada já nos primeiros documentos educacionais da Venezuela republicana. É o momento histórico em que a educação formal começou a ser discutida e debatida como uma dimensão social que necessitava ser protagonista diante das transformações na vida econômica e na vida política mundial que, de algum modo, influenciavam a maneira de pensar de muitos intelectuais e políticos dos novos países, dentre eles Bolívar.

Assim, as instalações físicas das escolas não podiam ser construídas de qualquer maneira. Elas deveriam manter conexão com o bom andamento do fazer pedagógico escolar, de modo que favorecesse o trabalho do maestro e oferecesse conforto aos alunos, tornando o ambiente escolar um espaço de alegria e felicidade para que a criança desenvolvesse apego e

interesse por todos os aspectos que envolviam a educação escolar (RODRÍGUEZ, 2016). Bolívar idealizava em seu projeto constitucional uma escola diferente da que existia sob o domínio espanhol. A diferença deveria ocorrer em todos os aspectos dessa instituição: na elaboração de um material didático de acordo com as concepções educacionais modernas, na elaboração de um currículo que prezasse pela utilidade prática dos conhecimentos mais do que os conhecimentos especulativos da educação colonial; a prática educativa do professor deveria ser revista, de modo que a punição e o medo não fossem as características marcantes da escola republicana, assim como, em seu ponto de vista, ocorrera na escola colonial. A busca por diferenciar a escola republicana da escola colonial era de tal monta que ele propunha a substituição das nomenclaturas típicas da educação colonial. Seu objetivo era desconstruir as representações imaginárias do período anterior:

Como los términos, por buenas que sean las ideas que representan en su origen, degeneran después con el abuso causando imágenes distintas, tal me parece que sucede con los nombres Maestro y Escuela. Bajo el pie bárbaro en que estos establecimientos se han visto en el Gobierno Español, estas palabras producen sensaciones muy desagradables. Decirle a un niño vamos a la escuela, o a ver al Maestro, era lo mismo que decirle: vamos al presidio, o al enemigo: llevarle, y hacerle vil esclavo de miedo y del tedio, era todo uno. Creo pues que están denominaciones deben sustituirse por otras a quienes no tengan aversiones. [...] Que el Maestro pues, se llame de otro modo v.g. Director, y la escuela, Sociedad (BOLÍVAR, 1986, p. 375).

Historicamente, sabe-se que as mudanças não se dão assim de forma abrupta como idealizam os sujeitos envolvidos, principalmente, em momentos de transformações sociais como era o caso da independência venezuelana. O aspecto relevante da postura bolivariana se encontra no significado histórico da revolução política da independência. Novamente, vale a comparação com a postura de Simón Rodríguez ao propor a reforma educacional da escola de primeiras letras de Caracas, em 1794. Naquela circunstância, o fato de estar sob o domínio das autoridades espanholas representava, supostamente, maior dificuldade para a implementação das ideias educacionais modernas.

No caso de Bolívar, a proposição de uma educação republicana, ancorada nos novos ideais educativos, colocava-se como parte fundamental do conjunto ideológico de seu projeto político, cuja finalidade era desconstruir a influência colonial na formação da consciência da população venezuelana – ou da maior parte dela – e abrir espaço para a conquista do apoio político popular à República por meio da educação. Como a história não é linear e a classe dominante não é uniforme em sua maneira de pensar, já que é composta por frações que se confrontam em alguns momentos para manter sob seu domínio a condução política de um país

(POULANTZAS, 1977) as ideias educacionais de uma época não se realizam apenas pelo fato de existirem na consciência de intelectuais e estadistas que queiram implementá-las. Ao contrário, dependem de inúmeros interesses distintos que têm forte influência no modo como se desenvolve a vida material da população e do país. Além do mais, não havia pressão social suficiente para levar o poder político do Estado a realizar as reformas necessárias. A pressão popular que havia para a ampliação da educação elementar estava reduzida a alguns setores da classe social de pequenos proprietários e comerciantes, que desde o final do século XVIII se manifestavam pela abertura de escolas para as crianças mestiças impedidas, naquele período, de estudar em escolas frequentadas por crianças brancas.

Este pode ser considerado como um dos motivos pelo qual o ideal bolivariano de educação, ainda que representasse um avanço para sua época, não se efetivou. Em certa medida, os fundamentos sociais de sua proposta educacional não se efetivaram durante todo o século XIX. Assim, não existiu base material para a objetivação de suas ideias. Um dos fundamentos era o progresso econômico baseado no fomento da produção manufatureira e, principalmente, no desenvolvimento de técnicas que aumentassem a produção agrícola. Isso está demonstrado em seu interesse pela educação secundária e universitária pautado nos novos conhecimentos da mecânica e da engenharia (BOLÍVAR, 1973). Um suposto avanço educacional em todo o país só seria possível se o desenvolvimento econômico em algum momento exigisse a aplicação de novos conhecimentos para dinamizar e diversificar cada vez mais a produção e circulação de produtos. Sabe-se, no entanto, que a economia venezuelana do século XIX continuou com a mesma dinâmica produtiva do período colonial, mantendo a exportação de dois ou três produtos agrícolas em grande escala (BRITO FIGUEROA, 2002). A classe dominante não assumiu o papel de transformar a estrutura produtiva agrária baseada na grande propriedade e se especializou em ser classe dominante sem indústria e de construir seu poder econômico a partir do desenvolvimento do atraso em relação aos países desenvolvidos, já que sua riqueza provinha da expansão da grande propriedade e da criação de um setor industrial dependente das tecnologias estrangeiras (MARINI, 1976).

Desse modo, o desenvolvimento econômico venezuelano e latino-americano representou a formação de estruturas sociais e políticas legitimadoras do subdesenvolvimento. É o desenvolvimento que vai a reboque dos interesses dominantes dos países de capitalismo desenvolvido (MARINI, 2013). A infraestrutura e a tecnologia venezuelana do século XIX não foram resultado da produção de conhecimento interno, mas da exportação de conhecimento, máquinas e produtos industrializados dos países desenvolvidos, atrelada à política de endividamento dos países importadores. Por isso, o pouco desenvolvimento só

ocorreu porque estava fundado no mecanismo da estruturação de relações de dependência: o desenvolvimento dos países politicamente independentes latino-americanos é resultado da política imperialista dos países centrais, que visam a estabelecer mecanismos de exploração econômica via pagamento da dívida pública, monopólio da produção tecnológica e instalação de multinacionais em países pobres, nos quais a superexploração da força de trabalho é uma regra nas relações de trabalho (MARINI, 2013).

O outro fundamento da proposta educativa de Bolívar era a estabilidade política da República. Uma deveria existir em função da outra. Ao fim, nem uma e nem a outra existiram. Sem a existência de uma República estável, as classes dominantes venezuelanas se opuseram à ideia bolivariana de conservar a República a partir da prática social da virtude cívica e de utilizar a educação elementar para formar essa nova cultura política. Em seu lugar, utilizaram as massas populares para governar com a armas e não com a razão (BASTARDO, 1976). As guerras civis ocuparam o lugar do conhecimento em uma República controlada por uma classe dominante que não foi capaz de realizar as mínimas reformas sociais depois da guerra de independência, como Bolívar pensava em realizar. Desse modo, o devir histórico venezuelano contrariou os ideais do Libertador e não permitiu que os mínimos avanços no campo da educação acontecessem.

O último artigo da Câmara de Educação, de vital importância para se compreender os detalhes da sistematização do projeto educativo nacional e popular de Bolívar, é o item 11º. Ele contém a conclusão sobre a responsabilidade da Câmara a respeito da educação nacional. Dois enunciados podem ser considerados os mais destacáveis para a análise. O primeiro, permite problematizar a ideia da diferenciação do conteúdo que deveria ser ensinado para determinado público e escola. O segundo, possibilita a discussão em torno do esforço em dar legitimidade política e jurídica para as novas ideias educacionais e, acima de tudo, mobilizar o aparato estatal para executar o que ele chamou de grande plano educacional nacional.

Ao analisar os escritos bolivarianos sobre educação, não há um enunciado no qual se diga explicitamente que a escola “A” será privilegiada em relação à escola “B” por questões relativas ao conteúdo, ao espaço físico, à metodologia, aos professores. A análise dos artigos educacionais do Poder Moral fornece um exemplo sobre esse assunto. É possível verificar que ao tratar da publicação de obras teóricas sobre educação, do currículo e da construção de escolas não existe destinação privilegiada para este ou aquele setor ou classe social, para esta ou aquela cidade ou província. Ou seja, textualmente, não é possível encontrar enunciados em que Bolívar mantenha algumas distinções que existiam na educação do período colonial. O mesmo ocorre com os decretos em que funda e organiza escolas. Não há referências a

distinções explícitas baseadas na raça ou na cor dos indivíduos e nem mesmo a observação de que deveriam existir escolas para crianças ricas e escolas para crianças pobres.

No entanto, a educação não podia ser isenta de algum tipo de marginalização e/ou discriminação, uma vez que a desigualdade social e racial eram características predominantes da vida cotidiana da população, fundada nas relações de classe existentes. Por isso, o artigo 11º da Câmara da Educação é um dos poucos momentos em que a educação aparece, de modo mais ou menos explícito, relacionada aos interesses econômicos e políticos associados ao poder social exercido pela classe dominante.

Para se compreender a relação entre a educação e a sociedade da época, marcada pela luta de classes, isto é, por interesses sociais distintos, é preciso pensar na totalidade do conjunto educativo que, na República, havia de ser público e estatal. Porém, sendo público e estatal não seriam gratuitos e tampouco obrigatórios. Somente a educação elementar é que pode ser incluída em toda a extensão adjetiva da educação republicana pensada por Bolívar: estatal, pública, gratuita e obrigatória. A educação secundária e a universitária se configuravam como níveis educacionais acessíveis apenas à classe dominante e a frações mais ricas da classe de pequenos proprietários e comerciantes. Além disso, a educação de iniciativa privada continuou sendo ofertada, principalmente pelas ordens religiosas. A diferença é que, na República, o Estado mantinha a prerrogativa de controlar em parte os conteúdos ofertados, de maneira que o conteúdo moral, para a formação da virtude cívica republicana, era algo do qual Bolívar não abria mão¹¹⁴.

Desse modo, a educação elementar privada, a educação secundária e a universitária eram consideradas públicas (abertas a todo cidadão), porém inacessíveis à maioria da população devido à condição de pobreza das classes populares e à própria dinâmica produtiva do país, que, por ser predominantemente agrícola, dispensava o interesse da população rural e de grande parte da urbana para os estudos (ROSEMBLAT, 1964). O trabalho manual urbano,

¹¹⁴ O artigo 1º, do Decreto publicado em *Rosario de Cucuta*, em 21 de junho de 1820, demonstra o profundo controle que o governo republicano queria exercer sobre os Colégios seminários: “[...] 3º, que la diferencia de método y régimen de enseñanza en los diversos establecimientos es embarazosa y perjudicial; 4º, que este mal es inevitable mientras los establecimientos no sean regidos por un mismo jefe y sobre todo por el gobierno; 5º, que la dirección o patronato que ejercía la autoridad eclesiástica en los colegios seminarios era delegada por el Rey de España; 6º, y último, que en nada se alteran las disposiciones canónicas sobre sobre los seminarios, siempre que la autoridad eclesiástica continúe ejerciendo su inspección y derechos sobre las becas semanarias sin mezclarse en la dirección general del establecimiento, he venido a decretar y decreto lo siguiente: Artículo 1º: *El patronato, dirección y gobierno de los colegios de estudios y educación establecidos en la República pertenece al gobierno, cualquiera que haya sido la forma de establecimiento de aquéllos.* Artículo 2º *Se comprenden expresamente en el artículo antecedente, los colegios seminarios que hay en toda la extensión de la República, cuyos jefes, rectores, maestros y demás empleados dependerán del gobierno y serán nombrados por él*” (BOLÍVAR, 1973, p. 270, grifo nosso).

realizado sobremaneira pelos mestiços e brancos pobres, também não exigia o saber escolar para ser realizado.

A educação elementar era, portanto, o nível educacional que deveria alcançar o maior número de indivíduos, porque em seu currículo predominava o conhecimento básico da leitura, escrita e uma espécie de educação moral. De acordo com a visão educacional de Bolívar, os conhecimentos elementares, aliados à formação moral, eram suficientes para promover um salto qualitativo civilizacional naquela população marcada pelo analfabetismo e alheia aos conhecimentos básicos da convivência política republicana (PRIETO FIGUEROA, 2006). Na esfera econômica, a educação elementar começava a ser pensada como mecanismo de preparação de força de trabalho para as novidades técnicas do setor produtivo ligado aos trabalhos manuais (SALCEDO-BASTARDO, 1976). Desse modo, o ideário educativo bolivariano propunha a popularização da educação primária para alcançar os objetivos comuns buscados por boa parte dos políticos e intelectuais ilustrados da época: melhorar a capacidade de trabalho e a formação moral de uma população vista pelos setores ilustrados como ignorante e incapaz de viver em um regime político fundado na liberdade civil e política. Nesse sentido, o artigo 11º da Câmara de Educação expressa a diferenciação que deveria ocorrer na oferta e promoção da educação elementar:

Art. 11º. La Cámara formará el reglamento de organización y policía general de estos establecimientos, según sus clases, especificando la educación que respectivamente conviene a los niños para que adquieran desde su niñez ideas útiles y exactas nociones fundamentales, *las más adaptadas a su estado y fortuna*, sentimientos nobles y morales, principios de sociabilidad y patriotismo. Este plan se presentará al Congreso, para que siendo examinado y aprobado se convierta en Ley de la República (BOLÍVAR, 1986, p. 134, grifo nosso).

No idioma espanhol, o termo *fortuna* pode significar destino, sorte ou riqueza. Já o termo *estado* pode fazer referência à condição social de um indivíduo ou à instituição que reúne os poderes políticos e jurídicos de um país. No contexto em que esses termos são usados por Bolívar, eles estão associados a indivíduos, nesse caso, a crianças, adolescentes e jovens que seriam atendidos pelo aparato educativo estatal. Nesse caso, os dois termos dizem respeito à posição social ocupadas por cada indivíduo nas relações de classe. A palavra fortuna pode ser aceita com o sentido de riqueza ou destino, já que, nesse caso, esses termos assumem um mesmo significado, à medida que o “destino”, da forma como é comumente compreendido, está relacionado à condição social vivida por alguém. Um grande proprietário possui fortuna – riqueza – e ao mesmo tempo seu destino/sorte está relacionado ao seu poder

econômico. A mesma reflexão pode ser estendida a qualquer indivíduo das classes populares. Como exemplo, o filho de um ex-escravo ou de um trabalhador livre urbano, em ambas as situações, vivendo na condição de pobreza, podia ter atrelado a si a ideia de *estado e fortuna*. Seu estado é de pobreza, exclusão e vinculava-se ao mundo do trabalho específico de uma classe social. Não tinha fortuna/riqueza, mas tinha fortuna/destino/sorte, ou seja, estava marcado como um ser social pertencente às classes populares que, por isso, suas funções sociais no interior daquelas relações econômicas e políticas eram a de trabalhar e respeitar as decisões tomadas pelos indivíduos pertencentes a classe dominante, os quais tinham fortuna e riqueza, e também fortuna/destino/sorte.

O enunciado desse artigo é um dos poucos momentos em que Bolívar demonstra esse caráter desigual do seu ideário educativo. Esta era a forma de pensar do seu tempo. A educação elementar deveria ser generalizada, enquanto os níveis secundário e superior se mantinham como privilégios dos filhos de grandes proprietários, profissionais liberais, pequenos proprietários e aqueles que ocupavam altos cargos da burocracia estatal. Seu ideário se forjou no interior das disputas sociais internas e da visão política e social que ele tinha daquele processo. Mantiveram-se as desigualdades, porque o objetivo principal dos setores que dirigiram a luta pela independência era a liberdade política. Bolívar, diferenciando-se em certa medida de boa parte dos membros influentes da classe dominante (LYNCH, 1990), ainda propôs de maneira contundente algumas reformas sociais, dentre as quais está situada a educação popular. Contudo, não conseguiu ultrapassar o limite de propor reformas para manter o poder social (CARRERA DAMAS, 1990) nas mãos dos *criollos*.

Por isso, sua proposta educacional se ordenou seguindo as funções sociais de cada classe social venezuelana. Para a grande massa da população, a educação elementar, e para as classes com algum tipo de propriedade, havia ainda a possibilidade do ensino secundário e universitário. O texto do artigo analisado reproduz essa ideia de adaptação do conhecimento de acordo com a posição social dos indivíduos: “especificando la educación que respectivamente conviene a los niños para que *adquieran desde su niñez ideas útiles y exactas nociones fundamentales*, las más adaptadas a su estado y fortuna” (BOLÍVAR, 1986, p. 134, grifo nosso). Assim, “ideias úteis e exatas noções fundamentais” não devem possuir um caráter universal, como se tivessem o mesmo sentido para toda a população. Nesse ponto, vale retomar a luta de Simón Rodríguez em convencer a administração colonial a abrir escolas para crianças e jovens mestiços para que pudessem aprender conhecimentos capazes de proporcionar o aperfeiçoamento do trabalho manual. As ideias úteis aos trabalhadores manuais seriam aquelas diretamente conectadas com o mundo do trabalho. Por outro lado, não

se deve dizer o mesmo quando as ideias úteis estão relacionadas aos indivíduos pertencentes às classes dirigentes, porque, para esses, o conhecimento é útil somente na medida em que garante a existência dos instrumentos de dominação social e política. Além disso, trata-se de um conhecimento mais elaborado, referente às novas descobertas científicas aplicadas na esfera produtiva e utilizadas para viabilizar o aumento de riquezas. O conhecimento continuou sendo peça importante para a dominação. Dominar os conhecimentos do direito, da medicina, da economia, da política, da teologia, entre outros, fazia parte do controle social exercido pelos *criollos*.

É necessário compreender que o esforço bolivariano de implementar um plano nacional de educação popular é parte de sua estratégia de reformar para manter os mesmos traços do controle social exercido pelos *criollos*. A proposta de generalizar a educação escolar elementar na América Latina começou com essa característica. À medida que a classe dominante percebeu que não precisavam de aperfeiçoamento da força de trabalho para garantir seus lucros e tampouco se preocuparam em inserir as massas na vida política republicana, a educação popular também ficou esquecida. O subdesenvolvimento econômico e a formação de democracias oligárquicas é que explicam a inexistência de políticas educacionais que fossem capazes de combater a exclusão popular do acesso à alfabetização durante quase dois séculos após a independência.

5.2.1 A sistematização pedagógica do ideário educativo de bolivariano: decretos e outros escritos

Simón Bolívar também deixou várias fontes documentais que abordam a temática educacional. Entre 1819 e 1830, esteve à frente do governo da Colômbia e também emitiu decretos sobre educação no Peru e no território que posteriormente se tornaria a Bolívia. Por se tratar de documentos ligados à prática da organização política da República, não há aprofundamento na discussão dos temas apresentados. O objetivo era ordenar a execução de um plano educacional de acordo com a perspectiva educacional que ele entendia ser a mais adequada à Venezuela e aos demais países que presidiu. Embora não haja discussão aprofundada sobre os temas, é possível encontrar traços que indicam a preocupação com aspectos do processo de ensino aprendizagem que até então não faziam parte do mundo político e estatal.

Por meio dessas fontes, verifica-se que Bolívar buscou colocar em prática seus ideais sobre a educação republicana, mesmo reconhecendo as dificuldades que o momento histórico apresentava, principalmente no que diz respeito à avassaladora guerra de independência venezuelana, à falta de recursos financeiros por parte do Estado e o próprio descrédito que boa parte dos políticos *criollos* apresentava diante da proposta de promover rapidamente um plano educacional nacional e de alcance popular (PRIETO FIGUEROA, 2006). As dificuldades aumentavam à medida que sua proposta tinha como horizonte a abrangência nacional. Isso fica evidente quando ele aborda a temática do método, do financiamento e da legislação educacional.

O método foi eleito por Bolívar como um dos três principais elementos do processo de ensino aprendizagem, juntamente com o maestro e com a existência de um sistema simples e descomplicado de ensino: “Un hombre de genio, que conozca el corazón humano, y que le dirija com arte: un sistema sencillo, y un método claro y natural, son los medios eficaces por donde la sociedade puede hacer em pocos días extraordinários y brillantes progresos (BOLÍVAR, 1973, p. 378). Ele pensava na existência de um método unificado para toda educação elementar e secundária do país. Nas considerações que antecederam os artigos do decreto publicado na cidade de *El Rosario de Cucuta*, indicou que a existência de uma diversidade de métodos utilizados nas escolas era vista como algo prejudicial: “3º que la diferencia de método y régimen de enseñanza en los diversos establecimientos es embarazosa y perjudicial (BOLÍVAR, 1973, p. 269).

Em 1825, ao emitir o decreto de fundação do Colégio de *Cuzco*, no Peru, exigiu o cumprimento de um regulamento provisório que estipulasse o método a ser utilizado na escola, desde os primeiros dias de funcionamento: “Que entretanto se arregla, por el soberano Congreso el plan geral de estudios, se sujete este establecimiento a un reglamento provisional, que comprenda su administración económica y el método que deba observarse en la enseñanza” (BOLÍVAR, 1973, p. 335). Por fim, ao fundar a escola militar em *Chuquisaca*, Bolívia, em 1825, afirmou, novamente, a importância de existir um método que fosse aplicado de modo unificado em todo o sistema educativo e que fosse constante: “2º Que esta instrucción no puede obtenerse solidamente, sino con un método uniforme, constante y regular” (BOLÍVAR, 1973, p. 368).

No período colonial, não havia por parte do corpo administrativo estatal a preocupação em estabelecer critérios de funcionamento das escolas. Não se tinha o cuidado e não se assumia a responsabilidade em exigir do professor algum tipo de formação docente ou o domínio de conhecimentos específicos. Não se exigia a utilização de um método no processo

de aprendizagem. A crítica de Simón Rodríguez à permissividade do governo colonial para a abertura de escolas em oficinas de artesanato e barbearias, dirigidas por pessoas sem a devida formação e o domínio de certos conhecimentos que as habilitassem para a prática do ensino escolar oferece um panorama sobre a importância dos escritos bolivarianos a respeito da educação. Bolívar inicia a vida política republicana do Estado nacional venezuelano, utilizando-se de uma perspectiva educacional moderna e em franco contraste com o descaso educacional manifestado pelo governo espanhol na colônia.

O financiamento estatal é outro item importante desse conjunto que Bolívar procurou sistematizar para organizar a oferta da educação escolar na Venezuela e em outros países como Peru e Bolívia. Em sua concepção política e educativa, o Estado nacional já deveria nascer com as delimitações financeiras exclusivas para a educação pública. Ou seja, da maneira como seus decretos são organizados, o financiamento educacional estatal não podia ser aleatório e esperar pela boa vontade dos administradores públicos em destinar uma determinada quantia para o custeio das despesas educacionais. Pelo contrário, deveria existir um fundo específico para o qual seria destinado a arrecadação fiscal de determinadas atividades produtivas e comerciais. No decreto publicado em *Chuquisaca*, em 11 de dezembro de 1825, no qual ordenou a criação de uma escola primária, uma de Ciências e Artes e uma Militar, elaborou quatro artigos que versam sobre a responsabilidade do Estado em garantir os recursos financeiros para a educação pública:

Art. 9º: Que para fondos de estos establecimientos se destinen en cada departamento: 1º. Todos los bienes raíces, derechos, rentas y acciones de capellanías aplicados a los establecimientos públicos por decreto de este día. 2º. El derecho que se cobra por cada fanega de harina al entrar en las ciudades mientras no se suprima este derecho. Art. 10º: Quedarán afectos a estos establecimientos no solo las fincas que reconocen los censos, sino los réditos: 1º. De la caja de censos. 2º. De la obra pía de paria fundada por don Lorenzo Aldana. 3º. De los monasterios que se supriman. Art. 11º: Que todos estos fondos se reúnan bajo una sola administración en cada Departamento sujeta a una dirección general. [...] Art. 16º: El gobierno se compromete a señalar en favor de la educación, todos los ahorros que en lo sucesivo puedan hacerse en el arreglo de otros ramos de administración pública (BOLÍVAR, 1973, p. 365).

Praticamente um ano depois de organizar a educação pública na Bolívia, o Libertador estava na cidade de *Pasto*, Nova Granada, onde também emitiu decreto sobre financiamento estatal para a educação, delimitando as origens das receitas a serem utilizadas:

Considerando que la educación pública de esta ciudad se halla externamente descuidada a causa de la guerra; que nada es tan interesante como propender a ella por cuantos medios sean posibles; y que la hacienda de Panamá, que fue confiscada a beneficio del Gobierno y aplicada al pago del haber nacional del General Jesús Barreto, ha sido devuelta al Estado, decreto: La hacienda de Panamá será inmediatamente puesta en arrendamiento y su producto se aplicará exclusivamente a la enseñanza pública de esta ciudad. El gobernador de la provincia queda encargado de la ejecución de este decreto (BOLÍVAR, 1973, p. 413).

Essa preocupação em garantir recursos para a educação pública não se estendia a todos os níveis de ensino. Somente a educação elementar tinha esse caráter generalizado e popular. O ensino secundário, militar e universitário não era totalmente gratuito, já que para poder estudar em colégios de Ciências e Artes, colégios militares e em universidades, os alunos precisavam pagar certa quantia exigida pelo governo. O texto escrito por Bolívar em 24 de junho de 1827, que tratava da reforma do estatuto da Universidade Central de Caracas, oferece um exemplo do montante exigido para cada indivíduo se graduar: bacharel em filosofia 40 pesos; bacharel em medicina, jurisprudência canônica ou civil e teologia 50 pesos; licenciatura em filosofia ou em outros cursos 100 pesos; especialização em licenciatura ou em qualquer outro curso 171 pesos (BOLÍVAR, 1973). O artigo 168 do estatuto permitia que alunos pobres e que não podiam pagar deveriam ser admitidos nos cursos de bacharelado e/ou licenciatura mediante a apresentação de documentos que comprovassem tal condição social. Contudo, havia restrições sobre a graduação:

[ellos] deberán ser admitidos a los grados de Bachiller o Licenciado sin pagar nada; pero nunca se graduarán de balde más de dos en cada diez que obtengan los grados académicos, ni se extenderá esta gracia a los grados de Doctor o Maestro, pues sólo podrán recibirlos aquellos que contribuyan con la cantidad designada (BOLÍVAR, 1973, p. 470).

A prática de garantir uma espécie de cotas para estudantes pobres nos níveis de ensino distintos da educação primária é comumente encontrada nos documentos educacionais deixados por Bolívar. No decreto emitido em Lima, em 31 de janeiro de 1825, cuja finalidade era criar uma escola lancasteriana de formação de professores (Escola Normal lancasteriana) em cada Departamento da República, o artigo 4º. versa sobre a admissão de alunos pobres: “Los intendentes, de acuerdo con las municipalidades, designarán los niños de más capacidad que deban mandarse a la Escuela Normal. De los fondos destinados a la instrucción pública se proveerá a la subsistencia de los que fueren pobres” (BOLÍVAR, 1973, p. 321).

A gratuidade do ensino é observada apenas na educação primária. Isso se explica pelo fato de que o objetivo era alcançar uma grande parte da população com esse nível de ensino (ROJAS, 1976). No caso de Bolívar, a conservação da República e a estabilidade política do país estavam submetidos aos resultados positivos da educação primária, porque ela seria responsável pela formação moral das novas gerações. De certo modo, a educação gratuita e popular era a essência do progresso pensado pelo Libertador:

Libertad de religión debe ser consecuencia de las instituciones libres y de un sistema de educación general. *Yo he hecho establecer el sistema lancasteriano en toda Colombia, y eso solo hará a la generación venidera muy superior a la presente.* Se debe fomentar la emigración de las gentes de Europa y de la América del Norte, para que se establezcan aquí trayendo sus artes y sus ciencias. Estas ventajas, un *gobierno independiente, escuelas gratuitas* y los matrimonios con los europeos y angloamericanos cambiarían todo el carácter del pueblo y lo harían ilustrado y próspero (BOLÍVAR, 1973, p. 308, grifo nosso).

Em 1826, um grupo de educadores franceses se interessou em vir para a América espanhola e fundar escolas em algum país recém-libertado. O destino de dez professores franceses seria a Bolívia. A resposta de Bolívar à carta de Thollard, professor do Colégio Real de Tarbes, manifestava o apoio financeiro que o governo da República daria à abertura de novas escolas coordenadas pelos franceses, mas também fazia uma exigência: “La enseñanza será gratis para todos que la concurren” (BOLÍVAR, 1973, p. 399).

No ideário educacional bolivariano, a gratuidade da educação elementar era seguida pelo princípio da obrigatoriedade de participação pelas crianças em idade escolar. Notadamente, não havia meios para exercer o controle dessa participação, tampouco havia estrutura física capaz de suportar a presença de um grande número de crianças. Contudo, constata-se a presença da perspectiva política e educacional típica do século XIX de que a escola pública e estatal deveria ser o *locus* formativo da população, principalmente nos regimes caracterizados pela liberdade civil e liberdade política, como era o caso do regime republicano. A transformação da escola pública no lugar privilegiado da formação social possibilitou, a partir do século XIX, que ela fosse ocupando um lugar de destaque no desenvolvimento dos países que conquistaram a independência. Na maioria dos casos, a importância se reduziu à evidência que se dava à educação escolar e pública, atribuindo a ela a gênese de todo progresso nacional (ALVES, 2007).

No caso bolivariano, além da importância no desenvolvimento nacional, a educação, principalmente a elementar, fazia parte da estrutura política republicana por ele projetada para

a Venezuela, de modo que a possível ineficiência da formação escolar no interior daquela sociedade, nos primeiros anos da República, significava a ruína de toda ordem social baseada na liberdade e igualdade jurídicas. Por isso, seu empenho pela expansão da educação primária tinha algo a mais do que a busca pelo progresso, porque, para ele, o progresso era resultado da estabilidade política, da ordem social, que só podiam existir se fundadas em um corpo social, cuja formação moral lhe possibilitasse ser minimamente virtuoso. Essa formação dependia da generalização da educação elementar.

Nesse caso, a exigência de que toda criança em idade escolar frequentasse uma escola se apresenta não como uma força capaz de promover a generalização absoluta da educação formal, já que isso não depende da vontade individual, mas de condições históricas favoráveis, que não estavam dadas naquele momento. Porém, ela atuava como um procedimento político e burocrático inovador para este período histórico. Sua eficácia ou não é algo delegado ao futuro. O texto do decreto do Congresso colombiano, de 2 de outubro de 1827, autorizando o poder executivo a realizar a reforma do Plano Geral de Estudos, apenas um ano após sua promulgação, em 1826, oferece uma reflexão sobre o tema:

Que habiendo cumplido el Poder Ejecutivo con el encargo, se han hecho varias reclamaciones contra el plan provisional, y contra algunas disposiciones de la ley orgánica de la instrucción pública, sobre las cuales es imposible ahora dar una resolución definitiva, porque sólo la experiencia y la práctica sucesiva pueden enseñar los verdaderos defectos que deban corregirse en una materia tan difícil (GOVERNO COLOMBIA, 1973, p. 525).

Para os sujeitos históricos envolvidos naquele processo revolucionário, restava-lhes a ousadia de propor e de realizar as tarefas educacionais que expressavam a adesão a um projeto educativo moderno ou a continuidade do modelo educacional vivenciado na ordem colonial.

Outra perspectiva educacional moderna assumida pelo Libertador foi a obrigatoriedade do ensino até uma determinada faixa etária. Na cidade de *El Rosario de Cucuta*, em 20 de maio de 1820, Bolívar decretou a abertura de escolas nas comunidades indígenas da região. O decreto contém o conteúdo geral característico dos demais que almejavam a fundação e organização pedagógica de escolas: especificação sobre a origem dos recursos financeiros destinados às escolas; organização detalhada de um método de ensino; contratação de professores. Esse decreto também traz um artigo que versa sobre a exigência de que todas as crianças indígenas em idade escolar frequentassem as futuras escolas: “Art. 9º: Todos los jóvenes mayores de cuatro años y menores de catorce, asistirán a las escuelas

donde se enseñarán las primeras letras, la aritmética, los principios de la religión y los deberes del hombre y del ciudadano en Colombia conforme las leyes” (BOLÍVAR, 1973, p. 264). O artigo nono ainda traz a faixa etária que compreendia a educação elementar e o conteúdo exigido para ser ensinado nas escolas indígenas.

Uma circular publicada em Lima, em 1825, evidencia que a obrigatoriedade da frequência escolar estava presente na perspectiva educacional bolivariana: “El libertador ordenó que se obligue a concurrir alas escuelas de primeras letras de Lima, a los jóvenes pobres. La resolución de 5 de Mayo de 1825 dispone que todo joven que se encuentre sin una boleta que acredite ser alumno de alguna escuela o colegio, sea en castigo tomado para el servicio *público* o de las *armas* (GOVERNO PERU, 1973, p. 326, grifo original). O documento comprova também a preocupação com o público infantil das classes populares. Infere-se que a circular é resultante de um problema existente na vida cotidiana de Lima e que chamou a atenção de Bolívar. No período colonial, as ordens religiosas haviam se ocupado de promover instituições que recebiam órfãos e crianças abandonadas. De modo geral, essas crianças eram mantidas na clausura para a formação religiosa e mantinham pouco contato com o mundo exterior (FAJARDO, 1979). O conteúdo do documento indica a tensão entre a Igreja e o Estado na disputa pelo exercício do poder na formação moral e educacional dos indivíduos, mesmo as crianças pobres.

Ressalta-se, ainda, a prática de Simón Bolívar em definir a escola pública e estatal e não qualquer outra instituição especializada em educar crianças marginalizadas socialmente como o lugar ideal para sua formação. Nesse ponto, ratifica-se mais uma vez a influência de Simón Rodríguez, que propunha a existência de escolas públicas preparadas para educar crianças de todas as classes sociais. Porém, inclinava-se a defender a educação escolar e pública das crianças pobres por entender que a função social desses indivíduos era tão importante quanto a dos que pertenciam às classes privilegiadas. Para ele, a força material das sociedades que se refundavam com a independência e a república estava nas classes populares (RODRÍGUEZ, 2016).

Diante das fontes documentais apresentadas é possível verificar que a esfera educacional tinha um peso político muito importante na construção da República pensada pelo Libertador. Em seu pensamento, encontra-se a busca por uma sistematização do trabalho pedagógico e da postura que o Estado deveria assumir em relação à oferta, controle e financiamento da educação pública. Nesse ponto, Bolívar se diferenciou de outros estadistas que o sucederam e, por isso, deve ser considerado como um importante estadista que se preocupou, no início do século XIX, em estabelecer critérios claros para a relação entre

Estado e escola formal, cuja finalidade era, a seu modo de ver, a concretização breve da popularização da educação elementar.

5.3 A influência de Simón Rodríguez: encontros e desencontros

Simón Rodríguez esteve presente em três momentos importantes da vida de Simón Bolívar. Quando o Libertador, com doze anos de idade, já era órfão de seus pais e estava sob a guarda de seu tio Carlos Palacios (1762-1805). Dois anos depois, em 1797, viajou para os Estados Unidos e Europa depois de ter seu nome relacionado com a Conspiração de Gual y España. Em 1804, seu antigo discípulo estava com 21 e acabara de perder sua esposa María Tereza (1781-1803). Bolívar viajou para a França e reencontrou Rodríguez. Durante quase dois anos, protagonizaram uma amizade estreita e a continuidade dos ensinamentos humanistas que o filósofo dirigia ao futuro líder da independência da Venezuela. Por último, ao regressar à Venezuela em 1823, tornou-se o principal nome da educação para colocar em prática o plano geral de educação popular pensado por Bolívar. Contudo, sua primeira atuação como Diretor da Educação Pública, Ciências, Artes Físicas e Matemática foi na Bolívia (SÁNCHEZ, 2013).

Em 19 de janeiro de 1824, em Pativilca, Bolívar escreveu uma carta convidando Simón Rodríguez a ir até a Bolívia. Nela, estão presentes os traços que marcam a profunda influência exercida pelo filósofo na sua formação intelectual:

Con qué avidez habrá seguido Vd. mis pasos; estos pasos dirigidos muy anticipadamente por Vd. mismo. Vd. formó mi corazón para la libertad, para la justicia, para lo grande, para lo hermoso. Vd. fue mi piloto aunque sentado sobre una de las playas de Europa. No puede Vd. figurarse cuán hondamente se han grabado en mi corazón las lecciones que Vd. me ha dado; no he podido jamás borrar ni siquiera una coma de las grandes sentencias que Vd. me ha regalado. Siempre presente a mis ojos intelectuales las he seguido como guías infalibles (BOLÍVAR, 1980, p. 881).

As reformas sociais que Bolívar se propôs a realizar durante e logo após a independência, certamente carregam as marcas do pensamento rodrigueano. O tema da escravidão e da educação popular são os mais destacáveis, porque representam um distanciamento maior ao conjunto ideológico dominante do qual Bolívar participava e no qual

foi formado. Isto é, como *criollo* e membro da classe dominante, ele se distanciou de sua classe ao defender a abolição do trabalho escravo e ao tentar promover uma educação pública com um alcance popular que ia para além do que a maior parte dos políticos e intelectuais de sua classe desejavam (LYNCH, 1990).

No campo da educação a influência é nítida. Rodríguez acreditava que uma revolução política na América espanhola só seria possível se acompanhada de uma Revolução econômica (RODRÍGUEZ). Para aquele momento, uma revolução econômica significava o rompimento com os modos tradicionais de produção marcados pelas formas de trabalho pré-capitalistas, sobretudo no que se refere ao trabalho escravo e ao trabalho semi-servil realizado em grande parte das propriedades agrícolas em que não predominava o escravismo. Uma revolução era o mesmo que introduzir e desenvolver as novas formas de trabalho livre e as novas técnicas de produção que permitiam aos principais países europeus a manter a dominação econômica de suas ex-colônias por meio da importação de matéria-prima e produtos agrícolas e da exportação de manufaturas. Em grande medida, Bolívar expressou seu interesse em articular a educação moral e a instrução de conhecimentos úteis. Buscou, assim como pensara Rodríguez, em criar as condições necessárias para dar continuidade à República, o que representava a consolidação da soberania nacional, ao mesmo tempo em que a instrução elementar de boa parte da população envolvida no trabalho manual possibilitaria a adaptação à produção manufatureira moderna. Em síntese, o projeto educacional bolivariano tem esses dois objetivos: educar moralmente o maior número de indivíduos para formar uma unidade de apoio e respeito à República e preparar a população das classes populares para o trabalho em seus novos modos de produzir riquezas.

Apesar da influência reconhecida pelo próprio Bolívar, existem também diferenças entre ele e Rodríguez. No campo da educação, isso se apresenta de maneira nítida na forma como cada um se relacionava com o método lancasteriano de ensino. O libertador acreditava que o método mútuo era o melhor e mais adequado para se desenvolver rapidamente a educação pública na Venezuela e nos demais países da América espanhola. Como estadista, pensava na relação custo/benefício de se ter um método que possibilitava ao mesmo tempo instruir e educar um número considerável de crianças, utilizando-se de poucos professores/monitor e de um menor recurso financeiro. O entusiasmo de Bolívar com o método mútuo levou-o a trazer o próprio Joseph Lancaster (1778-1838) para viver em Caracas e organizar um centro lancasteriano de estudos e de formação de monitores na capital do país.

Simón Rodríguez não demonstrou o mesmo apreço pelo método do educador inglês. Para ele, a educação tinha uma complexidade que esse método não tinha a possibilidade de

contemplar. Era, de certo modo, simples demais, porque centrava-se na prática da memorização e repetição dos conteúdos. A filosofia educacional rodrigueana fundava-se na concepção de uma educação integral que contemplasse todas as dimensões do indivíduo:

En favor de la Instrucción jeneral no hay raciocinio accesorio, ni argumento que no sea concluyente. Instrucción Social, para hacer una nación prudente: *Corporal*, para hacerla fuerte: *Técnica*, para hacerla experta: y *Científica* para hacerla pensadora No será ciudadano el que para el año de tantos no sepa leer y escribir (han dicho los Congresos de América) está bueno; pero no es bastante: Ideas!, Ideas! primero que Letras La Sabiduría de la Europa y la prosperidad de los Estados—Unidos, son dos enemigos de la Libertad de pensar, en América. Enseñen, enseñen: repítaseles mil veces.... Enseñen (RODRÍGUEZ, 2016, p. 371, grifo nosso).

Desse modo, Simón Rodríguez pensava em uma educação que contemplasse todas as capacidades do indivíduo. Posteriormente, essa mesma ideia ganhou o nome de educação *omnilateral*. Verifica-se que a proposta rodrigueana considera a todo momento a articulação entre o indivíduo e a sociedade. Uma educação completa, para ele, era aquela que pudesse formar o cidadão para atuar de modo ativo em todas as esferas da vida social da República (SÁNCHEZ, 2013). Assim, uma nação recentemente livre que se propusesse a superar as condições materiais e políticas do atraso econômico e social da época deveria promover uma educação de toda sua população a partir dos seguintes pressupostos: educação corporal para fazer a nação forte; educação técnica para fazê-la hábil no setor produtivo; e educação científica para fazê-la uma nação capaz de produzir conhecimento internamente (RODRÍGUEZ, 2016).

É nesse sentido que surge a segunda diferença entre Rodríguez e Bolívar e está marcada pela concepção política em relação à cidadania. Bolívar apresentou resistências em admitir que todos os indivíduos pertencentes à República deveriam assumir um papel ativo na vida social e política do país. O voto censitário excluía cerca de 80% da população da participação ativa nos negócios públicos (BBRITO FIGUEROA, 2002). As categorias de cidadania ativa e passiva foram criadas por ele a fim de contornar os conflitos sociais surgidos na guerra. O objetivo era inserir todas as classes no conjunto de direitos civis proclamados pela República, mas, por outro lado, os direitos políticos eram negados aos cidadãos passivos, isto é, aqueles que não tinham propriedade ou dinheiro (GRASES, 1983). Para Simón Rodríguez, a construção da República não podia prescindir da participação popular. A exclusão de grande parte da população das decisões políticas indicava um caminho tortuoso

que podia levar ao desenvolvimento de formas institucionalizadas de exclusão social. Por isso, a República era o regime político por excelência no qual toda a população deveria atuar:

En la Sociedad Republicana no es permitido decir no me toca hablar de las cosas públicas ni preguntar á otro qué injerencia tiene en ellas. Todo lo bueno que hay en Sociedad se debe á ó mejor dicho La Sociedad existe por la crítica. [...] Todos huyen de los POBRES los desprecian ó los maltratan alguien ha de pedir la Palabra por ellos y no és regular que se pregunte con qué TITULOS ni que se diga del que la pide que quiere saber mas que TODOS no es querer saber mas que todos el desear que todos sepan lo que no deben ignorar, ni puede ser osadía el solicitarlo (RODRÍGUEZ, 2016, p. 375, grifos originais).

Nesse caso, Rodríguez estava mais inclinado a aceitar a participação popular politicamente ativa do que Bolívar. A educação popular concebida pelo filósofo não tinha sentido sem que toda a população tomasse parte da vida social e política do país (RODRÍGUEZ). No caso do Libertador, a educação popular correspondia a um instrumento importante para realizar a educação moral republicana, sobretudo de setores pertencentes às classes populares. Essa nova moral consistia na aceitação passiva e no respeito às leis e ao governo, de maneira que a virtude política se expressava na conservação da ordem social como fundamento para a existência da República. Assim, apresenta-se essa divergência entre Bolívar e Rodríguez, porque o primeiro buscava ordenar a república com a participação apenas dos setores ilustrados, enquanto que Rodríguez defendia a inserção ativa da grande massa da população nos assuntos políticos da República.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar o pensamento educacional de Simón Bolívar, verificou-se que a maior parte dos estudos realizados sobre este tema tinha como questão central a descrição do seu ideário educativo. Não havia a preocupação em entender quais os fundamentos históricos e sociológicos que o levaram a formular um projeto de educação popular tal qual se apresenta em seus escritos. Por isso, este estudo buscou compreender justamente esta lacuna por meio de uma análise que contemplasse a compreensão dos aspectos históricos venezuelanos anteriores à guerra de independência. Com isso, foi possível chegar aos anos da guerra e seus principais acontecimentos com informações que possibilitaram ampliar o entendimento das ações do Libertador durante os anos de confronto bélico e principalmente nos primeiros anos de implementação da República.

Verificou-se que o período que compreendeu a guerra de independência foi um período de transformações no pensamento político bolivariano. É possível identificar dois momentos bastante distintos em sua forma de analisar os acontecimentos e de tomar as decisões, durante os dez de conflito. O primeiro vai de 1811 a 1815 e compreende o período em que os independentistas conquistaram duas vezes o poder político, mas também foram derrotados nas duas oportunidades. Na segunda delas, em 1814, existiu um movimento de insurreição popular liderado principalmente por José Tomás Boves, comandante das tropas *llaneras*, que elevou o nível de violência dos confrontos e o nível do conflito entre as classes sociais venezuelanas. O segundo período abrange os anos de 1816 a 1821. Nesse período, observou-se uma mudança considerável na forma como Bolívar passou a conduzir suas tropas e nas decisões políticas que tomou. O conjunto de setores das classes populares que até 1814 estavam lutando ao lado das tropas espanholas se transformou-se na principal arma do exército patriota comandado pelo Libertador. Para conquistar mais apoio popular e aumentar o número de soldados, ele promoveu vários decretos de liberdade dos escravos e o pagamento de soldos como bens imóveis, sobretudo com propriedades rurais que pertenciam a apoiadores da monarquia.

Este segundo momento da guerra proporcionou às classes populares conquistar certa importância no movimento de conquista da independência. O protagonismo das classes populares exerceu uma pressão social nas frações da classe dominante que dirigiam o processo de independência. Nesse caso, Bolívar mostrou certa perspicácia para não perder o

controle político e social dos amplos setores da população que haviam estado em guerra durante praticamente dez anos. É por esse motivo que se considera que a guerra foi o principal terreno de ação a partir do qual Bolívar formulou seu projeto político republicano e, no interior dele, sua proposta de educação popular.

Em vários momentos, o líder venezuelano demonstrou que sua principal preocupação era garantir a ordem social após o término da guerra. Para ele, o mais importante nos primeiros anos de liberdade era garantir a existência da República e de suas instituições, porque seu fortalecimento representaria uma força social capaz de conduzir o país de modo estável. Contudo, a conservação da República dependia da estabilidade social e política, que, segundo ele, só podia acontecer como resultado de uma harmonia social entre as classes que sempre estiveram em conflito. Assim, seu projeto privilegia a formação moral como centro orientador da vida republicana. Essa harmonia por ele buscada seria produzida pela formação moral do homem republicano que, a partir de uma educação para a virtude, aprenderia a colocar em primeiro plano os interesses comuns, isto é, a existência e conservação da República, antes mesmo de seus interesses particulares. A formação moral proposta por Bolívar consistia em conquistar o maior apoio possível à República. Esse apoio deveria partir de todas as classes sociais, à medida que, após a guerra, todas, de algum modo, seriam inseridas na dinâmica política das instituições republicanas.

A partir desse entendimento, constatou-se o projeto de educação popular bolivariano assumiu importância fundamental no interior do seu projeto republicano. A educação popular se configurava como o principal instrumento de formação da consciência patriótica dos cidadãos. À medida que a guerra envolveu todas as classes sociais no movimento da independência, Bolívar se preocupou em fazer com que a educação elementar alcançasse o maior número de indivíduos, independentemente de sua classe social.

Para exercer esse controle sobre a vida civil dos cidadãos, a fim de garantir a ordem social e o apoio ao governo republicano, ele elaborou uma forma específica de atuação do Estado. O Estado paternal passou a ser uma espécie de controlador de toda a sociedade civil em seus costumes e práticas. Em seu projeto, o Poder Moral surgiu para garantir o controle social de forma organizada. Dentre os vários mecanismos de controle social, destaca-se a educação. No Poder Moral, a educação pública teria uma Câmara exclusiva para cuidar dos assuntos referentes ao seu funcionamento em todo o país.

A forma minuciosa como Bolívar tratou a elaboração de um conjunto sistêmico para a educação popular na Venezuela denota a responsabilidade que ele atribuía à educação para manter a República estruturada. Dentro da ampla esfera da educação, elegeu a educação

elementar para ser destinada a todas as crianças do país. Este era o nível educacional responsável pela educação moral, por isso, objetivava que seu alcance fosse mais amplo. Contudo, os níveis secundário e universitário seguiam a ordem social classista da época, segundo a qual esses níveis de ensino eram privilégio de um pequeno grupo de pessoas, geralmente pertencentes a frações dominantes e a frações da classe de pequenos proprietários. Desse modo, a educação popular assumiu o caráter público, estatal, gratuito e obrigatório, ao menos na educação de primeiras letras.

O ideário educativo de Simón Bolívar começou a ser implementado durante os anos em que esteve à frente do poder executivo da República Colômbia. Nesse período, também se esforçou em promover a educação popular nos demais países em que comandou o exército independentista. Na Venezuela, a ação mais destacada na tentativa de difundir a educação popular foi o convite feito ao educador inglês Joseph Lancaster para que se instalasse em Caracas, a fim de organizar um sistema de ensino mútuo para toda a República. Na Bolívia, Simón Rodríguez foi responsável por alguns anos pela direção do plano geral de educação pública. Esses dois exemplos demonstram que o Libertador tinha clareza do seu objetivo quanto à popularização da educação para desenvolver o país e principalmente para fortalecer o apoio social à República.

O caso de Simón Rodríguez é emblemático para se entender que Bolívar tratou a educação de modo diferenciado em relação a outros políticos que o sucederam. Depois de 1830, o filósofo caraquenho passou quase 30 anos de sua vida apresentando projetos educacionais para governantes de diversos países latino-americanos. Não obteve êxito com nenhum desses governos e morreu, em 1854, fazendo velas. Se em 1825, Bolívar entendia que ele era imprescindível para a direção de um projeto popular e nacional de educação, o mesmo não ocorreu nos governos posteriores em que a recusa às ideias educacionais republicanas de Rodríguez o fez terminar a vida de educador e filósofo como um artesão.

A conclusão a que se chega é a de que o ideário educativo de Simón Bolívar tem como fundamento histórico e sociológico as contradições da luta de classes venezuelana. Mas, de modo mais específico, seu fundamento se encontra na guerra de independência e na forma como a luta de classes se desenvolveu nesse período. Assim, seu pensamento educacional não se apresenta como reprodução das transformações pelas quais a educação passava na Europa, mas como resposta a um problema concreto e específico das relações sociais da Venezuela.

7. REFERÊNCIAS

_____, **Colombia, 1821-1827**: Aprender a edificar una República Moderna: Demolición selectiva de la monarquía, instauración de la República y reanudación política de la disputa de la Independencia. Caracas: Universidad Central de Caracas, 2010.

_____. *Colombia, 1821-1827*: aprender a edificar una República moderna. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2010.

_____. Carta ao editor da Gazeta Real da Jamaica. In: **Doctrina del Libertador**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.

_____. Carta da Jamaica. In: **Doctrina del Libertador**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.

_____. Discurso ao Congresso da Bolívia. In: **Doctrina del Libertador**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.

_____. Discurso de Angostura. In: **Doctrina del Libertador**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.

_____. Manifiesto de Carúpano. In: **Doctrina del Libertador**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.

_____. Projeto do Poder Moral. In: **Doctrina del Libertador**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4ª ed. Florianópolis: Insular, 2013.

_____. El primer deber: com el acervo documental de Bolívar sobre la educación y la cultura. Caracas: Ediciones de la Universidad Simón Bolívar, 1973.

AGÜERO, Argenis. Repercusion de la insurreccion de Juan Francisco de Leon en los llanos de cojedes. In: **Revista Mañongo** n° 36, Vol. XIX, p. 71-88, Enero-Junio 2011.

AGUIRRE, Indalecio Lievano. **Bolívar 1783-1983**. Bogotá: Editorial Oveja Negra, 1985.

ALVES, Gilberto Luis. O liberalismo e a produção da escola pública moderna. In: **Liberalismo e educação em debate**. José Claudinei Lombardi e José Luis Sanfelice (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.

ANTEPARA, José María. **Miranda y la emancipación suramericana**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2006.

ARCILA FARIAS, Eduardo. El régimen de la encomienda en Venezuela. 2ª ed. Caracas: universidad Central de Venezuela, 1966.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: **Fontes históricas**. Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). — 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 63.

BAGÚ, Sergio. **Economía de la sociedad colonial**. Buenos Aires: Socialismo y Libertad, 1949.

BOLÍVAR, Simón. **Cartas**. In: Obras Completas – cartas del Libertador comprendidas en el período de 20 de marzo de 1799 a 11 de diciembre de 1830; 3 tomos. Caracas: Librería Piñango, 1980.

BOLÍVAR, Simón. Manifiesto de Cartagena. In: **Doctrina del Libertador**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.

BOLÍVAR, Simón. Manifiesto de Cartagena. In: **Doctrina del Libertador**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976, p. 09.

BOLÍVAR, Simón. Proyecto de Constitución para la República de Venezuela. In: GRASES, Pedro. **Los proyectos constitucionales del Libertador**. Caracas: Congreso de la República de Venezuela, 1983.

BRADING, D. A. La España de los Borbones y su imperio americano. In: **Historia de América Latina**. Leslie Bethler (org.). 2. América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

BRITO FIGUEROA, Federico. **Historia económica y social de Venezuela**: una estructura para su estudio. Tomo I. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1979.

BRITO FIGUEROA, Federico. **Historia social y económica de Venezuela**: una estructura para su estudio. Tomo IV. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Pérez. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História Econômica da América Latina**. Tradução: Fernando Antonio Faria. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CARRERA DAMAS, Germán. **Aviso a los historiadores críticos**: “tantos peligros como corre la verdad en manos del historiador” (Andrés Bello). Caracas: Educaciones GE, 1995.

CARRERA DAMAS, Germán. **Boves**: aspectos socioeconómicos de la guerra de independencia. 1ª ed. Caracas: Monte Avila, 1991.

CARRERA DAMAS, Germán. Pensamiento, acción y vigencia de Simón Bolívar. In: **Pensamiento, acción y vigencia de Simón Bolívar**. Caracas: Monte Avila Editora, 1990b.

CARRERA DAMAS, Germán. **Una nación llamada Venezuela**. 4ª. ed. Caracas: Monte Avila, 1991.

CARROCERA, Buenaventura de. **Misión de los capuchinos en los llanos de Caracas**. Tomo I. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de Historia, 1972.

DEPONS, Francisco. **Viaje a la parte oriental de Tierra Firme en la America Meridional**. Caracas: Banco Central de Venezuela, 1960, p. 233.

DEPONS, Francisco. **Viaje a la parte oriental de Tierra Firme en la America Meridional**. Caracas: Banco Central de Venezuela, 1960, p. 233.

DISCURSO. In: GRASES, Pedro. **La Conspiración de Gual y España y el ideario de la independencia**. Tercera edición. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1997.

DISCURSO. In: GRASES, Pedro. **La Conspiración de Gual y España y el ideario de la independencia**. Tercera edición. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1997.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DRI, Rubén R.. A filosofia do Estado ético. A concepção hegeliana do Estado. In **Publicação: Filosofia política moderna. De Hobbes a Marx**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de Sao Paulo. 2006. ISBN: 978-987-1183-47-0.

FAJARDO, Jose del Rey. **La pedagogia jesuítica en la Venezuela hispânica**. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de Historia, 1979.

FEDERICO, Celso. O jovem Marx: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FEDRIGO, Fabiana de Souza. As guerras de independência, as práticas sociais e o código de elite na América do século XIX leituras da correspondência bolivariana. In: **Varia historia**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: p.293-314, Jul/Dez 2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII–história) e Republicanismo (na segunda metade do século XX–historiografia).In: **Lisboa, Clio**, v. 14, p. 15, 2006.

FONTELLA, Leandro Goya; MEDEIROS, Elisabeth Weber. Revolução haitiana: o medo negro assombra a américa. In: **Disc. Scientia**. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 59-70, 2007, p. 69.

FRANK, André Gunder. **Lumpen-burguesia: lumpem-desenvolvimento**. Tradução de José Gomes. Porto: Portucalense Editora, 1971.

FREDRIGO, Fabiana. **Guerras e escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

GARCÍA PELAYO, Graciela Soriano de. **Venezuela 1810-1830**: aspectos desatendidos de dos décadas. Caracas: Cuadernos Lagoven, 1988.

GARCÍA PELAYO. Graciela Soriano de. **Venezuela 1810-1830**: aspectos desatendidos de dos décadas. Caracas: Cuadernos Lagoven, 1988.

GUERRERO, Carolina. **Liberalismo y republicanismos en Bolívar 1819-1830**. Usos de Constant por el padre fundador. Caracas: Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas de la Universidad Central de Venezuela, 2005.

GUERRERO, Carolina. Una tercera especie de república: de los antiguos, de los modernos y la república a la manera de Bolívar. In: **Anuario de estudios bolivarianos**. Año X, número 11, 2004, p. 219-149.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa mito e realidade. 6ª ed.; tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HOBBSAWM. Eric.J. **A era das revoluções 1789-1848**. 34ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e revolução de Santo Domingo; tradução Afonso Teixeira Filho. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

LACROIX, Luis Perú de. **En el diario de Bucaramanga**. 5ª ed. Caracas: El Centauro, 2010.

LAMBERT, Jacques. **América Latina**: estruturas sociais e instituições políticas. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

LARRAZABAL, Felipe. **Simón Bolívar**: vida y escritos del Libertador. 3 tomos. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 2008.

LASSO, Marixa. Guerra Racial e Nação na Gran Colômbia caribenha, Cartagena, 1810-1832. In: **Estudos Ibero-Americanos, PUCRS**, v. 36, n. 1, p. 179-207, jul./dez. 2010.

LEAL, Ildefonso. Documentos para la historia de la educación en Venezuela. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de Historia, 1968.

LECUNA, Vicente. **Crónica Razonada de las guerras de Bolívar**. 2 tomos. Nova York: The Colonial Press, 1950.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. 15ª; tradução Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

LYNCH, John. Pensamiento, acción y vigencia de Simón Bolívar. In: **Pensamiento, acción y vigencia de Simón Bolívar**. Caracas: Monte Avila Editora, 1990.

MADARIAGA, Salvador de. Bolívar. 2. ed. 2 tomos. Madrid: Espasa-Calpe, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política; tradução Reginaldo Sant'Ana. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MASUR, Gerhard. **Simón Bolívar**. Caracas: Grijalbo, 1987.

MIJARES, Augusto. **El Libertador**. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 1987.

MIRANDA, Francisco de. Carta a los españoles-americanos. In: ANTEPARA, José María. *Miranda y la emancipación suramericana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2010.

MORENO, Antonio Arellano. **Orígenes de la economía venezolana**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1982.

MORON, Guillermo. **Historia de Venezuela**. 4ª ed. Madrid: Ediciones Rialp, 1967.

NAVA, Mariano. **Criollos y afrancesados**: para una caracterización de la Ilustración venezolana. Caracas: Fondo Editorial Fondarte, 2014.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

O'LEARY, Daniel Florence. **Momeries del General O'leary**. Tomo I. Caracas: Ministerio de la Defensa, 1981.

OBEDIENTE, Mario Sanoja. **Historia sociocultural de la economía venezolana**. Caracas: Banco Central de Venezuela, 2011.

ORDENANZAS. In: TOSTADO, Felicitas López Portillo. **Historia documental de Venezuela**. Tomo I. Caracas: Casa de Simón Bolívar, 2003.

OSORIO, Jaime. **Estado, reproducción del capital y lucha de clases**: la unidad económico/política del capital. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.

PELLICER, Luis Felipe. **Entre el honor y la pasión**: familia, matrimonio y sistema de valores em Venezuela durante la crisis del orden hispánico: 1778-1820. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005.

PELLICER, Luis Felipe. **Entre el honor y la pasión**: familia, matrimonio y sistema de valores em Venezuela durante la crisis del orden hispánico: 1778-1820. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005.

PEREIRA MELO, José Joaquim. **De Cuba a Tenochtitlán. A busca dos “segredos da terra. Estudo da trajetória de Fernando Cortés no México (de 18 de fevereiro a 8 de novembro de 1519)**. Maringá: EDUEM, 2017.

PIETRI, Juan Uslar. **Historia de la rebelión de 1814**. Caracas: Monte Avila, 2010.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes**. 6ª ed.; tradução de José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez Editora e Autores Associados, 1986.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRIETO FIGUEROA, Luis Beltrán. **El magistério americano de Bolívar**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2006.

REAL AUDIENCIA. In: **Documentos de la insurrección de José Leonardo Chirinos**. 1ª edición. Caracas: Impresión y Editorial Metropolis, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROBINSON, Willian. *Remarques sur les desastres des Provinces de Caracas*. In: PIETRI, Juan Uslar. **Historia de la rebelión popular de 1814**. Caracas: Serie Bicentenario, 2010, p. 13.

RODRIGUEZ, Elias; GRANADO, Maria Ligia G.. Republicanismo: história e atualidade. In: **EmTese**, Vol. 4 n. 1 (1), agosto-dezembro/2007, p. 43-64. ISSN 1806-5023.

RODRÍGUEZ, Simón. Proyecto de reforma escolar: **estado actual de la escuela y nuevo establecimiento de Ella**. In: RUIZ, Gustavo Adolfo. **Simón Rodríguez maestro de escuela ade primeras letras**. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de Historia, 1990, p. 267.

ROJAS, Armando. **Ideas educativas de Simón Bolívar**. Caracas: Monte Avila Editores, 1976.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Do Contrato social**. In: Os pensadores. São Paulo, 1999.

ROVIRA, Juan Garrido. **De la monarquía de España a la República de Venezuela**. Caracas: Universidad Monteávila, 2008.

SAIGNES, Miguel Acosta. **Vida de los esclavos negros em Venezuela**. Valência: Vadell Hermanos Editores, 1984.

SAIGNES. Miguel Acosta. **Bolívar**: acción y utopía del hombre de las dificultades. Caracas: Universidad Central de Caracas, 1997.

SALCEDO-BASTARDO, Jose Luis. **Visão e revisão de Bolívar**. 11ª ed.; tradução de Josué Montello e Manoel Caetano. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1976.

SATAVENHAGEN, Rodolfo. **Las clases sociales en las sociedades agrarias**. 1ª ed. México: Siglo XXI Editores, 1969.

VALLENILLA LANZ, Laureano. **Cesarismo Democrático**. Caracas: Eduven, 2000.

VARGAS, Vilma. La poesía como canción en la Venezuela colonial. In: **Itinerarios de la palabra escrita en la cultura venezolana: Nación y Literatura**. Caracas: Editorial Equinoccio, 2006.

VARGAS-ARENAS, Iraida; OBEDIENTE, Mario Sanoja. **Historia, identidad y poder**. Caracas: Editorial Galac, 2013.

VAYSSIÈRE, Pierre. **Simón Bolívar**. 1ª ed. Buenos Aires: El Ateneo, 2008.

VENEZUELA. Cnstituição (1857). In: http://acienpol.msinfo.info/bases/biblo/texto/LEYESYDECRETOS/3/1851_1860_548-560.pdf

WACHTE, Nathan. **Los índios y la conquista española**. In: Historia de América latina. (org) Leslie Bethell. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**; tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

YANES, Francisco Javier. **Relación documentada de los principales sucesos ocurridos en Venezuela desde que se declaró Estado independiente hasta el año 1821**. Caracas: Editorial Elite, 1943.

ZEA, Leopoldo. **Filosofía y cultura latinoamericanas**. Caracas: Celarg, 2014.